



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ-UFPI
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO-PRPPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS-CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL-PPGHB

ANDREIA RODRIGUES DE ANDRADE

ENTRE O SERTÃO E AS MARGENS DO RIO PARNAÍBA:

A transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX

Teresina – PI
2016

ANDREIA RODRIGUES DE ANDRADE

ENTRE O SERTÃO E AS MARGENS DO RIO PARNAÍBA:

A transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação do Professor Doutor Pedro Vilarinho Castelo Branco para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Teresina – PI
2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

A553e Andrade, Andreia Rodrigues de.
 Entre o sertão e as margens do Rio Parnaíba: a transferência da
 capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século
 XIX / Andreia Rodrigues de Andrade. – 2016.
 212f.

 Dissertação (Mestrado em História do Brasil) –
 Universidade Federal do Piauí, 2016.
 Orientação: Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco.

 1. Século XIX. 2. Província do Piauí. 3. Transferência da
 Capital. 4. Teresina - Cidade. I. Título.

CDD 981.22

ANDREIA RODRIGUES DE ANDRADE

ENTRE O SERTÃO E AS MARGENS DO RIO PARNAÍBA:

A transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX

Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História do Brasil, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, sob a orientação do Professor Doutor Pedro Vilarinho Castelo Branco para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Apresentada e aprovada em: 26/08/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Vilarinho Castelo Branco (Orientador)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. Denílson Botelho de Deus (Examinador externo)
Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

Profa. Dr.^a Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz (Examinadora interna)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Profa. Dr.^a Cláudia Cristina da Silva Fontineles (Suplente)
Universidade Federal do Piauí – UFPI

À Maria Eduarda, dádiva divina em minha
existência.
À minha mãe, aos meus familiares e amigos,
pelo incentivo.

AGRADECIMENTOS

Os caminhos da escrita desta dissertação foram trilhados com a ajuda de muitas pessoas que contribuíram de diferentes maneiras para sua realização, sem tais contribuições, eu não teria chegado aos resultados que cheguei. Portanto, nesse instante, detenho-me a observar este percurso e, por meio destas palavras, expresso a minha gratidão a todas as pessoas que Deus trouxe para minha vida a fim de me ajudar nesta caminhada.

Primeiramente, agradeço a Deus, Nossa Senhora de Fátima, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora Aparecida, os quais são motivos da minha força e determinação para seguir a carreira docente e a pesquisa de um tema pelo qual alimento uma paixão: a transferência da capital e a cidade de Teresina no século XIX.

Agradeço à CAPES pelo financiamento da pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil. Agradeço à Rairana e à dona Eliete, que sempre estiveram dispostas a me ajudar quando precisei no decorrer desta jornada. Ao Núcleo de Pesquisa e Memória (NUPEM) da UFPI, por permitirem a aquisição e o acesso a fontes, e também ao PET-História (Programa de Ensino Tutorial), nas pessoas de Alice, Luana e Ábdon. Aos funcionários do Arquivo Público do Piauí. Ao IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), por ceder a documentação ao professor Pedro Vilarinho Castelo Branco. Agradeço à Jéssica Frota pela confecção dos mapas.

Sou imensamente grata aos professores do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, especialmente ao professor Johny Santana de Araújo, pelos ricos debates das aulas de Historiografia Brasileira. Ao professor Francisco Alcides do Nascimento, pelas observações esclarecedoras ao meu projeto na disciplina de Seminário de Linha e também pelo empréstimo de livros. Ao professor Edwar Castelo Branco, pelas aulas de teoria e metodologia da História. Professora Cláudia Cristina Fontineles, pelo apoio de sempre, as palavras de conforto e por me fazer acreditar na docência. Professor Francisco Nascimento, por sua compreensão e solicitude.

Ao professor Antônio Fonseca Neto, pelas observações durante a qualificação desta dissertação. Ao professor Denílson Botelho de Deus, por participar da minha formação durante a graduação e no PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), pelas palavras de incentivo, otimismo, confiança e pela participação na banca examinadora desta dissertação.

Ao meu orientador, Pedro Vilarinho que, ainda na graduação, por meio da disciplina de História do Brasil Império, me fez sentir um profundo encantamento pelo século XIX e

descobrir meus interesses de pesquisa. Agradeço pela orientação, por acreditar na realização deste trabalho e pelo apoio de sempre. Sou grata também pelas fontes e livros cedidos. As conversas resultantes das orientações se manterão vivas na memória e marcarão a minha escrita e a minha prática profissional.

Agradeço à professora Teresinha Queiroz, um grande exemplo para mim de generosidade, dedicação e sabedoria para mim. Agradeço pelo incentivo que sempre me deu, para eu acreditar nos estudos, pelo apoio com o empréstimo de livros, por me presentear com o livro “Com Velhas Escolas Grandes Mestres”. Os *insights* recebidos por ela foram decisivos para eu compor, na minha mente, o que seria um objeto a ser pesquisado quando ele ainda era fruto dos meus desejos para uma possível prática escriturística. Teresinha Queiroz, desde os tempos da graduação, fez-me acreditar que seria possível alçar voos mais altos na carreira acadêmica e que o mestrado seria a próxima etapa dos meus estudos. No mestrado, ela ressurgiu na minha vida – na banca de qualificação – e fez considerações decisivas para o que seria a minha dissertação, bem como, mais uma vez, me incentivou a aprofundar essa pesquisa e construir a minha identidade acadêmica. Assim, professora Teresinha, mais uma vez a senhora voltou a minha vida para me fazer desejar “voar” em direção ao próximo passo. Aliás, como diria Ítalo Calvino: “O homem é um ser desejante”. Obrigada por me fazer embarcar em sonhos de tecer uma escrita sobre a transferência da capital e da cidade de Teresina no século XIX. À senhora dedico a minha eterna gratidão.

Agradeço também às pessoas que me apoiaram, algumas a distância, sobretudo diante das vicissitudes surgidas durante a realização deste trabalho: minha mãe, Iracema, um exemplo de força e determinação. Minha filha, Maria Eduarda, por quem tenho um amor incondicional. Minha família. Antônio Soares. Meu padrinho, Tomás de Aquino. Minhas amigas, Aline Camilo e Susy Nathia. Aos amigos Francisco Helton e Vinícius Cardoso.

Agradeço aos amigos com quem compartilhei momentos importantes de discussões, conversas, brincadeiras, enfim, vivências e experiências variadas, durante esta trajetória tão importante na minha vida profissional: o mestrado. Heitor, Gabriela, Daniel, Marcelo, Isaac, Ramon, Simone, Miridan. Agradeço, em especial, a Rafaela, Mayra, Charlene, Karithiane e a Camila Albuquerque, que assistiu às aulas de Historiografia Brasileira com a nossa turma, sou grata pela amizade e pelas histórias de vida contadas por cada uma, que me fizeram refletir sobre a minha própria história e admirá-las pelas mulheres fortes, sensíveis, meigas e determinadas que elas são. De certo, ficaram lembranças que guardarei nas minhas boas memórias. Enfim, a todos que contribuíram para a construção deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

Objetos perdidos: o que torna tão incomparável e tão irrecuperável a primeiríssima visão de uma aldeia, e uma cidade na paisagem, é que nela distância vibra na mais rigorosa ligação com a proximidade. O hábito ainda não fez sua obra. Uma vez que começamos a nos reorientar, a paisagem de um só golpe desapareceu, como a fachada e uma casa quando entramos. Ainda não adquiriu uma preponderância através da investigação constante, transformada em hábito. Uma vez que começamos a nos orientar no local, aquela imagem primeira não pode nunca restabelecer-se.

Walter Benjamin. Rua de mão única.

RESUMO

A construção de uma nova cidade-capital para a Província do Piauí apresentava-se como uma possibilidade de trazer para o território o tão sonhado progresso e um maior contato com as principais cidades do Império e romper, portanto, com o isolamento geográfico, econômico e comercial em relação ao restante do território nacional. Este trabalho tem por finalidade analisar o processo de transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina, ocorrida em 1852 e a nova sede do governo piauiense durante a segunda metade do século XIX, período em que Teresina se instituía como cidade-capital da Província do Piauí. Para se contemplar essa proposta é tecida uma análise dos seguintes aspectos: os primeiros núcleos urbanos piauienses, desenvolvidos através da criação de vilas, as ideias e os argumentos aventados para a transferência da capital do Piauí para localidades como: Parnaíba, São Gonçalo e a Vila Nova do Poti, a criação de Teresina, a estrutura do espaço urbano teresinense, os grupos sociais presentes na cidade e as tentativas do poder público de normatizar o viver na cidade, bem como as contradições de tais medidas disciplinadoras presentes, por exemplo, na imprensa local que denunciava a falta de infraestrutura teresinense e o desinteresse dos governantes. Investiga-se ainda o lazer e a educação. A pesquisa empírica fundamenta-se em relatórios dos presidentes de Província, códigos de postura, jornais, ofícios e memórias.

PALAVRAS-CHAVE: Século XIX. Província do Piauí. Transferência da capital. Cidade. Teresina.

ABSTRACT

The construction of a new capital city for the Piauí province was presented as a possibility to bring the territory the dream progress and greater contact with the main cities of the Empire and break, so with the geographic, economic isolation and commercial relative to the rest of the country. This study aims to analyze the process of transfer of Oeiras Piauí capital to Teresina, which took place in 1852 and the new headquarters of Piauí government during the second half of the 19th century, a period when Teresina was instituted as capital city of the Province Piauí. To contemplate this proposal is woven an analysis of the following: the first piauienses urban centers, developed by creating villages, ideas and bandied arguments for the transfer of the capital of Piauí to places like: Parnaíba, São Gonçalo and Vila Nova do Poti, the creation of Teresina, the structure of Teresina urban space, social groups present in the city and the attempts of the government to regulate living in the city as well as the contradictions of such measures disciplinary present, for example, in the local press that denounced the lack of Teresina infrastructure and the lack of interest of rulers. It also investigates the leisure and education. Empirical research is based on reports from the Province of presidents, posture codes, crafts and newspapers.

KEYWORDS: 19th Century. Piauí. Province. Transference of capital. City. Teresina.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA1: Mapa da Capitania de São José do Piauí (1762)	32
FIGURA 2: Trabalho de adaptação do mapa do Piauí, mostrando os locais para onde se discutiu a transferência da capital do Piauí	52
FIGURA 3: Mapa das embarcações mercantes nacionais e estrangeiras, entradas no porto de Teresina de fevereiro a maio de 1864.....	80
FIGURA 4: Planta original de Teresina	116
FIGURA 5: Mapa das aulas do Liceu	177

LISTA DE TABELAS

TABELA1: População da Capitania de São José do Piauí (1762)	29
TABELA 2: Deputados eleitos em janeiro de 1852	63
TABELA 3: Preços para o transporte em calças na cidade de Teresina (1874).....	123
TABELA 4: Crescimento demográfico de Teresina (1851-1900)	129
TABELA 5: Currículo do ensino primário na Província do Piauí (1873).....	171
TABELA 6: Quadro docente do Liceu (1888 e 1889)	179

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 SOB O SIGNO DO RURAL: OS PRIMÓRDIOS DA URBANIZAÇÃO NO PIAUÍ.....	23
2.1 As primeiras vilas	23
2.2 Um projeto de integração do Piauí ao Brasil.....	39
3 DO SERTÃO ÀS MARGENS DO RIO PARNAÍBA: TERESINA, A NOVA CIDADE-CAPITAL DO PIAUÍ.....	43
3.1 Dos desejos de mudar: discussões sobre a transferência da capital	43
3.2 Tecendo um novo caminho: de Oeiras para Teresina.....	53
3.3 Navegação a vapor: a prosperidade piauiense nas águas do rio Parnaíba.....	69
4 ENTRE A “QUIMERA” E A REALIDADE: TERESINA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX	87
4.1 Os primeiros prédios públicos da nova cidade-capital	87
4.1.1 Templos da capital no século XIX	92
4.1.2 O Cemitério	101
4.1.3 A Cadeia Pública	104
4.1.4 O Hospital de Caridade	107
4.1.5 O Mercado Público.....	109
4.2 A estruturação urbana da Teresina Oitocentista.....	111
4.2.1 Entre o urbano e o rural: a infraestrutura da nova cidade-capital.....	120
4.2.2 A formação social teresinense	128
4.3 Entre a norma e a transgressão: as tentativas de disciplinar o viver em Teresina.....	134
5. LAZER E EDUCAÇÃO NA TERESINA DO SÉCULO XIX	149
5.1 Entre rezas, danças e canções: lazer e sociabilidades na Teresina Oitocentista.....	149
5.1.2 Sociabilidades populares	155
5.1.3 O teatro em Teresina: do Santa Teresa ao 4 de Setembro	161
5.2 Entre avanços e recuos: educação na Teresina Oitocentista.....	166
5.2.1 Ensino Primário e Escolas Noturnas	170
5.2.3 Ensino Secundário	175
5.2.4 Estabelecimento dos Educandos e Artífices.....	180

5.2.5 Escola Normal	181
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	191
ANEXOS	204

1 INTRODUÇÃO

O passado é, por definição, um dado que nada mais modificará. Mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa.

(Marc Bloch)

Desde o período colonial, ainda no século XVIII, discutiu-se a possibilidade de mudança da capital do Piauí, de Oeiras, para um local que proporcionasse o rompimento com as barreiras geográficas impostas pela sua localização desfavorável e viabilizasse uma interação maior com o restante do Brasil. Isso ocorreria a partir da comunicação com os demais centros urbanos brasileiros, bem como o transporte de mercadorias, através da navegação do rio Parnaíba. A proposta era criar uma infraestrutura como condição necessária e suficiente a fim de promover o desenvolvimento piauiense, para isso, seria essencial romper com o isolamento.

Nesse sentido, tornaram-se imprescindíveis a transferência da capital e a navegação a vapor. Assim, foram forjados debates ao longo dos períodos colonial e imperial por diferentes governantes acerca da mudança da sede da Província do Piauí, os quais formatavam perspectivas de uma nova cidade-capital como um elemento decisivo para o desenvolvimento piauiense. Com isso, seria possível a sua inserção no mundo moderno e civilizado que permitisse ao território piauiense o tão sonhado progresso, desejando-se, portanto, a inclusão do Piauí nas rotas do mundo capitalista.

Após mais de 100 anos de discussões sobre a mudança da sede político-administrativa da Província do Piauí e dos possíveis locais que a receberiam – Parnaíba, São Gonçalo, a sua efetivação ocorreu com base na resolução n. 315, para a Vila Nova do Poti:

O espaço de Teresina anteriormente Vila Nova do Poti foi escolhido em 1852 em função do imaginário progressista estabelecido por um grupo de políticos liderado por José Antônio Saraiva que acreditava ser esse espaço favorável à comunicação e ao transporte, alternativas naquele momento, capazes de solucionar os problemas do homem moderno.¹

Estudos historiográficos regionais, documentos oficiais e relatórios de presidentes de Província, bem como relatos de viajantes e memorialistas apresentam as condições de isolamento, dispersão, dissociabilidade, decadência, pobreza, atraso e estagnação, juntamente

¹ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *Imagens de Teresina no século XIX*. Teresina: APeCH/UFPI, 1995. p. 7.

com outros, como ausência de progresso, expansão, crescimento e modernidade que impediam o desenvolvimento piauiense. Tais fatores explicitam os inconvenientes de uma Província, com uma localização periférica em relação aos centros urbanos do Império, somados aos problemas de transporte das riquezas e as grandes distâncias entre Oeiras e os principais rios que cortam o Piauí, Parnaíba e Poti, o que inviabilizava a exploração do transporte fluvial.

Os fatores supramencionados alicerçaram as discussões acerca de políticas públicas no Piauí, entre elas, estava a mudança da capital. Para alguns políticos, estava claro que a inserção do Piauí no cenário econômico nacional e internacional só seria possível por meio do aproveitamento de áreas situadas às margens do rio Parnaíba e de seus afluentes. Assim, abrir vias de comunicação e facilitar os transportes eram necessidades emergentes. Para fundamentar seus discursos, os presidentes de Província colocavam a transferência da sede político-administrativa e os meios de transporte aquáticos, pela via líquida do rio Parnaíba, como os grandes propulsores de novos tempos para os piauienses. Dentre os atrativos estavam o encurtamento das distâncias, o desenvolvimento das comunicações, o crescimento local, o fim da dependência em relação a Caxias e São Luís. Por fim, as várias transformações que marcaram o Brasil Imperial na segunda metade do século XIX, momento em que:

[...] a sintonia entre ciência e técnica cada vez mais se articulava e produzia novos conhecimentos influenciando a vida cotidiana do homem moderno e trazendo nova fisionomia às cidades. As novas ideias chegavam ao Brasil da Europa juntamente com o espetáculo proporcionado pelo maquinismo – locomotiva, telégrafo. Especificamente, o Piauí participou desse espetáculo em 1858, quando foi lançado, às águas do rio Parnaíba, o primeiro barco a vapor denominado “Uruçuí”.²

A razão principal para a mudança da capital, apontada pelos representantes públicos, foi a de que o futuro do Piauí se encontrava às margens do rio Parnaíba, que representava a possibilidade de desenvolver a economia e de sanar as dificuldades de comunicação e de isolamento aos quais Oeiras submetia a Província. De acordo com Roger Chartier, “as representações do mundo social embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. [...] sempre colocadas num campo de concorrências e de competições, cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”.³

² ARAÚJO, 1995, p. 8.

³ CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

Dessa maneira, ao analisar os discursos proferidos sobre a transferência da capital e acerca da cidade de Teresina na segunda metade do século XIX, é importante ligá-los ao lugar social de quem os profere, a fim de perceber as relações e interesses existentes nas entrelinhas desses posicionamentos. Com a nova cidade-capital do Piauí, o desenvolvimento da agricultura e da navegação a vapor tornar-se-iam realidade. Contudo, havia a seguinte dificuldade: como construir uma nova capital com poucos recursos? Haja vista que as despesas seriam elevadas, isto, aliás, foi um dos maiores empecilhos para a transferência da capital, bastante citado por alguns dos presidentes de Província e também pelos representantes da elite oieirense. Portanto, a transferência da capital para Teresina só foi realizada em 1852, encabeçada por José Antônio Saraiva com o apoio dos potiensens, de políticos mudancistas e do vigário da vila Mamede Antônio de Lima.

Teresina foi criada como parte de um projeto de desenvolvimento para o Piauí.⁴ Assim, após transferir a sede político-administrativa da Província, era necessário viabilizar o seu funcionamento. Dessa forma, ao longo da segunda metade do século XIX, a cidade desejada por José Antônio Saraiva se instituiu aos poucos, ainda que de maneira precária, enquanto capital da Província, apesar de sua grande característica rural e da precária infraestrutura urbana. Por conseguinte, é essencial, para este trabalho, entender também o papel do rio Parnaíba no projeto de inserção do Piauí no mercado externo, visto que o rio era a “artéria navegável e indutora da expansão agrícola e comercial”.⁵

O período estudado nesta dissertação é marcado pela transferência da capital do Piauí após intensas e calorosas discussões sobre o tema que vinham desde os tempos coloniais. São explicitados os desejos de uma nova sede administrativa, bem como a Teresina da segunda metade do século XIX, momento em que a mesma se instituía como cidade-capital do Piauí. Nascida sob o signo do ideário de desenvolvimento e civilização para a Província, todavia, refletiu na prática do espaço urbano as limitações do meio em que estava inserida, marcado por escassos recursos financeiros e pela ruralidade. Mas como a cidade de Teresina deve ser

⁴ Denomina-se nesta dissertação de projeto de desenvolvimento, as propostas de criação de uma infraestrutura como ponto fulcral para desenvolver vias de comunicação e facilitar os transportes, com a finalidade de inserir o Piauí no contexto nacional e internacional. Este posicionamento está amparado nos estudos de: QUEIROZ, Teresinha. *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3 ed. Teresina: EDUFPI, 2006; MENDES, Felipe. *Formação Econômica*. In: SANTANA, R. N. (org.). *Formação. Desenvolvimento. Perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.

⁵ QUEIROZ, 2006, p. 10.

pensada nesta narrativa? Compreende-se que “pensar a cidade exige vê-la ou almejá-la como um espaço dinâmico, como *locus* da criatividade e das contradições”.⁶

A tessitura desta dissertação foi feita nos fios entre desejos e discursos de uma nova cidade-capital para o Piauí e os seus limites impostos pelo meio em que Teresina nascia, advindos das condições materiais e também sociopolíticas existentes na província durante o século XIX. Desse modo, tentou-se expressar a representação da cidade não somente como um projeto urbanístico, mas também a cidade acontecendo, na prática, ou seja, a representação das relações sociais, do lazer e dos estudos, tecidas nesse traçado geométrico.

Posto isto, a urbe teresinense compreende algo mais complexo do que um projeto urbanístico, a construção de casas e prédios públicos, dado que o fenômeno urbano se estende para uma dimensão mais complexa que subverte a ordem física do plano urbano. Este é composto também daquilo que não é manipulável, ou seja, as relações tecidas no espaço citadino, o imaginário de seus habitantes. Desta maneira, “[...] cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares”.⁷ Assim, cada cidade tem uma paisagem ímpar, e seus habitantes constroem urbes particulares, que são infinitas, tendo em vista que eles observam o espaço citadino por meio de suas experiências de vida e do seu “lugar social”.⁸ Consequentemente, a relação dos moradores com o viver na cidade envolve participar da dinâmica de funcionamento da urbe, embora essa, muitas vezes, seja disciplinadora:

A relação morador da cidade/poder urbano pode variar infinitamente em cada caso, mas o certo é que desde sua origem cidade significa, ao mesmo tempo, uma maneira de organizar o território e uma relação política. Assim, ser habitante de cidade significa participar de alguma forma de vida pública, mesmo que em muitos casos esta participação seja apenas a submissão a regras e regulamentos.⁹

A cidade é objeto de produção de representações e discursos que se colocam no lugar de aspectos materiais e sociais. “Assim, a cidade é um fenômeno que se revela percepção de emoções e sentimentos dados pelo viver urbano e também pela expressão de utopias, de

⁶ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: FCMC, 2002. p. 135.

⁷ CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 34.

⁸ CERTEAU, Michel de. Operação historiográfica. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

⁹ ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 22.

esperanças, de desejos e medos, individuais e coletivos, que esse habitar em proximidade propícia”.¹⁰ Deste modo:

A cidade é um espaço arquitetônico de tamanho generoso, tecido em várias dimensões físicas e que se mostra como uma totalidade formada de outras totalidades, em articulações cambiantes, fazendo com que sua lei de organização não seja nem única, nem perene, mas um conjunto onde cada edifício, árvore, praça, rua ou acidente geográfico é uma parte definida em suas características e relacionadas às demais e ao todo, segundo certa ordem que, repetimos, é passageira. O espaço urbano realiza metamorfoses, certamente de maneira mais intensa do que os lugares idílicos.¹¹

No caminho para chegar à Teresina da segunda metade do século XIX, será necessário transpor as dimensões de espaço e de tempo, ultrapassando as velocidades físicas e de pensamento. Fazer, pois, uma viagem imaginária por suas ruas e por seu traçado urbano, uma vez que:

O nosso olhar percorre as suas ruas como se elas fossem “páginas escritas”, querendo adivinhar as histórias que elas escondem, traduzir a língua difícil dos sentimentos que construíram o seu cotidiano, seus tantos símbolos que os homens teimam em decifrar, como se eles pudessem ter, apenas, um significado. São tantas as suas formas e os seus emblemas que fica quase impossível classificá-las.¹²

Assim sendo, falar e caminhar pela Teresina da segunda metade do século XIX será por os pés no solo de suas ruas e mergulhar pelas suas entranhas e nas vivências de seus habitantes, com o intuito de construir uma narrativa sobre a cidade naquele período. De acordo com Maria Stella Bresciani, a cidade é multifacetada, tendo em vista que ela:

[...] é também a construção textual dos romancistas, suas ruas, casas, avenidas, lugares de trabalho e de lazer e configuram uma “realidade” que ultrapassa as construções de tijolos. O espaço urbano pode ser suporte de memórias diferentes, cenários contrastados, múltiplos. É esta constante transformação, esta capacidade de engendrar formas múltiplas, o elemento de distorção que aí se introduz com o tempo, provocando mudanças de ponto de vista.¹³

¹⁰ PESAVENTO, Sandra Jatthy. Lugares malditos: cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 53, p. 14, jan./jun. 2007.

¹¹ KOHLSDORF, Maria Elaine. *A Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília: UNB, 1996. p. 22.

¹² REZENDE, Antônio Paulo. *Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997. p. 21.

¹³ BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. *Espaço & Debates*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, ano 11, n. 34, p. 14, 1991.

No ato da investigação, as fontes são múltiplas alternativas para decifrar o processo de transferência da capital do Piauí e da urbe teresinense na segunda metade do século XIX. Haja vista as formas plurais de habitar, pensar e circular pelo espaço urbano, bem como os movimentos múltiplos que caracterizaram o *modus vivendi* da Teresina oitocentista. Mas como apreender uma realidade sem vivenciá-la? Como compreender este período que está, muitas vezes, espalhado em uma documentação fragmentada? Este é o trabalho do historiador: trazer à tona o passado que ele não vivenciou, por isso, a importância de seu faro historiográfico, a sensibilidade para seguir as pistas deixadas pelos sujeitos que as formularam e tecer um cenário sobre o tema que se propôs a pesquisar. Assim,

[...] nenhum egiptólogo viu Ramsés, nenhum especialista das guerras napoleônicas ouviu o canhão de Austerlitz. Das eras que nos precederam, só poderíamos [portanto] falar como testemunhas. Estamos, a esse respeito, na situação do investigador que se esforça para reconstruir um crime ao qual não assistiu; do físico, que, retido no quarto pela gripe, só conhece os resultados de suas experiências graças aos relatórios de um funcionário de laboratório. Em suma, em contraste com o conhecimento do presente, o do passado seria necessariamente “indireto”.

Que haja nessas observações uma parte de verdade, ninguém pensará em negá-lo. Elas exigem, no entanto, serem sensivelmente nuançadas.¹⁴

As fontes utilizadas para a construção desta dissertação possibilitaram a percepção de aspectos múltiplos acerca do processo de transferência da capital e da cidade de Teresina na segunda metade do século XIX. Desta maneira, como *corpus* documental desta pesquisa, articularam-se fontes empíricas às bibliográficas. Assim, a documentação utilizada nesta pesquisa compõe-se de Relatórios de presidentes da Província do Piauí, durante o século XIX, disponíveis no Arquivo Público do Piauí (APPI) – Casa Anísio Brito e digitalizados pelo PET-História (Programa de Ensino Tutorial), com base no Projeto Clio. Ofícios. Documentação pertencente ao IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Memórias. Códigos de Postura de Teresina durante a segunda metade do século XIX, que se encontram no Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI) – Casa Anísio Brito. E os jornais *O Echo Liberal*, *A Imprensa*, *O Amigo do Povo*, *A Pátria*, *O Democrata*, *A Época*. As informações, muitas vezes, são fragmentadas, inscritas nas entrelinhas nas fontes analisadas. Aliás, conforme ponderou Marc Bloch, o saber histórico é:

¹⁴ BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou, O ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 69.

[...] um conhecimento através de vestígios. Quer se trate das ossadas emparedadas nas muralhas da Síria, de uma palavra cuja forma ou emprego revele um costume, de um relato escrito pela testemunha de uma cena antiga [ou recente], o que entendemos efetivamente por documentos senão um “vestígio”, quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar?¹⁵

Quanto às fontes bibliográficas referentes à temática em estudo, há uma bibliografia considerável. O diálogo com obras consideradas chaves de leituras essenciais, antecedeu e permeou todos os passos para a construção desta dissertação. Tais obras trazem aspectos múltiplos transferência da capital e da cidade de Teresina na segunda metade do século XIX, a título de exemplo: *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*: desde os tempos primitivos até a proclamação da República, v. 1¹⁶ e v. 2¹⁷, de Pereira da Costa, *Os primórdios de Nossa História*, de Cláudio Melo¹⁸, *Pesquisas para a História do Piauí*, v. 1¹⁹ e v. 4²⁰, de Odilon Nunes, *História de Teresina*, de Clodoaldo Freitas²¹, *Teresina: subsídios para a história do Piauí*²² e *Cadernos históricos*²³, de Monsenhor Joaquim Chaves, *Economia e desenvolvimento do Piauí*, de Felipe Mendes²⁴, *145 anos: Teresina Cidade Futuro*, organizada por Maria Cecília Mendes²⁵, *Teresina 150 anos*, coordenada por Antônio Fonseca dos Santos Neto²⁶, *Histórias de vários feitio e circunstância*, organizada por João Kennedy Eugênio²⁷ *Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas*, organizada por Raimundo Nonato Monteiro Santana²⁸ e *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*, de Raimundo Nonato Monteiro Santana²⁹, *Um manicaca*, de Abdias Neves³⁰, *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo e *Educação no Piauí (1880 – 1930)*, de

¹⁵ BLOCH, 2001, p. 73.

¹⁶ COSTA, Francisco Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República. v. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

¹⁷ COSTA, Francisco Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí*: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República. v. 2. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

¹⁸ MELO, Cláudio. *Os primórdios de nossa história*. Teresina: [s.n.], 1983.

¹⁹ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. v. 1. 3. ed. Teresina: FUNDAPI/FCMC, 2007.

²⁰ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. v. 4. 3. ed. Teresina: FUNDAPI/FCMC, 2007.

²¹ FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: FCMC, 1988.

²² CHAVES, Joaquim (Mo.). *Teresina: subsídios para a História do Piauí*. Teresina: FCMC, 1994.

²³ CHAVES, Joaquim (Mo.). *Cadernos históricos*. Teresina: FCMC, 1993.

²⁴ MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: FCMC, 2003

²⁵ MENDES, Maria Cecília (org.). *145 anos: Teresina cidade futuro*. Teresina: FCMC, 1997.

²⁶ SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002.

²⁷ EUGÊNIO, João Kennedy. *Histórias de vários feitio e circunstância*. Teresina: IDB, 2001.

²⁸ SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: FUNDAPI, 1995.

²⁹ SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

³⁰ NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Quixote, 2012.

Teresinha Queiroz³¹, *Praça Aquidabã, sem número*, de Arimathéa Tito Filho³², *Rio Parnaíba – Cidades-beiras (1850-1950)*, de Gercinair Silvério Gandara.³³

A metodologia de trabalho empregada se alinha ao campo de investigação intitulado de História Cultural. Conforme sinaliza Roger Chartier, esta vertente historiográfica “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada e dada a ler”.³⁴ Relativamente à história cultural, Roger Chartier considera que “[...] Por um lado é preciso pensá-la como a análise do trabalho de representação, isto é, das classificações e das exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceptuais próprias de um tempo ou de um espaço”.³⁵

A escrita está estruturada em quatro capítulos, que se complementam, nos quais são apresentados o processo de discussão em torno da transferência da capital do Piauí e a sua concretização em 1852, bem como a cidade de Teresina no século XIX. O primeiro capítulo pauta-se na análise dos primórdios da urbanização piauiense, mediante a criação das primeiras vilas e da capital, Oeiras e suas condições estruturais. Analisam-se também os caminhos trilhados pelo projeto de integração do Piauí ao restante do Brasil, no intuito de romper com o isolamento da província.

No segundo capítulo, o cerne da discussão encontra-se nos debates em torno da mudança da capital do Piauí, desde as propostas iniciais, que datam do século XVIII até a sua realização, em 1852, pelo presidente José Antônio Saraiva. Pauta-se também a análise na navegação do rio Parnaíba, por meio da criação da Companhia de Navegação em 1858, ponto essencial para a transferência da cidade-capital para as margens desse rio. Assim, através da navegação fluvial, seria possível equacionar os problemas de transporte e comunicação, haja vista que a província não contava com estradas. Aliás, a agricultura, também, receberia impulso, as águas do rio Parnaíba permitiram a movimentação de riquezas.

Direciona-se o olhar no terceiro capítulo para a cidade de Teresina nos Oitocentos. Desse modo, visa-se investigar os primeiros prédios públicos, construídos sob o signo do improvisado e da escassez de recursos. Outro ponto essencial dessa parte é a análise da estruturação urbana teresinense e de sua infraestrutura. Assim, vem à tona na escrita, as melhorias urbanas, o comércio, a sociedade teresinense e as estratégias do poder público de

³¹ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

³² TITO FILHO, Arimathéa. *Praça Aquidabã, sem número*. Rio de Janeiro: Artenova, [1985].

³³ GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba...cidades-beira (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

³⁴ CHARTIER, 1990, p. 17.

³⁵ CHARTIER, 1990, p. 27.

normatizar os comportamentos e o viver na nova cidade-capital, bem como as táticas dos cidadãos para burlar a norma.

Evidenciam-se no quarto capítulo o lazer e a educação na Teresina do século XIX. São analisadas as várias festividades que marcaram a vida social da sociedade teresinense. Dentre as sociabilidades, destacavam-se os festejos religiosos, as festas cívicas, o carnaval, os jantares, os bailes – momentos de trocar experiências e de possíveis flertes entre moças e rapazes –, as corridas de cavalo, as sociedades esportivas, o circo, o sereno. As festividades populares – forrós, sambas, rodas de São Gonçalo, batuques. O teatro foi também uma diversão marcante, sobretudo, para os estratos sociais mais abastados, tendo em vista os altos preços dos ingressos e de trajés apropriados. Lança-se ainda o olhar para o cenário educacional na Teresina da segunda metade do século XIX. Naquele momento, o sistema educacional da cidade era composto pelo Ensino primário, escolas particulares, escolas noturnas, Estabelecimento dos Educandos Artífices, pelo Liceu Piauiense, aulas avulsas e Escola Normal.

Por conseguinte, este trabalho busca contribuir para os estudos sobre o processo da transferência da capital do Piauí e a Teresina Oitocentista. Transferir a sede do governo foi uma medida com teor político-econômico para desenvolver a economia piauiense e promover a comunicação intra e interprovincial, através das águas do rio Parnaíba. A nova cidade-capital, Teresina, nasceu com o intuito de trazer mudanças positivas para o Piauí, seu objetivo era rejuvenescer a face piauiense, assolada por dificuldades variadas, como a falta de transportes. Para tanto, a navegação fluvial era o ponto fulcral. Desse modo, entende-se Teresina como um lugar engendrado por vivências e experiências dos sujeitos em seus cotidianos, o que também abre espaço para problematizações sobre aspectos políticos e econômicos, sociais, culturais e educacionais.

2 SOB O SIGNO DO RURAL: OS PRIMÓRDIOS DA URBANIZAÇÃO NO PIAUÍ

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial
teve sua base fora dos meios urbanos.

(Sérgio Buarque de Holanda)

A proposta do presente capítulo é entender o início da vida urbana na Capitania de São José do Piauí, como parte das políticas administrativas da Coroa Portuguesa que via, na criação e instalação de núcleos urbanos, uma forma de fixar os habitantes nos espaços de expansão colonial, ao tempo em que determinava também a presença do Estado Português e da cultura do colonizador nesses vastos e longínquos espaços geográficos. Em momento seguinte, a discutir-se-ão as dinâmicas do Piauí, agora na condição de Província do Império Brasileiro e tendo como desafio a superação de uma crise econômica da atividade pecuária e a necessidade de inserção da Província nos parâmetros da economia nacional na segunda metade do século XIX. Para ser efetivada a proposta, utilizar-se-ão, especialmente, obras historiográficas que analisem a política de urbanização e colonização da Coroa Lusitana, bem como, a bibliografia que auxilie na tarefa de entender as dinâmicas da Europa, do Brasil e do Piauí no período colonial e no século XIX.

2.1 As Primeiras Vilas do Piauí

Com o objetivo de compreender o processo de transferência da capital do Piauí de Oeiras para Teresina, ocorrida em 1852, acredita-se ser importante traçar um breve panorama de aspectos marcantes de sua história, como a criação das primeiras vilas e a primeira cidade-capital. No concernente aos primórdios da criação de núcleos urbanos na Capitania de São José do Piauí, emergem alguns questionamentos: qual o significado da criação dos primeiros núcleos urbanos para a capitania? Quais os interesses da Coroa Portuguesa ao criar seis vilas e elevar a Vila da Mocha à condição de cidade e capital da capitania?

O território que corresponde hoje ao Piauí, também conhecido como “Sertão de Rodelas”³⁶, a partir de 1660-1670, passou a ser intensamente penetrado por desbravadores.³⁷

³⁶ Segundo Capistrano de Abreu, os sertões de dentro foram aqueles colonizados a partir da Bahia e compreendiam a área do atual Estado da Bahia, incluindo a margem Ocidental do rio São Francisco, o interior do Piauí e a região do Alto Itapecuru e rio das Balsas até o Tocantins. Já os sertões de Fora, eram os colonizados a partir de Pernambuco, e constituídos pelas regiões mais próximas do litoral, estendendo-se da Paraíba ao Ceará. ABREU, João Capistrano de. Os caminhos Antigos e o

Antes do seu “processo de povoamento”, no início do século XVIII³⁸, a região já era percorrida por curraleiros, a exemplo de “militares, civis e religiosos, que, penetrando nos sertões de dentro”, buscavam “conquistar os índios. Os dois primeiros com o objetivo de utilizá-los como mão-de-obra escrava ou elemento guerreiro, enquanto os religiosos visavam a sua conversão à fé cristã”.³⁹ A instalação dos primeiros núcleos populacionais no Piauí deve ser entendida como parte das políticas colonizadoras do Estado Português que buscava demarcar sua presença nos territórios de expansão colonial. Ressalta-se que em outros locais, como Minas Gerais, houve um avanço da urbanização com a descoberta das minas de ouro e diamante. No Piauí, a criação das primeiras vilas e da capital, Oeiras, originou a estrutura espacial administrativa piauiense durante o período colonial.

Durante certo tempo, a Coroa Portuguesa pautou sua política de ocupação das áreas interiores da colônia partindo da distribuição de terras pelo regime sesmarial. Não obstante, a partir da segunda metade do século XVIII, no reinado de D. José I, houve uma reestruturação do Estado Português. O ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino, Sebastião José de Carvalho e Melo – Marquês de Pombal⁴⁰ (1750-1777) buscou centralizar e racionalizar as funções governamentais, com o objetivo de trazer eficácia na arrecadação de

Povoamento do Brasil. In: *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. 5. ed. Brasília: UNB, 1963. p. 147.

³⁷ Os primeiros desbravadores destas terras foram Francisco Dias de Ávila, Antônio Guedes de Brito, Bernardo Vieira Tavares, Domingos Afonso Sertão, juntamente com outros homens aos quais foram concedidas por sua S. Majestade as terras que possuísem.

³⁸ Quanto ao povoamento e exploração do sertão nordestino, os fatores determinantes foram: a expansão dos engenhos no Nordeste e a apropriação de novas áreas para instalação de currais bovinos. NUNES, Maria Célis Portella; ABREU, Irlane Gonçalves de. Vilas e Cidades. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (org.). *Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas*. Teresina: FUNDAPI, 1995. p. 85-86.

³⁹ NUNES; ABREU, 1995, p. 85.

⁴⁰ Nasceu em Lisboa a 13 de maio de 1699 e faleceu em Pombal a 8 de maio de 1782. Foi um nobre, diplomata e estadista português. Representou o despotismo esclarecido em Portugal, no século XVIII. Cursou Direito, na Faculdade de Leis e na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra. Durante o reinado de D. João V foi embaixador nas cortes do Reino da Grã-Bretanha, em Londres, Inglaterra, e do Sacro Império Romano-Germânico, em Viena, Arquiducado da Áustria. Algumas das suas ações enquanto Primeiro-Ministro de Portugal foram: Abolição da escravatura nas Índias Portuguesas, reformas nos campos das economias e finanças, com a criação de companhias e associações corporativas que regulavam a atividade comercial, assim como a reforma do sistema fiscal. Reorganização do exército e da marinha; Abolição da discriminação dos "cristãos novos" (pelo menos em parte) reestruturação da Universidade de Coimbra; Contratação de prestigiados professores estrangeiros e compra de aparelhos científicos modernos. Apesar dessa reestruturação da Universidade de Coimbra o número de alunos universitários baixa de 4500 para apenas 500 devido ao desastre educacional que resultou das reformas do Marquês no ensino não universitário, advindo da expulsão dos jesuítas. No Brasil, algumas de suas medidas foram: a educação na colônia deveria ser transmitida por leigos nas chamadas Aulas Régias. Regulamentação do funcionamento das missões, afastamento dos padres de sua administração, e criou, em 1757, o Diretório, órgão composto por homens de confiança do governo português, cuja função era gerir os antigos aldeamentos indígenas.

impostos e na administração do vasto Império Colonial Português. As medidas administrativas tomadas por Pombal, embora estivessem balizadas pelas ideias iluministas, “não apresentavam discrepância nem ruptura com a política de ocupação que a Coroa vinha adotando nas áreas de expansão colonial. Elas preservavam a essência da política colonizadora, embora apresentassem diferenças quanto à forma de exercer o controle político local”.⁴¹

Com o intuito de tornar mais eficaz a administração colonial, foram criados órgãos fiscais e instaladas novas capitanias. Isso representa o controle maior do meio norte do Brasil, dominado por proprietários de terras.⁴² Portugal buscava efetivamente ocupar territórios e, com isso, prevenir possíveis invasões de outros povos conquistadores, como espanhóis e franceses, ao tempo em que também criava mecanismos que submetessem as populações coloniais ao domínio do poder real. A construção de vilas e cidades foi uma das estratégias encontradas pela Coroa Lusitana para criar mecanismos de controle mais eficazes nas áreas de expansão colonial. As cidades seriam instrumentos civilizatórios, em que a presença física do colonizador e a propagação da sua cultura seriam fundamentais para a manutenção do seu poder e domínio. Portanto, “O projecto urbanizador era um componente fundamental do projecto de ocupação efectiva do território, que os conflitos com outras potências colonizadoras exigiam”.⁴³

A materialização do projeto político da administração portuguesa com a criação e instalação de núcleos urbanos buscava não só fixar os habitantes ao solo, mas também determinar a presença do Estado Português nas áreas de expansão colonial na América. Estendeu-se também à Índia, África, ilhas atlânticas e à Metrópole. Dentro desse projeto foram criadas várias vilas e a cidade Oeiras.⁴⁴ Assim, a edificação de vilas e cidades, no decorrer do século XVIII, teve a finalidade de levar aos locais mais distantes a justiça e o poder reais.⁴⁵

Segundo Sérgio Buarque de Holanda, a criação de cidades é, entre todos os instrumentos de controle, o mais duradouro e eficiente. Logo, fundar cidades foi um meio específico, um recurso eficaz, que as nações conquistadoras encontraram de criar órgãos

⁴¹ BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A capitania de São José do Piauí. In: *A elite colônia piauiense: família e poder*. Teresina: FCMC, 1995. p.73.

⁴² NUNES; ABREU, 1995, p. 89.

⁴³ TEIXEIRA, Manuel C; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999. p. 253.

⁴⁴ FLEXOR, Maria Helena Ochi. A rede urbana brasileira setecentista: a afirmação da vila regular. In: TEIXEIRA, Manuel C. (org.). *A construção da cidade brasileira Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004. p. 204.

⁴⁵ BRANDÃO, 1995, p. 70.

locais de poder nas terras conquistadas. Esse fenômeno remonta ao mundo helenístico, à Roma Imperial, ao Oriente Próximo e à China.⁴⁶

Para Sérgio Buarque, há distinções entre as experiências espanhola e portuguesa no processo de colonização na América, os primeiros ergueram cidades com minúcia e zelo: agrupamentos urbanos organizados em traços retilíneos, as construções das cidades eram iniciadas a partir da praça maior. Enquanto a colonização portuguesa foi marcada pelo imprevisto e o imediatismo. Nas vilas e cidades da América Portuguesa, não havia uma política urbanística bem definida, suas características principais eram a espontaneidade, a irregularidade e a falta de planejamento.⁴⁷

Nestor Goulart Reis apresenta uma versão diferente em relação à de Sérgio Buarque de Holanda. Para Reis, a política urbanística da América Portuguesa teve início com a fundação de cidades como: Salvador (1549), Olinda, Rio de Janeiro, São Luís e muitas outras vilas e cidades no Brasil Colonial. Os planos e atos normatizadores de espaços urbanos eram os mesmos para vilas e cidades. O interesse da política urbanizadora na América Portuguesa “consistia na defesa de seus objetivos enquanto agente principal do processo de colonização”.⁴⁸ Observando-se o contexto geral da Colônia, no que se refere à criação de vilas, Reis Filho, aventa que:

Aproveitando antigas tradições urbanísticas de Portugal, nossas vilas e cidades apresentavam ruas de aspecto uniforme, com residências construídas sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre limites dos terrenos. As dimensões e o número de abertura, altura dos pavimentos e o alinhamento com as edificações vizinhas foram exigências correntes no século XVIII e tinham como finalidade manter o aspecto português nas vilas brasileiras.⁴⁹

Nesta dissertação, entende-se que no período da instalação da capitania de São José do Piauí, em 1758⁵⁰ a criação de vilas e cidades ganhou outra conotação para o Estado português, passando a cidade a ser percebida como instrumento colonial não só no sentido de conquista, mas também com o sentido de instrumento civilizacional, a elas caberiam a função

⁴⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O sementeiro e o ladrilhador. In: *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 95.

⁴⁷ HOLANDA, 1995.

⁴⁸ REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil (1520-1720)*. São Paulo: EDUSP, 1969. p. 6; REIS FILHO, Nestor Goulart. As principais cidades e vilas do Brasil: Importância da vida urbana colonial. *Revista Oceanos: A construção do Brasil Urbano*. Lisboa, n. 41, p. 61-67, jan./mar. 2000.

⁴⁹ REIS FILHO, Nestor. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 22.

⁵⁰ Seu nome foi uma homenagem ao rei D. José pelo primeiro governador o coronel de cavalaria João Pereira Caldas, empossado em 20 de setembro de 1759.

de trazer para o seio da civilização e do poder do Estado, os indivíduos dispersos no vasto espaço geográfico de ocupação colonial, os segmentos sociais antes proscritos, e mesmo os próprios nativos, “o que antes era excepcional, torna-se a política corrente do Estado Português”.⁵¹ Dessa forma, o nativo, passando a habitar em cidades, seria percebido como um potencial cidadão civilizado, ele deveria se enquadrar nos parâmetros da vida cidadina, na cultura do conquistador, ao tempo em que se submetia às instâncias administrativas locais que representavam o poder do Rei.

Nesse contexto, foi instalada a Capitania de São José do Piauí pelo rei D. José I, 40 anos, após sua criação em 1718, e nomeado o seu primeiro governador, João Pereira Caldas.⁵² Este, obedecendo às ordens emanadas de Portugal, deveria estabelecer a ordem e proceder a Justiça, efetivar a coleta de recursos devidos à Coroa, desenvolver atividades militares e a doutrinação das populações no evangelho cristão, e favorecer o crescimento das atividades produtivas da nova Capitania.⁵³ Ao tomar posse, em 1761, Pereira Caldas cita que o comércio da Capitania era deplorável:

[...] Porque como os seus verdadeiros efeitos são os gados e cavalos, e estes não têm extração atendível pela grande abundância que há já daqueles na Bahia, Pernambuco, Minas, e destes pela grandíssima quebra em que se acham com a introdução das mulas da Colônia, necessariamente se há de seguir a estes moradores a sobredita miséria, e ruína, da qual se não podem livrar sem que os gados e cavalos tornem a ter aquela saída que em outro tempo experimentavam.⁵⁴

Uma das medidas administrativas, tomadas pelo Governador Pereira Caldas, foi elevar a Vila da Mocha à condição de cidade, com o nome de Oeiras⁵⁵, onde instalou a capital e ainda elevar à categoria de vila, seis das freguesias existentes: Parnaíba, Valença, Campo Maior, Jerumenha, Marvão e Parnaguá. A criação das referidas vilas era uma decisão de D.

⁵¹ PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Considerações sobre a ação urbanística do período pombalino. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 79, mar. 1995.

⁵² O primeiro governador do Piauí, foi nomeado em 14 de janeiro de 1759, prestou juramento nas mãos de Francisco Xavier de Mendonça, em Belém do Pará, depois partiu em uma viagem para a Mocha, onde chegou a 17 de setembro de 1759 e tomou posse três dias depois.

⁵³ NUNES; ABREU, 1995, p. 89.

⁵⁴ NUNES, Odilon. *Estudos de História do Piauí*. 2. ed. Teresina: APL, 2014. (Coleção Centenário 7). p. 168-169.

⁵⁵ Nome dado por Pereira Caldas em homenagem ao Primeiro Ministro de Portugal Sebastião de Carvalho e Melo – o Marquês de Pombal, que antes deste título era conhecido como Conde de Oeiras. Existiram diversas cidades e vilas com o nome de Oeiras, tanto no Brasil quanto em Angola, os nomes foram homenagens ao Marquês de Pombal.

José I⁵⁶, expressa na Carta Régia de 19 de junho de 1761. Ao autorizar a criação das mesmas, o monarca expressa o anseio de que o território da Capitania fosse povoado de forma eficaz “A fertilidade do território da capitania está prometendo que desde que nela se estabelecer solidamente o governo civil e a administração da justiça, constituirão as vilas e lugares que deveis erigir, uma das mais nobres províncias dos meus domínios do Brasil”.⁵⁷

Antes de discutir outros aspectos do Piauí, durante o período colonial, cabe enfatizar que no momento histórico em que Oeiras foi elevada à categoria de cidade-capital do Piauí, ela atendia às necessidades da época e foi, aliás, muito bem pensada. Pois havia naquele momento histórico um impulso dos sertões.⁵⁸ Ressalta-se que a geografia considera como sertão no Brasil, a área interiorana que começou a ser “penetrada ainda no século XVI, logo depois da chegada dos colonizadores, quando as fazendas de gado foram separadas das fazendas agrícolas, particularmente na região Nordeste”.⁵⁹ Os anos posteriores à escolha de Oeiras como capital piauiense, foram marcados por discussões sobre as difíceis condições de comunicação e relações comerciais. Isto levou muitos políticos e administradores do Piauí a questionarem, desde meados do século XVIII e durante a primeira metade do século XIX, a possibilidade da transferência da cidade-capital para outro local, que permitisse o efetivo exercício do comércio e de maiores contatos com o restante do Brasil.

Voltando a tratar do Piauí no século XVIII, enfatiza-se que em 1762, a população da Capitania era mensurada em 12.746 habitantes⁶⁰ nas zonas urbana e rural como se observa na tabela que segue:

⁵⁶ A fim de incentivar a povoação concedia favores e honrarias aos que habitassem em suas sedes, como a isenção de tributos por 12 anos.

⁵⁷ COSTA, Pereira da. *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*. 1909. Efemérides de 29/7/1759 apud NUNES, 2014. p. 77.

⁵⁸ Significados da palavra sertão são múltiplos, a título de exemplo, o dicionário Aurélio apresenta a seguinte descrição: 1. Região agreste, distante das povoações ou terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, longe do litoral. 3. Interior pouco povoado. 4. Bras. Zona pouco povoada do interior do país, em especial do interior do país, em especial do interior semiárido da parte norte-ocidental, mais seca o que a caatinga, onde a criação de gado prevalece sobre a agricultura, e onde perduram tradições e costumes antigos [...]. FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975. p. 1293 apud ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “Sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto vista da ciência geográfica). *Ciência Geográfica*, v. 15, p. 84, jan./dez. 2011. O dicionário Houaiss apresenta uma definição bem parecida com a supracitada: 1. Região agreste, afastada dos núcleos urbanos e das terras cultivadas. 2. Terreno coberto de mato, afastado do litoral. 3. A terra e a povoação do interior; o interior do país. 4. Toda a região pouco povoada do interior, em especial, a zona mais seca que a caatinga, ligada ao ciclo do gado e onde permanecem tradições e costumes antigos. (...) HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. p. 2558.

⁵⁹ ANTONIO FILHO, 2011, p. 85.

⁶⁰ Oeiras tinha 1.120 moradores no perímetro urbano e 2.495 na zona rural. Já nas outras vilas, a população residia na zona rural. Alencastre aventa que: “Não se assentam sobre bases seguras os

Tabela 1: População da Capitania de São José do Piauí (1762)

Vila	População e número de fogos ⁶¹	Vigário
	Zona urbana	
Oeiras	655 pessoas livres, 465 cativas e 270 fogos	Dionísio José de Aguiar
Valença	121 pessoas livres, 35 cativas e 39 fogos	Manoel Nunes Teixeira
Marvão	56 pessoas livres, 9 cativas e 19 fogos	Antônio Tavares da Silva
Campo Maior	128 pessoas livres, 34 cativas e 31 fogos	Sebastião Vieira Sobral
São João da Parnaíba ⁶²	8 pessoas livres, 11 cativas e 4 fogos	Alexandre de Sousa Ventura
Jerumenha	71 pessoas livres, 28 cativas e 16 fogos	
Parnaguá	37 pessoas livres, 60 cativas e 34 fogos	Francisco da Costa e Sá
	Zona rural	Fazendas
Oeiras	1.411 pessoas livres e 1.084 cativas	169 fazendas ⁶³
Valença	751 pessoas livres, 578 cativas e 266 fogos	52 fazendas

cálculos que modernamente se têm feito sobre a população do Piauí, por vezes e em diferentes anos se tem precedido ao censo; porém todos os trabalhos têm sido feito por modo tal, que, ou deixam grandes lacunas ou devem ser absolutamente desprezados por não assentarem em regulares e sérias investigações”. ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. 4. ed. Teresina: APL, 2015. (Coleção Centenário 43). p. 93.

⁶¹ O termo fogo significa residência.

⁶² Alencastre, 2015, p. 94 afirma usa o termo “Freguesia de Piracuruca, porque São João da Parnaíba era filial daquela em 1762”. O território da vila de São João do Parnaíba foi desmembrado de Piracuruca: “Em Piracuruca estava situada a Igreja matriz datada de 1743, 27 anos antes da Vila de Parnaíba [...]”. Piracuruca foi elevada à categoria de vila em 1832. SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. v. 1, 2, 3. Belo Horizonte: [s.n.], 2007. p. 27.

⁶³ ALENCASTRE, 2015, p. 94: “o vigário Dionísio José de Aguiar, no cálculo apresentado os 28 fogos e 354 índios de Jaicós e a aldeia de São João de Sende com 30 fogos e 337 índios da nação Gueguês e Acaroás”.

Marvão	715 pessoas livres, 279 cativas e 176 fogos	39 fazendas
Campo Maior	1.120 pessoas livres, 585 cativas e 276 fogos	86 fazendas
São João da Parnaíba (Freguesia de Piracuruca)	1.747 pessoas livres, 602 cativas e 330 fogos	84 fazendas
Jerumenha	300 pessoas livres, 298cativas e 77 fogos	51 fazendas
Parnaguá	229 pessoas livres, 576 cativas e 130 fogos	55 fazendas

Fonte: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. 4. ed. Teresina: APL, 2015. p. 94; COSTA, Francisco Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. v. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1975. p. 155.

Para a criação de vilas, as Ordenações Portuguesas faziam as seguintes exigências: a localidade deveria contar com no mínimo 6 ou 7 famílias residentes, ter Igreja, Pelourinho, e edifícios onde pudessem ser instaladas a Casa da Câmara e a Cadeia.⁶⁴ Quanto ao espaçamento físico e à distribuição urbanística, a Coroa Portuguesa seguia posturas também prescritas nas *Ordenações Reais*, segundo as quais, as casas deveriam ter lotes pré-traçados, seguindo planos retangulares, denotando clara preocupação com a ordem e a transmissão de autoridade por parte dos administradores.

Segundo Diva Figueiredo, a vila de Aracati, no Ceará, foi o ponto inicial de uma política da Coroa Portuguesa que seguia um modelo de planificação. Este em seguida foi implantado nas demais vilas em todas as regiões da Colônia no decorrer do século XVIII, inclusive na Capitania do Piauí, a partir da Carta Régia de 1761.⁶⁵ Com o intuito de efetivar a criação das vilas, seguindo o desejo do Monarca, Pereira Caldas ordenou as seguintes medidas para a instalação das mesmas:

⁶⁴ Os símbolos do poder português, como os forais e o pelourinho foram poucos, por exemplo, pelourinhos teriam sido erguidos somente em Campo Maior (mantido até 1844) e Valença. REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. Parnaíba e sua integração no espaço regional. In: *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes na cidade de Parnaíba – Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2013. p. 22.

⁶⁵ FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. Arquitetura e urbanismo no Piauí: formação e identidade. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Gente de longe: história e memórias*. Teresina: Halley, 2006. p. 29.

E para que as referidas vilas se estabeleçam com maior felicidade, e estas mercês possam sortir o devido efeito, sou servido ordenar-vos que, passando às referidas freguesias, depois de haverdes feito relações dos moradores, que se oferecerem para povoar as referidas vilas – convoqueis todos para determinados dias, nos quais sendo presente o povo, determineis o lugar mais próprio para servir de praça e cada uma das ditas vilas, fazendo levantar no meio delas o pelourinho, assinando área para se edificar uma igreja, capaz de receber um número de fregueses, quando a povoação se aumentar, como também as outras áreas competentes para as casas das vereações e audiências, cadeias e mais oficinas públicas, fazendo delinear as casas dos moradores por linha reta, se sorte que fiquem largas e diretas as ruas.⁶⁶

Tanya Brandão aventa que as vilas deveriam comportar os setores: o administrativo – onde ficaria o plano principal, em que estaria a praça com o pelourinho ao centro, e onde deveriam estar instaladas a Igreja Matriz, a casa de vereação e audiências, a cadeia e as demais oficinas públicas; o setor residencial – onde seriam edificadas as residências dos oficiais da Câmara, em terrenos cedidos pela municipalidade, e apresentar idêntica fachada externa, ficando o espaço interno a critério dos proprietários.⁶⁷ Havia a orientação de que, na fundação da vila, fosse determinada a área de expansão das futuras casas as quais deveriam ser dispostas em ruas retas e largas e respeitados os espaços para logradouros públicos e ruas retas.

Havia a orientação de que com a fundação da vila, fosse determinada a área de expansão das futuras casas. Estas deveriam ser dispostas em linha reta, respeitados os espaços para logradouros públicos e ruas retas e largas. E ainda o subúrbio – área que circundava a vila, distante 6 léguas do centro. Neste espaço, as sesmarias concedidas a cada morador deveriam compreender, no máximo, a meia légua em quadro. O objetivo era garantir terrenos a novos habitantes e evitar a formação de grandes propriedades no perímetro urbano. Uma gleba de 4 léguas seria demarcada e entregue à administração dos oficiais da Câmara, para obtenção de renda visando suprir as despesas e obras do Conselho.

Essa proposta governamental, conforme sinaliza Tanya Brandão, sofreu alterações nas vilas e cidades coloniais do Piauí. Tendo em vista que, na parte residencial, as ruas não foram traçadas em linha reta e não eram suficientemente espaçosas. Tudo indica que as especificações para os subúrbios também não foram observadas. Segundo informações de 1772, existiam nessas áreas 137 unidades de produção agropastoril. Ou seja, no entorno do perímetro urbano se formaram grandes propriedades. Além disso, apesar de morarem na área

⁶⁶ ALENCASTRE, 2015, p. 163.

⁶⁷ BRANDÃO, 1995, p. 71.

urbana, fazendeiros e sitiantes piauienses optavam por áreas mais rurais. O setor administrativo, segundo Tanya Brandão, foi o que mais se aproximou do projeto arquitetônico inicial, uma vez que estava localizado no centro da vila, formado por uma praça rodeada por prédios da administração pública e pela Igreja Matriz.⁶⁸

Por meio de pequenos aglomerados urbanos, foi formatada de modo precário, a organização socioespacial e administrativa da Capitania do Piauí. Seu objetivo primeiro era o estabelecimento concreto do poder controlador de Portugal sobre a Capitania, valendo-se da instituição da burocracia. Tanya Brandão aponta que o aumento da influência familiar se fortaleceu com a criação das vilas. Assim, “o prestígio e poder dos grupos familiares foram garantidos através do controle do poder do Estado, exercido por meio da ocupação de cargos e funções político-administrativas”.⁶⁹ A instalação do governo possibilitou às famílias a atuação nos órgãos burocráticos e na política.

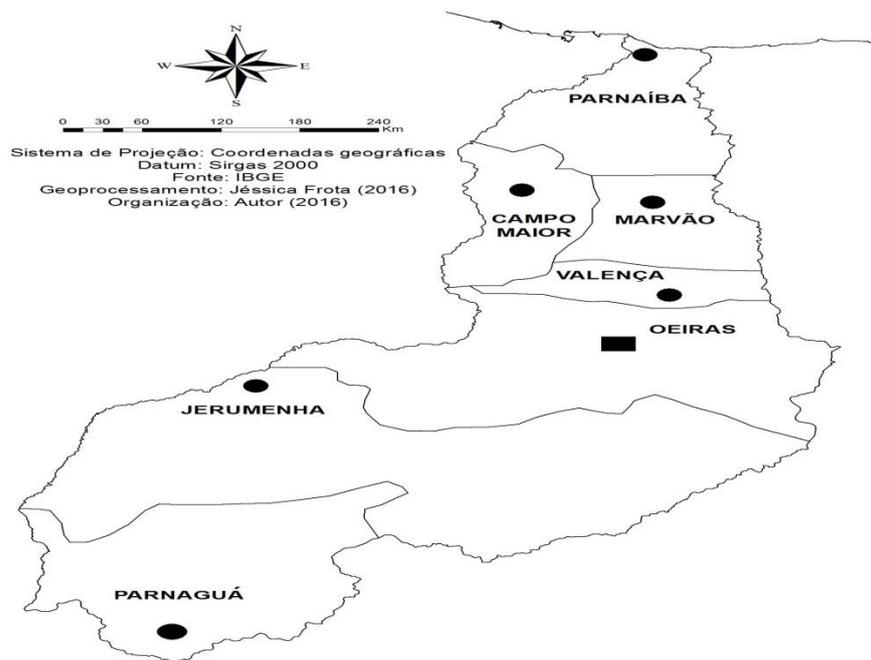


Figura 1. Mapa da Capitania de São José do Piauí (1762). Primeira Divisão Política. Fonte: Arquivo Particular de Diderot Mavignier. Parnaíba – PI apud GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba...cidades-beira* (1850-1950). Teresina: EDUFPI, 2010.

O anseio da Coroa Portuguesa de criar núcleos urbanos como estratégia de controle do Poder Real e expansão da cultura do colonizador favoreceria o desenvolvimento das atividades econômicas, marcadamente rurais – uma característica da estrutura da sociedade brasileira e piauiense no período colonial. Sérgio Buarque de Holanda mostra que, a

⁶⁸ BRANDÃO, 1995, p. 72.

⁶⁹ BRANDÃO, 1995, p. 81-82.

colonização portuguesa na América criou, sem dúvida, uma civilização com profundas raízes rurais. A sociedade colonial tinha suas bases assentadas fora dos meios urbanos. Esse traço criou profundas marcas na América Portuguesa, além disso, limitou muito as iniciativas de desenvolver as atividades urbanas mesmo após a Independência do Brasil, ocorrida em 1822.⁷⁰

Em reflexão anterior a Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu⁷¹, ao analisar a sociedade brasileira, já apresentava ponto de vista semelhante. Para ele, as cidades e as vilas coloniais eram meros aparelhos administrativos, ou um meio caminho entre as áreas agrícolas produtivas e os centros europeus de comercialização da produção colonial, característica que perdurou durante o século XIX.

Se havia a sobreposição do rural sobre o urbano nas Capitânicas onde a produção agrícola alcançava somas vultosas de capital, nas regiões do interior, particularmente onde a economia girava em torno de atividades secundárias como a pecuária, a “ditadura do ruralismo” se tornava mais nítida. E o Piauí exemplifica notadamente a “tendência centrífuga de povoamento”.⁷² Odilon Nunes enfatiza que havia a preferência pelas áreas rurais em detrimento das vilas e cidades, isso levava a baixos índices de urbanização e não à falta de população, haja vista que a mesma vivia dispersa pelas fazendas de gado. A explicação para tal fenômeno era o teor extensivo e centrífugo do povoamento piauiense, havia “[...] falta de povoações formadas; não há falta de povoadores, que moram e vivem dispersos em suas fazendas de gados, as quais requerem para sua boa criação grande extensão de terras. [...] se os seus moradores que se unissem em povos, bastariam para formar cidades e vilas”.⁷³

No momento da instauração das primeiras vilas, o Piauí era essencialmente rural, marcado por uma ocupação centrífuga, onde as fazendas assumiam papel de destaque. E permaneceram por bastante tempo, como disseminadoras da vida pelos sertões piauienses. Elas foram o elemento central do povoamento da região e originaram: “o modelo dominante de ocupação do território por parte dos milhares de engenhos do Nordeste açucareiro, mas sobretudo a partir do século XVIII, à crescente importação de boiadas pela rica e pujante região aurífera das Minas Gerais [...]”.⁷⁴

⁷⁰ HOLANDA, 1995, p. 73.

⁷¹ ABREU, 1963.

⁷² MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. 2. ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010. p. 54.

⁷³ NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. v. 1. Teresina: Imprensa Oficial, 1996. p. 155.

⁷⁴ MOTT, 2010, p. 92.

Dessa forma, a intenção da Coroa Portuguesa de criar núcleos urbanos na Nova Capitania encontrava como empecilho para a sua concretização as próprias características que assumiam a economia e a conseqüente forma de ocupação do espaço geográfico. Por conseguinte, Oeiras, elevada à condição de cidade e de capital, tinha condições materiais precárias, tudo o que nela se consumia vinha de longe. As vilas de Jerumenha, Marvão, Parnaguá e Valença não prosperavam. Apenas a povoação do Poti, as vilas de Campo Maior e Parnaíba, esta última com uma incipiente atividade industrial – a charqueada e o beneficiamento do couro – e também em virtude da facilidade de escoamento de seus produtos pela via marítima, tiveram algum progresso.

Dez anos depois da criação das primeiras vilas e da elevação de Oeiras à condição de cidade-capital, nem mesmo esta última contava com uma estrutura mínima necessária à instalação eficaz de qualquer aparelho administrativo. Circunstâncias que ficavam agravadas no tocante às demais vilas. O relato do ouvidor Antônio Maria de Moraes Durão, no ano de 1772, sobre Oeiras, o espaço urbano de maior destaque, naquele momento, são esclarecedoras, posto que ele criticou severamente seus aspectos físicos, econômicos e sociais. Antônio Maria Moraes Durão informava que:

Não tem relógio, Casas de Câmara, cadeia, açougue, ferreiro ou outra alguma oficina pública. Servem de Câmara umas casas térreas de barro e sobre que corre litígio. A cadeia é cousa indigníssima sendo necessário estarem presos em troncos e ferros, para segurança. A casa do açougue é alugada e demais cousa nenhuma. As casas da cidade todas são térreas até o próprio palácio do Governo. Tem uma rua inteira, outra de uma só face e metade de outra. Tudo o mais são nomes supostos; o de cidade verdadeiramente só goza o nome.⁷⁵

Se Oeiras, capital da Capitania, contava apenas com o título de cidade e não apresentava condições estruturais mínimas de urbanidade, sem espaços apropriados para o açougue e a cadeia, por exemplo, os relatos do ouvidor, ao se reportar às demais vilas, mostram que a situação era ainda pior, à exceção das vilas de Campo Maior e São João do Parnaíba que apresentavam melhores condições materiais:

Parnaguá, com apenas 29 fogos e 191 almas, não possuía sequer uma oficina pública; Jerumenha, situada a 30 léguas da sede da Capitania apesar de encontrar-se em lugar cômodo, nenhum aumento tinha tido até então, pois apesar de ser vila há onze anos, não possuía na sua sede senão cinco residências.

⁷⁵ MOTT, 2010, p. 58

Valença [...] no pior sítio de todo o seu distrito: sem águas, sem pastos e outra alguma comodidade necessária para qualquer povo. [...] Não tem câmara, cadeia, açougue ou outra alguma oficina, e fica numa baixa terrível onde se bebe de cacimbas. Tem nove vizinhos.

Marvão [...] esta é a pior de toda a Capitania, porque se acha no sítio mais seco e fúnebre da mesma. Tem únicas três casas ou moradores.

Campo Maior [...] numa espaçosa e alegre campina, com 79 fogos e semelhanças de povoação do Reino, inclusive, desafrontada de matos. [...] em redor havia muito povo, muita fazenda e bons sítios.

Parnaíba, situada à margem oriental de um braço do rio do mesmo nome. [...] possuía uma igreja de pedra de cantaria assaz magnífica, fazendo uma despesa de quase 200 mil cruzados, embora tivesse sem uso posto que descoberta. [...] o principal negócio que se fazia era a matança de gado.

Como, porém os abatedouros estavam arrimados à vila, grandes danos sofria a população com o fétido que causa o sangue derramado e mais miúdos de vários milhares de reses que se matavam no pequeno espaço de um até dois meses, corrompendo o ar e atraindo grande número de moscas e savandijas⁷⁶.

A descrição da economia e da sociedade piauienses, em 1775, o relatório da Junta Trina que governou a Capitania⁷⁷, reafirma a descrição feita pelo Ouvidor Antônio Maria de Moraes Durão, ao informar que das vilas criadas no ano de 1762 só a de São João do Parnaíba contava com um aumento e o prometia florescer cada vez mais tanto pelos negócios tecidos pela via marítima, como pelas fábricas e manufaturas ali existentes. Os demais núcleos urbanos encontravam-se no mesmo estado de sua criação, conhecendo-se unicamente por vilas em razão de terem pelourinho, ou um pau cravado na terra.

As condições de vida nesses espaços urbanos eram difíceis, visto que o caráter desagregador da pecuária tinha ressonância no pequeno comércio citadino. Este carregava sobre si uma população improdutiva, formada pelo aparelho administrativo, militar, eclesiástico e escravos. Existiam também pequenos comerciantes e artesãos. Aliás, é importante destacar, que isso era uma constante nas demais capitanias da Colônia. Mesmo nos centros mais importantes como Salvador, Recife e Olinda, faltavam médicos, as ruas eram cheias de buracos, os alimentos eram comercializados ao ar livre pelas ruas. Por exemplo, em Salvador “[...] o lixo era atirado nas ruas, por onde andavam pachorrentamente animais soltos[...]⁷⁸ Esse desleixo com o espaço urbano é uma consequência do tipo de colonização portuguesa que tinha um sentido fugaz e provisório⁷⁹, ou seja, “[...] o principal da vida urbana

⁷⁶ MOTT, 2010, p. 58 e 59.

⁷⁷ Primeira Junta governativa, composta por José Esteves Falcão, Antônio Moraes Durão, João do Rego Castelo Branco. Governaram de 02 de janeiro de 1775 a 12 de dezembro de 1797.

⁷⁸ ARAÚJO, 1993, p. 50.

⁷⁹ Segundo Emanuel Araújo, “por mais de um século os colonos quase sempre encararam o Brasil como coisa provisória ponto de vista pessoal, como terra onde se podia facilmente enriquecer e logo

na Colônia *não* estava nas cidades, mas disperso pelo interior, nos engenhos e fazendas de criação”.⁸⁰

A criação de gado tinha como congênera a agricultura de subsistência que não tornou possível o alargamento da economia piauiense por meio de outros tipos de setores. Na verdade, “isto significou para o Piauí incapacidade de autodinamização de sua economia”.⁸¹ De acordo com Jacob Gorender, em 1701, início do século XVIII, Portugal determinou por meio de uma Carta Régia só seria permitida a criação de gado a uma distância de 10 léguas da costa. Naquele momento, as fazendas de criação de gado já tinham se expandido pelo sertão até o interior do Piauí e do Maranhão, por regiões distantes do mar, nas quais estavam os primeiros currais, os quais se beneficiavam das várzeas de rios.⁸² Já o Pe. Cláudio Melo considera que o povoamento do norte do Piauí foi anterior ao do sul e teria ocorrido através do litoral, durante o século XVIII por ordem régia, a criação de gado só seria permitida a 10 léguas da costa marítima.⁸³

A agricultura não era o ponto principal de atenção dos produtores, pois era praticada como atividade de subsistência em propriedades menos extensas⁸⁴ e utilizando meios rudimentares. Muitos produtores aventavam que o solo era quase todo formado por caatingas, chapadas e matos, e havia ainda as más condições climáticas, com a ausência de chuvas regulares, secas constantes, pobreza dos cursos de água. Tais fatores não favoreciam a atividade agrícola, geralmente, praticada em áreas de brejos e locais mais úmidos. Dentre os produtos cultivados, estavam algodão, milho, feijão, mandioca, cana-de-açúcar e arroz. A produção destes gêneros não atendia sequer à demanda da população e, geralmente, recorria-se a outras Capitânicas, como o Maranhão, o Ceará e a Bahia para a obtenção de alimentos. Esse quadro só sofreu alterações no final do século XIX, impulsionado pelas exportações de produtos extrativistas como a cera de carnaúba e a borracha de maniçoba, que contribuíram para o desenvolvimento financeiro do Piauí.⁸⁵

retornar à metrópole”. As maiores autoridades coloniais só permaneciam na América para cumprimento do dever. ARAÚJO, 1993, p. 32.

⁸⁰ ARAÚJO, 1993, p. 37.

⁸¹ NUNES; ABREU, 1995, p. 86.

⁸² GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978. p. 75.

⁸³ MELO, Cláudio. *Os primórdios de nossa história*. Teresina: [s.n.], 1983.

⁸⁴ De acordo com MOTT, 2010, p. 70, nem todos os imóveis existentes no Piauí eram latifúndios, nem tampouco dedicavam-se exclusivamente à criação bovina. O termo fazenda era usado para propriedades onde se criava gado vacum e cavalari. Já os sítios eram terras de cultivo, separadas das áreas de criação.

⁸⁵ QUEIROZ, 2006, p. 16-27.

A pecuária mostrava-se mais vantajosa financeiramente, pois o terreno era, em grande parte, coberto por capim mimoso, não obstante, os dissabores advindos das secas. As capitâneas vizinhas, como a Bahia, o Maranhão e mesmo as Minas Gerais, eram os principais mercados consumidores da carne bovina piauiense. A economia pecuária tinha grande influência na cultura material e na alimentação da população piauiense, pois, segundo o Pe. Coutinho:

Comem estes homens só carne de vaca, com laticínios e algum mel que tiram pelos paus. A carne ordinariamente se come assada porque não possuem panelas em que se coza; bebem água de poços e lagoas, sempre turva e muito salitrada. Os ares são muito grossos e pouco sadios. Desta sorte vivem estes miseráveis homens, vestindo couros e parecendo tapuias.⁸⁶

O difícil acesso à cidade de Oeiras, devido às longas distâncias, ocasionava alguns transtornos como demora no recebimento das mercadorias, além dos altos preços dos produtos que, muitas vezes, eram mais caros do que na própria corte, tendo em vista a dificuldade de transportes para Oeiras. Acerca disso, é esclarecedor o depoimento do sargento-mor D. João do Amorim Pereira:⁸⁷

Todos os gêneros que se consomem nesta cidade vêm daqui 10, 15, 20 e mais léguas em cavalos, que apenas carregam 5 arrobas, e fazem por dia 5 a 6 léguas de caminho, o que faz com sejam mais caros do que em Portugal, sendo por mar conduzidos por portos deste continente.⁸⁸

Outro aspecto relevante é o fluxo de povoamento do sul para o norte do Piauí, o qual tinha características peculiares e deu um novo estímulo ao desenvolvimento da Capitania. Este movimento foi marcante por meio do surgimento de uma pequena povoação às margens do rio Poty, do crescimento das vilas de São João do Parnaíba, Santo Antônio de Campo Maior, bem como outras povoações ao norte da Capitania.⁸⁹

A condição de urbanidade e o desenvolvimento político-social piauienses não sofreram alterações significativas até o final do século XVIII, tendo em vista que ainda se

⁸⁶ ENNES, Ernesto. *As guerras dos Palmares*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1938, v. 127, p. 370 apud MOTT, 2010, p. 69 e 70.

⁸⁷ Sargento-mor do exército português. Foi governador da Capitania do Piauí de 12 de dezembro de 1797 a 16 de outubro de 1799 e de 17 de fevereiro de 1803 a 4 de junho de 1803. .

⁸⁸ SILVA, Julio Romão da. *Memória sobre a transferência da capital do Piauí*. 3. ed. Teresina: FCMC, 1994. p. 13.

⁸⁹ NUNES; ABREU, 1995, p. 94.

mantinham muito fortes as heranças agrárias da elite dominante.⁹⁰ Esses contribuía também para a permanência da ruralidade: “[...] pois o apego ao latifúndio e ao poder a ele conferido impediram um salto mais ousado em direção à vida urbana, até mesmo porque este foi um período marcado por muita conturbação na vida política local”.⁹¹ Aliás, essa tendência não se deu apenas no Piauí, por exemplo, em Pernambuco, Peter Eisemberg avança que mesmo com a modernização da fábrica açucareira não houve mudanças significativas nas relações de trabalho.⁹² Emanuel Araújo ressalta que muitos cidadãos acalentavam o sonho de comprar terras de cultivo, para ter “[...] sua residência no perímetro urbano mas viveriam no campo, cercados de escravos e trabalhadores como verdadeiros senhores, assim reconhecidos e respeitados pelas autoridades, pelos padres e pelo povo”.⁹³

No final do século XVIII e durante o XIX, começou a se fortalecer a diferença entre o sul e o norte do Piauí, esse fator se apresenta de forma recorrente nos debates em torno da transferência da capital. As vilas do centro para o norte do Piauí começaram a ganhar alguns contornos de vida urbana, e um maior fortalecimento do comércio, enquanto as do sul permaneciam com características mais rurais. Exemplos nítidos dessa distinção são as vilas de São João da Parnaíba, Piracuruca, Santo Antônio de Campo Maior e Amarante. A vila de São João do Parnaíba tinha uma vida cidadina mais refinada, próxima à costa litorânea, isto possibilitava um maior contato entre o Piauí e os outros lugares do Brasil e do Reino. Piracuruca era uma passagem natural entre o litoral e o restante do território piauiense. Já Amarante, às margens do Parnaíba, teve sua urbanização fortalecida pelo comércio e papel de suma importância para a navegação do Parnaíba. Outro dado relevante foi o significativo incremento da população da Capitania e depois Província do Piauí, que contava no ano de

⁹⁰ Sobre a influência das redes familiares no Piauí, convém enfatizar que na passagem do século XVIII para o XIX, formou-se no uma forte e grande rede familiar em que o grupo dos Araújo Costa estava imerso. Este grupo foi formado através da rede Valério Coelho Rodrigues/Domiciana Vieira de Carvalho, que dominou a vida política por bastante tempo no Oitocentos. Aliás, outros grupos familiares também tiveram atuação marcante: “os Coelho Rodrigues, os Alves da Rocha, os Araújo Costa, os Pereira da Silva, os Santos, os Sousa Martins, os Mendes, os Paiva, os Ferreira Gomes, dentre outros nomes que figuram na genealogia Vieira de Carvalho”. Na parte norte do Piauí, a extensa família Castelo Branco assumiu relevante papel político-social no Império e “se espalhou por todo o Brasil, e que entrou em choque com interesses do núcleo familiar do Centro Sul, liderados pelos Sousa Martins”. SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação n Piauí (1820-1850)*. Teresina: FCMC, 2013. p. 242.

⁹¹ NUNES; ABREU, 1995, p. 94.

⁹² EISEMBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro/Campinas: Paz e Terra/Unicamp, 1977.

⁹³ ARAÚJO, 1993, p. 38.

1799 com uma população de 51.721 habitantes e passou a contar em 1843 com população superior a 200.000 habitantes e com aproximadamente 27.870 fogos.⁹⁴

As referidas mudanças na dinâmica populacional aliadas a uma progressiva crise da economia pecuária e à necessidade de reestruturar as atividades produtivas locais. Essas se relacionavam ao âmbito das novas configurações da economia do Brasil independente, pareciam apontar para a necessidade da criação de novas dinâmicas econômicas e reconfigurações geográficas na Província do Piauí, assim, a transferência da capital se fortaleceu em distintos momentos.

2.2 Um Projeto de Integração do Piauí ao Brasil

As motivações da transferência da Capital da Província do Piauí de Oeiras para Teresina, em 1852, são melhor compreendidas se observarmos as mudanças em curso no capitalismo mundial e a dinâmica de inserção do Brasil nesse novo cenário. Na segunda metade do século XIX, sobretudo depois de 1850, o capitalismo se tornou mais complexo e atingiu proporções mundiais. As invenções tecnológicas expandiam-se, as atividades industriais diversificavam a sua produção, as relações de trabalho transformavam-se e, juntamente com elas, a economia e a sociedade ocidental.⁹⁵

Entre as novidades desse novo mundo estavam as máquinas agora movidas à energia proveniente do vapor. Elas viabilizaram o aperfeiçoamento dos navios, que ganhavam em velocidade, autonomia e capacidade de transportar mercadorias. Surgia um novo meio de transporte, o trem, e com ele as estradas de ferro, os quais possibilitavam grande revolução na condução de pessoas e de mercadorias. O telégrafo, por seu lado, facilitou a comunicação entre espaços geográficos distantes, interligando as cidades e as pessoas. A economia capitalista dava sinais claros que poderia se desenvolver ainda mais na proporção que se expandissem as transações comerciais. Eric Hobsbawn define os meados do século XIX como a “Era da fumaça e do vapor”. Desta maneira:

A presença de estradas de ferro e, numa escala menor, máquinas a vapor, introduzia então o poder mecânico em todos continentes e em países não-industrializados. A chegada da estrada de ferro era em si mesmo um símbolo revolucionário, já que a construção do planeta como uma economia única

⁹⁴ ALENCASTRE, 2015, p. 97.

⁹⁵ Entre os séculos XVII e XVIII, a França e a Inglaterra tornaram-se espaços da ciência, da tecnologia e do desenvolvimento da indústria.

era, de várias formas, o aspecto mais espetacular e de maior alcance da industrialização.⁹⁶

A dinâmica capitalista incorporava invenções espantosas, a cada dia mostrava sua capacidade de vencer limites, no entanto, para continuar seu processo de expansão era necessário que outras áreas geográficas fossem incorporadas de forma mais efetiva ao mercado mundial. Assim, era mister que tais espaços atendessem às novas dinâmicas de produção, de comercialização de matérias-primas que, agora, eram demandadas em grande escala, deveriam ainda, incorporar os novos hábitos de consumo da economia moderna.

Por volta de 1850, o Império do Brasil tinha resolvido sérias questões políticas internas que levaram a conflagrações armadas em várias províncias, não obstante, a herança colonial continuava viva. O sistema legal e social brasileiro prestigiava o grande latifúndio e mantinha a escravidão. Em meados do século XIX, o Brasil estava mais próximo de uma sociedade rural tradicional do que da nova dinâmica urbana que começava a emergir na Europa. As cidades tinham poucos habitantes, eram pacatas e provincianas, as ruas sujas e sem iluminação, as indústrias manufatureiras praticamente inexistiam. O capital encontrava-se nas mãos de negociantes. Estes se encarregavam da exportação de produtos agrícolas, da importação de produtos manufaturados da Europa e do tráfico de africanos, que seriam reduzidos à condição de escravos.⁹⁷

O projeto de Brasil posto em construção no século XIX, procurava agregar a nação à Europa e ao sistema do capital moderno, o caminho apontado era consolidar o país como produtor e exportador de matérias-primas de origem agrícola, animal ou extrativista. O Brasil daria assim os primeiros passos no sentido da construção de sua integração ao modelo econômico do capitalismo do século XIX⁹⁸, processo no qual os ingleses assumiram um papel fundamental. O crescimento e a integração do império brasileiro ao capitalismo moderno seria viabilizado à medida que as províncias ampliassem suas atividades econômicas voltadas para o comércio internacional.

Diante das perspectivas econômicas e do cenário nacional, era imperativo a cada província procurar os meios de integração à economia do país. Para isso, o desenvolvimento do setor produtivo e das comunicações que favorecessem a circulação das mercadorias até os centros de consumo e de exportação era essencial para esse projeto de integração.

⁹⁶ HOBBSAWN, 1982, p. 60.

⁹⁷ GRAHAM, Richard. Sociedades em contraste: A Grã-Bretanha e o Brasil. In: *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973. p. 20-24.

⁹⁸ GRAHAM, 1973.

O Piauí pode-se afirmar que era caracterizado por uma economia rural e primitiva baseada na pecuária extensiva⁹⁹ e na agricultura de subsistência¹⁰⁰ – voltada, sobretudo, para o consumo interno e, como agravantes da situação, havia uma insuficiência demográfica e um alarmante isolamento geográfico, fatores causadores de estagnação, atraso e pobreza.¹⁰¹ Para romper com esse quadro desfavorável, seria essencial ter um plano estratégico de estímulo à agricultura, à produção e à comercialização de produtos demandados no comércio nacional e internacional, e a montagem de infraestrutura de transporte que viabilizasse o escoamento da produção.

Dessa forma, tirar de Oeiras a condição de cidade-capital pelo fato de ser geograficamente isolada, além de estar diretamente vinculada às elites políticas defensoras dos interesses ligados ao setor produtivo da pecuária extensiva, inventar a administração da província em área nas margens do Rio Parnaíba e, com isso, favorecer a sua navegabilidade. Esses foram passos fundamentais para o sucesso de um projeto de integração da Província à economia nacional.¹⁰²

Em Oeiras não havia possibilidade de desenvolver os setores produtivos e assim fomentar o desenvolvimento econômico. Esse foi o fulcro balizador da transferência da capital para a Vila Nova do Poti. O objetivo da mudança da sede do governo era permitir o progresso econômico, financeiro e político da região. A mudança da sede administrativa seria parte de um projeto de integração piauiense, para estabelecer um eixo espacial que ligasse a Província de norte a sul, tendo como diretriz a via de transporte natural – o rio Parnaíba – por meio da navegação a vapor. Consequentemente, viria a consolidação da cidade de Parnaíba¹⁰³ como porto de escoamento para o oceano das mercadorias comercializáveis.¹⁰⁴

O Piauí, por conta das características históricas que levaram a um quadro de isolamento e de debilidade econômica para os padrões da segunda metade do século XIX, atendeu de forma lenta e gradual a essas demandas. A falta de produtos que despertassem interesse no mercado internacional, as sérias dificuldades de comunicação e transporte, a frágil dinâmica das estruturas comerciais da província, dependente de outros centros urbanos, o pouco desenvolvimento das atividades urbanas. A isso somava-se o apego a uma forma de

⁹⁹ Responsável pela ocupação da maioria das pessoas, e pela movimentação comercial no Piauí. A maior parte das finanças da Província resultava da atividade pecuarista, a título de exemplo, entre 1850 e 1890, a mesma respondeu por 50% do total de receitas arrecadadas pelo Tesouro Provincial.

¹⁰⁰ Principais produtos eram: arroz, feijão, milho e mandioca. QUEIROZ, 2006, p. 25.

¹⁰¹ BRANDÃO, 1995, p. 33; MENDES, 2003.

¹⁰² REGO, 2013, p. 50.

¹⁰³ Elevada à categoria de cidade através da Lei Provincial n. 166 de 16 de agosto de 1844.

¹⁰⁴ REGO, 2013, p. 53.

vida rural lastreada na economia pecuária extensiva, com baixos índices de produtividade, serão fatores determinantes que dificultarão a reconfiguração da economia provincial e a inserção na economia nacional. Este foi o cenário em que ocorreu a transferência da capital para Teresina e sete anos depois, em 1859, iniciou-se a navegação do rio Parnaíba. Esses eram os pontos fulcrais do projeto de construção de um futuro promissor para a Província do Piauí.¹⁰⁵

¹⁰⁵ Teresinha Queiroz pontua ainda outros fatores: mudança da sede do município de São Gonçalo (quando passou a denominar-se Amarante) em 1871, para a beira do rio Parnaíba; bem como medidas de incentivo à navegação fluvial. E ainda as municipalidades solicitavam a abertura de estradas que interligassem os municípios mais populosos, inclusive das províncias vizinhas Ceará, Pernambuco e Bahia. Além disso, Queiroz assevera que a abertura de estradas para essas províncias tinha como motivo o caráter regional da economia piauiense, pois as relações comerciais, tanto com o exterior como da própria região, centrava-se na capital das referidas províncias. E ainda o Maranhão, através da cidade de Caxias e da capital, São Luís tinha grande influência sobre a economia piauiense. QUEIROZ, 2006, p. 16.

3 DO SERTÃO ÀS MARGENS DO RIO PARNAÍBA: TERESINA, A NOVA CIDADE-CAPITAL DO PIAUÍ

No início do século XIX, muitos já se mostravam convencidos da necessidade de mudança da sede da capital da Província para outro espaço geográfico, próximo às margens do Rio Parnaíba, que viabilizasse a circulação de pessoas e mercadorias. E também a comunicação da Província do Piauí com as outras partes do Império. Neste capítulo, direciona-se a análise para os debates em torno da transferência da capital, observando-se as diferentes propostas, os embates e o papel decisivo do jovem presidente José Antônio Saraiva. Ao final, será problematizado o processo de implantação da navegação do Rio Parnaíba, projeto complementar à mudança da capital e de fundamental importância no desenvolvimento de uma política de redirecionamento da dinâmica da Província do Piauí. Na efetivação da proposta, utilizar-se-ão obras historiográficas e documentação oficial. Esta é composta por mensagens governamentais do período, ofícios enviados pelos Presidentes de Província às repartições públicas provinciais ou aos representantes do Governo Imperial, bem como, fontes hemerográficas, particularmente o jornal *O Echo Liberal*, o qual circulou na cidade de Oeiras no período da administração de José Antônio Saraiva.

3.1 Dos Desejos de Mudar: discussões sobre a transferência da capital

Oeiras do Piauí, a capital,
Em estéril terreno edificada
E de montes agrestes rodeada,
Nada agradável tem o local.

Noite e dia o calor é infernal;
Água boa; sofrível a coalhada;
Muitas vezes a carne é enfezada.

Só é bom o relógio da matriz!
Só é grande a barriga do caminha!
E digno de um museu certo nariz...

Por meu mal cá me trouxe a sorte
minha;
E aqui, pra não ser tão infeliz,
Amigos encontrei mais do que tinha.

(Soneto do Conde do Rio Pardo)

O soneto supracitado mostra a impressão de Tomás Joaquim Pereira Valente – Conde do Rio Pardo – presidente da província entre os anos de 1844 e 1845, e representa bem a situação em que se encontrava a capital da Província do Piauí, Oeiras. Localização geográfica desfavorável, temperaturas elevadas, isolada e com dificuldades sérias de abastecimento e desenvolvimento urbano. Esses foram pontos recorrentes nos debates acerca da mudança da sede do governo piauiense desde os tempos coloniais.

As discussões em torno da mudança da capital geraram intensas e calorosas discussões sobre a transferência para diversos locais, como a Vila de São João do Parnaíba, a Vila de São Gonçalo ou para a Vila Nova do Poti. E culminaram com a transferência da sede do Governo Provincial de Oeiras para a Vila Nova do Poti, em 16 de agosto de 1852, que passou a denominar-se Theresina.

Ressalta-se que durante os quase vinte anos do governo de Manoel de Sousa Martins¹⁰⁶, as discussões acerca da transferência da capital do Piauí foram enfraquecidas e praticamente não aparecem na documentação analisada. A justificativa para isso é que Manoel de Sousa Martins era um dos membros das oligarquias do Centro-Sul que tinham interesse na manutenção da sede do governo em Oeiras e contava com número significativo de representantes na política.¹⁰⁷ De acordo com Ozael de Moura Costa¹⁰⁸ durante no governo do

¹⁰⁶ Nascido em Oeiras, em 8 de dezembro de 1767, na fazenda Vermelha, em terras que hoje pertencem ao município de Jaicós, era o filho primogênito de Manoel de Sousa Martins e Ana Rodrigues de Santana. Aos 16 anos perdeu seu pai, assumindo o papel de arrimo de família. Era um homem de pouca instrução “[...] mal sabia ler, contar e algum rudimento de latim aprendido com seu tio, o Sargento-mor Marcos Francisco de Araújo Costa, pai do notável Padre Marcos de Araújo Costa [...]” REIS, Amada de Cássia Campos. Retrospectiva histórica da cidade de Oeiras (PI). In: *História e Memória da Educação em Oeiras-Piauí: de meados do século XVIII à primeira metade do século XX*. Teresina: Expansão/EDUFPI, 2009. p. 46. Faleceu em Oeiras em 20 de fevereiro de 1856, com 89 anos de idade e foi sepultado na capela-mor de Nossa Senhora da Vitória. Foi eleito presidente da Junta Governativa, em 24 de janeiro de 1823. Em 20 de setembro de 1824, passou a ser presidente provisório, tornando-se efetivo no cargo em 1º de maio de 1825, no qual permaneceu por quase 20 anos, até 30 de dezembro de 1843. Em dois momentos seu governo foi interrompido, 9 de dezembro de 1828 a 13 de fevereiro de 1829 – substituído por Inácio Araújo Costa, e de 15 de fevereiro de 1829 a 17 de fevereiro de 1831 quando assumiu a presidência João José Guimarães e Silva. COSTA, Ozael de Moura. A formação do Piauí e os antecedentes da ordem. In: *A ordem no Piauí: policiamento e Instituição Pública nos tempos do Barão da Parnaíba*. 2012. Dissertação – Mestrado em História do Brasil. Teresina: UFPI/PPGHB, 2012. p. 38.

¹⁰⁷ Os grupos familiares que tiveram mais destaque, com representantes na administração provincial, como Presidentes, Vice-presidentes e deputados provinciais, e ainda no período republicano foram: Viera de Carvalho, Coelho Rodrigues, Sousa Martins, Pereira da Silva, Ferreira de Carvalho, Coelho e Sousa Mendes, vinculadas aos Araújo Costa. Por ramos colaterais, havia as famílias Pereira Ferraz, Soares da Silva, Ribeiro Gonçalves, Silva Moura, Pereira Carvalho, Albuquerque Cavalcanti, Rocha, Nogueira, Madeira, Aguiar e Ferreira. Essas famílias eram do Centro-Sul piauiense. Assim, no Centro-Sul do Piauí, destacavam-se os Sousa Martins e ao norte os Castelo Branco. SOUSA NETO, 2013, p. 242.

¹⁰⁸ COSTA, 2012, p. 17.

visconde da Parnaíba houve a intensificação do processo de ordenamento social no Piauí, por meio do policiamento e da instrução pública. Outrossim, também tornou mais intensa a tentativa de controle social, pois Manoel de Souza Martins reunia os interesses particulares da elite local com os do Império e reprimia os indivíduos livres pobres, negros libertos, alforriados e escravos fugidos, os estratos menos favorecidos socialmente. Com a saída de Manoel de Sousa Martins do governo, as discussões sobre a mudança da capital voltaram à baila na Assembleia Legislativa.¹⁰⁹

Os debates em torno da mudança da capital foram tecidos por grupos políticos com interesses distintos, os mudancistas – a favor da transferência, e os opositores – contrários à mudança. Os mudancistas usavam como argumentos a dificuldade de comércio e de comunicação, bem como o escoamento de produtos, tanto dentro quanto fora do Piauí, em razão da situação geográfica de Oeiras “localizada no sertão seco e estéril a 30 léguas do rio Parnaíba e uma enorme distância do mar”.¹¹⁰ A ideia que se defendia era a de que a sede do governo deveria ficar às margens do Rio Parnaíba em virtude de sua navegabilidade. Isto favoreceria o contato e o transporte comercial com outras regiões do território nacional.

Os opositores eram, sobretudo, os membros da oligarquia oeirense que desfrutava de várias vantagens ao ter aquela cidade o *status* de capital, com a máquina pública que a movimentava, gerava empregos e circulação de moeda, os quais eram elementos fundamentais para a manutenção da sua população. Os opositores à mudança da capital aventavam que a iniciativa resultaria em grandes encargos para os cofres do tesouro piauiense. Este argumento procrastinou a efetivação da transferência. Não obstante, sabe-se que, ocorrendo a transferência da sede do governo, haveria a perda de recursos para Oeiras e isso poderia levar a uma crise financeira, a qual, seguramente, atingiria a sua elite política. Os opositores defendiam ainda que, para o bem público, era necessário que a capital estivesse no centro da Província. Assim, a oposição dificultou bastante a transferência, visto que seria imprescindível conseguir grande número de votos na Assembleia Legislativa Provincial e os políticos oeirenses estavam no poder.

A transferência da capital era condição *sine qua non* para romper as amarras que dificultavam o desenvolvimento da economia piauiense – isolamento, longas distâncias. Por

¹⁰⁹ Neste sentido, no intervalo entre a saída de Manoel de Sousa Martins da presidência e transferência da capital, a Província do Piauí teve seis presidentes. José Ildefonso de Sousa Ramos – o Barão das Três Barras, Tomás Joaquim Pereira Valente – Conde do Rio Pardo. Entre 1845 e 1847, a Província foi governada Zacarias de Góis e Vasconcellos. Seu sucessor foi Marcos Antônio Macedo. Anselmo Francisco Peretti. Entre 1849 e 1850, o Piauí foi administrado por Inácio Francisco da Mota.

¹¹⁰ ADRIÃO NETO, 2006, p. 227.

isso, a sede do governo deveria estar em um local aprazível, salubre, com abundância de água e facilidade de comunicação, qualidades com as quais Oeiras não contava. Segundo o presidente José Ildefonso de Sousa Ramos¹¹¹, a capital deveria estar em:

Um local salubre, aprazível, abundante de água, fértil e que ofereça vantagens nas comunicações com o todo de uma Província, principalmente com os pontos de maior comércio dela, assim como das Províncias vizinhas, é em geral o mais azado para o estabelecimento de uma Capital: no da nossa não concorrem estas qualidades, como é bem visto e reconhecido; para mim pois é líquido, que **a mudança da Capital é uma condição imposta a esta Província para seu engrandecimento e prosperidade.**¹¹² (Grifo nosso).

Então, onde deveria ser instalada a nova cidade-capital piauiense? No tocante à localização geográfica da nova capital, havia controvérsias e inúmeras discussões. Foram sucessivas as propostas de mudança da capital para a vila de Parnaíba. A ideia de mudança da capital piauiense apareceu pela primeira vez em 1728 quando “Maia da Gama, Governador do Estado do Maranhão e Grão-Pará, com jurisdição sobre a Capitania Piauí, sugeriu a **mudança da sede administrativa daquela Vila**”¹¹³ para a povoação do Poti. Padre Cláudio Melo aventa que João da Maia Gama fez estação na Barra do Poti¹¹⁴, armou seu acampamento numa pequena ilha do rio Parnaíba, encantou-se com a beleza natural do local e confirmou o que Domingos Jorge Velho teria dito em carta ao Monarca, a saber: “na Barra do Poti, as terras por ele abandonadas, em razão do serviço real, eram as melhores que as novas ocupadas nas Alagoas”.¹¹⁵

Gonçalo Lourenço Botelho de Castro – o segundo governador da Capitania do Piauí (1769 a 1775) – tinha convicção de que Oeiras não reunia as condições necessárias para ser capital, incentivou a ideia de se transferir a capital para a Vila de São João do Parnaíba.

¹¹¹ Seu mandato foi entre 30 de dezembro de 1843 a 09 de setembro de 1844.

¹¹² PIAUHY, 1844, p. 53

¹¹³ ADRIÃO NETO, 2006, p. 227. (Grifo do autor).

¹¹⁴ A Freguesia da Barra do Poti fora criada em 15 de outubro de 1827, desmembrada das freguesias de Campo Maior, Valença e São Gonçalo. A região era dominada pelos índios Poti, às margens do rio Poti. Foi construída em 4 de dezembro de 1797, no entorno da Capela de Nossa Senhora do Amparo. Em 6 de julho de 1832 a povoação fora elevada à categoria de Vila, mas entrou em decadência em razão das inundações dos seus rios e dos ataques dos Balaíos, estes ocorridos em 1839. Em 1832 foram criadas também as seguintes vilas: Barras, Jaicós, Piracuruca, Príncipe Imperial, São Gonçalo e São Raimundo Nonato.

¹¹⁵ MELO, Cláudio. Duas capitânias. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: FUNDAPI, 1995. p. 116.

Posteriormente, em 1792, Fernando Antônio de Noronha, reavivou os desejos de Lourenço Botelho de Castro, de mudar a sede do governo e encaminhou a proposta à metrópole.¹¹⁶

No fim do século XVIII, a ideia da transferência da sede do governo mais uma vez foi ventilada por meio dos ofícios de 08 de abril e 19 de agosto de 1798, do governador João Amorim Pereira¹¹⁷, encaminhados ao Ministro de Ultramar, D. Rodrigo de Sousa Coutinho. Os relatórios solicitavam a transferência da sede do governo para a Vila de São João do Parnaíba, a qual seria a localidade mais apropriada para ser a sede político-administrativa da capitania, ficava às margens do Rio Parnaíba e próxima ao litoral, fatores que facilitariam a comunicação com a corte. A justificativa era de que a aridez do solo oeirense impossibilitava a agricultura – “os gêneros consumidos vinham de dez, quinze, vinte e mais léguas em cavalos, com preços mais altos do que em Portugal”¹¹⁸ insuficientes para suprir as necessidades dos habitantes. A isso, somavam-se as dificuldades de comunicação e de transporte que comprometiam o comércio piauiense.

De acordo com D. João Amorim, a situação de Oeiras era “diametralmente oposta, não só ao seu adiantamento, mas ainda mesmo à sua conservação”.¹¹⁹ Tais relatórios não obtiveram êxito, todavia, deixaram plantada a semente do desejo mudancista que renderia intensas discussões e dividiria opiniões, nos discursos subsequentes quanto ao local apropriado para erguer-se a nova capital piauiense.

Em 1804, Simplício Dias da Silva e Manoel Antônio Henrique, comerciantes de Parnaíba, pediram ao governador, Pedro César de Menezes, a criação de uma alfândega naquele local e, simultaneamente, desejavam que Parnaíba se tornasse a capital do Piauí. No ano de 1812, a Câmara Municipal enviou à Sua Majestade, o rei D. João VI, o pedido de mudança da capital para Parnaíba, sob alegação de que aquela vila estava melhor localizada e mais desenvolvida em comparação com Oeiras. Contudo, o chanceler da Relação, antes de enviá-lo à Corte, procurou ouvir primeiro a Câmara Municipal de Oeiras, que contestou tais reivindicações e o governador deu uma consideração irrelevante. Logo, tal pedido só foi enviado dois anos depois para Lisboa, durante o governo de Baltazar de Sousa Botelho de Vasconcelos.¹²⁰

Os parnaibanos tinham interesse em sediar o governo piauiense, nesse sentido, chegaram a fazer a proposta de “construir à custa das próprias rendas o palácio do governo,

¹¹⁶ ADRIÃO NETO, 2006, p. 227.

¹¹⁷ Governou de 12 de dezembro de 1797 a 16 de outubro de 1799.

¹¹⁸ SANTANA, 2008, p. 134.

¹¹⁹ SANTANA, 2008, p. 134.

¹²⁰ Governador do Piauí de 10 de janeiro de 1814 a 14 de julho de 1819.

para evitar despesas à fazenda real”.¹²¹ Ainda na administração de Souza Botelho, em 1816, tal ideia foi outra vez apontada, e sua opinião foi a seguinte: “quanto à mudança da residência dos governadores para a Vila de Parnaíba, devo dizer que é ela o único porto de mar que há nesta capitania [...] e que neste porto a importação e exportação interessam muito às rendas reais”¹²². Nos anos posteriores, tratou-se do assunto nas Câmaras Constituintes e na Assembleia Geral da Nação que ficava no Rio de Janeiro. É relevante notar que Parnaíba alegava, em 1845, ter as condições necessárias para ser a nova cidade-capital piauiense:

1° Estar quase à margem do oceano, pois, situada na margem direita do Parnaíba, dista apenas do mar duas léguas, e permitir, por isso, que o governo supremo faça sentir sua ação na província com muito mais rapidez do que agora, podendo a correspondência da Corte e vice-versa fazer-se diretamente e não por intermédio do Maranhão e Bahia.

2° A grande probabilidade, estando lá a capital, de despertar-se o espírito de especulação para navegar-se o Parnaíba, o que é de uma utilidade imensa.

3° Haver já suficiente número de edifícios cômodos para as repartições públicas e residências dos empregados.

4° O exemplo das outras províncias cujo território compreende alguma porção de costa, as quais têm sentido a vantagem de terem suas capitais junto ao mar e não no interior.¹²³

Outro lugar que surgiu nos debates, como possível sede do governo piauiense, foi a vila de São Gonçalo, atual cidade de Regeneração.¹²⁴ Nas ponderações de José Ildefonso de Sousa Ramos, o mais viável seria a mudança para a vila de São Gonçalo – “salubre, aprazível, fértil e imediato ao rio Parnaíba” – em pouco tempo se tornaria populosa, contudo a difícil situação financeira dos cofres públicos era desfavorável à transferência da capital. Assim, um questionamento emergiu ao longo da escrita dessa dissertação: Como fundar uma cidade sem as finanças necessárias para a construção de prédios, como quartel, cadeia, casa de câmara e de uma matriz que pudesse receber a burocracia provincial? Outrossim, este foi um argumento frequente nos discursos presentes na documentação investigada acerca da

¹²¹ SILVA, 1994, p. 15.

¹²² SILVA, 1994, p. 15.

¹²³ PIAUHY, 1845, p. 38.

¹²⁴ A Vila de São Gonçalo foi criada em 1832, através do decreto de 06 de julho de 1832, desmembrada dos municípios de Jerumenha e Valença. Foi instalada a 10 de novembro de 1832. No ano de 1861, ocorreu a transferência da sede municipal e Paroquial para o porto de São Gonçalo do Amarante, em decorrência do impulso advindo da navegação do rio Parnaíba, que propiciou mais desenvolvimento comercial veiculado através do rio Parnaíba como via de comunicação. Em 1871, foi elevada à categoria de cidade, através da Lei Provincial n.734, de 26 de agosto de 1871, com o nome de Amarante. Em 1875, a Lei Provincial n. 896, de 23 de julho de 1875, desmembrou o município de Amarante e o distrito de Regeneração, elevado à categoria de município. Disponível em: [//http.cidades.ibge.gov.br/painel/histórico.php?lang=&codmun=220050&search=%7Camarante//](http://http.cidades.ibge.gov.br/painel/histórico.php?lang=&codmun=220050&search=%7Camarante//). Acesso em: 08 de maio de 2016.

transferência da capital e forte entrave para a concretização da mudança, contribuindo para sua procrastinação.¹²⁵

José Ildefonso de Sousa Ramos sancionou a lei n. 191 de 3 de agosto de 1844, que solicitava recursos ao governo para a imediata transferência da capital para São Gonçalo, às margens do rio Parnaíba. “Na confluência da corrente denominada – Mulato e aí edificar a nova Cidade com o nome de Regeneração”.¹²⁶ Para a localidade, seriam deslocadas as repartições públicas onde deveriam permanecer até a organização da nova capital. Esta lei foi inexecutável. Observou-se uma discrepância entre a documentação analisada – a qual aventa a lei nº191, datada de 3 de agosto de 1844: “A lei de 3 de agosto do ano passado mandou transferir a Capital da Província para a margem do rio Parnaíba”¹²⁷ e o que apontou Monsenhor Chaves, no tocante a esta lei, pois segundo o autor:

Em 1844, o presidente José Ildefonso de Sousa Ramos, proclamando a impraticabilidade de se continuar a capital em Oeiras, fez votar e sancionou a lei nº 174, de 27 de agosto daquele ano, ‘mandando mudar a capital para a margem do rio Parnaíba, na foz do riacho Mulato, ficando a nova cidade com o nome de Regeneração. A lei nº 191, de 30 de agosto, autorizou o presidente a empregar os meios adequados para a mudança imediata da capital, passando as repartições públicas para S. Gonçalo, hoje Regeneração, onde deviam permanecer até a edificação da nova capital.’¹²⁸

Clodoaldo Freitas, ao analisar a mudança da capital mostra que a supramencionada lei nº 174 de 03 de agosto de 1844, mandou mudar a sede do governo para a margem do rio Parnaíba, na foz do riacho Mulato, ficando a nova cidade com o nome de Regeneração. Já a lei nº 191, de 30 de agosto de 1845, teria autorizado o Presidente a empregar os meios adequados para a mudança imediata da capital, passando as repartições públicas para a vila de São de Gonçalo, onde deveriam permanecer até a edificação da nova capital.¹²⁹

Sobre a mudança da capital para São Gonçalo, à beira do rio Parnaíba, Zacarias de Góis e Vasconcelos¹³⁰ mostrou-se contrário e impugnou a lei n. 191, pois, segundo sua opinião, o local escolhido era impróprio para receber o governo piauiense:

¹²⁵ PIAUHY, 1844, p. 54.

¹²⁶ PIAUHY, 1845, p. 35.

¹²⁷ PIAUHY, 1845, p. 35.

¹²⁸ CHAVES, Joaquim (Mo.). Mudança da capital. In: *Teresina: subsídios para a História do Piauí*. Teresina: FCMC, 1994. p. 17.

¹²⁹ FREITAS, 1988, p. 11.

¹³⁰ Presidente da Província do Piauí de 28 de julho de 1845 a 7 de setembro de 1847.

Completamente deserto, e foi escolhido somente pelas supostas vantagens da situação. **Com dizer isto tenho dado a razão porque não foi aquela lei executada por meu antecessor, não há de ser por mim, nem também, segundo todas as probabilidades, pelos meus Sucessores.**¹³¹ (Grifo nosso)

Além disso, mobilizar recursos para a construção de infraestrutura básica para receber a nova cidade-capital piauiense gerava gastos além dos recursos financeiros da Província. Zacarias de Góis e Vasconcelos apontou as dificuldades de transferir-se a capital tanto pelo lugar proposto pela Lei, “completamente deserto”, como pelos altos gastos que desta adviriam para uma “Província Pobre”. Acreditava que tal iniciativa só seria possível muito tempo depois e seria necessário um “homem de gênio” para realizar esta árdua tarefa. Apesar de mostrar todos os empecilhos para a mudança da sede do governo piauiense, Zacarias de Góis questiona se seria Oeiras a capital apropriada para o Piauí. Sabia ele que não, pois ressaltou que a influência política da cidade sobre o Piauí advinha da sua condição de capital e da presença de autoridades que lá moravam, algo já mencionado por muitos que o antecederam. Nesse mesmo relatório, Zacarias de Góis enfatizou também as dificuldades provenientes de uma capital de difícil acesso e de laboriosa comunicação com o restante do Império, para citar apenas alguns dos problemas existentes.¹³²

O contato com a Corte era mínimo, e, na maioria das vezes, as informações sobre o Império demoravam muito tempo para chegar a Oeiras. Quando se tratava de uma notícia urgente, era praticamente inviável que as autoridades piauienses a recebessem rapidamente, em decorrência da dificuldade de acesso à cidade. Além disso, a então capital não tinha atividades comerciais significativas, tampouco indústrias, era dependente, sobretudo de Caxias, e devido às longas distâncias, os produtos chegavam a custar o dobro do seu preço real, ao chegarem a Oeiras. Segundo Gercinair Gandara, Zacarias de Góis enfatizou que “só a estrada de ferro ou a navegação a vapor, pelo rio Parnaíba, seria meio eficaz de trazer a todo o Piauí imensas vantagens”.¹³³ Em 1846, Zacarias de Góis, mencionou em seu relatório que a mudança da capital para a margem do rio Parnaíba não foi impulsionada pela Assembleia Legislativa, possivelmente, os opositores à transferência não tinham interesse em tratar da questão. Além disso, mostrava-se descrente com a mudança da sede do governo:

¹³¹ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do Presidente da Província do Piauí Zacarias de Góis e Vasconcelos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de agosto de 1845*. Oeiras: Tipografia da Província, 1845. p. 36 e 37.

¹³² PROVÍNCIA, 1845, p. 36 e 37.

¹³³ GANDARA, 2010, p. 118.

[...] não é possível improvisar uma Cidade sem dinheiro: fora mister nada menos que a onipotência do Criador para dizer: faça-se uma Cidade, e ela aparecer. Inclino-me a crer, Senhores, que os habitantes desta Cidade, que pelo rumor da mudança da Capital deixaram de construir casas, que premeditavam levantar, podem sem receio edificá-las, que primeiro hão de elas, cedendo ao tempo, arruinar-se, que sair dos morros de Oeiras a Capital da Província.¹³⁴

Em 1848, a legislação em torno da mudança da capital continuava a ser letra morta, não se havia chegado a um acordo. O vice-presidente da Província do Piauí, Francisco Xavier de Cerqueira¹³⁵, mostrou-se a favor da transferência da capital e demonstrou possibilidades para sua efetivação. Francisco Xavier de Cerqueira explicitou seu posicionamento acerca de mudar-se a cidade-capital, a qual, para ele, era “não só possível, como até muito natural, e até infalível semelhante mudança”. Para ele, a transferência seria para a vila do Poty. Para tanto, seria necessário o empenho dos piauienses e do corpo de comércio da Província, da eficácia de se ter sua capital à margem do Rio Parnaíba, na Vila do Poty, onde seria construída uma nova vila “[...] tereis sem dúvida conhecimento d’esse formoso lugar destinado no Município do Poty, e a margem do Parnaíba para a edificação da nova Vila d’aquele nome [...]”¹³⁶ uma potencial candidata a receber a nova cidade-capital piauiense.

A despeito disso, o sucessor de Francisco Xavier de Cerqueira, Inácio Francisco da Mota¹³⁷, ao assumir a presidência, vetou a mudança da capital para a Vila do Poty. Em 1849, foi aprovada na Assembleia Legislativa Provincial uma lei que autorizava a transferência da capital para o local destinado à construção da nova Vila do Poty, logo que houvesse as acomodações essenciais. Apesar disso, mais uma vez, a transferência seria adiada, haja vista que, em 5 de agosto de 1850, a lei n. 253 foi sancionada na Assembleia Provincial revogava a legislação referente à transferência da capital. Uma vitória para a elite oeirense e para as oligarquias do Centro-Sul do Piauí, representadas majoritariamente pelos Sousa Martins, que tinham destaque na atuação política nessa região.¹³⁸ Contudo, as vilas do norte

¹³⁴ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do Presidente da Província do Piauí Zacarias de Gois e Vasconcelos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 11 de julho de 1846*. Oeiras: Tipografia Provincial, 1846. p. 38-39.

¹³⁵ Presidiu a província entre 14 de março de 1848 e 11 de julho de 1848.

¹³⁶ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do Vice-presidente da Província do Piauí Francisco Xavier Cerqueira na Abertura da Sessão da Assembleia Legislativa Provincial no dia 7 de julho de 1848*. Oeiras: Tipografia Provincial, 1848. p 20. (Grifo nosso)

¹³⁷ Presidiu a província entre 25 de dezembro de 1849 e 7 de setembro de 1850.

¹³⁸ Segundo SOUSA NETO, 2013, p. 243. Entre 1840 e 1852, dos 70 eleitos, 31 deputados (44%) vinculavam-se ao núcleo Centro-Sul, 11 deputados (16%) ao núcleo Norte [comandado pelos Castelo Branco] e 28 deputados (40%) não possuíam vínculos familiares diretos a nenhum dos dois grupos,

arregimentavam forças para defender a mudança da sede político-administrativa piauiense para a beira do Rio Parnaíba. A efetivação da transferência da capital ocorreria três anos após a lei n. 253, por meio da atuação artil do presidente José Antônio Saraiva¹³⁹, juntamente com políticos, o padre Mamede Antônio de Lima e com a participação enérgica da população potiuense.

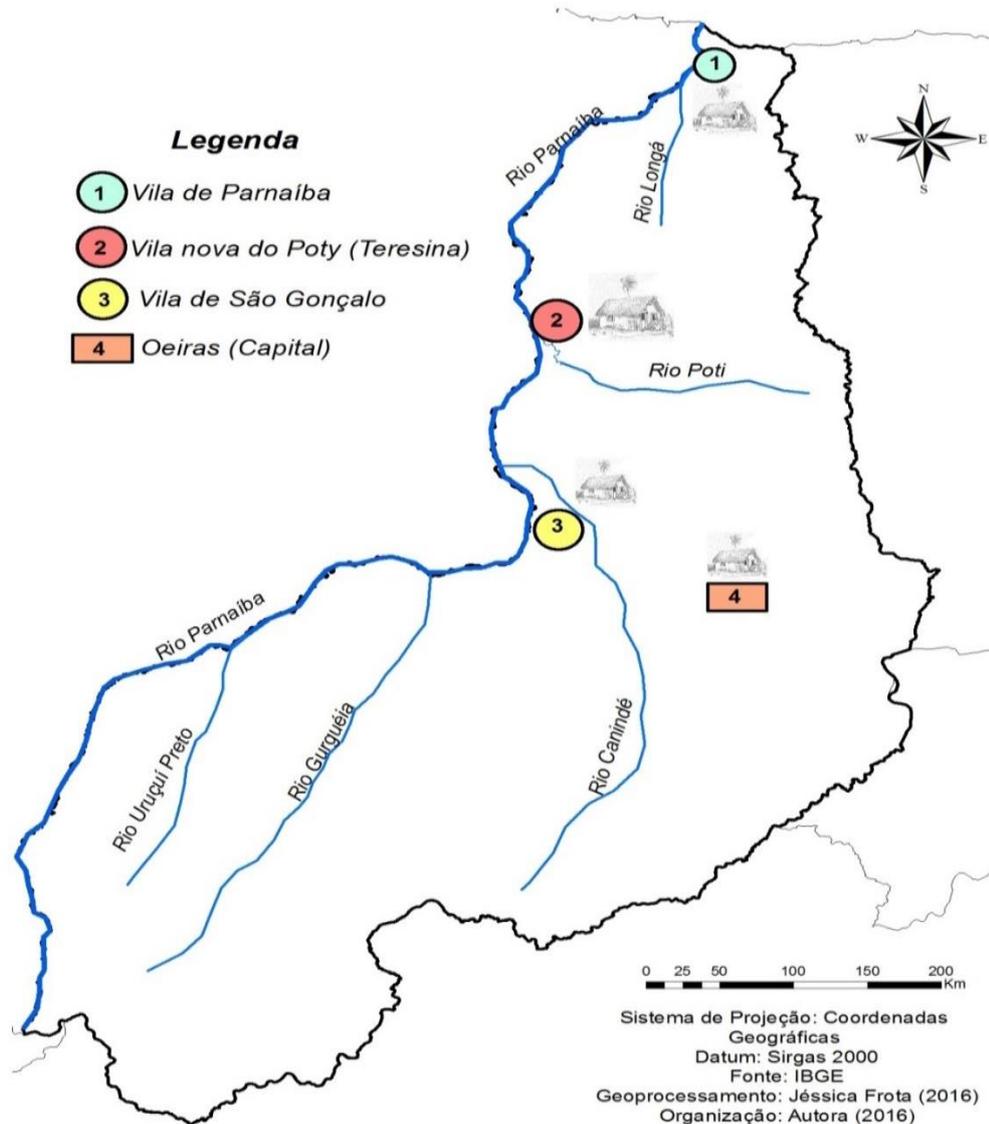


Figura 2: Trabalho de adaptação do mapa do Piauí, mostrando os locais para onde se discutiu a transferência da capital do Piauí. Adaptado por Andreia Rodrigues de Andrade. Geoprocessamento e organização: Jéssica Frota. Fonte: IBGE, 2016.

mas, possivelmente ligaram-se a um dos dois. Para o período de 1852 a 1870, a relação de força entre as famílias pouco se alterou. Dos 123 cargos de deputados, 51 destes (42%) ligavam-se ao núcleo do Centro-Sul, 25 (21%) ligavam-se ao núcleo Norte e 47 deputados (37%) não possuíam ligações familiares diretas com os dois grupos.

¹³⁹ Nomeado presidente da Província do Piauí por Carta Imperial, de 19 de junho de 1850. Presidiu a província de 7 de setembro de 1850 a 12 de março de 1853.

3.2 Tecendo Um Novo Caminho: de Oeiras para Teresina

Saraiva, senhor da lei que lhe dava poderes para a realização de seus propósitos, com firmeza iria concluir a grande obra que tivera início em ambiente de controvérsias, incertezas e oposição pertinaz de grande parte da Província.

(Odilon Nunes)

A situação financeira piauiense, o isolamento, o vazio demográfico e o atraso em relação a outras partes do território nacional foram pontos presentes nos discursos em prol da mudança da sede do governo piauiense. Outro ponto constante na documentação é a distância juntamente com a dificuldade dos meios de transporte para escoar os produtos e a localização desfavorável de Oeiras, distante dos grandes rios que cortam o Piauí – Parnaíba e Poti. A distância de Oeiras em relação a outros centros urbanos brasileiros, e da própria capital do Império, Rio de Janeiro, foi um elemento decisivo para o isolamento do Piauí em relação ao restante do Brasil, bem como para a dispersão e a dissociabilidade populacional, porque “nosso cenário social era profundamente rural, favorecendo o isolamento e a dispersão da população”.¹⁴⁰ Portanto, é importante compreender como ocorreu a efetivação da transferência da capital de Oeiras, encabeçada por José Antônio Saraiva¹⁴¹, com a

¹⁴⁰ BONFIM, Washington Luís de; SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista. Formação Política. In: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro (org.). *Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas*. Teresina: FUNDAPI, 1995. p. 50.

¹⁴¹ Nasceu em 1º de março de 1823, no município de Santo Amaro, na província da Bahia. Ficou muito cedo. Formou-se em Ciências Jurídicas, em 1846. Iniciou sua vida pública como presidente da Província do Piauí, para a qual foi nomeado em 9 de junho de 1850, tomou posse em 7 de setembro daquele ano. O seu mandato durou até 12 de março de 1853. Dentre outras realizações de sua administração estão: a reorganização da justiça, a criação das vilas Pedro II e São João do Piauí. Segundo Monsenhor Chaves, Antônio Saraiva foi eleito deputado pela Bahia e deixou Teresina no dia 12 de março de 1853. Presidiu também as províncias de, Alagoas, Pernambuco e São Paulo. Foi Ministro de várias pastas do Império: Marinha (1857) e do Império (1861), Negócios Estrangeiros e interinamente da Guerra (1865). Nessa ocasião Antônio Saraiva tratou da abertura do Amazonas à livre navegação. Ministro da Fazenda (1880 e 1885, nos Gabinetes de 28 de março e de 6 de maio), quando ocupou a Presidência do Conselho, na ocasião ele fez aprovar a Lei nº 3.029, de 9 de janeiro de 1881, que instituiu as eleições diretas “por distritos”. Tal legislação ficou conhecida como Lei Saraiva ou Lei do Censo de 1885. Ainda cabe ressaltar o outro projeto de sua autoria – a Lei do Sexagenário ou Lei Saraiva-Cotegipe, sancionada em 28 de setembro de 1885, tornava livres todos os escravos com mais de 60 anos. Em 1889, com a proclamação da República, Saraiva voltou para a Bahia. Foi eleito senador para o Congresso Constituinte em 1890-1891. Não obstante, por motivos de doença e por sua decepção com os caminhos políticos que a jovem República seguia, ele renunciou à vida pública e permaneceu em Salvador (Bahia) até a sua morte a 21 de julho de 1895, aos 72 anos de idade. TAVARES, Elisângela. Saraiva, o ‘rapazola’ que transferiu a capital. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002. p. 17; CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Apontamentos Biográficos e Outros*. 2. ed. Teresina: FCMC. Chaves, 2013.p. 509-512.

participação de vários sujeitos, como Pe. Mamede Antônio de Lima, moradores da vila do Poty e deputados mudancistas.

A questão da transferência da capital do Piauí apareceu na fala de dirigentes públicos em distintos contextos e perdurou bastante tempo até ser efetivada no limiar dos anos 1850. Naquele momento, assumiu a presidência da Província, um jovem baiano com apenas 27 anos de idade, José Antônio Saraiva, que estava iniciando sua vida pública na administração da Província do Piauí e se tornaria, no decorrer do século XIX, uma das figuras mais emblemáticas do cenário político do Segundo Reinado.

Desde o início do mandato, José Antônio Saraiva procurou estar ciente das discussões anteriores à sua administração, bem como conhecer *in loco* as vilas de São Gonçalo e a do Poti. Com base nas objeções tecidas ao seu governo e pelo seu posicionamento, presente na documentação analisada – relatórios de província, Ofício de dezembro de 1850 ao Ministro do Império, Visconde de Monte Alegre, periódico *O Echo Liberal* e sua correspondência com Eusébio de Queirós. Percebe-se no jovem político baiano, apesar da pouca idade, mostrou-se um administrador firme em suas decisões, com sagacidade e capacidade de articulação, ao efetivar a transferência da capital piauiense que mudaria os rumos da história da província do Piauí. Ressalta-se ainda sua determinação e argúcia política em empreender e concretizar com estratégias o objetivo precípua de sua administração, haja vista que foram muitas as vicissitudes surgidas no ínterim entre a proposta de José Antônio Saraiva de transferir a capital e a sua efetivação.

Ao assumir a presidência da província, José Antônio Saraiva elegeu a mudança da capital do Piauí e a navegabilidade do Rio Parnaíba como prioridades de seu governo e pontos principais de um projeto progressista. José Antônio Saraiva estava convicto de que os investimentos privados não seriam suficientes para tocar o projeto de inserção da Província no modelo econômico vigente no mundo do século XIX, com isso, o poder público teria que chamar para si a responsabilidade de viabilizar as mudanças necessárias.¹⁴² Esses eram elementos fundamentais para o desenvolvimento piauiense, com intuito de soerguê-lo no cenário da economia nacional.

José Antônio Saraiva, juntamente com os potienses e o Pe. Mamede Antônio de Lima¹⁴³ tiveram a perspicácia de mobilizar os meios essenciais para a construção da nova

¹⁴² CASTELO BRANCO, 2002, p. 297.

¹⁴³ Era o vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo quando da transferência da capital. Teve um papel importante no convencimento da população do Poti a transferir aquela vila para a Vila Nova do Poti na Chapada do Corisco. O padre foi um dos primeiros a transferir sua residência para a nova capital. Residiu numa casa que mandou construir nos arredores do que hoje é a Rua Lizandro

capital piauiense. Essa medida surgiu como parte de um projeto político pautado, sobretudo, nas ideias de progresso e de modernidade, muito presentes no Brasil durante o Segundo Reinado.¹⁴⁴

No bojo desse projeto de integração do Piauí ao restante do Brasil e de rompimento com a sua dependência econômica, existia a conscientização dos representantes do poder público de que seria mister criar condições políticas e econômicas com intuito de deixar a economia piauiense organizada nos moldes do contexto nacional que buscava, cada vez mais, interligar as distintas regiões do seu território, além de tentar integrar-se ao capitalismo mundial. Para Felipe Mendes, a nova capital mudaria os rumos da economia piauiense.¹⁴⁵

No governo de José Antônio Saraiva, a problemática da transferência da capital apresentou-se desde os primeiros meses de sua administração. Ele fez uma viagem para conhecer *in loco* as vilas de São Gonçalo e do Poty.¹⁴⁶ Em sua estada, na vila de São Gonçalo, à qual chegou em 25 de outubro de 1850, fez o seguinte relato:

No dia 25 entrei na Vila de São Gonçalo e aí passei dois dias para visitar as escolas mais estações públicas. Lamentando nessa vila a falta de uma Matriz, nomeei uma comissão a fim de promover donativos que ajudem a Província de construção de um templo tão necessário. Confio nesse meio porque por igual maneira se está edificando a Matriz da Vila de Parnaíba, e obtive eu dinheiro para consertar a Igreja [...] Demorei, porém, essa obra porque tenciono pedir à Assembleia a mudança da Vila para a margem do rio Parnaíba, que passa a quatro léguas e, conseqüentemente, a Matriz deverá ser lá edificada. Falando nisso, devo dar as razões desse meu propósito. São Gonçalo é demasiadamente pequena; o valor de todas as suas propriedades não chega a sete contos de réis.¹⁴⁷

Nogueira, próximo à matriz do Amparo. SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Padre Mamede Antônio de Lima. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002. p. 16.

¹⁴⁴ GANDARA, 2010, p. 125.

¹⁴⁵ MENDES, Felipe. Formação Econômica. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: FUNDAPI, 1995. p. 72.

¹⁴⁶ Segundo Antônio Saraiva: No primeiro dia da viagem, 22 de outubro, examinei, com atenção, alguns lugares das margens do Canindé, que se pudessem prestar à construção de uma ponte [...] no dia 24 cheguei à ladeira do Castelo que, como ponderei a V. Excia., se acha em obra. Essa ladeira tão íngreme, tão cheia de penhascos e precipícios, que se considerava justamente no pior lugar da estrada de Caxias. Atualmente aquela ladeira se acha em estado de não afligir os caminhantes, e a parte dela que se acha concluída deve ser considerada a melhor coisa da mesma estrada [...] Ofício ao Ilmo. e Exmo. Conselheiro do Estado Visconde de Monte Alegre, Ministro de Secretário de Estado dos Negócios, em de 20 de dezembro de 1850. Livro de Registro de Ofício nº 221 – 1850-1854 –. Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI. “Casa Anísio Brito”.

¹⁴⁷ Ofício de 20 de dezembro de 1850 ao Visconde de Monte Alegre.

Da vila de São Gonçalo, José Antônio Saraiva dirigiu-se para a beira do rio Parnaíba, a uma localidade conhecida como Mulato¹⁴⁸, com 30 pessoas, em 27 de outubro, a fim de analisar o local que era observado como o mais indicado para receber a nova povoação e erguer-se uma Matriz. A vila tinha uma boa localização, porque situava-se “[...] entre dois rios e o regato de que dou conta. Do lado sul, estava o rio Canindé, que aí faz barra com o Parnaíba, à margem do qual fica essa esplanada, de que me tenho ocupado e que já foi designada por uma lei para assento de uma povoação que recebesse a Capital da Província”.¹⁴⁹

Segundo José Antônio Saraiva, a lei n. 174/1844 que determinava a transferência para vila de São Gonçalo não foi executada e foi pouco depois revogada, “porque nasceu antes do tempo, porque foi redigida antes de haverem estudado os meios mais convenientes e adequados a resolver a questão da mudança da Capital”.¹⁵⁰ Naquele mesmo dia (27), José Antônio Saraiva embarcou em uma gabarra¹⁵¹ – para a vila do Poty em uma viagem cansativa, como se pode perceber no relato:

Sofriavelmente acomodados, descemos o Parnaíba, sem viajar de noite, e no dia 30 encontramos a uma légua pouco mais ou menos antes de chegar à Vila do Poti outra barca de maior porte, que transportava as pessoas mais gradas da Vila, que vinham ao meu encontro. Passei-me para essa barca e chegamos àquela Vila. Tinha percorrido quase sessenta léguas de rio e chegava ao Poti com trinta e quatro horas de viagem, descontando as três noites em que a *gabarra* não viajou.¹⁵² (Grifo do autor)

José Antônio Saraiva permaneceu na vila do Poty até o dia 04 de novembro e aventou que não havia esquecido “[...] de esclarecer-me sobre quanto me era preciso saber para calcular as medidas mais adequadas a promover a prosperidade da Província, por meio da navegação de um rio que havia admirado e que abandonado se achava”.¹⁵³ Percebeu que a vila do Poty¹⁵⁴ necessitava ser transferida para outro local, em decorrência das enchentes do Rio

¹⁴⁸ De acordo com Antônio Saraiva, a localidade recebe esse nome em razão de um regato que a banha e desagua no Parnaíba oferece distância de uma légua, um terreno de pedregões, cheio de grotas e no qual se não observa grande vegetação. Ofício de 20 de dezembro de 1850 ao Visconde de Monte Alegre.

¹⁴⁹ Ofício de 20 de dezembro de 1850 ao Visconde de Monte Alegre.

¹⁵⁰ Ofício de 20 de dezembro de 1850 ao Visconde de Monte Alegre.

¹⁵¹ Um tipo de barca, que de acordo com o ofício de Saraiva, além da carga de 400 a 500 arrobas, que podia conduzir, levava quase 30 pessoas.

¹⁵² Ofício de 20 de dezembro de 1850 ao Visconde de Monte Alegre.

¹⁵³ Ofício de 20 de dezembro de 1850 ao Visconde de Monte Alegre.

¹⁵⁴ Já tinha a condição de vila e município, concedida pelo decreto de 06 de julho de 1832, que desmembrou-a das freguesias de Campo Maior, Valença e São Gonçalo (atual Regeneração). Portanto, José Antônio Saraiva transferiu a sede do município, para a Vila Nova do Poti, que se chamaria

Poti e de febres endêmicas que prejudicavam a população ali residente. As constantes enchentes que lhe atormentavam foram motivo de preocupação dos governos.

Em virtude dos transtornos advindos das enchentes, o governo central autorizou, por meio da lei n. 140 de 29 de novembro de 1842, a população potiuense a mudar sua vila para outro lugar, contudo, os moradores recusaram-se a sair do local. A despeito disso, essa lei não foi revogada e, baseando-se nela, José Antônio Saraiva requereu que os potiuenses mudassem a vila para um lugar mais apropriado e prometeu-lhes ajuda e ainda a mudança da capital para a Vila Nova do Poti. A situação dos habitantes da Vila do Poti era de anseio por mudá-la para outro lugar e José Antônio Saraiva soube aproveitar essa oportunidade, convidando-os para erguer uma nova vila em outro local.¹⁵⁵

Ao mostrar aos potiuenses, as vantagens advindas da futura sede do governo instalada na Vila Nova do Poti, José Antônio Saraiva encontrou valiosos aliados para seu empreendimento. Aliás, atenuou os empecilhos encontrados por seus antecessores quanto às questões financeiras e ainda a relutância do governo central. Sobre a necessidade da mudança da capital, Saraiva mencionava que ela era essencial para o desenvolvimento do comércio e da agricultura piauienses. No bojo das medidas propostas pelo jovem administrador estavam imersos interesses econômicos, estes pautados na expansão do comércio piauiense e de suas relações com os demais centros urbanos do país, seria crucial romper com a dependência em relação ao Maranhão e a Caxias.

Um Memorial foi enviado ao presidente, em 19 de dezembro de 1850, assinado pelos moradores das vilas de Parnaíba, Piracuruca e a Câmara Municipal de Campo Maior que se referia aos benefícios da tão discutida transferência da capital. A sugestão desse memorial era a transferência da capital para Parnaíba em razão dos seus recursos naturais, comércio e prosperidade. Caso não se concretizasse a mudança para tal cidade, a sugestão era a Vila do Poti, em razão da localização às margens do Rio Parnaíba.¹⁵⁶

Na tessitura desta dissertação, a análise do periódico *O Echo Liberal*¹⁵⁷, em circulação no momento da administração de José Antônio Saraiva, e contrário à proposta de

Teresina. Por isso, com a criação a Vila Nova do Poti, não se teve a criação de um município, e sim a transferência de sua sede.

¹⁵⁵ Ofício de 20 de dezembro de 1850 ao Visconde de Monte Alegre. Segundo Odilon Nunes, a 18 de novembro de 1850, Antônio Saraiva autorizou o mestre de obras João Isidoro a interromper os trabalhos da ladeira do Castelo – nas adjacências da atual cidade de Amarante, e seguir para a vila do Poty a fim de dar início à construção da igreja Matriz, no local designado para a nova vila. NUNES, 2007, p. 101.

¹⁵⁶ SILVA, 1994, p. 17.

¹⁵⁷ O jornal publicado uma vez por semana, na tipografia Liberal, em Oeiras. Era vendido na loja Tibério César Burlamaque, na Rua do Norte, a 8\$000 por ano e proporcionalmente por semestre ou

transferência da capital, permite uma visualização do teor das discussões em Oeiras. Nesse sentido, ele se constitui como uma rica fonte para a análise desse processo de mudança da sede do governo piauiense. Analisa-se assim *O Echo Liberal*, seguindo as pistas do historiador Jacques Le Goff, para quem o documento histórico “é um produto da sociedade que o fabricou, segundo as relações de força que aí detinham poder”.¹⁵⁸ Logo, o periódico é investigado como produto de desejos, rejeições e de valores político-sociais de muitas pessoas da sociedade em que ele circulou.

O jornal travou um extenso debate sobre a mudança da capital para a Vila Nova do Poty, já que era um opositor dessa medida. Defendia que a vila de São Gonçalo, mais próxima de Oeiras, seria o local mais propício para receber a nova cidade-capital. Quanto à vila nova do Poty, as desvantagens apontadas são várias e a transferência para aquele lugar seria nociva aos cofres públicos, visto que:

[...] posta a capital no Poty, temos mostrado que a bondade das terras à margem do rio do lado do Maranhão, e a grande massa de capitais que ali existem, o estado de prosperidade da cidade de Caxias e mais povoados, podem só não dispensar, ou antes sobrepujar a indústria do lado da Província do Piauí, inferior nessas proporções, como mesmo acabar com a produção dos municípios do sul, pela longitude em que ficam, e pela falta de um ponto de consumo para seus produtos de mais perto; e por conseguinte diminuídas assim as esperanças de lucro aos produtores, desfalecerá a concorrência, que hora desses municípios se observa, convertendo-se em pura perda para o sul da Província a mudança, e, em proveito somente dos produtos do norte; e isto sucedendo, sem a menor dúvida ninguém terá necessidade de navegar o rio Parnaíba além do termo do Poty.¹⁵⁹

De acordo com José Antônio Saraiva, o desenvolvimento de vias de comunicação, no Piauí, era essencial para o seu desenvolvimento, além disso, as estradas existentes eram péssimas e a discussão sobre a construção de uma estrada para Caxias ou para a Bahia era apontada como engrandecimento da Província. Porém, José Antônio Saraiva considerava que o custo dessa estrada seria muito elevado e não traria incentivo considerável ao movimento comercial e industrial da Província, tendo em vista que “[...] seria o dispêndio de quantias,

trimestre; números avulsos custavam 200 rs. Tibério César Burlamaque nasceu em 1810 e morreu em 1863. Presidiu por vários anos o Partido Liberal no Piauí. PINHEIRO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972. Quanto ao estilo jornalístico desse periódico, enfatiza-se que era “‘combativo’, em cujas páginas, surgiam as ‘picuinhas’ familiares e políticas [...]” RÊGO, Ana Regina. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: FCMC, 2001. p. 257.

¹⁵⁸ LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003. p. 536.

¹⁵⁹ A MUDANÇA da capital. *O Echo Liberal*. Oeiras, n. 97, 24 jul. 1851, p. 1.

que não se podem gastar e que, quando gastas, seriam improdutivas e não tenderiam senão muito indiretamente a lançar a Província no verdadeiro caminho de seu melhoramento”.¹⁶⁰

É a Província do Piauí pela sua posição topográfica uma das do Império mais necessitadas de vias de comunicação. As estradas existentes, sofríveis para a exportação atual da Província, que é gado, são péssimas para o transporte de gêneros de importação, que vem para esta capital [Oeiras], e para os Municípios do interior em costas de animais, e chegam por um preço demasiadamente subido, em razão de excessivo custo dos transportes. Será uma estrada de carro, uma estrada macadamizada de que falam? Nesse caso se despenderiam centenas de contos de réis, sem que a exportação ganhasse muita cousa; porque os Municípios, que d’essa estrada se poderão utilizar são os Municípios de criação de gado, e em boa-fé alguém achará conveniente o gasto de tamanhas quantias, a fim de que o gado chegue às feiras em menos dias, e menos cansado da viagem. Perguntarei ainda, se conviria o dispêndio de tanto dinheiro para melhorar a condição da pequena Capital, ficando esquecidas as primeiras necessidades da Província, – aquelas, que satisfeitas, dariam em resultado o desenvolvimento de sua agricultura, de seu comércio, e de sua indústria? - A resposta deve ser dada por quem houver meditado em tudo isso.¹⁶¹

José Antônio Saraiva opinou acerca da mudança da capital, em seu relatório de 03 de julho de 1851, que novos fatos a respeito do tema tinham surgido, os quais provocariam transformações nas opiniões já formadas, pois eles poderiam ter a virtude de operar as vozes a favor da mudança da capital:

[...] à margem do Parnaíba e a uma légua da Vila Velha do Poty se levanta e cresce uma pequena povoação, é resumir a série a série de fatos, que poderia contar para convencer-vos de que se há mais tempo não tínheis fé no aparecimento de uma povoação, que um dia pudesse receber a capital, provinha isso de não ter ido um de só de meus antecessores examinar pessoalmente, se era possível ou não fazer convergir a um ponto a margem do Parnaíba os interesses de um dos municípios por ele banhados, e dirigi-los para a edificação de prédios, que formassem um núcleo de povoação se aumentasse, coadjuvado por vossas luzes e por vosso esclarecido patriotismo.¹⁶²

Ao tratar da questão de edifícios públicos e dos gastos da administração provincial em Oeiras, aventados pelos contrários à mudança da capital como prejudiciais ao poder público, José Antônio Saraiva foi categórico, ao considerar que, a despeito de terem sido dispendidas

¹⁶⁰ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala que o Presidente da Província do Piauí Dr. José Antônio Saraiva dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no ato de abertura de sua sessão ordinária em 3 de julho de 1851*. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1851. p. 33.

¹⁶¹ PIAUÍ, 1851, p. 32 e 33.

¹⁶² PIAUÍ, 1851, p. 40.

“algumas quantias em alguns edificios públicos”¹⁶³, o Piauí necessitava de uma nova capital que pudesse dar à Província a possibilidade do progresso, de mais contato com os principais centros do Império e de uma maior civilidade. Apontava ainda, reconhecer que alguns cidadãos sofreriam com a mudança da capital, contudo ela seria decisiva para o futuro do Piauí. Tendo em vista que apresentava um amplo espectro de possibilidades de promover um projeto de desenvolvimento regional pautado no aproveitamento do rio Parnaíba, no comércio e na agricultura:

Reconheço que a mudança da capital fere a interesses e preconceitos, e Deus queira que esses interesses produzam em vossa presença todas as razões que puderem servir para esclarecer-vos no juízo, que tendes de pronunciar acerca da questão, que fica sujeita a vossa consideração.

Vós decidireis, se esses interesses são legítimos, e podem abalançar-se a disputar a Província a vitória de suas mais altas conveniências, e se o futuro do Piauí deve ficar prejudicado, só porque haveis dispendido n’esta cidade em pontes, em calçadas, em um hospital, e uma casa para Liceu algumas quantias.

Vós decidireis se por amor d’essas quantias deixará o Piauí de conquistar pelo comércio, pela agricultura, pela indústria somas maiores, que poderão em pouco tempo dar-lhe uma capital mais rica, mais cômoda, mais civilizada, e mais conveniente à direção dos negócios públicos.

Senhores, ninguém mais do que eu sente profundamente, que alguns ilustres piauienses sofram com essa mudança: nada porém n’esse mundo me poderá proibir de dizer-vos, que é minha profunda convicção, que o futuro da província depende essencialmente da mudança da capital: - de enunciar-me com a sinceridade que deve caracterizar a administrador, a quem corre a obrigação de defender com empenho os grandes interesses da Província que administra.¹⁶⁴

Acerca desse relatório de 1851, apresentado por José Antônio Saraiva na Assembleia Legislativa, o jornal *O Echo Liberal* teceu críticas ferrenhas à sua ação: “[...] em outro qualquer país, era suficiente para fazer com que fosse imediatamente demitido, porque deveras é incapaz de governar uma província quem como ele, entende que estradas não valem nada”.¹⁶⁵ O periódico fez objeções contra José Antônio Saraiva, acusando-o de governar o Piauí como “sua feitoria” e com “pertinaz loucura de querer à força mudar a capital para o Poty”, e ainda como um administrador que só era “capaz de cometer – violências e torpezas”.¹⁶⁶

¹⁶³ FREITAS, 1988, p. 14.

¹⁶⁴ PIAUÍ, 1851, p. 43.

¹⁶⁵ Juízo de Piauiense auzente sobre a administração do Sr. Saraiva. *O Echo Liberal*. Oeiras, n. 133, 3 abr. 1852, p. 2.

¹⁶⁶ *O Echo Liberal*, 1852, p. 2

O *Echo Liberal* argumentou que o Ministro do Império não aprovava a mudança da capital. Além disso, Eusébio de Queirós era quem poderia apresentar alguma opinião sobre a questão:

Duvidamos que o governo se tenha manifestado nessa questão, consta que o Sr. ministro do império não aprova, e estranha a precipitação com que é encaminhada: **a não ser pois o Sr. Euzébio, que possa ter dito alguma coisa pelos ramalhetes que o Sr. Saraiva lhe haja enfeitado**, entendemos insustentável apelo que se faz para a adesão do governo, que certo, não se cifra no Sr. ministro da justiça.¹⁶⁷ (Grifo nosso)

O posicionamento supracitado é desapontado, pois, quando se analisa a correspondência mantida entre José Antônio Saraiva e Eusébio de Queirós, este mostrou-se favorável à iniciativa do então presidente da Província do Piauí e, até mesmo, o incentivou a não desistir do empreendimento. Isso se confirma ao se analisar as missivas enviadas por Eusébio de Queirós para José Antônio Saraiva, visto que, em 25 de outubro de 1851, Queirós, escreveu: “sobre a mudança da Capital o Sr. V. de Monte Alegre, ficou de escrever a V. Exa. dando-lhe uma resposta decisiva pelo 1º vapor”.¹⁶⁸ Posteriormente, em 18 de fevereiro de 1852, novamente, Eusébio de Queirós incentivou Antônio Saraiva a persistir na sua empreitada: “continue V. Exc.^a. a insistir na mudança da Capital, pois tem nessa questão ganho ameno”.¹⁶⁹ Além disso, na carta de 11 de abril de 1852, Eusébio de Queirós demonstrou que o Visconde de Monte Alegre estava ciente e de acordo com a transferência da capital:

Que tenha felizes festas é meu sincero desejo. Falei com o Sr. Visconde à vir se ele mandava um Aviso aprovando a ideia da mudança da Capital; respondeu-me que já havia escrito a V. Exa. dando-lhe toda a liberdade de ação, e que sendo a ideia, como V. Exa. disse bem recebida na Província, parece-me que nada mais é necessário. Recebeu V. Exa. esse Aviso.¹⁷⁰

Por meio das opiniões externadas no periódico, é perceptível a oposição oeirense à mudança da capital para as margens do Poty. Isso traz também à tona os jogos de interesses, as oposições existentes entre o sul e o norte da província, a intenção de manter a capital

¹⁶⁷ *O Echo Liberal*, 1851, p. 4.

¹⁶⁸ Carta enviada por Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Camara a Antônio Saraiva a 25 de outubro de 1851. Documentação pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

¹⁶⁹ Carta enviada por Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Camara a Antônio Saraiva a 18 de fevereiro de 1852. Documentação pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

¹⁷⁰ Carta enviada por Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Camara a Antônio Saraiva a 11 de abril de 1852. Documentação pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

próxima à cidade de Oeiras. Houve uma diminuição do número de obras com a possibilidade iminente da mudança da capital, a qual pode ser exemplificada nas rendas do Estabelecimento dos Educandos Artífices:

[...] de junho do ano passado [1851] ao último de maio do corrente, subiram a 1:719\$835 réis, não tendo sido ainda maior a essa renda por não trabalharem por conta da casa as oficinas de carpina, e marceneiro, que poucas obras encontram, em razão da persuasão, em que estão os habitantes d'esta cidade de que se realizará mais tarde, ou mais cedo a mudança da capital da Província.¹⁷¹

A despeito das oposições da imprensa, José Antônio Saraiva, manteve-se firme no seu propósito. Mas como convencer opositores à transferência da capital de que tal medida traria benefícios vários para o Piauí? Em pronunciamento à Assembleia Legislativa em 1851, expôs sua opinião sobre a transferência da capital e a importância de que a sede do governo piauiense estivesse às margens do rio Parnaíba, particularmente na Vila Nova do Poty:

1º porque ela é bem situada e a mais salubre que é possível (Vereis da planta, [...] a sua situação cômoda e agradável); 2º porque fica na posição de tirar a Caxias todo o seu comércio com o Piauí conseguindo-se, assim, a maior vantagem da mudança; 3º porque mais próxima da cidade da Parnaíba, pode servir melhor ao desenvolvimento da navegação e gozar a capital do grande benefício da facilidade de suas relações políticas e comerciais com a Corte e todos os centros de civilização do Império. 4º porque fica no município mais agrícola da província, e é preciso que o Governo cuide seriamente de promover aumento de sua agricultura, o melhoramento dos processos de que ela usa, e dar conveniente direção aos seus produtos; 5º porque é aquela localidade a única que promete florescer à margem do Parnaíba e habilitar-se em menos tempo para possuir a capital da província.¹⁷²

Não obstante, os argumentos de José Antônio Saraiva não convenceram seus adversários, que rejeitaram o projeto de lei de 1851, o qual transferia a capital para a Vila Nova do Poti e mostraram seus argumentos: “1º o lugar escolhido era insalubre; 2º seus arredores eram estéreis; 3º havia falta de prédios para habitação dos funcionários públicos gerais e provinciais”.¹⁷³ A posição da população oeirense se explicita bem no trecho a seguir, publicado no periódico *O Echo Liberal*, em 1851:

¹⁷¹ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo Ex.^{mo} Senhor dirigiu Presidente da Província José Antônio Saraiva na sessão aberta em 1º de julho de 1852*. Caxias: Tipografia Independente, 1852. p. 13.

¹⁷² PIAUÍ, 1851, p. 43.

¹⁷³ CHAVES, 1994, p. 19.

Mudar-se a capital de uma Província de uma cidade grande e populosa, onde existem todos os edifícios públicos, e onde há noventa anos existe a sede do governo, e todas as repartições públicas para um lugar deserto, e onde uma casa de morada não tem ainda, e tudo será preciso criar-se, é já não diremos um fato, mas um projeto, um ato que estava reservado para ter lugar no Piauí, e só próprio de um gênio forte e competente [...] ¹⁷⁴

Preferiram opinar que a mudança fosse para São Gonçalo, mais próxima de Oeiras. José Antônio Saraiva refutou tais argumentos, apontou que, de fato, a localidade escolhida realmente não era das mais salubres, aliás, as terras possivelmente eram menos férteis do que as dos brejos do Piauí, mas isso ligava-se à salubridade do terreno. Aventaram também não haver problema se a capital ficasse próxima a Oeiras, desde que atendesse aos interesses gerais. Contudo, São Gonçalo não aproveitaria o rio Poti. Acerca da falta de residência para os funcionários, o problema seria resolvido com a transferência da capital.

Para efetivar a mudança da sede do governo, foi necessário esperar a eleição para a Assembleia Legislativa, marcada para o dia 15 de janeiro de 1852. O resultado saiu em março daquele ano, e, para a surpresa dos adversários, José Antônio Saraiva obteve uma vitória esmagadora, tendo em vista que todos os deputados eleitos eram mudancistas. Com esta renovação na bancada da Assembleia Legislativa, a transferência da capital possivelmente aconteceria.

Tabela 2: Deputados eleitos em janeiro de 1852

Nomes dos deputados	Número de votos
Dr. Antônio de Sousa Mendes Júnior	155
Dr. Simplício de Sousa Mendes	151
Dr. Raimundo Antônio de Carvalho	151
Ten. Francisco José da Silva	147
Dr. José Mariano Lustosa do Amaral	145
Pe. Joaquim Damasceno Rodrigues	145
Cel. Jacob Manoel de Almendra	141
Dr. Antônio Francisco de Sales	140
Cel. José Ferreira de Carvalho	137
Major João Antônio Vaz Portela	136
Major Miguel Furtado de Mendonça	133
Ten. Otaviano José de Amorim	128

¹⁷⁴ A mudança da capital. *O Echo Liberal*. Oeiras, n. 91, 12 jun. 1851, p. 1.

Pe. Antônio Ricardo de Albuquerque Cavalcante	127
Dr. Eleutério Augusto de Ataíde	122
Ten. Cel. Ernesto José Batista	120
Cap. Antônio Martins da Rocha	120
Ten. Cel. José Rodrigues Coêlho	119
Pe. Mamede Antônio de Lima	117
Dr. Augusto Custódio de A. Bacelar	112
Cap. Ângelo Gonçalves Mineu	108

Fonte: CHAVES, Joaquim (Mo.). *Cadernos históricos*. Teresina: FCMC, 1993. p. 177.

No dia 6 de julho de 1852, foi o projeto de mudança, subscrito por José Mariano Lustosa do Amaral, Ernesto José Batista, Francisco José da Silva, Antônio Martins da Rocha, Mamede Antônio de Lima, Raimundo Antônio de Carvalho, Jacob Manuel de Almendra, A. F. Vasconcelos (suplente), João Vaz Portela, Antônio Francisco de Sales. Aprovado em todos os debates. Em 20 de julho de 1852, foi votada e sancionada a resolução n. 315 que elevou a Vila Nova do Poti à categoria de cidade com o nome de Theresina¹⁷⁵ e foros de capital:

Art. 1º A Vila Nova do Poti fica desde já elevada à categoria de cidade com a denominação – Theresina.

Art. 2º Para essa cidade será transferida a sede do Governo da Província com todos os estabelecimentos, e repartições públicas, ficando autorizada a Presidência a levar a efeito a transferência, logo que julgar conveniente, e que existam ali as acomodações necessárias.

Art 3º Para a realização da muda é igualmente autorizado o Presidente da Província:

§ 1º A obter por aluguel, e pela forma que mais lhe conveniente parecer, os prédios necessários para as repartições públicas.

§ 2º A mandar construir os mesmos prédios por administração, quando se torne improficuo o meio estabelecido no § antecedente.

§ 3º A mandar também construir por administração, ou arrematação, no local da nova Cidade uma Cadeia, um Cemitério, e quaisquer outras obras, que foram necessárias, e se harmonizem com os recursos da Província.¹⁷⁶

¹⁷⁵A terceira sede municipal piauiense a ganhar o título de cidade, após Oeiras e Parnaíba.

¹⁷⁶ CÓDIGO das Leis Piauienses. Parte 1ª. Resolução n. 315, publicada a 21 de julho de 1852. Teresina: Tipografia Constitucional, 1852. Tomo 13; A ASSEMBLEIA Mudista. *O Echo Liberal*. Oeiras, n. 147, 15 jul.1852, p. 2: Quanto ao nome da nova capital, é relevante destacar que este nome foi dado em homenagem à esposa de D. Pedro II, a Imperatriz Teresa Cristina Maria de Bourbon. Nascida em 14 de março de 1822 em Nápoles, na Itália. Filha mais nova do Rei Francisco I. Contraiu núpcias em 1842 com D. Pedro II, por procuração, e em 1843 veio para o Brasil viver com seu esposo. Trouxe consigo artistas, intelectuais, cientistas, artesãos e coleções de obras, objetos e documentos de grande valor. Foi uma defensora da transferência da capital do Piauí junto a D. Pedro II. Diz-se quanto ao nome Teresina, que ele é a junção de *Teresa + Cristina*. E é citada também a possibilidade de o nome ser o diminutivo de Teresa, em italiano, seria, então uma evocação carinhosa a nacionalidade da imperatriz. *O Echo Liberal* criticou o nome escolhido para a nova cidade-capital piauiense: Conquanto

José Antônio Saraiva executou com urgência a resolução supracitada. Pois estava ciente das possibilidades de um golpe por parte dos contrários à mudança, ele adiou a próxima Assembleia para o ano seguinte. O artigo 15 da resolução supramencionada determinava:

[...] Ficam revogadas as disposições em contrário. – Paço da Assembleia Provincial 6 de julho de 1852. – Joze Mariano Lustosa do Amaral, Ernesto Joze Baptista, Francisco Joze da Silva, Antonio Martins da Rocha, Pe. Mamede Antonio de Lima, Angelo Gonçalves Menêo, Raimundo Antonio de Carvalho, Jacob Manoel de Almendra, Antonio Fernandes de Vasconcellos, João Antonio Vaz Portella, Antonio Francisco de Salles.¹⁷⁷

Nos primeiros dias de agosto de 1852 em que mandou virem para Teresina alguns escravos de Fazendas Nacionais. O uso dessa mão de obra ligava-se à necessidade de poupar gastos, visto que a “economia foi a palavra de ordem durante todo o processo de construção das primeiras edificações da cidade, economizava-se na aquisição e transporte dos materiais necessários e na contratação e no sustento dos trabalhadores”.¹⁷⁸ José Antônio Saraiva recomendou que não fossem admitidos outros serventes que não fossem os escravos das fazendas fiscais.¹⁷⁹

Em seguida, o presidente encaminhou as medidas necessárias à transferência dos órgãos públicos. No dia 1º de agosto, designou que o Diretor do Estabelecimento dos Educandos e Artífices, passasse para Teresina com todos os alunos¹⁸⁰ – estes trabalhariam nas obras públicas da nova capital:

seja digno de todos os respeitos o objeto d’onde o Sr. Saraiva derivou esse Therezina, não podemos deixar de considerar de uma tal denominação se não como parte de desproveitosa adulação; tanto mais quanto vemos que puseram de parte tantos outros objetos essencialmente nacionais, e as nossas épocas gloriosas, para se ir invocar um nome, que por mais que o devamos acatar, não tem contudo uma verdadeira significação patriótica. Consta-nos que club, em que se tratou de batizar a nova cidade em miniatura, vozes houveram que impugnaram esse nome; mas foram sufocadas pela maioria dos escolhidos do Sr. Saraiva, e devotados a todos os seus caprichos e desejos por mais insignificantes que sejam. Honra seja feita aos que se opuseram; por que mostraram ter ainda no coração sentimentos de brasileirismo. *O Echo Liberal*, 1852, p. 3.

¹⁷⁷ *O Echo Liberal*, 1852, p. 2.

¹⁷⁸ CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1873)*. Porto Alegre: FCM, 2013. p. 147.

¹⁷⁹ Livro de Registros de Ofícios da Presidência. COD 180. Arquivo Público do Estado do Piauí-APEPI (Casa Anísio Brito).

¹⁸⁰ Os educandos eram crianças e adolescentes do sexo masculino, pobres ou órfãos, que muitas vezes eram recolhidos no Estabelecimento a pedido da própria família, para aprender um ofício. A idade desses meninos variava entre 8, 14 ou 16 anos. CARVALHO, 2013, p. 144.

Ordeno a V. M.^{ce} [diretor do Estabelecimento dos Educandos Artífices] que no mais breve tempo, que lhe for possível trate de passar para a cidade de Teresina com todos os educandos, que se acham sob sua direção. Para o transporte da bagagem dos mesmos educandos, e condução dos que não puderem fazer a pé a viagem autorizo a V. M.^{ce} a alugar cavalgaduras indispensáveis, guardada a maior economia.¹⁸¹

Numa portaria da data supracitada, ordenou ao Inspetor da Administração da Fazenda Provincial que fossem concedidas ajudas de custo aos empregados públicos para a viagem de Oeiras à nova Capital. A 2 de agosto ordenou ao administrador do Correio transferir a repartição para Teresina. No dia 4 de agosto:

[...] Após um prévio entendimento, José Pereira Nunes apresenta a Saraiva orçamento no valor de 492\$000 (quatrocentos e noventa e dois mil réis), por quanto seria feito o transporte do arquivo, bem como determina que se preparem todos os empregados a fim de partir logo que recebam ordem, já havendo, entretanto, seguido para a nova Capital o contínuo da mesma repartição.¹⁸²

Posteriormente, foram baixadas várias portarias para a transferência das repartições públicas de Oeiras para Teresina. José Antônio Saraiva¹⁸³ saiu de Oeiras no dia 6 de agosto, após contratar as cavalgaduras indispensáveis para transportar os materiais e móveis das repartições públicas. Além disso, tentou adquirir de Manuel Antônio de Carvalho, aparatos usados na iluminação pública oeirense, no intuito de adaptá-la à nova cidade-capital.¹⁸⁴

Ao analisar a transferência da sede político-administrativa piauiense, Clodoaldo Freitas sinaliza que “na iminência da mudança da capital, alguns cidadãos dirigiram uma representação ao governo Imperial contra o presidente, alegando os prejuízos que sofreriam os interesses de Oeiras”.¹⁸⁵ Após a saída de José Antônio Saraiva, aconteceram manifestações pela cidade de Oeiras, contrárias à mudança, a despeito disso, a capital, a partir de então, era Teresina. A estratégia do presidente de sair “na surdina” foi, provavelmente, a melhor escolha

¹⁸¹ Arquivo Público do Estado do Piauí-APEPI (Casa Anísio Brito). Livro de Registros e ofícios da Presidência da Província. COD 181.

¹⁸² NUNES, 2007, p. 113.

¹⁸³ Durante as construções em Teresina, Saraiva hospedou-se do lado maranhense do rio Parnaíba, no engenho-fazenda Boa Vista, em São José das Flores, atual cidade de Timon, atualmente Bairro Boa Vista. A fazenda pertencia a Manoel Domingos Gonçalves Pedreira. Este era um latifundiário da vila velha Poti. De uma família estabelecida em Teresina e São José das Flores. Disponível em: <http://cidadeverde.com/noticias/110551/saraiva-timon-e-nadja-percorre-os-passos-do-conselheiro>.

Acesso em: 6 de junho de 2016.

¹⁸⁴ NUNES, 2007, p. 113.

¹⁸⁵ FREITAS, 1988, p. 14.

de ausentar-se da antiga capital, pois caso contrário, o clima poderia ter esquentado ainda mais, em virtude da forte oposição oeirense à transferência da capital. Deste modo, com a partida de José Antônio Saraiva, “os ânimos se irritaram e era um verdadeiro clamor público contra o presidente, que os mais exaltados cobriam de injúrias e juraram tomar, mesmo no Poti, uma vingança estrondosa e sanguinária”.¹⁸⁶

Os jornais de oposição, como *O Echo Liberal*, incentivaram a população a se revoltar contra a mudança da capital.¹⁸⁷ Todavia, tais ameaças não se cumpriram, tendo em vista que foram contidas pelos oeirenses mais sensatos. Com a mudança da capital para Teresina, Oeiras mergulhou em um momento desolador, entrou em estado de apatia e decadência econômica por longos anos “e assim viveu prostrada nessa letargia sem pressa de acordar para o mundo”.¹⁸⁸

Ao chegar à cidade de Teresina, o presidente instalou as repartições públicas e, a 16 de agosto, oficiou aos presidentes de cada uma das províncias do Império a transferência da capital, naquela circunstância, o Imperador D. Pedro II encontrava-se em Paris:

Tenho a honra de comunicar a V. Excia. que o corpo legislativo provincial autorizou pela lei n° 315, de 20 de julho do corrente ano, a transferir a capital desta Província para a nova cidade de Teresina, e que dei já execução a essa lei, pelo que me acho residindo nesta cidade e à disposição de V. Excia.¹⁸⁹

Por conseguinte, através do ofício de 21 de outubro de 1852, foi concluída a transferência da capital do Piauí: “Comunico a V. Excia. que esta Província está em paz, e que se acha completamente transferida para esta cidade de Teresina a capital da Província e funcionando regularmente todas as repartições públicas”.¹⁹⁰ A 24 de dezembro daquele ano, fora trazida a imagem de Nossa Senhora do Amparo, padroeira de Teresina, da capela existente na vila do Poty para a Igreja do Amparo, por meio de uma procissão conduzida pelo vigário Mamede Antônio de Lima. Ao chegar ao novo templo, houve uma missa. Estavam presentes, na solenidade, as autoridades José Antônio Saraiva, o Chefe de Polícia, Inspetor

¹⁸⁶ CHAVES, 1994, p. 20.

¹⁸⁷ CHAVES, 2013, p. 178. Em virtude da transferência da capital, o jornal *O Echo Liberal* veiculou a 18 de setembro de 1852, que encerraria suas atividades até o final daquele ano. Advertência. *O Echo Liberal*. Oeiras, n. 153, 18 set. 1852 p. 1.

¹⁸⁸ REIS, 2009, p. 55.

¹⁸⁹ CHAVES, 1994, p. 20 e 21.

¹⁹⁰ CHAVES, 1994, p. 21.

Geral da Província, os quais assinaram na ocasião o auto de trasladação da paróquia da vila do Poty para a cidade de Teresina.¹⁹¹

Estava consolidado, portanto, o objetivo principal de José Antônio Saraiva como presidente da província do Piauí: transferir a capital. A próxima iniciativa seria viabilizar navegação do rio Parnaíba e o desenvolvimento comercial. A nova capital piauiense concebida e transformada na sede político-administrativa da Província por Saraiva e outrem no século XIX, foi na opinião do historiador Antônio Fonseca Neto, imaginada para ser a cidade-capital piauiense, antes mesmo de o Piauí tornar-se Capitania “Não há dúvidas de que a localização da vila-capital na barra do Poti tem no ex-governador e capitão-general do Maranhão, Maia da Gama, o idealizador (1728), mais de um século antes de ser concretizada (1852)”.¹⁹²

A transferência da capital em 1852 provocou mudanças socioespaciais, houve o surgimento de vilas e cidades ao longo do rio Parnaíba, a mudança representava para as vilas norte uma maior possibilidade de desenvolvimento. Essas transformações estavam articuladas aos objetivos dos projetos do governo imperial, o qual tinha bases voltadas a medidas políticas para o país centralizadas na figura de D. Pedro II. Com a administração das províncias por homens de confiança do Imperador, os critérios de sua indicação estavam ligados às suas carreiras políticas individuais. Nesse sentido, no que concerne ao Piauí, “ao institucionalizar-se o poder, em 1845, no Piauí, o Império se fazia presente através de seus representantes no governo provincial [...]”¹⁹³ As discussões tecidas pelos políticos piauienses estavam relacionadas aos problemas da província, bem como ao cenário nacional.

Apesar da consolidação da mudança da capital de Oeiras para Teresina, ainda houve tentativas de transferir-se novamente a cidade-capital do Piauí para Parnaíba, de acordo com Diderot Mavignier:

[...] A primeira ocorreu em 1855, quando o presidente da Província Raimundo Teodorico da Costa e Silva apontou em discurso na Assembleia Provincial, as vantagens de uma nova transferência da capital para Parnaíba. A segunda se deu em 1889, já no período republicano, cogitada pelo interventor Gregório Taumaturgo de Azevedo. Os teresinenses temerosos com essa possibilidade da transferência da capital para Parnaíba, opuseram-se, tendo à frente o cônego Tomaz de Moraes Rego e o apoio do governo

¹⁹¹ CHAVES, 2013, p. 179.

¹⁹² SANTOS NETO, 2002a, p. 11.

¹⁹³ SANTANA, R. N. Monteiro de. *Perspectiva Histórica do Piauí*. Teresina: Cultura, 1965. p. 40.

federal, como consta a resposta telegráfica enviada pelo chefe do governo provisório do Rio de Janeiro: ‘Governo não placita mudança capital’.¹⁹⁴

Conseqüentemente, acerca dessa proposta de mais uma mudança da sede do governo piauiense para Parnaíba, encontrou-se na documentação analisada, o Projeto de Lei n° 44, de 27 de junho de 1885, apresentado no Paço da Assembleia Legislativa Provincial do Piauí. Assinado pelos deputados Dr. Nogueira Paranaguá, Raimundo Caetano, Gervásio de B. Passos e Claro F. de Carvalho. O Projeto de Lei n° 44 foi composto por 12 artigos. Os dois primeiros esclareciam:

Art. 1° Fica transferida a sede do governo da província, para a cidade de Parnahyba, com todas as repartições públicas, ficando autorizada a Presidência da Província a levar a efeito a transferência logo que julgar conveniente, e que existam ali as indispensáveis acomodações.

Art. 2° A reunião da futura sessão Assembleia Legislativa, far-se-á onde estiver a sede do Governo.¹⁹⁵

Além disso, o art. 12 apontava: “Revogam-se as disposições em contrário”. Esse projeto de lei caiu em primeira discussão na Assembleia Legislativa. O posicionamento dos políticos defensores de uma nova mudança da capital, demonstra os jogos de interesse em torno da localização da cidade-sede piauiense, de modo que o interesse em tê-la no litoral ainda permanecia. A cidade de Parnaíba, devido à sua maritimidade oferecia a perspectiva de maior desenvolvimento comercial para o Piauí, por ter contatos e atividades comerciais com o exterior e com o restante do Império. Pe. Cláudio Melo, mostra que inicialmente, a barra do Poti não tinha aspectos estruturais essenciais para receber a burocracia provincial, mas foi o local escolhido e tinha dois rios navegáveis.¹⁹⁶

3.3 Navegação a vapor: a prosperidade nas águas do rio Parnaíba

O Parnaíba assim carpindo suas mágoas, – rio da minha terra, unido de tristeza, refletindo o meu ser, flor móvel das águas.

(Da Costa e Silva, poema Rio das Garças)

¹⁹⁴ MAVIGNIER, Diderot dos Santos. *Conhecendo a geografia & história do Piauí*. Parnaíba: [s.n.], 2007. p. 123 apud Rego, 2013, p. 60.

¹⁹⁵ Projeto de Lei n° 44, datada de 27 de junho de 1885. Documento pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Lata 311, Doc. 82.

¹⁹⁶ MELO, Cláudio Pe. *A prioridade do Norte no povoamento do Piauí*. Teresina: [Gráfica Mendes], 1985. p. 122.

Desde o período colonial, já havia a noção da importância do Rio Parnaíba para o território piauiense¹⁹⁷, isso foi realçado em pelo menos dois momentos, a saber: 1699 e 1789. A Carta Régia, de 1699, encaminhada ao governador de Pernambuco, recomendava que ele ordenasse ao Capitão-mor do Ceará, seu subordinado, ‘a realização de estudo sobre os rios Parnaíba e Paraim, tendo em vista o povoamento da região’. Existia a preocupação com a defesa da costa piauiense, assim foi proposta a construção de uma fortificação em Parnaíba, mas tal edificação não foi realizada. No ano de 1789, João de Amorim Pereira, então governador da Capitania do Piauí, dirigiu uma missiva à Metrópole reconhecendo a vantagem de deixar a navegação do rio Parnaíba desobstruída dos “estorvos que até agora desanimam o comércio, a fim de se fomentar a agricultura, fazer crescer a indústria e promover a abundância de todos os produtos”.¹⁹⁸

A pecuária não tinha, no Rio Parnaíba, no transporte ou mesmo na construção e manutenção de estradas, algo essencial para seu funcionamento, tendo em vista que os caminhos usados pela atividade pecuarista eram abertos pelo próprio gado, os quais foram mantidos por muito tempo.¹⁹⁹ Assim, “perduravam no Piauí as mesmas trilhas, que no período colonial, ligavam entre si as fazendas, as mesmas veredas abertas pelos vaqueiros e boiadeiros na labuta cotidiana”.²⁰⁰ Isso, segundo Felipe Mendes²⁰¹ foi um dos motivos pelos quais a economia piauiense não utilizou o Rio Parnaíba para integrar-se ao restante do território. Algo que só ocorreu no fim do século XIX e início do XX, em que ocorreu mudança nas atividades econômicas. Para Odilon Nunes, “a função histórica do rio Parnaíba seria outra, se outra tivesse sido a colonização do Piauí, cujo comércio, exclusivamente de gado, se fazia por via terrestre, em feiras longínquas, nas capitanias limítrofes”²⁰². No século XIX, as questões ligadas aos transportes e a comunicações se tornaram mais intensas, e o transporte fluvial ganhou atenção especial. Aliás, desde os primórdios da colonização as vias fluviais foram essenciais para a penetração no território.²⁰³

¹⁹⁷ Naquele momento havia navegação marítima ligando o Piauí ao Maranhão e ao restante do Brasil, os navios preferencialmente penetravam no Parnaíba pela barra da Tutóia. Algo que teria ocorrido até a década de 30, do século XIX. NUNES, 2007, p. 131.

¹⁹⁸ MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: FCMC, 2003. p. 39 e 67.

¹⁹⁹ SANTANA, 1965, p. 94.

²⁰⁰ NUNES, 2007, p. 166.

²⁰¹ MENDES, 1995, p. 67.

²⁰² NUNES, Odilon. *Economia e Finanças: Piauí Colonial*. Teresina: COMEPI, [1972]. p. 26.

²⁰³ GANDARA, 2010, p. 134.

Na segunda metade do século XIX, as águas do Parnaíba, através da navegação, mudaram a realidade social piauiense, pois ampliaram as possibilidades de comunicação – até então dominada pelo uso de animais e pedestres. O aproveitamento do Rio Parnaíba trouxe a integração inter e intraprovincial, permitiu a movimentação de riquezas. Tendo em vista que:

[...] as vias de ligação entre povoados, vilas e cidades não passavam de caminhos, mais largos ou mais estreitos, dependendo da intensidade de sua procura, dando passagem a mascates com suas tropas de burros. Tão precários eram estes caminhos que as correspondências e encomendas demoravam meses até chegar a seu destino. [...] Os caminhos vicinais ligavam fazendas, sítios e povoados no interior piauiense.²⁰⁴

Os discursos e desejos de efetivar a navegação fluvial do Parnaíba foram constantes durante o século XIX, sobretudo a partir de 1850. Apesar do pouco uso do rio Parnaíba, os documentos analisados, a exemplo das mensagens governamentais, demonstram o interesse dos presidentes da Província em desenvolver a navegabilidade do rio, fato que contribuiria também para o desenvolvimento da agricultura. Havia, segundo Felipe Mendes, a compreensão de que o rio Parnaíba deveria ser o norteador da economia piauiense.²⁰⁵

José Ildefonso Sousa Ramos, em 1844, mostrou-se surpreso quanto ao fato de os habitantes do Piauí não aproveitarem as águas de um dos maiores rios do Brasil e enfatizou a necessidade dos investimentos dos transportes e dos meios de comunicação, para o desenvolvimento do Piauí. Para ele, os dirigentes públicos deveriam priorizar a navegação do rio Parnaíba, por meio de barcas movidas a remos e a varas, seguindo o exemplo da praticada no rio Itapecuru.²⁰⁶ Deste modo:

Na classe dos melhoramentos materiais devem figurar em primeiro lugar as estradas, pontes e navegação dos rios do interior da Província, isto é, os meios de sua comunicação, que formam a sua necessidade. Pouco importará que seja a Província abundante em seus produtos, se não poder expô-los a venda.²⁰⁷

A navegação do rio Parnaíba estabeleceria a comunicação entre o Gurgueia e o Oceano Atlântico. Com isso seriam viabilizadas a exportação e as receitas ao tesouro público, pois no entorno do rio, existiam caminhos de muitas léguas de terras com: “um terreno de

²⁰⁴ NUNES; ABREU, 1995, p. 94.

²⁰⁵ MENDES, 1995, p. 67.

²⁰⁶ PIAUHY, 1844, p. 42.

²⁰⁷ PIAUHY, 1844, p. 42.

mais de 200 léguas de extensão, rico de madeiras, abundante de gados, e fértil [...]”²⁰⁸ Deste modo, por meio da navegabilidade do Rio Parnaíba, seriam solucionados os problemas de comunicação existentes no Piauí. Haveria, além disso, uma elevação do valor dos gêneros produzidos na Província, sobretudo o gado – principal fonte de receita dos cofres provinciais. A lei nº 129 sancionou a navegação do Parnaíba e autorizou o presidente da Província a conceder o seu privilégio exclusivo a qualquer companhia, por um período de 25 anos para estabelecer a navegação a vapor. Infelizmente, a referida lei foi inexecutável. A respeito de uma legislação sobre a navegabilidade do rio, José Ildefonso de Sousa Ramos avança que a mesma deveria ser providente em suas disposições e deixar largas a um regulamento executável.

Através do aproveitamento do rio, os gêneros produzidos pelo Piauí adquiririam o valor que até aquele momento não tinham para a exportação, pois seus preços no mercado não cobriam sequer as despesas de locomoção. Relativamente à pequena agricultura, o algodão poderia ser transportado pelo rio, mas era produzido em pequena quantidade. A sua produção estendeu-se por quase todo o período colonial, foi usado no fabrico de redes, tecidos e roupas para a maior parte da população. Depois da Independência, ocorrida em 1822, foi inserido no comércio, juntamente com o fumo, momento em que passou a fazer parte dos tributos do fisco.²⁰⁹

Zacarias de Góis e Vasconcelos, em 1845, ressaltou a importância da navegabilidade do Rio Parnaíba para o Piauí, haja vista que a mesma seria capaz de mudar a face da Província, pois traria a riqueza e a prosperidade de que o Piauí tanto necessitava. Não obstante, reconhecia que a Província ainda não tinha recursos suficientes para realizar esse empreendimento. Portanto, uma solução inicial seria o uso de barcas – como as que já haviam existido –, mas, infelizmente, se arruinaram com a Balaiada, e, ainda, a cobrança de impostos na passagem do rio Parnaíba tanto na margem do Piauí quanto na do Maranhão. Segundo Zacarias de Góis e Vasconcelos, as barcas ofereciam uma passagem menos perigosa do que as canoas para as pessoas que tivessem que atravessar o rio. Além disso, as boiadas vendidas para o Maranhão começavam a dar prejuízos aos seus donos no momento da travessia do Rio Parnaíba. Para ele, não haveria oposições ao pagamento dos pequenos impostos para a travessia do rio.

O Rio Parnaíba banhando toda a parte setentrional da Província, desde os seus limites com Goiás, na comarca de Parnaguá até a cidade de Parnaíba, com um curso navegável de

²⁰⁸ PIAUHY, 1844, p. 38.

²⁰⁹ REGO, 2013, p. 70; NUNES, 2007, p. 188.

mais de duzentas léguas e confluente como o Gurgueia, o Canindé, que cortando a província em diferentes direções se prestam, o primeiro em todas as estações e o segundo na invernada – a uma navegação sumamente proveitosa.²¹⁰ No que tange à navegação do Rio Parnaíba, José Antônio Saraiva aventou que ela era imprescindível e, também, o primeiro passo para o aumento do comércio, da agricultura e da indústria:

Sabeis, Senhores, que o desenvolvimento da navegação supõem o desenvolvimento em certo grau das forças produtivas de um País. Sem que a agricultura, sem que a indústria, sem que o comércio tenham começado as suas operações, é possível a navegação. Ela vem após d'aquela fato, e depois o anima, lhe dá forças maiores, e recebe d'ele todo o seu desenvolvimento. Nós já chegamos a esse primeiro período. Nós já temos uma agricultura à margem, que começa a florescer; temos um comércio tutelado, é verdade do Maranhão; porém capaz de emancipar-se d'ele, se forem removidos os embaraços, os obstáculos, que se opõem a seu progresso. É pois combatendo os obstáculos, que desviam as pequenas forças produtivas da Província de seu curso natural e as leva a alentar o comércio, e a navegação de outra Província, que nós chegaremos a encetar os grandes melhoramentos do Piauí, à navegação do seu rio. E, falando a linguagem dos fatos, fazendo descer pelo Parnaíba os algodões, os couros, e mais produtos da Província, e não pelo Itapecuru, que nós chegaremos a dar as formas produtivas da Província a direção, que lhe é conveniente. Será isso uma cousa que se possa realizar sem o poderoso auxílio da administração? – Não o creio. É mister portanto que eu e vós, Senhores, estejamos à margem daquele rio, e não vivamos a dezenas de léguas, n'estes sertões, uma vida estéril para os mais importantes melhoramentos materiais da Província.²¹¹

José Antônio Saraiva entendia que eram incalculáveis as vantagens advindas da exploração do Parnaíba, e essa proposição estava, para ele, intrinsecamente ligada à mudança da capital. Para José Antônio Saraiva, era mais relevante gastar com a navegação do que dispendar proventos improdutivamente com os melhoramentos nas estradas da Bahia e do Maranhão. Posteriormente, encabeçou a transferência da capital, com a justificativa de que ela impulsionaria a navegação.²¹² Fator indispensável para o desenvolvimento piauiense, a navegação do rio Parnaíba após a transferência da capital para Teresina, passou a ser mais discutida. Aliás, a localização de Teresina à beira-rio Parnaíba, mostrou-se um estímulo ao início da navegação a vapor. Esta era uma medida de primeira necessidade para a economia piauiense, a qual lhe traria benefícios.

Contudo, para o desenvolvimento da navegação se fazia necessário o financiamento imperial e provincial, ou de empresários dispostos a investir capitais nessa iniciativa. Isto só

²¹⁰ PIAUHY, 1851, p. 33 e 34.

²¹¹ PIAUHY, 1851, p. 34 e 35.

²¹² PIAUHY, 1851, p. 35; NUNES, 2007, p. 131.

seria viável se houvesse mercadorias para ser transportadas até a cidade de Parnaíba, por via fluvial, rota que não se aplicava ao gado e ao algodão. Ainda que houvesse excedente de mercadorias, o mercado interno sofria com o alto preço dos transportes, que na maioria das vezes, superava o preço da mercadoria. Entretanto, o aproveitamento do rio estava dissociado da função econômica que se apresentava como um empecilho para a navegação. Era imprescindível convencer os comerciantes locais para a relevância de seu uso. Em 1851, eles encaminharam um pedido a José Antônio Saraiva, cujos membros eram José Coelho de Miranda, José Francisco de Miranda Osório e um representante da firma inglesa Andrew Miller & Co, além de outros, solicitando a reabertura do Canal do Igararaçu, então, obstruído por bancos de areia. A falta desse canal provocou vários prejuízos, como exemplo: da perda de brigues ingleses, dois deles pertencentes ao inglês Andrew Miller, perderam-se.²¹³ Os comerciantes parnaibanos tinham conhecimento da importância do uso das águas do Parnaíba, posto que:

[..] a cidade era entreposto natural da Província, pois tinha um porto fluvial que precisava de ligação com a produção do interior e um porto de mar para escoamento da produção para o restante do Brasil e para o exterior. Os parnaibanos cobravam das autoridades solução para os problemas que atravancavam a chegada e a saída de mercadorias a seus portos. Estavam inclusive dispostos a resolver sozinhos o problema.²¹⁴

O governo imperial envidou esforços para fomentar a navegação a vapor, porque estava claro que o desenvolvimento nacional dependia de um sistema fluvial com efetivo funcionamento. Assim, para a produtividade desse setor, necessitava-se de investimento financeiro, melhoria da navegação dos rios do território nacional e subvenção a empresas de navegação fluvial. Para tanto, estudos eram importantes, com o fito de conhecer os rios, por exemplo, no caso do Parnaíba, pesquisas foram desenvolvidas antes da implantação da navegação a vapor. A título de exemplo, segundo Gercinair Gandara, estão: o ofício n. 5 de 08 de julho de 1853 (relatório sobre o Parnaíba para navegação de barcos a remo e a vapor e exame da Barra do Igarauçu); Ofício de 05 de maio de 1854, enviado ao ministro do Império, sobre o relatório de João Nunes Campos no rio Parnaíba, da Barra do Igarauçu até Teresina, a fim de conhecer a navegabilidade do rio; Ofício de 19 de dezembro de 1855, com análise da boca do Igarauçu até as Canárias e até a barra de Amarração.²¹⁵ O Decreto n. 632, de 18 de setembro de 1856, tinha a finalidade incentivar a navegação a vapor. Houve um contato entre

²¹³ REGO, 2013, p. 70 e 71.

²¹⁴ REGO, 2013, p. 71.

²¹⁵ GANDARA, 2010, p. 149.

o governo imperial e os presidentes de Província, visconde de Monte Alegre – Ministro do Império, escreveu ao Presidente do Maranhão sobre a incorporação de uma ou mais companhias para assumirem a navegação entre as províncias do Norte.

Os dirigentes públicos empregaram esforços em prol da navegação da Parnaíba, através de medidas variadas. Em fevereiro de 1853, o presidente da Província do Maranhão, executando uma determinação do Ministro da Marinha – visconde de Monte Alegre, de 03 de dezembro de 1852, encaminhou o brigue escuna Andorinha para analisar as barras do rio Parnaíba, e apresentar delas estava apropriada para receber o porto de escala dos vapores da companhia de navegação que se intentava criar.²¹⁶ Neste caso, a localidade aventada pelo Tenente Pedro Tomé de Castro Araújo como adequada para receber o porto foi Amarração – mais próximo de Parnaíba. No ano de 1854, o então presidente da Província, Antônio Francisco Pereira de Carvalho²¹⁷ apresentou sua opinião sobre a navegação, para ele, o rio guardava em si um livro em branco, em que seria escrita a história d’esta província, em relação à sua prosperidade e grandeza futura, e “só o entregará ao 1º vapor, que sulcar as suas águas e subjugar a sua corrente!” O vapor traria a civilização e riqueza e vitalidade para a Província, que destituída de meios de transportes jazia amortecida, sem possibilidades de desenvolver os elementos de sua grandeza.²¹⁸

Durante o mandato de João José de Oliveira Junqueira²¹⁹, em 1858, foi criada a Companhia de Navegação do Rio Parnaíba, com o fito de desenvolver serviços contínuos, de navegação entre Teresina e Parnaíba, passando pelos portos intermediários de União e Repartição. João José de Oliveira Junqueira fez uma reunião, na noite de 4 de outubro de 1858, no Palácio do Governo, com alguns dos homens abastados da capital, para tratar da criação da Companhia de Navegação a Vapor do Parnaíba.²²⁰ Foram recebidas mais de trezentas assinaturas para as ações, que seriam de 100\$000. Mas os opositores do governo não foram convidados para o encontro, apesar disso, “Alguns deles eram os pais da ideia, com capacidade financeira e administrativa para cooperarem valiosamente na vitória do

²¹⁶ Cf. NUNES, 2007, p. 134; REGO, 2013, p. 74. O Parnaíba se lança no mar através de seis barras ou embocaduras: Igarçu, Velha, do Meio, do Caju, das Canárias e Barra de Tutóia. A barra das Canárias foi preterida – embora fosse a mais funda – porque lá os navios chegavam longe da cidade e as cargas atravessavam légua e meia por terra, e no inverno é quase impraticável. REGO, 2013, p. 74.

²¹⁷ Presidiu o Piauí de 5 de dezembro de 1853 a 9 de agosto de 1855.

²¹⁸ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Falla com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente da Província do Piauí Dr. Antônio Francisco Pereira de Carvalho abriu a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de julho de 1854.* Maranhão: Tipografia do Observador, 1854. p. 17.

²¹⁹ Presidiu a província do Piauí de 10 de junho de 1857 a 30 de dezembro de 1858.

²²⁰ CHAVES, 2013, p. 66.

empreendimento”.²²¹ Então, foi marcada outra reunião, na noite de 6 de outubro, para a qual estavam convidados os homens teresinenses com posses, sem distinção de partido. Todavia, alguns dos nomes, excluídos na primeira reunião, não compareceram à segunda, outros – 2 ou 3 – mandaram fazer sua inscrição, a exemplo de Deolindo Mendes da Silva Moura²²², que fez a maior inscrição da lista, com 50 ações.²²³ Como resultado dessa reunião, ficou estabelecido um plano que tinha como objetivo precípua evitar que a Companhia fosse beneficiada por incorporadores:

1º – que se criassem comissões nos municípios para agenciarem assinaturas; 2º – que devendo ser o fundo da Companhia de 150:000\$000 em (1.500) ações, logo que estejam distribuídas, ou hajam assinaturas para 800 ações se deverá incorporar a Companhia; 3º – que dado este caso se reunirão ao acionistas em assembleia geral para elegerem uma diretoria, e esta cuidar do contrato com a Presidência; 4º – que preliminarmente ficava estatuído ter o assinante de duas ações um voto e nesta razão até dez, não se concedendo mais de dez votos, qualquer que fosse o número de ações tomadas; 5º – que a assembleia geral se constituiria com a terça parte dos votos das ações tomadas.²²⁴

²²¹ CHAVES, 2013, p. 66.

²²² Filho de José Luís da Silva – cirurgião-mor do exército e de Raimunda Ferreira do Nascimento. Nasceu na cidade de Oeiras, em 5 de fevereiro de 1835. Estudou na Escola da Boa Esperança, do padre Marcos de Araújo Costa. Em 1851, foi para Pernambuco, chegou a Olinda a 22 de março daquele ano. Formou-se em Direito, a 3 de dezembro de 1857. No dia seguinte, embarcou para Teresina, onde chegou a 25 de dezembro, às 22:30 da noite. Por decreto de 13 de novembro foi nomeado procurador fiscal da Tesouraria da Fazenda. Foi deputado Provincial por três vezes. Em dezembro de 1863, foi nomeado inspetor da fazenda provincial, pelo vice-presidente da província, Dr. Antônio de Sampaio Almendra. Foi gerente e também diretor da Companhia de Navegação do rio Parnaíba. Casou-se com Maria Henriqueta Viana de Noronha Moura, em 20 de maio de 1861, com quem teve cinco filhos. Faleceu a 22 de outubro de 1872. CASTELO BRANCO, Miguel de S. Borges Leal. *Apontamentos biográficos: de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí*. 2. ed. Teresina/Brasília: APL/Senado Federal, 2012. p. 151-153.

²²³ A primeira diretoria, provisória foi composta por: Tomás de Aquino Osório, Deolindo Mendes da Silva Moura e Simplício Sousa Mendes. A 5 de dezembro, foi marcada uma reunião para tratar da organização dos estatutos da Companhia, que passariam pelo crivo do Governo Imperial. A diretoria provisória fez um projeto de estatutos, que foi discutido por títulos na Assembleia e aceito. Foram também escolhidos os acionistas que iriam administrar os recursos da Companhia. A assembleia foi formada por 211 de 382 votos em 1.001 ações passadas a 101 acionistas, incluindo 22 de Oeiras. Foram eleitos: Cândido Gil Castelo Branco (Presidente), com 114 votos; e os secretários, Deolindo Mendes da Silva Moura (Secretário), com 179 votos e o tenente-coronel José Maurício da Costa Pestana, com 110 votos. Em 8 de maio de 1859 a assembleia geral voltou a se reunir, presidida pelo capitão Lourenço Antônio Marreiros Castelo Branco, e os diretores: cel. José Cândido de Aguiar, major José Araújo da Costa, capitão José Ferreira de Vasconcelos, Simplício de Sousa Mendes e o tenente Firmino Alves dos Santos. Como presidente, foi eleito o major Araújo Costa. No dia 9 de maio foi nomeado o gerente da Companhia o tenente-coronel José Maurício da Costa Pestana. CHAVES, 2013, p. 66-68.

²²⁴ CHAVES, 2013, p. 67.

O governo imperial já havia expedido a ordem de 15 de setembro de 1858 – a pedido de João José de Oliveira Junqueira - em que se responsabilizou por enviar dois contos de réis mensais para a Companhia.²²⁵ João José de Oliveira Junqueira, após ponderar acerca dos estudos sobre o rio, obteve autorização de José Antônio Saraiva – na ocasião Ministro da Marinha – e encomendou o vapor Uruçuí, no Rio de Janeiro, nos estaleiros da Ponta da Areia, de propriedade do Conde de Mauá. O vapor custou quarenta e nove contos de réis, o pagamento foi feito com recursos públicos e particulares. João José de Oliveira Junqueira começou os preparativos para receber o vapor Uruçuí, iniciou com a limpeza do rio, para tanto, foi composta uma equipe de homens livres e escravos, sob a supervisão de Diego dos Santos Cardoso. O combustível também foi providenciado, tratava-se de 50 toneladas de carvão. O vapor deveria usar carvão de lenha. Esse deveria vir da Inglaterra. A empresa responsável pela importação foi uma firma de Liverpool (Inglaterra), a Singlehurst Nicholson & Cia., com sede em Parnaíba, do proprietário Paul Robert Singlehurst.

A 9 de novembro de 1858, o vapor Uruçuí partiu do Rio de Janeiro – sob os olhos do ministro da Marinha, senadores, deputados e pessoas ilustres da capital do Império, para o Piauí, comandado pelo Tenente da Armada, Álvaro Augusto de Carvalho. O vapor chegou ao porto de Amarração e atracou em Parnaíba em 31 de março de 1859, onde ficou até 7 de abril, quando partiu para Teresina, fundeou em vários portos antes de chegar à capital: ilha de São Paulo, Pintadas, Malhada Alta, Barra da Corvina, Repartição, Currálinho e União, de onde saiu para Teresina, às 6h da manhã de 19 de abril e chegou à capital, às 15h.²²⁶ De acordo com Monsenhor Chaves: “Era um barco bonito, bem construído, deslocando 80 toneladas. Tinha casco de ferro, máquinas de baixa pressão, força coletiva de 24 cavalos, 126 pés ingleses de comprimento na linha d’ água, 14 de boca na caverna mestra, 5 e 3 polegadas de pontal e 21/2 pés de calado”.²²⁷ O Uruçuí inaugurou a navegação a vapor no Piauí, “para tantos um sonho irrealizável”. A população teresinense ficou em festa para receber o vapor. Com longos silvos e penetrando lentamente as águas do rio e deixando para trás uma esteira

²²⁵ O reconhecimento imperial ao funcionamento da Companhia de Navegação a vapor ocorreu com o decreto 2.974 de 16 de setembro de 1862.

²²⁶ Segundo Nunes, a viagem pelo litoral não foi tranquila e o Uruçuí esteve prestes a perder-se. Logo após sair do Rio de Janeiro, fundeou-se na enseada de Búzios no dia 10 de novembro, onde alcançou Macaé. Em seguida, fundeou na Ilha de Santana, Itapemirim, Guarapori e depois Vitória, onde chegou às 14h e 30 min do dia 19/11. De onde partiu para Caravelas, Morro de São Paulo, e em Salvador às 2h da manhã de 26 de dezembro, onde sob as ordens do presidente da Província da Bahia, foi rebocado pelo vapor Itajaí. A 12/02/1859, partiu para Pernambuco, onde ficou até 20/03. Chegou à Parnaíba a 21/03, no dia 22/03 em Rio Grande, 24/03 Ceará, 28/03 em Jericocoara, chegou a Amarração às 16h. NUNES, 2007, p. 145 e 146; GANDARA, 2010, p. 157. CHAVES, 2013, p. 69.

²²⁷ CHAVES, 2013, p. 68.

de brancas espumas, o Uruçuí chegava a Teresina e, majestosamente, ancorava em frente à Praça da Constituição.²²⁸

Não há como descrever o frenesi que se apoderou de toda a cidade. Os sinos do Amparo batiam a rebate, foguetes estouravam por todos os lados e uma imensa mole humana corria pressurosa para o rio, descendo por toas as ruas. Até os aleijados e doentes, carregados em redes por escravos, demandavam o rio, apressados para verem de perto aquilo que mais lhes parecia um sonho. De fato, para muitos espectadores aquele gigante de ferro, daquele tamanho, boiando n'água, constituíam enigma insolúvel. Era preciso ver para crer. Não houve mais como conter a multidão. O entusiasmo apossou-se do povo, e a noite entrou sulcada de passeatas, batuques, sambas, cachaçadas e comentários de rodinhas de famílias, que se prolongaram por toda a madrugada.

E era plenamente justificável toda aquela alegria. O povo sabe sentir nas grandes horas e sabe vivê-las. Aquele barco determinaria uma sensível mudança na vida da cidade, nos hábitos da população, na própria economia da Província. Dali em diante muita coisa se faria de modo diferente.²²⁹

O Uruçuí foi anexado à companhia em 15 de maio de 1859, através de um contrato entre a Província e a companhia, de acordo com o qual seriam repassados anualmente quarenta e oito contos de réis aos cofres públicos. Além disso, a Companhia assumiu a obra de desobstrução de certas partes do rio, da construção de escritórios e armazéns, da montagem de uma fundição, uma oficina de marcenaria, compra de máquinas para serraria e tornos.²³⁰

No dia 11 de junho 1862, o vapor Uruçuí saiu, pela primeira vez, para Amarante, antigo porto de São Gonçalo. Levava a bordo o engenheiro José Pompeu de Albuquerque Cavalcante, incumbido de estudar, embora perfunctoriamente, o estado do rio, sua profundidade, obstáculos, cachoeiras e apresentar um relatório das suas observações, bem como da viagem, proveitos ou prejuízos desta. A viagem teve bons resultados e ocorreu em menos de três dias. Reunindo-se a assembleia geral dos acionistas, em 31 de julho de 1862, o presidente Dr. Fernandes Moreira fez-lhes sentir a impossibilidade de serem cumpridas, pela presidência, as condições a que se obrigara, pelo contrato de 22 de setembro de 1859. Apesar de ter sido reduzida a 2.000\$ a subvenção mensal de 3.000\$000 durante os dois anos que findavam; exatamente, no mês de julho, a província não pudera honrar seus compromissos, senão emitindo apólices no valor de 20.000\$000, no preço do vapor Uruçuí. Não obstante,

²²⁸ De acordo com Monsenhor Chaves (1998, p. 68): Era um barco bonito, bem construído, deslocando 80 toneladas. Tinha casco de ferro, máquinas de baixa pressão, força coletiva de 24 cavalos, 126 pés ingleses de comprimento na linha d' água, 14 de boca na caverna mestra, 5 e 3 polegadas de pontal e 21/2 pés de calado.

²²⁹ CHAVES, 2013, p. 69.

²³⁰ NUNES, 2007, p. 180.

isto ficava ainda a dever a quantia de 12.000\$000, importância de subvenções recebidos e não pagas.²³¹

O Uruçuí teve papel importante na navegação do Parnaíba, destaca-se que por um período de nove anos ininterruptos, navegou de norte a sul, com atividades de transporte de passageiros, reboque de barcaças cheias de mercadorias até os portos de escala, infelizmente, em 1867, o vapor naufragou na Coroa da Aurora.²³² Houve transtornos para a navegação do referido vapor no Rio Parnaíba, visto que ele não foi planejado para a situação existente no rio, pois “além de ser muito comprido e calar mais água do que conviria, não tinha o eixo partido e não podia dar com facilidade as voltas do rio”.²³³

Os discursos em torno do desenvolvimento da navegação como vetor de prosperidade para o Piauí são recorrentes nos documentos pesquisados, isso pode ser visualizado, dentre vários exemplos, no relatório governamental de 1860. Naquele momento, o presidente da Província Diogo Velho de Albuquerque²³⁴, mencionava que o progresso da Província e de Teresina dependiam da navegação a vapor, esta deveria ser auxiliada pelos cofres provincial e geral, o presidente enfatizava ainda que a Companhia de Navegação encontrava-se em “lisonjeiro aspecto e promete duração”.²³⁵

²³¹ FREITAS, 1988, p. 190 e 191.

²³² Em chegou o casco do vapor “Parnaíba”, do mesmo tamanho do “Piauí”, para ser colocada a máquina do Uruçuí.

²³³ FREITAS, 1988, p. 189.

²³⁴ Governou a província do Piauí de 5 de novembro de 1859 a 16 de maio de 1860 (vice-presidente).

²³⁵ FREITAS, 1988, p. 188.

N.º 3 A.

MAPPA

DAS EMBARCAÇÕES MERCANTES NACIONAES, E ESTRANGEIRAS, ENTRADAS NO PORTO DESTA CIDADE, NOS PASSADOS MEZES DE FEVEREIRO A MAIO CORRENTE DE 1864, E SUAS PROCEDENCIAS.

MEZES.	Dias de entrada.	Qualidade das embarcações.	Nação.	Nomes.	Portos de que vem	Dias de viagem.	Tripulação livre.	Tripulação escr.	Toneladas.	Prova a que pertencem.	Carregamento.
Fever.º	3	Patacho	Brasileiro	Maria	Maranhão	5	5	4	114	Maranhão	Div. generos.
«	6	Hyate	Americano	R. B. Sumner	Cayenna	14	11	0	134	Salem	Lastro.
«	12	Vapor	Brasileiro	Camossim	Maranhão	2	28	2	140	Maranhão	Div. generos.
«	13	Hyate	«	Novaes	«	5	12	0	195	«	Lastro.
«	15	«	«	Rosa.	«	5	8	2	120	«	Div. generos.
«	15	«	Americano	Youny. Amer. ^{ca}	Cayenna	13	10	0	142	Newport	Lastro.
«	25	Vapor	Brasileiro	Camossim	Ceará	2	26	2	140	Maranhão	Div. generos.
Março.	8	Hyate	Americano	R. B. Sumner	Cayenna	14	10	0	134	Salem	Lastro.
«	10	Patacho	Brasileiro	Maria	Maranhão	5	5	4	114	Maranhão	Div. generos.
«	11	Vapor	«	Camossim	«	2	26	2	140	«	«
«	17	Hyate	«	Rosa	«	5	9	2	120	«	«
«	20	«	«	Novaes	Cayenna	12	11	0	195	«	Lastro.
«	22	Vapor	«	Camossim	Ceará	3	26	2	140	«	Div. generos.
«	22	Lugre	Inglez	Theresina	Liverpool	34	13	0	284	Liverpool	«
«	31	Hyate	Americano	Youny. Amer. ^{ca}	Cayenna	11	10	0	142	Newport	Lastro.
Abril.	11	Vapor	Brasileiro	Camossim	Maranhão	4	26	2	140	Maranhão	Div. generos.
«	12	Patacho	«	Maria	«	5	5	4	114	«	«
«	13	Cutter	«	Voador	Acaracú	8	4	0	45	Parácuturú	Sal.
«	17	Hyate	«	Novaes	Cayenna	14	11	0	195	Maranhão	Lastro.
«	17	«	Americano	R. B. Sumner	«	19	9	0	134	Salem	«
«	22	Vapor	Brasileiro	Camossim	Ceará	3	26	2	140	Maranhão	Div. generos.
«	22	«	«	Urussuhy	Maranhão	8	20	0	80	Theresina	Lastro.
Maio.	5	Hyate	«	Rosa	«	5	9	2	120	Maranhão	Div. generos.
«	6	«	Americano	Youny. Amer. ^{ca}	Cayenna	15	10	0	142	Newport	Lastro.
«	12	Vapor	Brasileiro	Camossim	Maranhão	2	26	2	140	Maranhão	Div. generos.

Figura3: Mapa das embarcações mercantes nacionais e estrangeiras, entradas no porto de Teresina de fevereiro a maio de 1864. Fonte: PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí na sessão extraordinária de 1864 pelo 2º Vice-presidente o Dr. Antônio de Sampaio Almendra*. Teresina: Tipografia Progressista, 1864.

A estabilidade da navegação do Rio Parnaíba foi mais marcante a partir de 1865, com a aquisição do vapor Conselheiro Paranaguá, o qual adentrou na barra de Amarração em 29 de janeiro de 1865.²³⁶ O objetivo de sua compra foi suprir as necessidades do transporte de mercadorias. Em 1868, o terceiro vapor, feito com dimensões mais adequadas às condições de navegação do rio Parnaíba do que os demais da companhia. Tal navio tinha força suficiente para rebocar duas barcas. A sua encomenda ocorreu por intermédio dos negociantes Laurindo de Oliveira & Cia do Maranhão. O preço era 2.900 libras esterlinas e já tinha sido pago 1:300 libras.²³⁷ Suas peças foram importadas da Inglaterra, a sua montagem ficou a cargo do engenheiro João Robertson. A primeira viagem de experiência foi feita em 24 de janeiro de

²³⁶ Sua força era de 40 cavalos, calava 3 2/8 palmos. Tinha marcha de 12 milhas, rio abaixo, e 8, rio acima, por hora, com uma lotação de 98 toneladas; seu comprimento 95 pés, sobre 23 largura e 5 de pontal. FREITAS, 1988, p. 221.

²³⁷ A força do Piauí era de 30 cavalos, calava 3 palmos d'água. Tinha uma macha de 60 milhas por hora, rio abaixo e 6, rio acima; sua lotação era de 98 toneladas, com 95 pés de comprimento, 23 de largura e 5 de pontal. FREITAS, 1988, p. 214/221.

1869 em que as máquinas funcionaram regularmente durante uma hora, percorreram-se cerca de duas léguas distante da capital.²³⁸

Em 1867, o presidente da Província Adelino de Luna Freire²³⁹ encarregou David Moreira Caldas²⁴⁰ de fazer uma viagem de estudo pelo rio Parnaíba, em que foi desenvolvido o Relatório de viagem feito de Teresina até a cidade de Parnaíba, inclusive todo o seu delta. Para ampliar a navegação do Rio Parnaíba, em 1868, o presidente da Província Augusto Olímpio Gomes de Castro²⁴¹ incumbiu o engenheiro alemão Gustavo Luiz Guilherme Dodt, a serviço do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de elaborar a planta do Rio Parnaíba de sua cabeceira até a foz. Augusto Olímpio Gomes de Castro esclareceu que tinha a intenção de estender a navegação a vapor até onde o rio fosse navegável: “com este intuito ordenei o levantamento da carta do Parnaíba, incumbindo este ao hábil e laborioso engenheiro Dr. Gustavo Luiz Guilherme Dodt, que estou certo, o desempenhará com a sua reconhecida proficiência”²⁴². A navegabilidade no Parnaíba era irregular e apenas certos pontos de curso tinham uma navegação estável, nos demais, era mister fazer a limpeza ou conservação, em certas partes, obras de desobstrução, que exigiam gastos mais elevados.²⁴³ Para efetivar a navegabilidade do Rio Parnaíba, era imprescindível:

²³⁸ FREITAS, 1988, p. 220.

²³⁹ Presidiu a província do Piauí de 5 de outubro de 1866 a 5 de novembro de 1867.

²⁴⁰ Nasceu a 22 de maio de 1836, na vila de Barras. Filho do Capitão Manuel Joaquim da Costa Caldas e Manuela Francisca Caldas. Foi professor de Geografia e História no Liceu Piauiense, em fins da década de 1860 e início da década de 1870. Foi deputado provincial pelo Partido Liberal (1868-1869). Poeta e jornalista. Atuou em jornais como: *A Imprensa*, *O Amigo do Povo*, *Oitenta e Nove*, *O Papiro* e *Ferro em Braza*, entre as décadas de 1860 e 1870. CHAVES, 2013, p. 469-472; ARAÚJO, Vinícius Leão. *História e imprensa: a cultura política em jornais piauienses de 1868 a 1875*. 2013. Dissertação – Mestrado em História do Brasil. Teresina: UFPI/PPGHB, 2013. p. 13.

²⁴¹ Presidiu a província do Piauí de 28 de agosto de 1868 a 3 de abril de 1869.

²⁴² FREITAS, 1988, p. 220. Do estudo de Gustavo Dodt resultou um relatório no ano de 1871, em que o engenheiro determinou e descreveu as nascentes do rio, para ele, o “rio Parnahyba nasce de dous olhos d’água ao pé da serra da Tabatinga, que também é denominada às vezes Tungatinga ou Mangabeira. Compete com mais exactidão à chapada que forma a continuação daquela serra ao poente das cabeceiras do Riosinho, que é um confluente do Parnahybinha, como este do Parnahyba. Nas cabeceiras de uma destas baixas, bem ao pé do talhado da terra, em terreno enxuto, coberto em parte do pedregulho e das pedras soltas, com um mato rasteiro e muito trançado (carrasco) nasce o Parnahyba de dous olhos d’água”. DODT, Gustavo. Relatório de 1871. Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupi. *Relatório sobre a exploração dos mesmos, seguidos de uma Memória sobre o Porto de São Luiz do Maranhão por ordem do Sr. Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro, Presidente da Província do Piauí*. Relatório de 1871, apresentado à Ass. Geral Legis. Na 4ª sessão da 14ª Legislatura. Publicado em 1872. Ministério da Agricultura. (Ministro Candido Borges Monteiro). p. 06 apud GANDARA, 2010, p. 72.

²⁴³ Na parte entre a Chapada das Mangabeiras e Santa Filomena, a navegação é inviável em virtude das cachoeiras. No trecho de Santa Filomena até Uruçuí havia a possibilidade de tráfego para embarcações de até 0, 70 m de calado, enfrentando os empecilhos decorrentes da estiagem e das corredeiras. De Floriano ao início do Delta, em uma extensão de aproximadamente 750 km, com condições de navegabilidade, com embarcações de calado máximo de 1,50m. REGO, 2013, p. 72.

[...] regularizar o rio ou dar-lhe regime fixo, isto é, pô-lo em estado de permanência tal, que as suas margens nunca sofram a ação erosiva da água e o seu leito tenha sempre uma profundidade suficiente para a navegação. O rio, de maio a outubro, apresenta-se com pouca água em inúmeros trechos de seu leito de cascalho e pedra, de perigoso arriscar.²⁴⁴

Durante o período chuvoso, o rio Parnaíba tinha um acentuado aumento no curso das águas e na velocidade. No ano de 1871, o então presidente da Província, Manoel do Rego Barros Souza Leão assinalava que esse fator contribuía para a obstrução do “seu leito, e este fato, repetindo-se anualmente, tornará muito difícil, senão impossível, a desobstrução do rio”.²⁴⁵ Esses dissabores para a efetivação da navegabilidade do Parnaíba foram solucionados, na medida em que o rio tornou-se o centro das discussões, com isso:

Seu leito foi desobstruído, coroas foram removidas e questão do canal do Igararaçu superada. O primeiro prático para o Porto de Amarração foi nomeado em 1854, e, para facilitar suas atividades, foram adquiridas catraias e escaleres. A Capitania do Porto foi estabelecida em 1855. As medidas oficiais tomadas para disciplinar e desenvolver a navegação surtiram efeito. O rio estava, assim, apto à navegação.²⁴⁶

No ano de 1870, Manuel José Espíndola Júnior²⁴⁷, esclareceu que a Companhia de Navegação colocou a província em fácil comunicação com o litoral e, além disso, oferecia vantagens para o Piauí como o desenvolvimento comercial e, conseqüentemente, a civilização e o progresso para a província. Nesse sentido, observa-se que a navegação a vapor começava a trazer resultados positivos para a província. Ressalta-se ainda que a navegação atraiu também novos moradores para Teresina, visto que havia oportunidades de trabalho em atividades de conserto de navios e embarcações, nos escritórios comerciais e de navegação. Através da obra de memória familiar *Rua da Glória I*²⁴⁸, de Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, é possível ter-se uma representação da vinda de famílias, como os Monteiro e os Sousa, as quais estiveram empenhadas nas funções da navegação, bem como sua inserção na dinâmica de funcionamento da cidade-capital nascente.²⁴⁹ Não obstante as dificuldades, a

²⁴⁴ MIRANDA, Agenor Augusto de. *Estudos Piauienses*. São Paulo: Nacional, 1938. p. 64

²⁴⁵ FREITAS, 1988, p. 223.

²⁴⁶ REGO, 2013, p. 75.

²⁴⁷ Governou o Piauí de 5 de maio de 1870 a 25 de dezembro de 1870 (Vice-presidente).

²⁴⁸ MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória: rumo à cidade nascente (1850-1896)*. v. 1. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 47. Este livro faz parte de uma coletânea composta por 4 volumes, que tratam da memória familiar do autor e traz ricas informações sobre Teresina. Portanto, nesta dissertação toma-se a obra como uma fonte para auxiliar no estudo da Teresina Oitocentista, utiliza-se o volume 1 – que trata da Teresina nascente.

²⁴⁹ MONTEIRO, 2015, p. 327.

navegação a vapor deveria ser incentivada, para que pudesse produzir no decorrer dos anos resultados positivos. A sua importância calcula-se pelos rendimentos da alfândega da Parnaíba, que sendo há quatro anos de 120.658\$826, subiram no exercício passado a 267.450\$138.²⁵⁰

Em 1871, o presidente da Província, Manuel Sousa Leão²⁵¹, esclareceu que a navegação do Rio Parnaíba estava sendo feita sem maiores dificuldades, desde as cabeceiras até a barra das Canárias, desde a Parnaíba até a Barra do Canindé (600 Km), e, ainda, até a barra do Parnaíba (1.263 Km), os vapores iam até a Manga. Pelo rio, eram transportadas as mercadorias, uma veia de desenvolvimento piauiense. Entretanto, segundo Manuel Souza Leão, era “de lastimar que, até o presente, não se tenha procurado facilitar a sua navegação, como tive ocasião de avaliar pessoalmente, vindo da Parnaíba até esta capital”.²⁵² Ele apresentou ainda a situação da Companhia de Navegação naquele ano:

[...] possui atualmente dois vapores, o ‘Conselheiro Paranaguá’ e o ‘Piauí’, empregados na navegação mensal até o porto da Parnaíba e de S. Gonçalo e duas vezes no ano até o da Manga. A viagem de ida e volta a Parnaíba tem lugar duas por vezes por mês, a 12 e 22, e é feita em 15 dias, tocando nos portos da União e Repartição (Maranhão), além de outros de menor importância para onde por ventura hajam mercadorias. A viagem de ida e volta é em 3 dias”.²⁵³

Posteriormente, em 1882, foi comprado o vapor Conselheiro Junqueira, o qual partiu de Teresina para Santa Filomena, em uma viagem de 32 dias. Outros vapores viriam posteriormente, a exemplo do Piauí, além das barcas Igaracu, Poti e Esperança. Com o desenvolvimento da navegação a vapor, ao fim do século XIX, as cidades de Teresina e Parnaíba se firmaram “como os principais entrepostos comerciais do Piauí, começando a retirar o Piauí, da dependência maranhense através da então próspera Caxias”.²⁵⁴ Naquele momento, tentou-se fundar outra companhia de navegação, a Companhia de Vapores do Alto Parnaíba. “Dois vapores foram encomendados na Inglaterra: o Amarante e o Santo Estevão. Contudo, pela falta de informações técnicas adequadas, a Companhia fracassou”.²⁵⁵ Manoel Sousa Leão considerava excessivas as despesas da Companhia de Navegação, haja vista que o

²⁵⁰ FREITAS, 1988, p. 221.

²⁵¹ Presidiu a província do Piauí de 25 de dezembro de 1870 a 27 de fevereiro de 1872.

²⁵² FREITAS, 1988, p. 223.

²⁵³ FREITAS, 1988, p. 223.

²⁵⁴ TAJRA, Jesus Elias & TAJRA FILHO, Jesus Elias. O comércio e a Indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: FUNDAPI, 1995. p. 138.

²⁵⁵ REGO, 2013, p. 79-80.

quadro de funcionários era superior às reais necessidades do serviço do estabelecimento, nem todas eram profícuas:

[...] havendo um pessoal excessivo em relação às necessidades do serviço. Convém, pois, que procure esta acabar com as despesas supérfluas, empregando os seus lucros na aquisição de novos meios de transporte, porque quanto mais vapores tiver, maiores serão os seus lucros, fazendo deste modo, um benefício, não tem poupado sacrifícios para dar-lhe a subvenção anual de 36.000\$000.²⁵⁶

Em 1872, o periódico *A Pátria* apontava a necessidade de os governantes darem atenção à Companhia de Navegação do Parnaíba, pois aponta que sua administração atendia a interesses particulares:

[...] cuja subvenção anual é de oitenta e quatro contos de réis, só tem servido para uma facção política acomodar seus correligionários, com grave prejuízo para a província, que tem um número tão pequeno de ações, e para os acionistas em geral.

Enquanto a Companhia de vapores continuar a ser dirigida com tem sido até agora, é não *laver les houtes* praticadas por aqueles que deviam zelar os seus interesses, o comércio generará sob o peso do mais ingrato nepotismo.²⁵⁷
(Grifo do autor)

Gercinair Gandara assevera que a navegação a vapor trouxe o teor comercial para o rio Parnaíba. E, até a metade do século XX, a economia piauiense teve nas águas desse rio o elo entre Teresina e Parnaíba e outras cidades, bem como a criação de cidades-beira tanto no Piauí quanto no Maranhão.²⁵⁸ De modo que, “Os navios a vapor passaram a percorrer assiduamente o rio, integrando comercialmente as cidades do seu vale à cidade de Parnaíba, e esta aos portos brasileiros e do Exterior”.²⁵⁹ Desta maneira, houve um maior tráfego de pessoas e a interpenetração de novas ideias e de novos hábitos, oriundos da costa brasileira, da Europa e dos Estados Unidos os quais foram apropriados pelos habitantes das cidades piauienses. Com isso, havia ganhos para o “comércio, as artes e os costumes dos habitantes, pelo atrito constante da civilização”.²⁶⁰

A partir de 1860, a cidade de Parnaíba se consolidou como “o principal entreposto comercial do Piauí e como importante centro do comércio internacional, graças ao espírito

²⁵⁶ FREITAS, 1988, p. 224.

²⁵⁷ COMÉRCIO e navegação. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 100, 11 maio 1872, p. 1.

²⁵⁸ GANDARA, 2010, p. 116.

²⁵⁹ REGO, 2013, p. 74.

²⁶⁰ FREITAS, 1988, p. 185.

empreendedor de suas lideranças empresariais, estimulado certamente por ter a oportunidade do contato com o resto do mundo”.²⁶¹ A partir de 1860, a cidade de Parnaíba se consolidou como principal centro comercial do piauiense e, também um polo de atividades comerciais com o exterior. Isto se deveu ao empenho dos líderes empresariais da cidade. Além disso, a partir dessas relações comerciais, havia maiores possibilidades de contato com o restante do território nacional e com a Europa. O Relatório do Inspetor da Alfândega de Parnaíba, no ano de 1866, explicita a situação do comércio parnaibano:

[...] 178 casas térreas, 10 sobrados, 4 armazéns, espírito comercial empreendedor de especulações em monta, restringindo-se as transações de vulto às casas inglesas de Singlehurst Nicholson & Companhia, e francesa de Naefff Nadler & Cia, filial a uma outra do Maranhão e os limitados gêneros de produção são exportados em diminuta escala por cabotagem e se dirigem às praças do Maranhão, e Ceará, já por conta de negociantes desta cidade, ou pela maior do comércio daquelas praças.²⁶²

A transferência da capital e a navegação a vapor do rio Parnaíba desencadearam o crescimento da “população beiradeira”. Pois “às margens desse rio surgiram vários povoados que mais tarde seriam vilas, cidades, empórios comerciais e uma incipiente agricultura com veleidades de comércio exportador, baseado no algodão e no fumo”.²⁶³ Algumas cidades-beira, surgidas às margens piauienses do Rio Parnaíba são: Palmeirais, Amarante, Floriano, União, Buriti dos Lopes, Miguel Alves, Matias Olímpio, Guadalupe e nas margens maranhenses: Timon, São Francisco do Maranhão e Barão de Grajaú. Elas podem ser percebidas e ditas como espaços urbanos que tiveram sua dinâmica histórica intrinsecamente ligada à navegação do Parnaíba. Deste modo, os núcleos urbanos à beira-rio não devem ser pensados somente sob a ótica econômica, pois, são, primeiramente, resultado social. Eles trazem em si o resultado de uma região, com elementos culturais e sociais.²⁶⁴

A despeito disso, para que o processo de reestruturação econômica tivesse êxito e a nova via fluvial se tornasse economicamente viável, era mister que as áreas produtivas da Província respondessem positivamente e aumentassem de forma significativa a atividade econômica. Em resposta a tais anseios, a produção de algodão alcançou, nos anos 70 do século XIX, números animadores. Contudo, somente com a produção extrativista do final do

²⁶¹ MENDES, 1995, p. 73.

²⁶² GANDARA, 2010, p. 244.

²⁶³ NUNES, Odilon. *Súmula da História do Piauí*. Teresina: Cultura. 1963. p. 89 e 90.

²⁶⁴ GANDARA, 2010, p. 210-268.

século XIX em diante, o projeto de José Antônio Saraiva mostrou-se verdadeiramente viável e vitorioso.

4 ENTRE A “QUIMERA” E A REALIDADE: TERESINA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Teresina oferece aos estudiosos de seu passado pratos verdadeiramente deliciosos ao espírito: são momentos que suavizam a aridez das pesquisas, quando se respiga aqui e ali referências a aspectos interessantes de sua vida, de sua gente, de acontecimentos que a empolgaram naqueles tempos que se foram.

(Monsenhor Chaves)

Neste capítulo, busca-se descortinar os “quadros” que incluem painéis de doces lembranças da criação da nova cidade-capital do Piauí: Teresina durante o século XIX. A intenção é problematizar a cidade em construção, os primeiros prédios públicos: como a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, o cemitério, o hospital de Caridade – posteriormente Santa Casa de Misericórdia, a cadeia e o mercado público. Em seguida, abordam-se a estruturação urbana teresinense e as condições materiais existentes na urbe, o crescimento demográfico e os grupos sociais presentes no cenário urbano. Apresenta-se Teresina constituindo-se e as melhorais, como telégrafo e iluminação pública, que começavam a mostrar sua face no cenário urbano teresinense. Na nova cidade-capital piauiense, o forte caráter de ruralidade e os costumes tradicionais foram aspectos marcantes. As estratégias para controlar o viver urbano eram marcantes na atuação do poder público, bem como as táticas da população diante das mesmas. A base documental utilizada nesta parte compõe-se de: relatórios de presidentes de província, Códigos de Postura e periódicos como, *A Pátria* e *O Amigo do Povo*.

4.1 Os primeiros prédios públicos da nova cidade-capital

Teresina foi criada como parte de um projeto estratégico, no afã de transformar a economia e a sociedade piauienses. O momento da criação da nova capital do Piauí foi marcado por mudanças no viver urbano, como a maior preocupação com a higienização e controle acentuado dos espaços e dos corpos. Irrumpia mundo a fora o ideário de progresso e de modernidade. Na Europa, a estrutura urbana de Londres e Paris passava por transformações. Tais ideias tiveram reflexos também em urbes brasileiras – apesar do caráter rural que predominava no país, sobretudo em meados do século XIX. Tais ideias tiveram

reflexos também em urbes brasileiras – apesar do grande caráter rural ainda predominante no país, sobretudo em meados do século XIX, como Recife, Fortaleza e Rio de Janeiro, que passaram por processo de reformas urbanas. É importante citar o uso de duas palavras que foram muito utilizadas ao longo do século XIX e também no momento em que Teresina estava nascendo: novo e nova. Maria Stella Bresciani aventa que tais termos:

[...] foram exaustivamente utilizadas no século XIX para dar forma ao que chamaram, no século XIX, *homem moderno* e *sociedade moderna*. E nessa nova sociedade, fazia-se necessário um olhar armado, ou seja, ensinado a decifrar, na variedade díspare das imagens urbanas, os perigos e ameaças que rondavam constantemente as pessoas.²⁶⁵ (Grifo da autora)

Ao observar-se o cenário da Província do Piauí em que nascia Teresina, percebe-se sua ligação à tradição da vida rural. Não obstante, os discursos oficiais de José Antônio Saraiva, presentes na documentação investigada, apresentarem a ideia da modernidade e do progresso do Piauí, as condições materiais do meio em que Teresina foi criada, estavam distantes desses desejos. As primeiras construções da nova cidade-capital nasceram sob o signo do imprevisto, por vários fatores, a saber: a falta de recursos da província para financiar construções públicas e privadas, a rapidez para se transferir a capital, a baixa qualidade dos materiais utilizados, falta de profissionais qualificados, que ocasionava a pouca assistência técnica durante as obras que, muitas vezes, comprometia a estrutura física dos prédios.

No tocante à mudança da capital piauiense, um dos problemas mais citados era a construção de prédios para receber as repartições públicas, tais gastos eram considerados muito onerosos, estavam além dos valores disponíveis nos cofres da Província. Esse foi um infortúnio que José Antônio Saraiva teve que driblar, para conseguir concretizar a transferência da capital. Como conseguir recursos suficientes para erguer as estruturas capazes de receber a burocracia provincial sem grandes dispêndios financeiros para o Piauí? Diante das restrições orçamentárias, José Antônio Saraiva buscou mormente o apoio da população do Poti para dar continuidade ao empreendimento da construção de Teresina. Além disso, ao chegar ao espaço que receberia a nova capital, ele encontrou algumas construções e afirmou:

Eu não creio; conquanto convencido esteja de que podereis tudo isso conseguir apenas com o aumento da despesa anual de um conto e oitocentos mil reis, – despesa esta que será logo compensada pelo crescimento da

²⁶⁵ BRESCIANI, 1991, p. 12.

receita da Província, consequência imediata da mudança da capital depois de alguns anos.²⁶⁶

Os recursos investidos na montagem da infraestrutura urbana da nova capital foram de natureza pública²⁶⁷ e privada. Odilon Nunes afirma que, apesar dos esforços do poder público, a ação particular excedia de muito a ação oficial.²⁶⁸ José Antônio Saraiva asseverava seu convencimento de que as construções poderiam ser erguidas através de recursos privados, pois seria possível encontrar no Município do Poti e em outros do Maranhão, pessoas interessadas em edificar prédios e alugá-los à Província, até que ela dispusesse de recursos para comprá-los:

Por essa forma pode a Província obter quanto deseja com poucos dispêndios, e ter prédios apropriados para seus diversos misteres: porquanto se pode contratar para alugar e determinar as dimensões e comodidades, que devem ter. Para uma cadeia, quartel de polícia e acabamento da Matriz podereis dispor da quantia que deve a Província haver dos cofres gerais em pagamento do empréstimo que ele fez, e por prestações mensais de dois contos de reis, e devo observar-vos que tais obras são mesmo indispensáveis [...] Tenho vos mostrado, Senhores, que podeis resolver em harmonia com os recursos da Província, o grande problema do seu engrandecimento [...] ²⁶⁹

Em 14 de outubro de 1850, Antônio Saraiva criou uma comissão formada por Manoel Antônio de Carvalho (presidente da Câmara Municipal da vila de São Gonçalo), vigário José Vicente Pereira e pelo juiz interino Jesuíno de Sousa Martins. Destes, somente o juiz Jesuíno de Sousa Martins aceitou o convite do presidente da província. E a 2 de novembro de 1850, Antônio Saraiva estava pessoalmente na Vila do Poti para avaliar o local da construção da matriz do Amparo. Foram escolhidos então dois nomes Mamede Antônio de Lima –

²⁶⁶ PIAUHY, 1851, p. 41.

²⁶⁷ O orçamento destinado ao aluguel de edifícios para as repartições públicas na nova capital foi distribuído da seguinte forma: *Repartições gerais*: Palácio, Secretaria da Presidência, Quartel general, corpo de guarda & a 40\$000 rs. mensais.....480\$000; Tesouraria, Administração do Correio e Armazéns de Artigos Bélicos a 40\$000 idem.....480\$000; Paiol ou depósito da pólvora, inclusive a casa para a respectiva guarda a 8\$000 rs. idem96\$.

Repartições provinciais: Assembleia Provincial, Câmara Municipal, Sessões do Júri, respectivas secretarias, e Administração de Fazenda a 60\$ rs. idem720\$000; Liceu a 15\$000 idem.....180\$000; Estabelecimento dos Educandos.....a 35\$000 idem420\$000; Hospital de Caridade a 40\$000 rs. idem.....480\$000. *Soma.....Rs. 2:856\$000*. PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala que o Presidente da Província do Piauí Dr. José Antônio Saraiva dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no ato de abertura de sua sessão ordinária em 3 de julho de 1851*. Oeiras: Tipografia Saquarema, 1851.

²⁶⁸ NUNES, 2007, p. 105.

²⁶⁹ PIAUÍ, 1851, p. 41-42.

responsável pelo dinheiro arrecadado e o fazendeiro Roberto Raimundo Aguiar.²⁷⁰ Genimar Carvalho sinaliza que a finalidade principal dessa “[...] comissão era angariar recursos entre os habitantes da Vila do Poti a fim de tornar possível a construção da nova matriz”.²⁷¹ Logo depois da criação da Vila Nova do Poti começaram a ser construídas mais de 30 casas por iniciativa dos moradores da localidade.²⁷²

José Antônio Saraiva demonstrava sua confiança na comissão supramencionada. Todavia, houve dificuldades para a arrecadação de proventos destinados à obra da matriz. Conforme aventa Genimar Carvalho, de abril a outubro de 1851 houve a diminuição das arrecadações, o mestre de obras João Isidoro França²⁷³ também contribuiu financeiramente para as mesmas. Nos últimos dias de abril de 1851, vinte e uma pessoas iniciaram a construção de suas casas.²⁷⁴

[...] Aparentemente, à medida que os habitantes da Vila do Poti realizavam a construção de suas habitações na futura capital, diminuam as doações para a obra da matriz, fato compreensível se considerados os gastos que realizavam com a construção das suas próprias moradias.²⁷⁵

Os materiais utilizados para as obras da capital eram transportados em lombos de bois que, no momento inicial das obras, eram apenas sete, pertencentes às fazendas nacionais. As reclamações quanto ao seu desempenho eram constantes “[...] além de velhos, estão pouco carnudos. Por mais de uma vez tem o mestre [João Isidoro França] feito sentir a necessidade

²⁷⁰ Livro de ofícios diversos 1848-1855. COD 180. Sala do Poder Executivo. Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI).

²⁷¹ CARVALHO, 2013, p. 36.

²⁷² A lei n° 334 de 08 de julho de 1853 decretou a transferência da sede da freguesia do Poti para Teresina. PIAUÍ. Lei n° 334, de 8 de julho de 1853. Biblioteca de Apoio, APEPI, Teresina, 1853.

²⁷³ Nascido em Portugal. Ocupava o cargo de mestre-de-obras desde sua criação através da Lei n° 219 de setembro de 1847 e recebia o ordenado de 800 mil réis. APEPI. Código das Leis Piauienses Lei n° 219, publicada em 22 de setembro de 1847. Resolução n° 243, publicada em 27 de agosto de 1847. Foi enviado por Saraiva de São Gonçalo do Amarante, onde estava construindo a obra pública da ladeira do Castelo, para dar início às obras da futura sede do Governo piauiense. No momento em que foi lançada a pedra fundamental da Igreja do Amparo em 25 de dezembro de 1850, ele escreveu uma carta ao presidente descrevendo tal solenidade, que contou com a participação de autoridades da Vila do Poti e da população, por exemplo, “as senhoras das principais famílias, bem ornadas de joias e bons vestidos, os principais cidadãos da vila e mais imensidade de povos”. NUNES, 2007, p. 101. A Lei Provincial n° 406 extinguiu o cargo de mestre de obras públicas, que desde que fora criado era ocupado por João Isidoro França. De acordo com Genimar Carvalho (2013, p. 49), a última referência a João Isidoro França em Teresina, refere-se à venda de uma casa de sua propriedade – localizada na Praça a Constituição –, por dois contos e quinhentos mil réis, através de procuração nessa residência funcionou o teatro Santa Teresa.

²⁷⁴ NUNES, 2007, p. 105.

²⁷⁵ João Isidoro França emprestou dinheiro para que a obra da matriz não parasse e encarregou-se de prover materiais necessários. Mandou colocar 40 carradas de pedras para a obra, por sua conta e ajudou no pagamento do salário dos trabalhadores. CARVALHO, 2013, p. 38 e 39.

de serem os bois que venham servir nas obras, novos e descansados, porque de outra maneira não prestam o serviço a que são destinados [...]”²⁷⁶ Mesmo, com dificuldades, as pedras, o barro, as telhas, os tijolos, a madeira²⁷⁷ e a cal, manipulados pelo trabalho de operários, na sua maioria escravos, que davam forma à cidade.

Para a concretização do projeto urbanístico proposto por José Antônio Saraiva, foi essencial a participação de homens de posses da Província, detentores de fazendas e negócios no entorno da nova sede do governo piauiense. Na medida em que esses senhores abastados aplicavam parte de suas rendas na construção de casas de morada para suas famílias, e mesmo prédios que seriam alugados posteriormente ao poder público, a cidade ganhava forma.²⁷⁸ Dentre esses homens abastados que tiveram participação ativa na construção da cidade, podemos apontar o comendador Jacob Manoel Almendra²⁷⁹ e também João do Rego Monteiro – barão de Gurgueia.²⁸⁰ O primeiro foi um grande incentivador da proposta de transferência da capital e usou seus recursos para construir um sobrado, que por várias décadas abrigou o

²⁷⁶ CARVALHO, 2013, p. 41.

²⁷⁷ A exemplo de carnaúba, pau d’ arco, cedro – usado para entalhe (gravura ou escultura em madeira), aroeira – usada na carpintaria e bacuri. Esta vinha do Maranhão e tinha custo elevado. Geralmente, a madeira usada nas obras públicas era retirada de propriedades particulares por trabalhadores escravizados. Dentre os fornecedores de pau d’ arco, cedro e aroeira, estava o coronel José Cândido de Aguiar. Já o coronel Ernesto José Batista era um dos fornecedores de cedro. CARVALHO, 2013, p. 55.

²⁷⁸ SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Barões e comendadores: máxima do poder econômico. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.) *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002. p. 19.

²⁷⁹ Nasceu em Portugal, no ano de 1796, na região de Trás-os-Montes. Construiu fortuna nas terras piauienses como fazendeiro, no município de Campo Maior, sediado na Fazenda São Domingos, a qual posteriormente passou à jurisdição do município Livramento, posteriormente chamado de José de Freitas. Foi um importante político e econômico. No momento da transferência da capital, Almendra ocupava o cargo de comandante superior da guarda nacional do município de Campo Maior. Faleceu em 1859. SANTOS NETO, 2002, p. 19.

²⁸⁰ Nasceu no local conhecido como Barra do Riacho dos Cavalos, no Estanhado, atualmente cidade de União, a 12 de maio de 1809. Filho de Tomé do Rego Monteiro e Silvéria Joaquina de Oliveira. Seus pais eram agricultores. Perdeu seu pai aos 4 anos de idade. Aos 14 anos assumiu a direção dos bens de sua família. Casou-se aos 18 anos com sua sobrinha, Cantídia Joaquina Rego. Exerceu várias funções: fazendeiro e negociante rural, político – pertencia ao Partido Conservador, deputado provincial em quatro legislaturas, Juiz de Paz, Tenente-coronel, Coronel Comandante da Guarda Nacional em Campo Maior e União, Oficial da Ordem da Rosa e Barão de Gurgueia. Teve grande atuação política em Campo Maior, onde também tinha construções. Monsenhor Chaves aventa que no momento em que a povoação do Estanhado foi elevada à condição de vila, com o nome de União, João do Rego Monteiro, doou o terreno para seu patrimônio. E ofereceu ainda uma casa, gratuitamente, por 8 anos, para a instalação da Câmara, da cadeia e do quartel. Possuía uma grande fortuna em escravos, que trabalhavam em suas terras, sobretudo no sítio Gameleira. Ao final de sua vida enfrentou muitos infortúnios, pois gastou muito na política e se desfez de seus bens. Tinha uma fortuna em escravos, entretanto com a abolição da escravatura a 13 de maio de 1888, perdeu-os. Ficou pobre e teve que enfrentar a cegueira, retirou-se da vida pública, e mudou-se para União. Faleceu em no dia 8 de dezembro de 1897. CHAVES, 2013, p. 491 e 492.

Palácio do Governo, no largo do Amparo.²⁸¹ Outro homem de posses a contribuir para a estruturação da cidade, foi João do Rego Monteiro, que assumiu a responsabilidade de construir, por meio de contrato com o Governo Provincial, alguns dos edifícios públicos na nova cidade-capital e também muitas residências, entre elas o Sobrado situado no largo do Saraiva, que lhe serviu de morada. Como recompensa pelos trabalhos prestados à Província e pela doação que fez ao governo, de um edifício no Largo do Saraiva, que deveria receber uma escola pública, foi lhe outorgado o título de Barão de Gurgueia.²⁸²

A partir da mudança da capital, as construções maiores foram intensificadas, contudo, muitas dessas edificações levaram bastante tempo para ficarem prontas. Os primeiros edifícios públicos, erguidos em Teresina, foram: a Igreja de Nossa Senhora do Amparo (1850), a Cadeia (1852), o Cemitério Velho, conhecido como cemitério São José (1852), o Quartel de 1ª Linha (1853), o Hospital de Caridade (1854), o Mercado Público (1854), também chamado de Mercado Central ou Mercado Velho – próximo à Praça da Constituição (Praça da Bandeira, também chamada de Largo da Matriz). Não obstante, em 1852, “muitos edifícios públicos já estivessem em construção, as repartições do Governo foram todas instaladas em casas alugadas”²⁸³. No ano de 1853, estavam em construção a nova matriz do Amparo, o quartel de polícia, a cadeia e o cemitério – estes dois por arrematação. Algumas dessas construções levaram vários anos para ficarem prontas.

4.1.1 Templos da capital no século XIX

A construção das Igrejas católicas na cidade foi um marco importante para efetivação da estruturação urbana, os referidos templos, além da importância religiosa, eram edifícios públicos da maior relevância em decorrência do fato do catolicismo ser a religião oficial do Império brasileiro. Assim, no século XIX, foram construídas três Igrejas na nova capital. A efetivação dessas iniciativas se deu de forma gradual, atendendo ao crescimento da população e à estruturação da urbe.

O primeiro templo a ser construído foi a Igreja Matriz, sob a invocação de Nossa Senhora do Amparo, sua pedra fundamental marcou o local da nova sede político-administrativa, serviu como marco zero da nova capital. A construção financiada por

²⁸¹ O sobrado construído pelo Senhor Jacob Almendra em meados do século XIX, hoje abriga o Museu do Piauí.

²⁸² CHAVES, 2013, p. 491.

²⁸³ CHAVES, 1994, p. 23.

subscrição popular, sob os auspícios do Dr. Saraiva, em 1851”²⁸⁴, foi a primeira edificação pública de Teresina.²⁸⁵ A matriz deveria ter um recinto capaz de “comportar 800 a mil pessoas, e **não dispor de local para enterramento de cadáveres**” [as inumações seriam feitas no cemitério, afastado do perímetro urbano]”.²⁸⁶ A inauguração ocorreu em 24 de dezembro de 1852 com a celebração da primeira missa pelo reverendo Mamede Antônio de Lima. Assim, a sede da freguesia de Nossa Senhora do Amparo, criada em 1827, foi transferida da Vila do Poty para a nova igreja matriz em Teresina.

A edificação da Igreja apresentou algumas falhas que atingiram “tanto a regularidade como a solidez”. Desse modo, a sua estrutura teve alguns problemas, “como o abatimento de duas polegadas mais ou menos do arco do cruzeiro, parede de maior peso”²⁸⁷ ocorrido em 1854. Em 1856, o então presidente da Província, Baldoíno José Coelho²⁸⁸, informava:

Sabeis, que o único templo, que existe n’esta Capital, é a Matriz em construção, e que n’ela celebram-se as funções divinas; presenciareis n’esses atos, que os paramentos são tão velhos, que acham-se rotos e desbotados, a ponto de diferenciar-se as cores, e que as alfaias, pela mesma razão, quebradas, carcomidas e queimadas, já nem forma têm; e também não ignorais que os únicos sinos n’ela existentes estão rachados!²⁸⁹

As obras da Matriz foram interrompidas algumas vezes por falta de materiais em razão da forte seca que assolava a Província e, também, pela precariedade da construção que necessitava ser avaliada antes da sua continuidade. No ano de 1858, de acordo com o então presidente da Província, João José de Oliveira Junqueira²⁹⁰, as obras da Igreja estavam quase concluídas. Todavia, um ano após, seu sucessor discordaria, ao dizer que a matriz jamais seria “um edifício completo”, por motivos como o terreno da construção. Naquele ano a Igreja recebeu seus primeiros adornos internos, entretanto dois anos depois o presidente Manuel Antônio Duarte de Azevedo²⁹¹ reclamaria da carência de ornatos no templo. Foram encomendados dois quadros para o altar-mor da Matriz, ao artista João Bendseil os quais só

²⁸⁴ FREITAS, 1988, p. 22.

²⁸⁵ FREITAS, 1988, p. 22.

²⁸⁶ NUNES, 2007, p. 101. (Grifo nosso)

²⁸⁷ FREITAS, 1988, p. 22-23.

²⁸⁸ Governou a província do Piauí entre 16 de setembro de 1855 e 01 de dezembro de 1855. (Vice-presidente)

²⁸⁹ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí na abertura de sua sessão ordinária no dia 1º de novembro de 1855 pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da Província Baldoíno José Coelho*. São Luiz: Tipografia do Progresso, 1856. p. 13.

²⁹⁰ Presidiu a província do Piauí de 10 de junho de 1857 a 30 de dezembro de 1858.

²⁹¹ Presidiu a província do Piauí de 13 de julho de 1860 a 15 de abril de 1861.

ficaram prontos na administração de Antônio de Brito Sousa Gaioso.²⁹² Tais pinturas custaram 6:571\$080 réis e desapareceram. Os anos se passaram e as obras e reparos na Igreja perduraram entre suspensões e morosidade.

Em 1859, para a feitura dos altares da matriz, vieram profissionais da Província do Maranhão, o entalhador Benjamin Augusto Cornú e também: José Antônio Duarte (entalhador), João de Abreu (marceneiro) e Joaquim José de Melo Rocha (marceneiro e torneiro). A vinda desses profissionais decorreu da carência de trabalhadores especializados e experientes para assumirem tal responsabilidade.²⁹³ Em 1860, o então presidente Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque²⁹⁴ aventou que os cofres da Província do Piauí estavam em crise e era necessário reduzir os gastos. Dentre esses estavam:

[...] as obras públicas (incluindo funcionários administrativos, dentre os quais o diretor e seu ajudante que foram exonerados), a iluminação da praça da Constituição, as gratificações dos empregados públicos e reduziu-se o suprimento dos escravos nacionais que eram empregados nas obras e funcionamento dos prédios públicos. A quantidade desses trabalhadores foi igualmente reduzida de trinta para dezesseis.²⁹⁵

Embora as obras públicas estivessem paralisadas, a construção da Igreja do Amparo prosseguiu, tendo em vista que haviam recursos doados pelo Governo Imperial. A recomendação era de que tais recursos fossem empregados na construção e manutenção de canais, estradas e pontes, todavia o presidente Diogo Velho Cavalcanti d'Albuquerque apontou que “[...] a Igreja Matriz da Capital, que sendo o único templo desta já tão populosa cidade e achando-se em estado de não poder prestar-se com necessária decência aos atos religiosos merecia esta preferência [...]”.²⁹⁶ Com a ajuda dos fieis, sob a direção de José Ricardo de Sousa Neves – inspetor da Secretaria de Obras Públicas, que também doou cal e tijolos, foi construído um cruzeiro em frente à matriz. Mas os materiais foram insuficientes e o referido inspetor necessitou da ajuda do presidente da Província – para o término da construção. A evolução da obra da matriz do Amparo não correspondia aos gastos com ela dispendidos.

²⁹² Governou de 13 de maio de 1861 a 13 de junho de 1862.

²⁹³ CARVALHO, 2013, p. 59 e 60.

²⁹⁴ Governou de 05 de novembro de 1859 a 16 de maio de 1860. (Vice-presidente)

²⁹⁵ CARVALHO, 2013, p. 60.

²⁹⁶ PROVÍNCIA DO PIAUHY. *Relatório com que o Exm. Sr. presidente da Província do Piauhy passou a administração da mesma ao Exm. Sr. 3º Vice-presidente coronel Ernesto José Baptista no dia 16 de maio de 1860*. Teresina: Typographia Constitucional de J. da S. Leite, 1860. p. 8.

Em 1866, o presidente da Província, Franklin Américo de Meneses Dória²⁹⁷ mandou trazer da Inglaterra um relógio para a Igreja do Amparo com a função de regulador público. As despesas com transporte e outras foram de 2:286\$998 réis. O relógio tinha um encarregado que recebia uma gratificação anual.²⁹⁸ A finalidade do regulador público era atender a “**uma necessidade indeclinável, sobretudo em relação às repartições públicas, onde era indispensável a pontualidade de tempo**”.²⁹⁹ A partir desse trecho do relatório do presidente Franklin Dória emergem questionamentos: Qual seria a representação deste relógio para a cidade de Teresina? O que os governantes pretendiam ao implantar um regulador público na capital? Para analisar a questão do regulador público na nova cidade-capital piauiense, é importante entender a ideia de tempo e também a função dos relógios. Para isso, recorreu-se aos estudos de Norbert Elias³⁰⁰ e Edward Palmer Thompson³⁰¹ que discutem aspectos centrais referentes aos mesmos.

A presença do relógio na matriz do Amparo³⁰² evidencia uma tentativa dos segmentos sociais letrados, no comando dos órgãos públicos, de romper com o tempo da natureza (promovendo, portanto meios para a sua desnaturalização) e instituir no espaço da cidade o tempo da cultura e do capital. Na análise de Norbert Elias, tempo e espaço estão intrinsecamente ligados, pois “*tempo e espaço* são símbolos conceituais de certos tipos de atividades e instituições sociais que permitem aos homens orientarem-se diante de posições ou distâncias entre estas posições que permitem acontecimentos de todo tipo [...]”.³⁰³

Ao tratar da categoria tempo, Norbert Elias a estuda como algo que não deve ter uma sistematização fechada, ele adverte sobre as armadilhas de se tentar estabelecer uma psicologia ou sociologia do tempo e repetir-se a divisão de ideias da ciência. Portanto, Elias sinaliza que:

[...] o que chamamos *tempo* é, em primeiro lugar, um marco de referência que serve aos membros de um certo grupo e em última instância, a toda a

²⁹⁷ Presidiu a Província de 28 de maio de 1864 a 3 de agosto de 1866.

²⁹⁸ No ano de 1873 essa gratificação era de 60\$000 réis anuais.

²⁹⁹ PROVÍNCIA DO PIAUHY. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Dr. Franklin A. de Meneses Doria entregou a Administração ao Excelentíssimo 2º Vice-presidente Dr. José Manoel de Freitas no dia 3 de agosto de 1866*. São Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1866. (Grifo nosso).

³⁰⁰ ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998. p. 157.

³⁰¹ THOMPSON. E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

³⁰² A partir do século XVI, começou-se a construir relógios de igreja e relógios públicos nas cidades e nas grandes cidades-mercado. A maioria das paróquias inglesas devia possuir relógio de igreja no final do século XVI. Mas a exatidão desses relógios é motivo de discussão: e o relógio de sol continuava em uso (em parte para acertar o relógio) nos séculos XVII, XVIII e XIX. THOMPSON, 1998, p. 275.

³⁰³ ELIAS, 1998, p. 111. (Grifo do Autor)

humanidade, para instituir ritos reconhecíveis dentro de uma série contínua de transformações do respectivo grupo de referência ou também, de comparar uma certa fase de fluxo de acontecimentos”.³⁰⁴ (Grifo do autor)

Segundo Norbert Elias, para o desenvolvimento do sistema temporal foi mister a capacidade de generalização e abstração que permitiu o progresso das medidas de tempo. Thompson examina o significado do tempo para o homem ocidental³⁰⁵, tendo como eixo norteador a Revolução Industrial Inglesa do século XVIII, que ocasionou mudanças sociais, políticas e econômicas as quais afetaram a concepção de mundo que a precedeu. De modo que, o relógio “[...] regulava os novos ritmos da vida industrial era uma das mais urgentes dentre as novas necessidades que o capitalismo industrial exigia para impulsionar o seu avanço”.³⁰⁶ Já Thompson mostra a percepção do tempo e seu uso nas comunidades pré-industriais, pois nos tempos mais remotos lançava-se mão dos sinais da natureza para dividir o tempo e desenvolver atividades ao longo do dia. Cada comunidade trabalhava de acordo com a atividade que dava sustento ao grupo e em determinados horários, por exemplo, pescadores desenvolviam suas atividades de acordo com a maré, agricultores durante o horário solar.

Os relógios, conforme aventa Norbert Elias, são invenções dos homens já incorporadas ao seu mundo simbólico como meio de orientação e integração de aspectos físicos, biológicos, sociais e subjetivos. Todavia, ao se desconsiderar os relógios como invenções humanas e históricas, o modo como e por que motivo os primeiros relógios foram construídos e das transformações pelas quais eles passaram possivelmente, tais invenções sejam tratadas como detentoras de uma existência natural, alheia aos homens.³⁰⁷ Portanto, em um mundo sem homens e seres vivos, não haveria tempo, tampouco calendários e relógios.³⁰⁸

Para Thompson, o tempo ganhou para o homem ocidental moderno, particularmente com a incorporação da lógica do capital e da produção industrial um novo significado.³⁰⁹ De modo que o relógio “regulava os novos ritmos da vida industrial era uma das mais urgentes

³⁰⁴ ELIAS, 1998, p. 84.

³⁰⁵ A Europa Ocidental, entre 1300 e 1650 foi marcada por diversas mudanças, na cultura intelectual e foi aumentando a preocupação com o tempo e como ele era utilizado. Assim, Thompson analisa em que medida essa transformação da noção de tempo agiu sobre os hábitos dos trabalhadores.

³⁰⁶ THOMPSON, 1998, p. 279.

³⁰⁷ ELIAS, 1998, p. 23.

³⁰⁸ ELIAS, 1998, p. 22.

³⁰⁹ A Europa Ocidental, entre 1300 e 1650 foi marcada por diversas mudanças, na cultura intelectual e foi aumentando a preocupação com o tempo e como ele era utilizado. Assim, Thompson analisa em que medida essa transformação da noção de tempo agiu sobre os hábitos dos trabalhadores.

dentre as novas necessidades que o capitalismo exigia para impulsionar o seu avanço”.³¹⁰ Ao analisar a percepção do tempo e seu uso nas comunidades pré-industriais, Thompson afirma que nos tempos mais remotos lançava-se mão dos sinais da natureza para dividir o tempo e desenvolver atividades ao longo do dia. Cada comunidade trabalhava de acordo com a atividade que dava sustento ao grupo e em determinados horários, por exemplo, pescadores desenvolviam suas atividades de acordo com a maré, agricultores durante o horário solar.

Diante do exposto e observando o cenário teresinense na segunda metade do século XIX, pode-se inferir que a vinda do relógio para a cidade simboliza a tentativa de dar regularidade ao uso do tempo no desenvolvimento das atividades e, com isso, tornar mais previsível o trabalho dentro do cotidiano. Não obstante, ao se observar a realidade dos habitantes da Teresina oitocentista, essa capacidade de ler as horas do relógio público ainda não existia para a maioria da população, que era iletrada e seguia a “jornada de sol a sol” para executar suas atividades. Nesse sentido, os trabalhadores da capital, em sua maior parte se guiavam pelo tempo da natureza, aliás, “a regulação do tempo pode ser feita independentemente de qualquer relógio – e, na verdade, precede a difusão desse mecanismo”.³¹¹

Contudo, para o poder público, era essencial ter um regulador público na cidade-capital, pois ele simbolizava a tentativa de soerguer Teresina à lógica do tempo pautado no relógio como controlador das atividades. Assim, haveria horário para exercer as funções no espaço citadino, sobretudo para funcionários da burocracia, que deveriam ter pontualidade. Visto que para os trabalhadores sem emprego fixo, a exemplo de lavadeiras e carregadores de água, o relógio ainda não tinha significado, eles, provavelmente, não tinham uma noção da lógica matemática de medição do tempo para reger sua rotina de trabalho.

Dando continuidade à análise da construção dos templos construídos em Teresina na segunda metade do século XIX, ressalta-se o segundo templo para o culto católico, erguido na cidade, a Igreja de Nossa Senhora das Dores. Tendo em vista que a matriz do Amparo já não era suficiente para acomodar a população da cidade, iniciou-se a construção de mais uma igreja, em março de 1865, conforme mostra o relatório do presidente Franklin Américo de Meneses Dória:

³¹⁰ THOMPSON, 1998, p. 279.

³¹¹ THOMPSON, 1998, p. 279. Com o surgimento da figura do empregador, mesmo nas famílias de artesãos, houve mudança na percepção do tempo, pois: “[...] o que passa a predominar não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta”. THOMPSON, 1998, p. 272.

A 11 de março deste ano, contratei com Miguel Ferreira de Vasconcelos, por 9:338\$412, por espaço de 14 meses, a edificação da capela-mor e duas sacristias laterais de uma igreja que, sob a invocação de N. S. das Dores, resolvi fundar na praça Saraiva, desta capital. A 25 do mesmo mês, lancei a primeira pedra deste edifício, que tem progredido. O Ministério do Império, à requisição minha autorizou-me a despende com ele 8:000\$000, provenientes do produto líquido da 2ª loteria extraída na Corte em benefício das matrizes desta Província, pelo que os cofres dela terão de auxiliar a obra contratada com a quantia, que faltar, que é diminuta, para perfazer a sua importância.³¹²

Com a criação da Igreja das Dores foi instaurada uma nova freguesia na cidade – pela Lei nº 590 de 6 de agosto de 1866, instituída a 24 de setembro de 1866, pelo bispo Frei Luiz da Conceição Saraiva e nomeado o reverendo Pe. Raimundo Alves da Fonseca. A capela-mor só ficou pronta em 1867. O então presidente Adelino Antônio de Luna Freire³¹³ incumbiu o reverendo da Igreja das Dores dos gastos necessários com a capela-mor e dispendeu a quantia de 625\$730, para a aquisição de ornamentos e alfaias. Assim, a cidade estava, administrativamente dividida em duas freguesias: Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora das Dores.

Três anos depois, em 1870, a construção da Igreja estava sólida e com uma certa elegância. Sua capela-mor que havia sido construída antes do corpo da Igreja, era acanhada, baixa e precisava de mais rigidez. A 7 de janeiro, 16 dias antes do fim do prazo para a entrega da construção, com 2 torres assentadas, aconteceu um incidente e parte do prédio desabou. A 27 de março desabou outra torre com parte do corpo da Igreja. Por portaria de 21 de fevereiro, o presidente Dr. Luiz Antônio Vieira da Silva³¹⁴ nomeou uma comissão composta pelos engenheiros Gustavo Dodt, Newton Burlamaque e José Gaume para examinarem o templo e darem seu parecer sobre os motivos do desabamento.

A autorização para a reconstrução do templo, ocorreu no mandato de Manoel do Rego Barros de Sousa Leão³¹⁵, através da Resolução Provincial de 21 de julho de 1870, que o autorizava a despende o valor de 40:000\$000 com a reconstrução do prédio. Foi contratado o coronel João do Rego Monteiro – futuro Barão de Gurgueia, pela importância de 36:000\$000, com o prazo de dois anos para a finalização da obra.

³¹² PROVÍNCIA DO PIAUHY. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 12 de julho de 1865 pelo Presidente da Província, o EXM. SR. DR. Franklin Américo de Menezes Doria*. Teresina: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 28.

³¹³ Presidiu o Piauí de 5 de outubro de 1866 a 5 de novembro de 1867.

³¹⁴ Presidiu o Piauí de 6 de dezembro de 1869 a 9 de abril de 1870.

³¹⁵ Presidiu o Piauí de 25 de dezembro de 1870 a 27 de fevereiro de 1872.

Dr. Pedro Afonso Ferreira, observou, quando do início da reconstrução das obras da Igreja das Dores, que era mister para a segurança e elegância do edifício, fazer-lhe um aterro de quatro palmos, pelo menos na capela-mor, com 312 palmos no corpo da Igreja, aumentar o grande arco interior e elevar o teto da capela-mor à altura correspondente, o custo seria de mais 4:000\$000. E assim, as obras da Igreja continuaram, sem maiores despesas para a Província. Desse modo, em 1882, o presidente Manoel Ildefonso de Souza Lima³¹⁶ entregou ao vigário das Dores, cônego Tomaz de Moraes Rego, 300\$000, para conserto da capela do S. S. Sacramento na catedral. No ano seguinte, o presidente Miguel Joaquim de Almeida doou 150\$000 para ajudar a caiar e pintar a referida igreja. Em dissertação de mestrado que versa sobre a cidade de Teresina no século XIX, Mairton Celestino da Silva³¹⁷ sinaliza que a freguesia de Nossa Senhora das Dores, tinha 19 quarteirões, a maioria deles habitados por lavradores e roceiros e os problemas de infraestrutura eram variados:

Em períodos chuvosos as ruas e praças da freguesia ficavam sempre sujas e lamacentas, quando, na estiagem, a poeira tomava conta das ruas, largos e casas. A terra baixa e alagadiça prejudicava as estruturas dos prédios em construção, causando rachaduras nas casas, calçadas e desmoronamentos como o que ocorreu na Igreja de N. S. das Dores, dias antes de sua inauguração, quando parte da sacristia veio abaixo.³¹⁸

Em 1874, teve início a construção da Igreja de São Benedito, terceiro templo erguido em Teresina, foi construído em homenagem aos santos-frades franciscanos. A obra projetada pelo Frei Serafim de Catânia, e executada sob seu comando e orientação, em regime de mutirão, levou doze anos para ficar pronta. Por que a construção de uma terceira igreja na capital? A obra teve sua origem ligada às necessidades da população pobre e também dos escravos residentes na cidade. Segundo Antônio Fonseca Neto:

A história da construção da Igreja de São Benedito, no antigo **Alto da Jurubeba**, é a revivescência das artes de um povo em movimento. Uma façanha que revela aspectos relevantes da vida de Teresina entre seus primeiros vinte e trinta anos de idade.³¹⁹ (Grifo nosso).

³¹⁶ Governou de 31 de dezembro de 1881 a 12 de maio de 1882.

³¹⁷ S SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na Rua dos Negros*: Cultura e Polícia na Teresina da segunda metade do século XIX. 2008. Dissertação – Mestrado em História Social. Salvador: UFBA, 2008. p. 30.

³¹⁸ SILVA, 2008, p.30.

³¹⁹ SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. De Frei Serafim a frei Benedito. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: júnior, 2002c. p. 51.

A referida Igreja teve sua origem ligada às necessidades da população pobre e dos escravos residentes na cidade.³²⁰ Dessa forma, fora construída na localidade conhecida como Alto da Jurubeba, era um subúrbio, um local afastado do centro da cidade, nas adjacências de um cemitério de desvalidos, cativos e indigentes. Os recursos para a materialização da obra resultaram de doações do governo e da população teresinense, sobretudo dos pobres e escravos, que ajudaram inclusive com sua própria mão de obra, carregando os materiais e a água do Rio Parnaíba que seriam utilizados na edificação. No momento da obra, surgiram reveses na cidade que atrasaram sua conclusão, a exemplo de uma epidemia de varíola (1875), a qual matou 500 pessoas e da seca do ano de 1877.³²¹ Sobre a missão de Frei Serafim e do esforço da população pobre para construir o templo, Elias Martins observou:

[...] aberta a missão acorriam de longe, em constante romaria, homens, mulheres e crianças, portadores de modesto óbulo, espontâneo e precioso, em dinheiro, gêneros ou trabalho, dando aos primórdios da empresa um impulso orientado e seguro, capaz de impressionar e mover os retardatários ou indiferentes.³²²

Em dissertação de mestrado, sobre a religiosidade e as atitudes diante da morte no Piauí Oitocentista, Josilene Lima³²³ mostra que, no ano de 1885, o evento de benzimento da imagem de São Benedito³²⁴ e a colocação da mesma no seu nicho, contou com a presença de pessoas importantes de Teresina e, provavelmente com os fieis das camadas populares e escravos:

Foi um ato muito prestigiado, comparecendo à solenidade as principais autoridades, comerciantes, representantes da imprensa, militares, médicos, advogados, funcionários públicos e muitas famílias. [...] Possivelmente, em locais menos prestigiados do templo, compareceram os fiéis negros, livres ou escravos e, dentre eles, é provável que estivessem os irmãos da Irmandade de São Benedito da cidade de Teresina, cuja devoção ao santo que dava nome à Igreja se encontrava instituída por escrito nos estatutos da irmandade.³²⁵

³²⁰ SANTOS NETO, 2002c, p. 51.

³²¹ As consequências da seca de 1877 afetaram de forma devastadora a população das províncias do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Paraíba e Piauí.

³²² SANTOS NETO, 2002, p. 52.

³²³ LIMA, Josilene dos Santos. *Pelas almas do purgatório: religiosidade e atitudes diante da morte no Piauí Oitocentista*. 2013. Dissertação – Mestrado em História do Brasil. Teresina: UFPI/PPGHB, 2013.

³²⁴ A imagem foi um presente do negociante José Martins Teixeira e os ricos paramentos foram ofertados por Jacob de Almendra Freitas. LIMA, 2013, p. 37.

³²⁵ LIMA, 2013, p. 37-38.

A 03 de junho de 1886 – data da ascensão de Jesus Cristo, segundo o calendário católico – foi realizada a primeira consagração da Igreja de São Benedito, a solenidade foi realizada pelo bispo do Maranhão, Dom Antônio Cândido de Alvarenga. Após a inauguração do templo, Frei Serafim, em idade bastante avançada, deu por encerrada sua missão e retornou à Itália, seu país de origem.

4.1.2 O Cemitério

O cemitério público de Teresina, também chamado de cemitério São José, teve suas obras iniciadas em 1852, com a transferência da capital, conforme determinava o § 3 do artigo 4 da lei n. 315. A obra era considerada por José Antônio Saraiva como uma das mais necessárias para a capital. Por que essa era uma obra essencial para Teresina? Para entender o significado do cemitério na nova-capital, é importante observar que, no século XIX, foram proibidas as inumações em igrejas, pois os preceitos higienistas³²⁶ trouxeram normas para as práticas fúnebres tradicionais, por acreditarem que elas eram propagadoras de doenças, ou seja, de “emanações miasmáticas”, gases liberados na decomposição dos corpos, que eram prejudiciais à saúde e traziam riscos de epidemias. Essas proibições deram lugar aos sepultamentos em cemitérios, que deveriam ser afastados do perímetro urbano.

A lei de 1º de outubro de 1828 estruturava as municipalidades no Brasil, tornou obrigatórios os enterramentos em cemitérios fora do perímetro urbano, deu uma proporção nacional a essa discussão. Philippe Ariès conceitua esse afastamento dos cemitérios da área urbana como “morte romântica”. Para Ariès, não seria somente a urbe que estaria livre de miasmas, com o afastamento dos mortos, mas esses também teriam vantagens, pois estariam próximos à natureza, em um local calmo, em repouso.³²⁷ A Província do Piauí, a Resolução n. 437, que passou a vigorar a partir 1º de janeiro de 1859, proibiu enterramentos em igrejas e quaisquer lugares das cidades e vilas. Portanto, no momento em que a legislação referente a sepultamentos em cemitérios passou a ser aplicada, Teresina já tinha um cemitério, e este estava distante da décima urbana. Ressalta-se que essa foi uma preocupação evidenciada por Antônio Saraiva, ao autorizar a obra da matriz do Amparo, a qual não deveria dispor de local

³²⁶ O ramo da Medicina que se ocupou da descrição e redescricao dos objetos sociais foi a Higiene, que se preocupou, sobretudo, com uma medicina do social. GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 521.

³²⁷ ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p. 73.

para inumações de cadáveres, os quais seriam sepultados em um espaço próprio: o cemitério público.

Em outubro de 1852, foi escolhido o lugar que receberia o cemitério, o qual seria a 552 braças abaixo do perímetro urbano, medidas em linha reta, tomando como base a frente da Igreja do Amparo. Deveria ter uma distância de 100 braças do Rio Parnaíba e, 120, da estrada que conduz à Vila Velha do Poti.³²⁸ O padre Mamede Antônio de Lima e o mestre de obras João Isidoro França foram incumbidos de fazer o orçamento da despesa para cercar a área destinada ao cemitério. O orçamento foi de 500\$000 (quinhentos mil réis), com cem palmos de frente por cento e cinquenta de fundo, seria de pau a pique, com mil estacas e quarenta carnaúbas e teria um portão.³²⁹ A obra do cemitério foi por arrematação e o encarregado foi Liberato Lopes e Silva.

Não obstante, em 1853, o cemitério ainda não estava pronto, mas contava com 50 lugares para inumações. Sete anos após o início das obras, o cemitério estava concluído, e o presidente Oliveira Junqueira mandou erguer nele uma capela, pelo custo de 2:853\$040 réis, e ainda um jardim que ficou sob a responsabilidade do administrador do cemitério. No mandato de Antônio Corrêa Couto³³⁰, a capela foi forrada e pintada, faltava apenas o altar e alguns móveis. Em 1854, o então presidente Antônio Francisco Pereira Carvalho³³¹ apontou que a obra do cemitério estava concluída tinha, conforme sua descrição, solidez e elegância.³³² O Regulamento n. 29 de 1855 versava sobre o funcionamento e a administração do cemitério, demonstrava distintos tipos de sepulturas no espaço: comuns, temporariamente concedidas à perpetuidade hereditária e catacumbas.³³³

No ano de 1862³³⁴, em virtude do risco de uma epidemia de cólera e do crescimento de óbitos, a administração provincial cogitou a construção de um cemitério provisório. Para isso, fez-se a limpeza e a cerca do terreno ao lado do cemitério.³³⁵ Além disso, com o aumento demográfico de Teresina e a construção da freguesia de Nossa Senhora das Dores, a Câmara reclamou a construção de um cemitério na nova freguesia e consertos no cemitério São José.

³²⁸ NUNES, 2007, p. 113.

³²⁹ NUNES, 2007, p. 113.

³³⁰ Presidiu a Província do Piauí de 24 de janeiro de 1859 a 27 de junho de 1859.

³³¹ Presidiu a província do Piauí de 05 de dezembro de 1853 a 09 de agosto de 1855.

³³² PIAUHY, 1854.

³³³ CARVALHO, 2013, p. 92.

³³⁴ Quanto aos óbitos entre 1860 e 1865, Genimar Carvalho, (2013, p. 92) mostra que houve em 1860: 95 óbitos, sendo 94 pessoas livres e 1 escravizado; em 1861: 284 óbitos, sendo 270 pessoas livres e 14 escravizados; 1862: 187 óbitos, 183 pessoas livres e 4 escravizados; 1863: 228 óbitos, 226 pessoas livres e 2 escravizados; 1864 (abril-junho) 125 óbitos, sendo 115 pessoas livres e 10 escravizados; 1865: 326 óbitos, 299 pessoas livres e 27 escravizados.

³³⁵ CARVALHO, 2013, p. 91.

Este passou por reforma em 1870 e no ano seguinte, a expectativa era de que o portão de madeira fosse substituído por um de ferro trazido do Maranhão.³³⁶

A Lei n. 1045, de 05 de junho de 1882, autorizou o presidente dispendir até 9:000\$000 para construir paredões ligados ao cemitério, no terreno que, por algum tempo, serviu de cemitério, provavelmente essa consideração se referisse ao cemitério provisório de 1862. As considerações do presidente Emídio Adolfo Vitória da Costa³³⁷, no ano de 1884, permitem uma visualização da situação dos enterramentos e dos cemitérios na Teresina de finais do Oitocentos:

Dois fatos, relativamente a óbitos, despertaram-me a atenção logo após minha chegada a esta capital. O primeiro refere-se ao antiquado uso dos toques de sino por ocasião de algum falecimento. Semelhante usança não é tão compatível com o século atual e, ainda menos, com os costumes que deve ter o povo de uma capital civilizada e a que tem direito os habitantes do Piauí. **O segundo fato liga-se ao também obsoleto sistema de enterramentos em catacumbas de alvenaria, hermeticamente fechadas.** Sistema há muito condenado pelos povos cultos, por ser a causa do desenvolvimento e moléstias epidêmicas e sempre graves, não podia nem devia continuar na vossa capital. Neguei licença a enterramentos por tal sistema, e vim com satisfação corroborada minha opinião a esse respeito, pelo ilustrado médico do partido público desta capital. Existindo dois cemitérios nesta capital e sendo um imprestável por se achar repleto de cadáveres variolosos, era a população obrigada a enterramentos no outro cemitério, que se achava completamente aberto a mercê dos animais de toda espécie. Repugnando-me deste fato, e notando que de igual semelhante partilhavam os habitantes da capital, resolvi em 22 de janeiro passado, ordenar o fechamento do dito cemitério por meio de muros e grades. Para este fim entendi-me com os distintos cavalheiros aqui residentes, major Raimundo Antônio Lopes, cônego José Saraiva e Dr. Raimundo de Arêa Leão, médico do Partido Público, e nomeando-os para, em comissão incumbirem-se de daquela obra, tive o prazer de ver aceito por esses cidadãos o apelo que fiz aos seus humanitários e religiosos sentimentos. [...] ³³⁸ (Grifo nosso)

As observações supramencionadas demonstram os costumes tradicionais quanto aos falecimentos – toque de sino para anunciá-los. Na opinião de Emídio Adolfo Victório da Costa, tais hábitos eram incompatíveis com o século XIX e com uma capital civilizada, além disso, as condições de enterramento em catacumbas de alvenaria causavam doenças. Como forma de impedir tal prática, o presidente negou a licença para tais sepultamentos, atitude

³³⁶ CARVALHO, 2013, p. 93.

³³⁷ Governou de 6 de dezembro de 1883 a 8 de setembro de 1884.

³³⁸ PROVÍNCIA DO PIAUHY. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo Presidente da Província, o Exmo. Snr. Dr. Emídio Adolpho Victorio da Costa ao instalar a 1ª Sessão da 25ª Legislatura em 7 de julho de 1884*. Teresina: Tipografia do Telefone, 1884. p. 26-27.

apoiada pelo médico do partido público. Aliás, a situação dos dois cemitérios existentes na cidade era lamentável, um cheio de cadáveres variolosos e o outro em péssimas condições de sua manutenção – sem muros.

4.1.3 A Cadeia Pública

A construção de uma cadeia apresentou-se como uma das primeiras iniciativas de José Antônio Saraiva, para a nova cidade-capital piauiense, sua construção começou em dezembro de 1852.³³⁹ No período imediato à transferência da capital, serviram de cadeia umas meias águas, construídas de uma casa, que posteriormente pertenceu ao Dr. Bonifácio Ferreira de Carvalho. A construção da cadeia foi arrematada pelo mestre de obras João Isidoro França. O governo imperial mandou a quantia de 7:500\$000 para auxiliar nas construções erguidas na nova capital.

No ano de 1855 já estava pronta a metade da cadeia e esta começou a funcionar. Contudo, em seu relatório de 1857, o então presidente, Lourenço Francisco de Almeida Catanho³⁴⁰ mostrava que o edifício começava a sofrer ruína, pois a parede da frente estava desaprumada. Para amenizar o problema, o presidente mandou colocar 2 “gigantes”³⁴¹ na parede, o que fez com que o prédio ficasse imperfeito, mas estava seguro.

Já durante o mandato de João José Oliveira Junqueira, o engenheiro Alfredo de Barros e Vasconcelos explicou em seu relatório, anexo ao do presidente, que, na parte já construída, que tinha quatro prisões, porém, não eram atendidas as condições de segurança e de salubridade, necessárias em construções desse tipo. A vigilância também era falha, caso quisessem, os presos poderiam cavar buracos e sair por baixo da parede, tendo acesso à rua.

Para construir-se a metade da cadeia e concluir a parte que faltava, para o corpo da guarda e para um carcereiro, seria necessária a quantia de 12:400\$000 réis. Contudo, a parte edificada era pouco proveitosa e o mais sensato seria construir um novo prédio. Este deveria ter salubridade, segurança e espaço para acomodar, por exemplo, salas de trabalho para os

³³⁹ Segundo Claudia Moraes Trindade, a Constituição de 1824 determinou a construção de cadeias mais arejadas, limpas, com várias celas, visando separar os criminosos conforme o delito cometido. Entretanto, a realidade existente no Piauí, e possivelmente em outras províncias, era bem diferente da carta constitucional. A Constituição aboliu também os castigos físicos: açoites, torturas, marca a ferro quente e outros castigos. Prescrevia também que fosse criado um Código Criminal para substituir o Livro V das Ordenações Filipinas, que vigorava no Brasil desde o início da colonização. TRINDADE, Claudia Moraes. *Ser preso na Bahia no século XIX*. 2012. Tese – Doutorado em História. Salvador: UFBA, 2012. p. 16.

³⁴⁰ Governou o Piauí de 07 de março de 1857 a 10 de junho de 1857 (Vice-presidente).

³⁴¹ Forquilhas de madeira, usada para sustentar as paredes da cadeia.

detentos, uma possibilidade de alavancar lucro para a Província e tornar os presos mais hábeis em um ofício.

Não obstante, faltavam profissionais para as obras. Diante disso, o presidente Dr. Corrêa Couto³⁴², nomeou, em 1859, uma comissão de três tenentes-coronéis – Tomaz de Aquino, Francisco Mendes de Sousa e José Ricardo de Sousa Neves – encarregados de examinar e dar seus pareceres sobre as obras públicas em andamento. A comissão relatou a condição desfavorável da construção da cadeia. Durante o período chuvoso um “oitão” despencou e seu conserto custou aos cofres 500\$00. Dois anos depois, a cadeia ainda não estava pronta e, para evitar que caísse o que já tinha sido erguido, foi necessário escorar a frente com nove “gigantes”.

E nos anos seguintes, como estava a obra da cadeia? Dez anos após o início das obras, em 1862, a cadeia ainda não estava pronta. As quatro salas existentes para prisões, separadas, no centro, por um pequeno corredor que terminava na varanda e dava acesso à única porta existente na fachada, servia também de entrada e corpo de guarda, ao fundo tinha dois pequenos quartos para o carcereiro e o comandante de guarda. Uma das prisões destinava-se a mulheres, nas demais ficavam os homens. Estas salas permaneciam sem as condições mínimas de higiene, segurança e comodidade. Faltavam também enfermaria e uma cozinha para o preparo dos alimentos, que eram feitos dentro das prisões. Naquele ano foi iniciada a obra de uma nova cadeia, mas foi suspensa, por falta de recursos.

No ano de 1866, o presidente Manuel de Freitas³⁴³ anunciava que as obras da cadeia estavam prontas, à exceção do muro e do poço. Para estas obras, haviam sido contratados os comerciantes Moura & Irmãos, que também haviam sido encarregados da construção do prédio. O presidente propôs o estabelecimento de um sistema penitenciário no Piauí, uma medida que já tinha tido resultados positivos em outros lugares do Império, como Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Essa iniciativa poderia dar correção moral e tirar os detentos da ociosidade, além de dar a eles alguns conhecimentos que lhes permitissem ter alguma oportunidade de emprego, ao sair da prisão. Ou seja, a ideia de que eles pudessem ser úteis à sociedade.

Por meio da obra *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault³⁴⁴, é possível refletir sobre essa “correção moral” dos presos. O livro analisa a institucionalização do poder. Assim, houve

³⁴² Governou de 24 de janeiro de 1859 a 27 de junho de 1859.

³⁴³ Governou de 3 de agosto de 1866 a 5 de outubro de 1866. De 5 a 9 de novembro de 1867. E de 3 de maio de 1868 a 24 de agosto de 1868.

³⁴⁴ FOUCAULT, Michel. Os corpos dóceis. In: *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

transformações na punição dos criminosos, ou seja, a tortura e a execução públicas deram lugar a prisões, as quais teriam a função de “corrigir” os detentos. Mudaram as maneiras de punir os criminosos, em grande medida, porque a forma de exercício do poder mudou e aumentou a capacidade de vigiar do Estado, tanto no que se refere aos cidadãos quanto aos criminosos. Durante o século XIX, houve a integração da punição a um sistema de controle social maior, denominado por Foucault de “disciplina”, que é composta por uma série de mecanismos que visam separar o indivíduo que cometeu alguma infração dos outros e de si mesmo, assim, é classificado como são ou louco, normal ou anormal, sadio ou doente, cidadão ou delinquente. O Estado procurava transmitir a ideia de que o exercício do poder sobre os indivíduos tinha como foco sua “correção” e não somente a sua punição. Nesse sentido, as salas de trabalho e as oficinas³⁴⁵ que seriam criadas na cadeia demonstram que havia a tentativa de dar uma correção moral aos presos da cadeia de Teresina.

Em 1868, o presidente da Província José Manuel de Freitas³⁴⁶ em razão da autorização da lei n. 584, por portaria de 23 de maio daquele ano, criou três oficinas de trabalho na cadeia: alfaiate, carpina e sapateiro – um ano depois só a de sapateiro estava em funcionamento. A criação das oficinas de trabalho, em harmonia com a lei penal, que previa não somente a coação da liberdade dos infratores, haja vista que as mesmas retirariam deles a indolência mortificadora e a ociosidade e permitiria a sua correção moral, para regressarem ao convívio social.

São perceptíveis algumas falhas no funcionamento da cadeia, como a presença de mulheres e crianças no estabelecimento. Sobre esse problema, o presidente Pedro Afonso Ferreira³⁴⁷, em 1872, fez algumas objeções, pois aventava que a frequência de tais pessoas perturbava o desenvolvimento das oficinas. A presença de mulheres e crianças vinculava-se à venda de alimentos aos detentos, cuja alimentação era responsabilidade do Tesouro Provincial por meio de diárias. Além do mais, os presos poderiam andar pelas ruas da cidade vendendo os objetos que produziam nas oficinas e comprar com o dinheiro arrecadado os produtos de que necessitassem. As condições de insalubridade eram constantes e tiravam o sossego das autoridades que se preocupavam também com o convívio entre presos de diferentes idades, porque, assim, os mais velhos transmitiam seus vícios e defeitos aos mais jovens. O problema do sistema prisional no Brasil e da falta de ressocialização dos presos é um problema social antigo não só no Piauí, mas no Brasil, que infelizmente perdura nos dias atuais.

³⁴⁵As oficinas de trabalho também foram criadas em outras províncias, a exemplo da Bahia, onde as primeiras oficinas de trabalho entraram em funcionamento em 1865. TRINDADE, 2012, p. 61.

³⁴⁶ Presidiu a Província do Piauí de 03 de maio de 1868 a 24 de agosto de 1868.

³⁴⁷ Governou de 23 de abril de 1872 a 1 de fevereiro de 1873.

Pedro Afonso Ferreira recomendou a construção de um novo cômodo para o funcionamento de uma cozinha, pois o já existente não possuía as proporções necessárias. Além disso, em 1873, o chefe de polícia mencionou a necessidade de reparos, por exemplo, o telhado e a canalização da água das chuvas. Alguns consertos foram feitos em 1874 e no ano seguinte, para evitar o desabamento do prédio.³⁴⁸

4.1.4 O Hospital de Caridade

O início do funcionamento do hospital de caridade em Teresina ocorreu em 10 de janeiro de 1854, na parte concluída do quartel de polícia, pois não existia casa própria, devido à disposição do artigo 7 da Lei nº 361 de 14 de setembro de 1853, que ordenava o aproveitamento do mencionado quartel. Quais os limites das atividades do hospital na nova cidade-capital? O seu funcionamento era limitado por fatores como a precariedade do prédio em que ele estava instalado, pela falta de recursos e utensílios básicos, tais problemas são recorrentes na documentação analisada.

No ano de 1861, de acordo com o presidente Dr. Manoel Antônio Duarte de Azevedo³⁴⁹, o hospital funcionava em um local precário, carente de reparos, de camas, colchões e outros itens. A Província estava sofrendo, naquele momento com uma terrível seca, e com isso, o alto preço de gêneros alimentícios e também de remédios, como consequência, o número de doentes admitidos fora reduzido para vinte. Isto agravava ainda mais a situação da população da cidade acometida por calamidades advindas da seca, como a fome e algumas epidemias. Diante do quadro difícil do funcionamento do hospital, o presidente recorreu aos homens influentes do Piauí para criar a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. A sua instalação ocorreu em 08 de dezembro de 1861, com a finalidade de obter recursos para a manutenção do hospital, pois a Província estava passando por uma crise econômica. Entretanto, as doações permaneceram pífias.

Em 1864, a situação de precariedade continuava e o poder público aventou a possibilidade da construção de um prédio para o hospital da Santa Casa, uma vez que o lugar onde estava instalada não teria boas condições estruturais nem mesmo com a mais séria reforma. Embora tivesse seus irmãos que deveriam doar joias para seu funcionamento, a Santa Casa de Misericórdia continuou a ser sustentada pelos cofres públicos, no entanto, durante

³⁴⁸ CARVALHO, 2013, p. 88.

³⁴⁹ Presidiu a província do Piauí de 13 de julho de 1860 a 15 de abril de 1861.

todo o período analisado, foram recorrentes nos relatórios dos Presidentes da Província do Piauí as más condições físicas do hospital.

Ao mostrar as condições de funcionamento do hospital, o presidente Antônio Sampaio Almeida³⁵⁰ apontava em 1861, que o mesmo tinha uma construção ruim e necessitava de concertos. Além disso, só funcionavam seis enfermarias, onde ficavam os pobres, os presos, os soldados de polícia, educandos e escravos da nação. Os gastos da Província com o hospital giravam em torno de 15 000\$000 anuais, a despeito disso, o estabelecimento deveria ser extinto, assim que a Santa Casa de Misericórdia estivesse funcionando regularmente. Isto ocorreu em 17 de agosto de 1861, todavia, a Santa Casa não recebeu doações, aliás, os irmãos pouco contribuía para o estabelecimento. Este necessitava de utensílios essenciais, para o seu funcionamento, como, por exemplo, remédios, móveis e outros utensílios. A falta dos mesmos limitava a efetividade das ações do hospital quanto aos doentes.

Em 1864, em decorrência das más condições de funcionamento do recinto, o vice-presidente Antônio Sampaio Almeida aventou a possibilidade da construção de um prédio para o hospital da Santa Casa. Pois o lugar onde estava instalada não teria boas condições estruturais nem mesmo com a mais séria reforma. Embora tivesse seus irmãos que deveriam doar joias para seu funcionamento, a Santa Casa de Misericórdia continuou a ser sustentada pelos cofres públicos. Em 1869, tais gastos eram de 500\$000 mensais, em 1871, o valor era de 700\$000 mensais. No ano de 1866, houve a construção de uma sala para aumentar o número de enfermarias, com um quarto exclusivo para mulheres, em que havia um altar com imagem de Santa Izabel, padroeira dos doentes, doada por um provedor. No ano seguinte, Adelino Antônio de Luna Freire apresentou a necessidade de utensílios básicos para o funcionamento da Santa Casa de Misericórdia. Faltavam móveis e utensílios essenciais:

[...] 30 colchões, 20 vestimentas para homens, 30 para mulheres, 40 lençóis de algodãozinho e 6 cobertores de lã. A capela de Santa Izabel, protetora do hospital, continua inteiramente desprovida de alfaias e paramentos. O prédio que serve de Santa Casa de Misericórdia além de não conter os compartimentos e acomodações precisas para os diversos enfermos, está arruinado necessitando por isso de reparos urgentes.³⁵¹

São recorrentes nos relatórios dos Presidentes da Província do Piauí analisados, as más condições físicas do hospital, aliás, isto foi verificado não apenas neste estabelecimento, mas

³⁵⁰ Governou de 15 de dezembro de 1863 a 28 de maio de 1864 (Vice-presidente).

³⁵¹ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. Relatório Presidencial de setembro de 1867.

também se aplica às outras obras públicas da Província, que, em sua maioria, eram mal construídas e com materiais de qualidade ruim.

Em 1872, Manoel do Rego Barros de Sousa Leão³⁵² mostrou a necessidade de se erguer um novo prédio para a Santa Casa de Misericórdia. Entretanto, em seu mandato, Pedro Afonso Ferreira³⁵³ aventou a impossibilidade de realizar a construção, em virtude da falta de recursos. No ano de 1873, o prédio onde funcionava o hospital desabou e, por isso, ele foi transferido temporariamente para duas casas particulares alugadas, localizadas na Rua das Flores. O presidente da Província mandou construir um novo prédio para receber a Santa de Misericórdia. Todavia, as condições precárias de funcionamento perduraram até o fim do século XIX

4.1.5 O Mercado Público

O local que receberia o Mercado Público de Teresina foi escolhido pelo presidente Antônio Francisco Pereira de Carvalho. O terreno foi cedido pelo coronel Jacob Manoel D'Almeida à Câmara Municipal, situado em frente à praça da Constituição, próximo ao rio Parnaíba. Esta localização teve muita relevância, pois, através do rio, era feita a maior parte dos transportes dos gêneros alimentícios, que eram provenientes, em sua maioria da outra margem do rio, na Província do Maranhão. Além disso, o terreno era plano e seriam poupados dispêndios com a terraplanagem. Por que a criação de um mercado público em Teresina?

Contudo, em 1856, as obras foram suspensas, no mandato de Frederico José de Almeida e Albuquerque.³⁵⁴ De acordo com ele, a obra apresentava algumas inconveniências, como aponta no documento:

[...] Segundo as proporções gigantescas da respectiva planta, é proverbial. Para convencer aqueles que não tiveram conhecimento de semelhante obra, da sua completa inconveniência, é suficiente dizer que, se ela fosse concluída, de conformidade com o plano, ficaria a casa do Mercado Público da capital desta Província, maior do que o edifício do Mercado Público da Corte do Império. Felizmente, essa obra se achava ainda em começo: apenas se havia dispendido a quantia de 7:373\$596 reis. Procurei ver era possível dar alguma outra possível aplicação a parte da obra, que estava adiantada,

³⁵² Presidiu a Província do Piauí de 25 de dezembro de 1870 a 27 de fevereiro de 1872.

³⁵³ Presidiu a Província de 23 de abril de 1872 a 01 de fevereiro de 1873.

³⁵⁴ Presidiu a Província do Piauí de 1 de dezembro de 1855 a 07 de março de 1857.

não me sendo isso possível, entendi que fazia um serviço à Província não determinando a continuação de semelhante obra.³⁵⁵

As rendas do mercado eram arrematadas uma vez por ano. O presidente Antônio de Brito Sousa Gaioso, em 1861, decidiu arrecadá-las administrativamente, o responsável pela administração recebia a porcentagem de 10%. No ano de 1864, o presidente Antônio Sampaio Almeida, resolveu centralizar no mercado, os açougues, a fim de que para lá afluíssem os gêneros alimentícios, aumentando os rendimentos. Portanto, mandou proceder aos reparos e obras contratando os serviços de Amâncio da Silva Pacheco, por 622\$931. É perceptível que a criação do mercado visava não somente deixar as ruas livres para o fluxo de pedestres, mas também possibilitar uma maior fiscalização sobre os vendedores ambulantes e os produtos comercializados.

No ano de 1877, as obras do mercado foram retomadas. Havia intenção de levar para aquele recinto os açougues que existiam nas ruas da cidade, em condições contrárias aos preceitos higiênicos. A intenção ao se criar o mercado era concentrar no recinto a venda de outros gêneros alimentícios, como verduras, legumes, frutas e cereais, vendidos pelas ruas na forma de feiras. Portanto, o mercado seria o local público apropriado para a comercialização de alimentos e demais produtos para o consumo da população. Os Códigos de Postura proibiam a venda de alimentos pelas ruas, a exemplo de carne seca ou verde. E também da obrigatoriedade de higiene dos locais de venda e dos vendedores, fiscalização de pesos, proibição de atravessamento de gêneros alimentícios de primeira necessidade: legumes, toucinho, farinha, carne seca, sabão e frutas. Porém, na década de 1880, o mercado ainda não estava concluído. A Lei nº 1.121 de 23 de junho de 1885 mandava estabelecer o Mercado Público de Teresina numa casa destinada a tal finalidade. À Câmara Municipal deveria ser restituído o valor de 500\$000 com o qual teria contribuído para a realização da obra, que era da Província. Nesse mesmo ano, foi erguida uma nova parte no mercado que custou 14:554\$351 (catorze contos, quinhentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e um réis), com alicerce de alvenaria de pedra e tijolo.

No ano de 1888, o presidente Francisco José Viveiros de Castro³⁵⁶, convicto de que seria melhor que o prédio do Mercado pertencesse à Câmara Municipal, propôs-lhe a venda do prédio e nomeou, para isso, o capitão de engenheiros, Manoel Gonçalves Campelo França,

³⁵⁵ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do Presidente da Província do Piauí o Comendador Frederico D' Almeida e Albuquerque, apresentado à Respectiva Assembleia Legislativa Provincial na Sessão Ordinária de 1856*. São Luís: Tipografia do Progresso, 1856. p. 19.

³⁵⁶ Presidiu a província do Piauí de 6 de julho de 1887 a 27 de julho de 1888.

que expôs em seu laudo as reais situações do Mercado, o qual não estava em bom estado de conservação e segurança. A notícia divulgada no jornal *O Democrata* em 1894, é uma demonstração do modo como os produtos alimentícios eram vendidos na capital, a exemplo da carne que era comercializada sem higienização alguma. Pois “[...] se sairmos pelas ruas desta capital ficamos envergonhados, causam-nos nojo as grandes imundícies que ali se encontram... os açougues são verdadeiros depósitos de porcaria, a carne verde é cortada brutalmente a machado em bancos de madeiras que nunca se lavam”.³⁵⁷ Deste modo, através das notícias veiculadas na imprensa, bem como a investigação nos relatórios dos presidentes de província e Códigos de Postura, é perceptível que a construção do mercado não sanou a venda de alimentos pelas ruas de Teresina.

4.2 A Estruturação Urbana da Teresina Oitocentista

Teresina, não obstante ter sido construída para capital da Província, cresceu com todos os defeitos inerentes a um desenvolvimento prematuro e apressado.

(Monsenhor Chaves)

O cenário brasileiro e mundial em que ocorreu a transferência da capital do Piauí foi o de múltiplas transformações dos valores socioculturais e do capitalismo que se complexificava e ganhava dimensões mundiais. O contexto europeu, do momento da criação de Teresina, foi o da reforma de Paris, pelo Barão de Haussman para torná-la “o cerne da moderna civilização urbana”.³⁵⁸ Relativamente ao Brasil, em meados do século XIX, as suas principais cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife sofreram reformas urbanas e sociais que refletiam o imaginário de modernização social.³⁵⁹

O homem moderno, residente nas cidades, passava cada vez mais a internalizar ideias de progresso, modernidade, civilização, disciplina e buscava aplicá-las ao planejamento urbano. Ao tratar da nova capital piauiense, surge uma questão: Como as mudanças nacionais e externas influenciaram a invenção de uma cidade em uma província pobre e com distâncias consideráveis em relação aos centros de civilização?

A estruturação urbanística de cidades o mundo europeu passava por mudanças várias durante a segunda metade do século XIX, as quais também influenciaram as principais urbes

³⁵⁷ JOAQUIM, João. Os costumes. *O Democrata*. Teresina, n. 173, 22 ago. 1894, p. 3.

³⁵⁸ NASCIMENTO, 2009, p. 118.

³⁵⁹ ARAÚJO, 2001, p. 234.

brasileiras. Naquele momento, era criada a cidade de Teresina, com condições materiais precárias e intrinsecamente ligada ao mundo tradicional e rural. Destarte, nos discursos de José Antônio Saraiva estavam ideias de uma capital que traria progresso e civilidade aos piauienses. Todavia, na prática, a realidade da nova cidade-capital piauiense era outra, um plano urbanístico seguindo o modelo barroco, com construções simples e cobertas de palha, ou seja, a cidade nascia com a simplicidade imposta pelas condições materiais do meio em que estava inserida. Quanto à planta de Teresina, José Antônio Saraiva o descreveu mostrando as suas características:

Não me ocupo em descrever as vantagens e belezas da localidade porque V. Excia. me acreditará nesse ponto sem ouvir razões, e pela planta conhecerá que a Vila se começará muito regularmente. Nessa planta fiz uma mudança que foi fazer sair na grande praça três ruas em lugar de duas, formando três quarteirões dos dois que existem na mesma planta. Os seis quarteirões da grande praça estarão ocupados por belas casas, antes do ano, porque pessoas muito abastadas vão principiar suas moradas e um desses quarteirões já tem todos os alicerces para uma grande propriedade, que seu dono promete acabar antes de seis meses.³⁶⁰

O planejamento urbanístico de Teresina seguiu o modelo colonial português, também conhecido como barroco. Esse já havia sido executado na primeira capital piauiense – a qual foi construída no entorno da catedral de Nossa da Vitória, onde foi erguida a vila da Mocha, posteriormente, Oeiras. No caso de Teresina, a Matriz do Amparo ficou centralizada em um largo em torno do qual foram erguidos palácios e outros edifícios de governo e as residências dos burocratas piauienses. Portanto, de acordo com Murilo Marx:

Teresina e Aracaju são capitais novas e bem desenhadas de províncias do Império. Uma, levantada ainda no interior do Piauí em 1851, outra, mais junto à praia sergipana em 1855. Com o foro de cidades privilegiadas... quanto a sua situação e seu sítio contaram com alguma ordenação a mais para a utilização da terra a ser edificada. O plano em grelha, as ruas bem alinhadas e ortogonais, as praças e prédios principais destacados.³⁶¹

Assim, o projeto arquitetônico para a nova capital piauiense, contava com quarteirões em forma de xadrez, ruas retas e alinhadas, divisões em quarteirões e com áreas de largos que mais tarde se tornaram praças urbanizadas. Esse modelo urbanístico, também chamado de

³⁶⁰ Ofício de 20 de dezembro de 1850 enviado ao Visconde de Monte Alegre.

³⁶¹ MARX, Murilo. *A Cidade Brasileira*. São Paulo: USP, 1980. p. 39. No caso de Aracaju, a nova capital sergipana, ficava mais próxima da antiga sede político-administrativa, São Cristovam, na faixa litorânea canavieira nordestina, com um povoamento considerável.

tabuleiro de jogo de damas, seguia a legislação de Portugal, também executada em outros lugares do Brasil. O traçado urbanístico geométrico, pautado em princípios racionais e estéticos de simetria, foi instaurado pelo Renascimento, seguindo os moldes greco-latinos da Antiguidade.³⁶² Nesses projetos existia um plano de construção com:

[...] preocupações claras com a visibilidade dos espaços, buscando dar racionalidade na definição do viver em cidades. Rompia com a lógica urbana dos primeiros séculos de colonização, cujas ruas tortuosas e íngremes, formando labirintos sem regularidades, por onde se postava o casario apertado eram a marca principal. Havia ainda nítida preocupação em reservar espaços de convivência coletiva, bem como áreas de construção de prédios públicos. A nova capital nascia com ruas retas.³⁶³

Ressalta-se que durante o Oitocentos seriam criadas outras cidades-capitais planejadas, como Aracaju (1855), Belo Horizonte (1895) e já no século XX, Goiânia, na década de 1930. Há uma disparidade considerável entre o planejamento de Teresina e o de Belo Horizonte:

Se Belo Horizonte, ao final do século, já contara com um planejamento caprichado, proposto por engenheiros – dentre os quais o maranhense da vizinha Caxias, o Dr. Aarão Reis – a construção pioneira de Teresina foi bem mais simples. Favorecida pela simplicidade topográfica.³⁶⁴

Após o início das obras da nova cidade-capital, Odilon Nunes aponta que, já em 1851, “não eram poucos os que queriam fazer aquisição de terrenos na Vila Nova”.³⁶⁵ Em fevereiro daquele ano, a Câmara Municipal solicitava ao mestre de obras João Isidoro França que demarcasse quaisquer terrenos no local da vila concedidos pela mesma Câmara. João Isidoro França comunicou ao presidente que não era possível aforar os terrenos, haja vista que a vila estava sendo construída em terras privadas e a desapropriação ainda não tinha sido realizada. Assim, enviou ofícios aos Tenentes Coronéis Francisco da Cunha Castelo Branco e Alexandre de Araújo Costa, que eram “condôminos da fazenda em que estava assentada a Vila Nova, e pede-lhes a doação da municipalidade”.³⁶⁶

³⁶² Sérgio Buarque de Holanda mostra que esse tipo de cidade não teve o mesmo êxito entre os portugueses, com a Coroa de Castela. Ele aponta que seria ilusão supor que a presença do modelo retangular de cidade fosse um atrativo para o português, pois tal modelo tinha formas fixas e preestabelecidas; os portugueses agiram através de experiências sucessivas e não de um plano traçado previamente. HOLANDA, 1936, p. 109.

³⁶³ CASTELO BRANCO, 2002, p. 298 e 299.

³⁶⁴ MONTEIRO, 2015, p. 47.

³⁶⁵ NUNES, 2007, p. 106.

³⁶⁶ NUNES, 2007, p. 106. APEPI. Ofícios de 12 de julho de 1851 e 13 de janeiro de 1852. Sala do Poder Executivo.

De acordo com Odilon Nunes, observa-se que apenas o Tenente Coronel Francisco da Cunha Castelo Branco teria aceitado doar as suas terras com a condição de isenção de foros de prédios que ele e seus herdeiros viessem a erguer. Antônio Saraiva acreditava ser essencial tomar precauções para impedir que pessoas sem intenção de construir se apropriassem de terrenos para vender ou especular. A Lei Provincial n° 312 de 13 de setembro de 1851, em seu art. 9 §2 determinava a cobrança de 100 réis por braça de terreno na Vila Nova do Poti.

O local em que seria construída a Vila Nova do Poti, às margens do rio Parnaíba, havia sido uma fazenda de gado chamada de Chapada do Corisco. O terreno foi desmembrado da data de “Covas”, ocupava de norte a sul $1/4$ de légua de cada lado, a Igreja do Amparo seria o marco zero da cidade, a leste, e a oeste, o território entre os rios Parnaíba e Poti, desapropriado alguns anos depois na administração de Simplício de Sousa Mendes. O proprietário, Manoel Domingos Gonçalves Pedreira, recebeu um conto e quinhentos mil réis (1:500\$000).

O ponto de partida da data de Covas – espaço em que seria erguida a capital, 3ª escritura constava 475 braças com frente para os rios Parnaíba e Poti, compreendendo as respectivas vazantes. A regularização das terras da “data de Covas”, em que fora instalada a cidade, só ocorreu no governo do sucessor de José Antônio Saraiva, Simplício de Sousa Mendes.³⁶⁷ Em 1859, foi concluída a desapropriação do terreno em que se construiu Teresina, foi entregue aos co-herdeiros a quantia de 1:500\$000 réis, em que foi avaliado. Restava somente, a demarcação do território, que correspondia de norte a sul um quarto de légua para cada lado, tendo a Igreja Matriz por centro, de leste a oeste o espaço compreendido entre os rios Parnaíba e Poty. As terras do local em que se assentou Teresina formam um conjunto de seis escrituras que só se regularizariam, de fato, no século XX, em 1922.

A localização estratégica de Teresina, às margens dos rios Parnaíba e Poty, foi um dos pontos essenciais para a mudança da capital, pois o transporte fluvial através da navegação do rio Parnaíba surge com um vetor de progresso e desenvolvimento das relações políticas e comerciais intra e interprovinciais. Ela representava a possibilidade de desenvolver o comércio do Piauí e o rompimento com a dependência em relação a Caxias³⁶⁸, para José Antônio Saraiva, Teresina estava:

[...] Na posição de tirar a Caxias todo o seu comércio com o Piauí conseguindo-se, assim, a maior vantagem da mudança; mais próxima da

³⁶⁷ Governou a Província do Piauí de 12 de março de 1853 a 02 de abril de 1853 (vice-presidente) e de 30 de dezembro de 1858 a 01 de janeiro de 1859 (vice-presidente).

³⁶⁸ Caxias tornou-se vila desde 1812. Anteriormente, era conhecida como Arraial das Aldeias Altas.

cidade de Parnaíba, pode servir melhor ao desenvolvimento da navegação e gozar a capital do grande benefício da facilidade de suas relações políticas e comerciais com a Corte e todos os centros de civilização do Império. Fica no município mais agrícola da província e é preciso que o governo cuide seriamente de promover aumento de sua agricultura, o melhoramento dos processos de que ela usa e dar conveniente direção aos seus produtos, é aquela localidade a única que promete florescer à margem do Parnaíba e habilitar-se em menos tempo para possuir a capital da província.³⁶⁹

Enfatiza-se também que preocupação com a higiene e a salubridade no espaço público e com a saúde do corpo social era constante nos discursos dos grupos progressistas. Isso se devia à influência da medicina que ganhava espaço na sociedade, com uma atuação marcante ao longo do século XIX, para o saber médico:

A vida só poderia ser pensada em relação às influências exteriores que interagiam sobre ela como o clima, a luz, o ar, o sol, a água. [...] o meio ambiente era considerado como responsável principal pela saúde do corpo social e, ao mesmo tempo, de cada indivíduo.³⁷⁰

Por conseguinte, ao longo do século XIX, a sintonia entre ciência e técnica, cada vez mais, se articulava e gerava novos saberes sobre a vida urbana, os quais contribuíram para sua intervenção nos projetos de arquitetura das cidades. O pensamento supracitado aparece no posicionamento de José Antônio Saraiva ao mostrar que a Vila Nova do Poty deveria ser erguida em um local salubre. Além disso, seus discursos deixavam transparecer os desejos de uma capital bonita, planejada e bem localizada. Um exemplo claro disso se fez presente em seu discurso à Assembleia Legislativa Provincial em 1851. Na ocasião José Antônio Saraiva tratou da Vila Nova do Poti, “é ela bem situada e a mais salubre que é possível segundo a planta que mandou levantar”.³⁷¹ Esse foi um dos motivos decisivos para a escolha do local que receberia a nova cidade-capital, diferentemente da vila do Poty, assolada por moléstias, como febres endêmicas e enchentes. No que tange às condições de salubridade na nova sede do governo, Clodoaldo Freitas, no livro *História de Teresina*, mostrou-se contrário à escolha do lugar, apontou que elas se assemelham às de todo o extremo norte. Para ele, houve um erro na escolha do espaço que receberia a nova sede do governo piauiense, localizada:

[...] no declive da chapada que fica entre os rios Parnaíba e Poti, justamente no lugar mais apertado, pedregoso, irregular e acidentado. Mas o

³⁶⁹ PIAUHY, 1851, p. 43.

³⁷⁰ RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. p. 167.

³⁷¹ PIAUÍ, 1851, p. 43.

desenvolvimento da cidade está sendo feito para a assentada chapada, outrora inabitável pela dificuldade de água [...]

A verdade, para quem conhece Teresina, é que o seu terreno não dominam moléstias endêmicas; que não caem aqui numerosas faíscas elétricas; que a água pode ser purificada pela decantação e por filtros; que o calor é igual ao das capitais do Pará e Amazonas, modificado as noites pelas brisas, que o tornam suave.³⁷²

Na imagem a seguir, pode-se observar uma miniatura da planta original da cidade de Teresina, encomendada por Saraiva ao mestre de obras João Isidoro França.³⁷³ Além disso, o saber do engenheiro João Nunes de Campos também foi utilizado para auxiliar nas obras. A parte em destaque na cor azul é a que realmente foi ocupada nos primeiros anos após a mudança da capital. É perceptível no ponto central, a 3 quadras do Largo do Amparo, 10 quarteirões, que, possivelmente, seriam ocupados por uma praça.

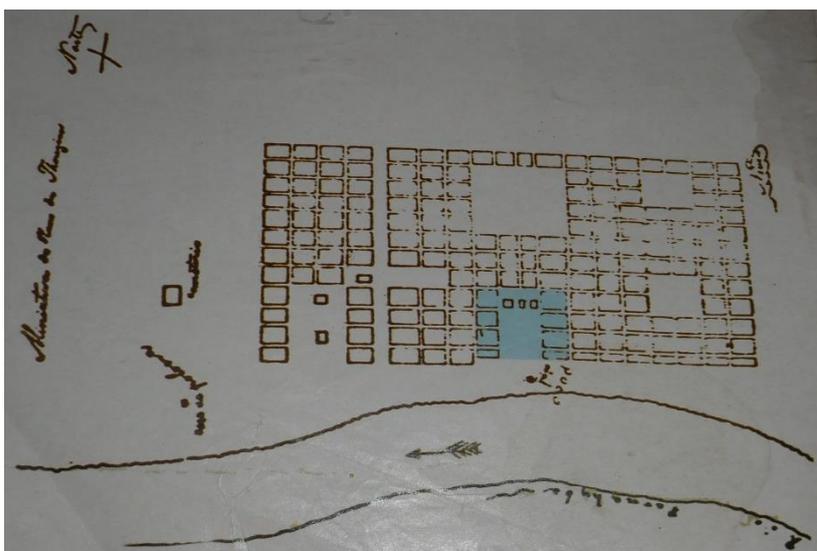


Figura 4: Planta original de Teresina. Fonte: SANTOS NETO, Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002. p. 24.

³⁷² FREITAS, 1988, p. 18, 19.

³⁷³ Nascido em Portugal. Ocupava o cargo de mestre de obras desde sua criação através da Lei nº 219 de setembro de 1847 e recebia o ordenado de 800 mil réis. APEPI. Código das Leis Piauienses Lei nº 219, publicada em 22 de setembro de 1847. Resolução nº 243, publicada em 27 de agosto de 1847. Foi enviado por Saraiva de São Gonçalo do Amarante, onde estava construindo a obra pública da ladeira do Castelo, para dar início às obras da futura sede do Governo piauiense. Segundo Cid Dias, o mestre ergueu sua casa e “o canteiro de obras da futura cidade, no local onde hoje é o Banco do Nordeste, edificações rústicas cobertas de palhas”. No momento em que foi lançada a pedra fundamental da Igreja do Amparo em 25 de dezembro de 1850, ele escreveu uma carta ao presidente descrevendo tal solenidade, que contou com a participação de autoridades da Vila do Poti e da população, por exemplo, “as senhoras das principais famílias, bem ornadas de joias e bons vestidos, os principais cidadãos da vila e mais imensidade de povos”. NUNES, 2007, p. 101.

A topografia de Teresina, quando de sua fundação, era: ao centro a Igreja de Nossa Senhora do Amparo, a norte e a sul, cada qual com um diâmetro de 4 léguas e, a leste e oeste, a distância do rio Parnaíba ao Poty. Foram distribuídos terrenos pela administração provincial sob a forma de doação e cada morador recebeu um quarteirão de 40 x 40 braças quadradas, uma quinta. De modo que:

A locação total abrangeu dezenas de quarteirões organizados a partir da Igreja do Amparo, base da qual foram marcados sete quarteirões para o lado sul e três para o lado norte, inicialmente. Embora a locação tenha alcançado número tão alto, a cidade nasceu realmente, enquanto aglomerado urbano, nos dez quarteirões mencionados, ao redor da matriz do Amparo. Dezesete das “quintas” foram destinadas a logradouros públicos e mais treze reservadas a prédios públicos destes; doze abrigariam as repartições provinciais e municipais. Ficaram, portanto, setenta quarteirões reservados ao domínio privado.

Em pouco tempo estava “ocupada” juridicamente a planta da cidade. As doações então cessaram e iniciaram as vendas de pedaços de quarteirões no centro comercial que se organizava à beira do rio Parnaíba, área eleita para o comércio em função do transporte fluvial.³⁷⁴

A observação da planta de Teresina leva a seguinte indagação: o que motivou a escolha do modelo geométrico de cidade? Este plano arquitetônico tem princípios claros de beleza, estética e visibilidade dos espaços. Há uma relação com o que Michel Foucault denomina de “dispositivos de controle social”.³⁷⁵ Teresina apresenta, pois, em seu traçado original a tentativa de ordenar e controlar a circulação pelo espaço urbano. Nesse sentido, um projeto urbanístico para a nova cidade-capital:

[...] Existia; pois era recomendação de Saraiva que as posturas municipais atendessem às conveniências urbanísticas e também às de salubridade. Recomendava, também, a beleza e a estética dos prédios públicos do centro da cidade. Assim, o projeto de organização e embelezamento da cidade fazia a partir do traçado de sua planta em forma de xadrez. Desta maneira, as ruas e praças ficavam alinhadas, o que tornaria mais aberta à circulação de pessoas, policiais e mercadorias deixando-as mais visíveis para a observação dos olhares do poder.³⁷⁶

Ao analisar-se o cenário em que nascia Teresina, emergem interrogações: como foi materializado o projeto de José Antônio Saraiva para a cidade-capital piauiense? Quais as

³⁷⁴ SANTIAGO JÚNIOR. A formação da sociedade teresinense. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002a, p. 14.

³⁷⁵ FOUCAULT, 2011.

³⁷⁶ ARAÚJO, Maria Mafalda de. *Imagens de Teresina no século XX*. Teresina: APeCH/UFPI, 1995. p. 12-13.

expectativas dos moradores que chegavam a Teresina? Ao observar-se o contexto da província, percebe-se que havia a ideia de racionalidade dos espaços na planta urbanística. Porém, a materialização de Teresina ocorria com poucos recursos financeiros disponíveis nos cofres públicos e de recursos privados. A Teresina do século XIX refletia desta maneira, as condições materiais supracitadas e nascia imersa em uma sociedade com valores tradicionais e fortemente ligada ao mundo rural. Isso se verifica na ocupação do espaço urbano, em que havia pequenas chácaras e quintas, com plantas e criação de animais. Os prédios para acomodar as repartições públicas eram precários ou mesmo com cobertura de palha. Muitas repartições públicas funcionavam em casas alugadas, até que fossem construídos locais com estrutura mais apropriada para recebê-los.

A doação de terrenos foi utilizada como forma de atrair moradores para a nova cidade-capital, ou seja, uma estratégia de povoamento do território. Haja vista que tal medida seria uma maneira de ocupar as terras da nova sede do governo e poupar altos gastos para os cofres públicos. José Antônio Saraiva aventa reconhecer as dificuldades financeiras da Província para a construção de prédios da burocracia estatal. Aliás, seria inviável transferi-la:

[...] para um deserto, pode, todavia, ser levada a efeito, se promoverdes a criação de uma povoação, que a possa receber sem que a província dispenda quantias que não possui e que lhe são absolutamente indispensáveis para ocorrer as despesas indeclináveis.³⁷⁷

Então, José Antônio Saraiva convenceu os moradores da Vila do Poti a construírem suas casas na nova vila³⁷⁸, buscou também atrair moradores através da doação de lotes de terrenos e até mesmo quadras inteiras. Isso pode ser entendido como uma tentativa de promover a passagem do rural para o urbano na Teresina nascente:

Sabedor do caráter rural da Província, o Presidente favorecia meios de que a capital pudesse atrair moradores para uma vida mista e de que a capital pudesse atrair moradores para uma vida mista e de transição suave para cidade que pretendia pela qual os novos moradores poderiam ser atraídos. A instalação seria mais se os moradores pudessem viver uma transição do rural para o urbano em pequenas chácaras ou quintas, em meio a plantas e criações. Muitos prédios destinados aos órgãos públicos ou começaram em palha ou foram tão apressadamente mal construídos, que tiveram que passar a prédios particulares alugados antes que fossem adequadamente edificadas para suas funções.³⁷⁹

³⁷⁷ FREITAS, 1988, p. 13.

³⁷⁸ Município do Poti já tinha sido criado desde 1832, quando foi criada a vila do Poti, desse modo, José Antônio Saraiva construiu uma nova vila em município já existente.

³⁷⁹ MONTEIRO, 2015, p. 51.

Possivelmente, muitos dos que trabalharam nas obras da capital receberam doações de lotes, isto se evidencia, por exemplo, através do capitão Henrique José Marques – responsável por trazer os arquivos do Palácio do Governo. Marques recebeu uma quadra inteira em Teresina, preferiu um ponto mais afastado da área central. Uma demonstração de características ligadas à vida rural, nesse espaço seria possível preservar na cidade hábitos como criar animais:

Fora recompensado de sua missão. Além de promovido a Capitão, ganhara do Presidente uma quadra inteira para instalar-se e a escolhera, no extremo sul do perímetro delimitado, na saída para Oeiras. Desincumbido da descarga, voltaria para Oeiras vender gado, trazer uma ponta dele e instalar-se com sua mulher Izaquelina e estabelecer sua família que já estava principiando, com duas meninas... Henrique Marques pensa na viagem de volta à Oeiras. Como sua mulher iria receber a notícia da mudança? Não havia como não gostar. Principliar uma vida nova na nova capital. E já com vantagens. Uma quadra inteira de sua.³⁸⁰

A sede do governo do Piauí às margens dos rios Parnaíba e Poti simbolizava para as vilas do norte piauiense a proximidade do progresso. A urbe que estava se constituindo funcionou “como um ímã”,³⁸¹ um polo de atração para as pessoas residentes no interior da província. A nova cidade-capital representava um lugar de novas oportunidades, a possibilidade de melhoria de vida, por meio da educação e também uma eventual vaga no emprego público. Haja vista que as escolhas individuais dos migrantes que chegavam a Teresina evidenciavam suas expectativas de vida na cidade, bem como de reproduzirem nela o modo de vida, geralmente, rural, a que eles estavam acostumados. O caso do Alferes Lugdero, exemplifica bem essa face de Teresina como espaço promissor. Após perder grande parte da fortuna da família em Campo Maior, engajou-se no Corpo de Polícia e mudou-se para Teresina, passou a residir em uma parte mais periférica da cidade – numa quinta. Uma tentativa de conservar, de certo modo, a vida rural que levava na vila de Campo Maior e nas fazendas:

[...] tudo parece indicar que Lugdero conseguiu instalar-se na capital e cuidar da sua crescente família em termos razoáveis. Optando pela periferia da cidade nascente, poderia permitir-se a um modo de vida ainda um tanto rural, sem grandes mudanças em relação aos da Vila e das fazendas. Mesmo declinante, as propriedades da família talvez pudessem ainda suprir, pelo

³⁸⁰ MONTEIRO, 2015, p. 33.

³⁸¹ ROLNIK, 1995, p. 13.

menos, o abastecimento alimentar. O soldo seria uma quantia certa, de todo mês. A instalação na capital nascente deu-se pela aquisição de um quarto de quadra na parte norte do tabuleiro de xadrez. Não na Rua da Estrela, que representava o limite norte do traçado “piloto”, mas naquela que lhe era vizinha, de terra mais firme e que era o prolongamento do caminho que vinha do rio Poti, entrada natural para quem procedia do Norte. Era a rua da Glória (atual Lisandro Nogueira), cruzando com a travessa – como designavam as paralelas ao – que, por conduzir ao primitivo cemitério (da Jurubeba) se chamava Travessa do Cemitério. Correspondia ao canto extremo noroeste do quadrilátero no qual se inseria a cidade nascente. A escolha da periferia era natural para quem provinha do campo, do meio de fazendas, e que possivelmente preferia uma casa que fosse uma pequena quinta, com um caráter tradicionalmente rural. [...] Um quarto das quadras iniciais (de 40 x 40 braças) a isto permitia. Ali onde corresponde hoje ao n. 1487 da rua Lisandro Nogueira.³⁸²

4.2.1 Entre o urbano e o rural: a infraestrutura da nova cidade-capital

Na segunda metade do século XIX, Teresina manteve fortes vínculos com práticas do mundo rural. Esses se evidenciavam na continuidade de hábitos como a criação de animais como porcos, galinhas e mesmo vacas que forneciam leite, e ainda pequenas hortas e pomares nos quintais. Nesse sentido, questiona-se como era a infraestrutura da Teresina do século XIX?

Na década de 1860, segundo Monsenhor Chaves, a capital tinha uma área de mais de 1 quilômetro de extensão norte-sul: do Largo do Quartel do Meio-Batalhão até o Barrocão. Já na direção leste-oeste seu desenvolvimento era menor. Para o lado do Poti, as ruas terminavam numa linha que corria irregularmente algumas dezenas de metros acima das duas praças principais – a Praça da Constituição (atualmente Deodoro da Fonseca) e o Largo do Saraiva. Pontas de rua naquela direção, quase tocavam as cercas das “Quintas” que ali se espalhavam numerosas. Já para o lado do Parnaíba nem todas as ruas chegavam ao rio. A Rua Grande, uma das mais importantes, no ano de 1867 era interrompida por uma cerca da casa do ex-presidente Baldoíno José Coelho.³⁸³

A água consumida nas casas era em grande parte proveniente do rio Parnaíba. Porém, durante o período chuvoso, as águas do rio misturavam-se com as de seus afluentes e se tornava barrentas e impróprias para o uso da população. Para tentar retirar as impurezas da água, usava-se pedra-ume, todavia essa ação não deixava a água própria para o consumo e era um vetor de doenças. Em 15 de março de 1853, Simplício de Sousa Mendes dirigiu-se ao Dr. José Nunes de Campos, engenheiro da Província sobre a necessidade de se construir poços e

³⁸² MONTEIRO, 2015, p. 34/107-111.

³⁸³ CHAVES, 2013, p. 41.

cisternas para a conservação e depósitos de águas nativas e pluviais. E solicitou um exame minucioso sobre o local apropriado “e mais bonito e cômodo ao público desta cidade que se oferecer no chamado ‘barrocão’ e que corre pelo lado superior da cidade para assentar-se aí um bom açude, que satisfaça perfeitamente tão indeclinável necessidade”.³⁸⁴ Seu sucessor, Luís Carlos de Paiva Teixeira³⁸⁵ apontou a importância da construção de dois poços em pontos diferentes da cidade-capital, para possibilitar um abastecimento melhor para a população.

No mandato de Antônio Francisco Pereira de Carvalho³⁸⁶, João Isidoro França fez o orçamento para a construção de um poço, suas dimensões eram: 15 palmos de diâmetro (aproximadamente 3,3 metros) e 25 de profundidade (aproximadamente 5,5 metros). Para a execução da obra, foram solicitados quatro calcetas (condenados a penas de trabalhos forçados), mas só havia 1 preso na cadeia, nesta situação. Devido às fortes chuvas, a obra foi atrasada, pois houve contratemplos na fabricação de tijolos.³⁸⁷ Entretanto, um poço era insuficiente para abastecimento da população, sobretudo do subúrbio como o Barrocão (atual Av. José dos Santos e Silva). Os moradores desse lugar chegaram a reivindicar por meio de um abaixo-assinado a construção de um poço:

Os abaixo assinados, habitantes no lugar – Barrocão – subúrbio desta cidade, no 2º Distrito, lugar bastante povoado, veem perante V. Ex.^a se digne ter **equidade para com eles mandando que se faça um poço público onde eles encontrem água para beberem e para [sic] os gastos, visto como fica distante do rio Paranaíba para mais de mil braças as suas habitações.** Alguns dos abaixo assinados não hesitam em adjutorarem na feitura da obra tanto com alguma pedra como também com serviço pessoal, ou mesmo com alguma quota em dinheiro, segundo suas possibilidades de correr a obra [...].³⁸⁸ (Grifo nosso).

No ano de 1863, presidente da Província incumbiu o engenheiro e diretor de obras públicas José Pompeu de Albuquerque Cavalcante de examinar o lugar adequado para construir o poço. A obra foi concluída em 1864 e foi arrematada por Henrique Monteiro da Cunha.³⁸⁹

Para visualizar-se a Teresina oitocentista, é importante analisá-la de modo variado, ou seja, com distintas fontes que permitem tecer a narrativa sobre a capital naquele momento.

³⁸⁴ CHAVES, 2013, p. 514.

³⁸⁵ Governou a província entre 02 de abril de 1853 e 05 de dezembro de 1853.

³⁸⁶ Presidiu a Província do Piauí de 05 de dezembro de 1853 a 09 de agosto de 1855.

³⁸⁷ CARVALHO, 2013, p. 132.

³⁸⁸ APEPI. Secretaria das Obras Públicas. Caixa 496 apud CARVALHO, 2013, p. 134.

³⁸⁹ CARVALHO, 2013, p. 134.

Assim, o livro *Um Manicaca*³⁹⁰, de Abdias Neves³⁹¹, é usado nesta dissertação como uma representação da cidade, a partir da literatura. De acordo com Ângela D' Incao “[...] se o romance, a literatura como tal, vai mesmo além do simples relato documental, não sendo um tratado científico nem mera descrição, ele só poderá prestar um serviço como fonte histórica quando ele levar em conta esse aspecto [...]”³⁹² Portanto, o livro escrito no limiar do século XX, traz ricas informações sobre a cidade. O autor cria personagens e cenas que ajudam a imaginar a vida na Teresina do século XIX. Haja vista que obra traz aspectos que podem ser tomados como representação do cotidiano dos moradores da capital. Isso se exemplifica quando se observa o abastecimento de água e os transportes na capital. Em meados do século XIX, Teresina ainda não contava com um abastecimento regular de água – o que só ocorreria no século XX. O abastecimento das casas fazia-se a partir de cargueiros d’ água, que guiavam jumentos carregados com ancoretas pelas ruas da capital.³⁹³ Outro modo de abastecer era, de acordo com Abdias Neves, através das mulheres que antes do dia amanhecer vinham do rio Parnaíba, com cabaças de água na cabeça.³⁹⁴

No ano de 1891, já no período republicano, o governador Álvaro Lima tomou medidas oficiais sobre o abastecimento de água para a população da capital. Edmund Compton, Cristino Cruz, Marcos Pereira de Araújo, José Castelo Branco da Cruz e Honório Parentes receberam, por 50 anos vantagens para “[...] o abastecimento d’ água potável, extraída do rio Parnaíba, aos habitantes da capital, por meio da canalização geral, com canos de derivação para casas particulares e chafarizes públicos.”³⁹⁵ Naquele mesmo ano foi debatido na Assembleia um projeto de lei que autorizava a Intendência a contratar e fiscalizar o abastecimento de água para a capital. Mas tal projeto não foi aprovado. Através do decreto n° 163, de 29 de março de 1900, voltou-se a discutir o abastecimento de água de Teresina. Esse concedia a José Martins Teixeira, o privilégio, pelo período de 60 anos, para organizar uma

³⁹⁰ Trata-se de um romance de costumes. A obra foi escrita entre 1901 e 1902, mas só foi publicada em 1909. O romance foi inspirado em *O crime do Padre Amaro*, de Eça de Queiroz, o qual pertence à vertente realista-naturalista. NEVES, 2012.

³⁹¹ Nascido em 1876 e falecido em 1928 em Teresina. Formou-se em Direito no ano de 1898 pela Faculdade do Recife. Exerceu várias funções públicas, dentre as quais estão os cargos de Juiz Federal, Senador da República, escritor, jornalista e professor de Alemão, Inglês e Lógica no Liceu Piauiense. Ministrou aulas de Pedagogia na Escola Normal Oficial. Foi um dos participantes ativos do Anticlericalismo no Piauí nos primórdios do século XX.

³⁹² D’INCAO, Maria Ângela. A sociabilidade ampla: uma visão da literatura urbana brasileira da primeira metade do século XIX. In: *Sentimentos modernos e família*. São Paulo: Brasiliense, 1996. p. 23.

³⁹³ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Teresina no tempo dos lampiões de querosene (final do século XIX). *Cadernos de Teresina*. Teresina: ano 8, n. 18, dez. 1994, p. 25.

³⁹⁴ NEVES, 2012.

³⁹⁵ CHAVES, 2013, p. 46.

companhia responsável pelo serviço. Todavia, em fevereiro de 1901, o contratante ainda não tinha assinado o contrato. O decreto nº 206 prorrogava por mais 12 meses o prazo para o capitão assinar o contrato. O abastecimento de água de Teresina só chegaria em 1906.

Os meios de transporte da Teresina oitocentista eram predominantemente de tração animal. A venda de capim para os animais era constante, pois: “abria-se um silêncio morno, interrompido por moleques que passavam assobiando, montados em burros carregados com feixes de capim verde”.³⁹⁶ Para viajar para outras cidades, as opções eram animais ou os navios que através do incremento da navegação do rio Parnaíba, interligavam Teresina a cidades piauienses e maranhenses, os trens chegavam à cidade vizinha do Maranhão já no final do século XIX, mas a falta de uma ponte impossibilitava que chegassem a Teresina.

Para Monsenhor Chaves, a cidade teve um serviço considerável de caleças, com uma boa receptividade por parte do público: “Teresina não ficou indefinidamente na era do cavalo, simplesmente. Foram surgindo pouco a pouco, na cidade, carros puxados a cavalos. O público gostou da inovação, pois dela se poderiam utilizar até as senhoras e crianças [...]”³⁹⁷ No ano de 1874 funcionava na capital uma empresa de caleças. O seu proprietário era o Sr. Domingos Gonçalves Pombo, os serviços, segundo Chaves, eram prestados a qualquer hora do dia ou da noite. Dentre os quais estavam atividades sociais, como casamentos, batizados, cortejos, transporte a locais públicos como o teatro, visitas e passeios pelo espaço citadino.

Tabela 3: Preços para o transporte em caleças na cidade de Teresina (1874)

Atividade	Preço
Casamentos	8\$000
Batizados	5\$000
Cortejo, baile, teatro, ida e volta	4\$000
Passeio dentro da cidade	6\$000
Ida e volta a qualquer parte	4\$000
Só levar ou ir buscar	2\$000
Visitas na primeira hora	4\$000
Nas horas excedentes, cada	2\$000
Missa no cemitério	5\$000
Os Srs. Facultativos fazerem visitas aos doentes, por cada hora	2\$000
O Poti (ida e volta)	
Aos domingos	12\$000
Durante a semana	10\$000

Fonte: CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Apontamentos Biográficos e Outros*. 2. ed. Teresina: FCMC. Chaves, 2013.p. 57.

³⁹⁶ NEVES, 2012.

³⁹⁷ CHAVES, Joaquim (Mo.). *Teresina: subsídios para a História do Piauí*. Teresina: FCMC, 1994. p. 56.

Nas décadas de 1880 e 1890, algumas melhorias urbanas chegaram à capital: o telégrafo (1884), a primeira iluminação pública (1882), a coleta de lixo em carroças (1889), a fábrica de fiação (1890).³⁹⁸ Tais melhoramentos na infraestrutura da cidade tinham suas limitações de funcionamento. Para analisar o contexto daquele momento, são valiosas as críticas tecidas nos relatórios dos presidentes de província, bem como as veiculadas na imprensa do período. Haja vista que elas trazem a possibilidade de visualizar-se a cidade real e seus problemas, ou seja, a urbe para além dos desejos de seus governantes. A realidade da iluminação pública em Teresina era precária e foram recorrentes as notícias na imprensa acerca dos reveses inerentes a esse serviço. Em 1871, o periódico *A Pátria* trazia uma notícia sobre os lampiões que o governo mandara trazer da Europa:

Não há quem ignore o preço fabuloso porque pagamos este ensaio de iluminação, que, se bem que feliz, jamais se tornará uma *realidade*, pela impossibilidade em que estão os cofres da província de desenvolvê-lo de forma a satisfazer completamente esta grande necessidade. Parecendo-nos, porém, que o custo das colunas de ferro, mandadas vir da Europa, foi que deu lugar ao preço extraordinário de todos os aparelhos, lembramo-nos de que se mandando vir unicamente as lanternas e, fazendo-se aqui as colunas de *aroeira*, poderemos ter esta capital bem iluminada por um preço assaz módico.³⁹⁹

O periódico *A pátria* veiculava ainda a solicitação de lampiões por parte dos moradores de algumas ruas da capital. Os habitantes da Rua Paissandu, que era uma das mais frequentadas da cidade, reclamavam para ela um lampião, “pois se julgam também com direito”.⁴⁰⁰ A Rua da Glória tinha poucas lojas, segundo o jornal isso ocorria pela falta de iluminação, nem mesmo das sete às nove da noite, como ocorria na Rua Grande e na Rua Bela.

Deviam se terem colocado, ao menos, dois lampiões nos lugares que não há lojas, e que são por isso escuros como o inferno.

³⁹⁸ A população teresinense reivindicava a vinda do trem – o qual chegaria apenas no século XX, em 1915, momento em que o Governo Federal, através de uma política de combate à seca na região Nordeste, liberou a construção da estrada de ferro no Piauí e do porto de Amarração, este, infelizmente não veio até os dias atuais.

³⁹⁹ ILUMINAÇÃO pública. *A pátria*. Teresina, n. 54, ano 1, 22 abr. 1871, p. 3. Além disso, o jornal esclarece: “A *aroeira*, como todos sabem, é uma madeira muito rija, que estando pintada pode durar séculos, e para o fim que se tem em vista bastando que cada uma coluna dure vinte ou vinte e cinco anos, não há, realmente conveniência alguma em mandá-las vir da Europa, pagando-se de frete quantia, talvez, superior aquela porque se pode fazer aqui da madeira de que falamos”.

⁴⁰⁰ LAMPEÕES. *A pátria*. Teresina, n. 54, ano 1, 22 abr. 1871, p. 3.

Sabemos que esta lembrança já é feita um pouco tarde, porque os lampiões, que vieram são poucos, não chegam para a cidade toda, e já estão, além disso, colocados; não faz, porém mal nenhum, e serve para que se fique na inteligência de que quando houverem lampiões devem ao menos tocar dois a rua da Glória.⁴⁰¹

O jornal supramencionado tratava também da Rua da Imperatriz, “pois que só com perigo de vida se pode passar aí de noite: tal é o número de grotões que a cada passo se encontra”. E aventava que em outras capitais brasileiras não se encontraria “uma rua no estado em que se acha a de que falamos. A câmara poderá mandar nivelá-la com pouco dinheiro”.⁴⁰² Os relatórios do presidente da Província, Miguel de Almeida e Castro, em 1882⁴⁰³, demonstram que a capital piauiense encontrava-se em uma situação deplorável, além disso, era um assunto:

[...] muito digno da solicitude dos representantes d’esta Província: refiro-me à necessidade que tem esta Capital de uma iluminação. É desagradável, é prejudicial ao serviço público, é, até, contristador que uma cidade, capital, nas condições desta, continue nas trevas, quando Cidades secundárias em Províncias, mantém, até à custa das exíguas receitas de seus municípios, uma iluminação mais ou menos regular.⁴⁰⁴

David Moreira Caldas mostrou em *O Amigo do Povo*, que houve em Teresina um “ensaio de iluminação pública”, em 1871 e explicitou um posicionamento distinto do esboçado no jornal *A Pátria*:

Começou a 14 do corrente o ensaio de iluminação pública, com 14 lampiões contratados com o Sr. Gaune, engenheiro civil residente no Maranhão. Se os aparelhos são bons, apesar de faltarem ainda as colunas de ferro; cedo demais parece que se vai tornando irregular o serviço, pois ainda no dia 22, já as 7 horas da noute, vimos vários lampiões às escuras e constou além disso que eram eles ultimamente limpos com pouco cuidado. Ao contrário da “A Pátria” pensamos que não há necessidade de termos lampiões acesos, por enquanto, além da meia noute: não sabemos que haja nesta cidade alguma quadrilha de ladrões que se ocupe a deshoras no exercício de fazer fortuna rápida, – e quando houvesse aí das ruas que não tivessem o seu lampião destinado a afugentar os morcegos de gazua nas asas⁴⁰⁵.

⁴⁰¹ *A pátria*. Teresina, n. 54, ano 1, 22 abr. 1871, p. 4.

⁴⁰² RUA da Imperatriz. *A pátria*. Teresina, n. 41, ano 1, 21 jan. 1871, p. 3.

⁴⁰³ Esse relatório foi feito em 1º de junho de 1882, 19 dias após Almeida e Castro ter assumido a presidência da Província do Piauí.

⁴⁰⁴ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Presidente da Província Exm. Sr. Dr. Miguel Joaquim de Almeida e Castro abriu a sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Piauíhy no dia 1 de junho de 1882*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1882. p. 19.

⁴⁰⁵ ILUMINAÇÃO. *O Amigo do Povo*. Teresina, n. 56, ano 3, 30 abr. 1871, p. 8.

Em dezembro de 1882, a iluminação chegou a algumas ruas da capital, 80 lampiões de cobre trazidos da Europa, dispostos em postes de madeira e acesos diariamente ao final da tarde pelo “acendedor de lampiões”, que percorria a cidade, com uma escada sobre os ombros.⁴⁰⁶ Apenas algumas ruas eram iluminadas, como a Rua Bela e a Rua Grande, a maioria das ruas de Teresina não recebeu os candeeiros, desse modo, ao chegar a noite eram escuras “como o inferno”⁴⁰⁷, a exemplo da Rua da Glória. Os moradores da Rua Estrela lamentavam a vida nas “trevas” e apontavam “felizes as ruas que tinham lampiões, felizes aqueles que experimentavam e gozavam, segundo eles, os efeitos do progresso do século, aqueles que vivem nadando em luz”.⁴⁰⁸ O horário da iluminação era das 7h às 9h da noite, a despeito de o previsto no contrato de iluminação ser até às 12h da noite:

Das 12 horas para o resto da noite, é o tempo em que mais luz devem ter os lampiões, porque é nessas horas que os malfeitores e gatunos gostam de aparecer, não só por causa das trevas em que faz a cidade, como por causa do silêncio em que ela completa permanece.⁴⁰⁹

Outra melhoria que se apresentou na urbe teresinense foi o telégrafo, em 1882, a população recebia a notícia de sua chegada, as comunicações com outros centros urbanos e com a capital do Império – Rio de Janeiro seriam facilitadas, uma inovação para os teresinenses. A sua inauguração só viria dois anos depois, em 1884, a cidade recebeu o sistema telegráfico entre Teresina e São Luís. Em 1889, Gustavo Dodt foi encarregado da abertura da linha Teresina-Parnaíba.⁴¹⁰ Os jornais esclarecem o que ela representava para a capital piauiense, a possibilidade de tornar mais ágeis as comunicações, era a chegada de elementos da modernidade à capital ainda modesta e rural:

Esse dia marca uma época memorável para a Província do Piauí, pois é precursor da breve instalação das vias de comunicação que nos têm de pôr em contato com os principais vizinhos, com a capital do Império e com todo o mundo civilizado.⁴¹¹

⁴⁰⁶ CASTELO BRANCO, 1994; QUEIROZ, 2011.

⁴⁰⁷ *A pátria*. Teresina, n. 54, ano 1, 22 abr. 1871, p. 4. As datas dos jornais são anteriores ao momento da instalação de iluminação pública nas ruas de Teresina, mas ajudam na compreensão de que a mesma ao chegar à capital atendeu apenas a algumas ruas do centro.

⁴⁰⁸ *A pátria*. Teresina, n. 54, ano 1, 22 abr. 1871, p. 3.

⁴⁰⁹ ILUMINAÇÃO. *A Pátria*. Teresina, n. 55, ano 2, 26 abr. 1871, p. 3.

⁴¹⁰ QUEIROZ, 2011, p. 21.

⁴¹¹ CHAVES, 2013, p. 79.

O serviço de coleta de lixo e de limpeza pública em carroças começou a funcionar em Teresina no ano de 1889. Essa era uma necessidade premente da cidade-capital, tendo em vista que o lixo acumulado pelas ruas e pelas partes desabitadas eram vetores de doença e preocupavam os dirigentes públicos. O primeiro contratante foi o capitão Joaquim Ferreira Castelo Branco. “As carroças da limpeza, puxadas a boi, percorriam as ruas recebendo o lixo, de porta em porta, todos os dias, de 5,30 às 12 horas. Era do contrato que não apanhariam galhos e troncos de árvores”.⁴¹² Apesar da coleta de lixo, a população teresinense sofria com a sujeira acumulada pelas ruas. A imprensa noticiava a representação da cidade-capital como “uma miserável aldeia abandonada”,⁴¹³ com “ruas e praças cobertas de alto e espesso mato, todas cheias de buracos enormes, de verdadeiros grotões, onde a gente sente medo de afogar-se em uma noite escura e chuvosa”.⁴¹⁴

Nas décadas subsequentes à sua fundação, Teresina ganhou algumas casas comerciais que se instalavam nas ruas centrais da capital, como na Rua Paissandu “local de casas comerciais de produtos finos usados pela elite teresinense. E também próximas à praça Uruguaiana (Praça Rio Branco), esta era a zona comercial de Teresina. O comércio teresinense durante a segunda metade do século XIX, não era especializado na apresentação dos produtos aos clientes, pois os estabelecimentos comerciais eram: “verdadeiros bazares e algumas quitandas vendiam tecidos grosseiros”.⁴¹⁵ O jornal *A Pátria* noticiava em 1870, os reclames da Loja Econômica, que vendia uma variedade de produtos finos:

Vende-se: Seda cor de castanha, para senhora – covado.....3\$000; Chamalote preto, fazenda superior e de bom gosto3\$500; Cortes de chali, finíssimos e inteiramente modernos.....23\$000; Lanzinhas – com flores de seda, último gosto de Paris – côvado.....1\$000; Anáguas finas, ricamente bordadas – uma.....25\$000; Lindos lenços de seda, tanto para homens como para senhoras.....2\$000 reis a.....3\$500; Ricas tiras de bordado e entremeios, enfeites de vidrilho, e outros muitos objetos de bom gosto.⁴¹⁶

Ressalta-se que os jornais que circulavam na cidade divulgavam anúncios variados dos produtos vendidos nas lojas, como tinta de cabelo – para os interessados em manter a aparência jovem. Em 1871, *O Amigo do Povo* anunciava: “Para os velhos que desejam ficar moços. Cosmeocome, tintura para cabelos; a melhor que até o presente se tem descoberto!

⁴¹² CHAVES, 2013, p. 46.

⁴¹³ LIMPEZA da cidade. *A Pátria*. Teresina, n. 57, ano 2, 6 maio 1871, p. 3.

⁴¹⁴ A NOSSA capital. *A Pátria*. Teresina, n. 53, ano 2, 15 abr. 1871, p. 3.

⁴¹⁵ CHAVES, 2013, p. 42.

⁴¹⁶ *A Pátria*. Teresina, n. ano 1, n. 40, 14 jan. 1871, p. 4.

Vende-se na Loja Econômica”.⁴¹⁷ Gêneros alimentícios, roupas e calçados também eram anunciados: “Fazendas finas: Acaba de chegar um lindo sortimento de fazendas finas, enfeites para vestidos, chapéus e calçados para senhoras, homens e meninos; que se vende barato, porém a dinheiro à vista. Na loja Econômica de Miguel Borges”.⁴¹⁸

Nos anos 1880, os estabelecimentos comerciais de Teresina eram: o “Mundo Elegante”, a “Loja Francesa”, a “Loja Brasileira”, o “Bom Marché”, o “Bazar do Luizinho”, o “Bazar 24 de Janeiro”, a “Loja do Macário”, a “Loja da Viúva Santana”, a “Livraria Econômica”, a “Drogaria Imperial”. Esta foi, segundo Chaves, a farmácia mais antiga da capital, a primeira a vender somente remédios. Localizava-se na Rua Grande, nº 29, esquina com a Rua da Imperatriz, seu proprietário era o farmacêutico Eugênio Marques de Holanda.⁴¹⁹ No ano de 1886, foi criada a “Botica do Povo”, por José Pereira Lopes⁴²⁰, na Praça Uruguaiana (Atual Praça Rio Branco). Essa farmácia “[...] firmou-se, logo, no conceito público e passou a fabricar drogas que gozavam de muita reputação nos meios populares. Esta farmácia chegou ao centenário da cidade no mesmo local em que foi fundada”.⁴²¹ A cidade até o final do século XIX não contava com agência bancária e tinha na Fábrica de Fiação e Tecidos Piauiense, inaugurada em 1893, se não o único empreendimento industrial, o de maior vulto.⁴²²

4.2.2 A formação social teresinense

A historiadora Teresinha Queiroz⁴²³ afirma que por várias décadas Teresina apresentou, na segunda metade do século XIX, um crescimento demográfico menor que a média do Piauí e de outras cidades piauienses, a exemplo das cidades situadas nas áreas produtoras de maniçoba, babaçu e carnaúba e as que concentravam a exportação desses produtos:⁴²⁴

⁴¹⁷ PARA os velhos que desejam ficar moços *O Amigo do Povo*. Teresina, n. 72, ano 4, 31 dez. 1871, p. 8.

⁴¹⁸ FAZENDAS finas. *O Amigo do Povo*. Teresina, n. 71, ano 4, 16 dez. 1871, p. 8.

⁴¹⁹ Os estabelecimentos da capital ofereciam brindes aos clientes. A título de exemplo está a Loja Econômica anunciava que ofertaria gratuitamente um vestido de popelina roso ao cliente que fizesse compras acima de cem mil réis. CHAVES, 2013, p. 43.

⁴²⁰ Sócio efetivo e ex-secretário geral do Instituto Farmacêutico do Rio de Janeiro.

⁴²¹ CHAVES, 2013, p. 43.

⁴²² CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Teresina no tempo dos lampiões de querosene (final do século XIX). *Cadernos de Teresina*. Teresina: ano 8, n. 18, dez. 1994, p. 29.

⁴²³ QUEIROZ, 2011, p. 20.

⁴²⁴ Para mais informações sobre extrativismo e borracha de maniçoba: QUEIROZ, Teresinha. *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006; QUEIROZ,

Entretanto, uma análise dessa natureza não revela o universo das mudanças qualitativas nem o sentido de novo de que a cidade vai se revestindo, as novas funções que ela passa a preencher, muito menos o quanto e o como Teresina por ser capital do Estado, portanto sede político-administrativa vem a beneficiar-se da produção da vizinhança de municípios mais dinâmicos na economia do Estado.

[...] Teresina por ser a capital e pela localização se beneficia das mudanças conjunturais do Estado e também por ser a capital é privilegiada como cenário para mudanças e exibições.⁴²⁵

Do ponto de vista do crescimento populacional, Teresinha Queiroz reitera que o momento de maior crescimento de Teresina foi a segunda metade do século XIX, nos primeiros anos após sua fundação. Tomando como referência a Província como um todo, o quadro demográfico do século XIX, foi o mesmo do povoamento antigo, definido pela pecuária. A tendência de crescimento só foi retomada na segunda metade do século XX.⁴²⁶

TABELA 4: Crescimento demográfico de Teresina (1851-1900)

Anos	Número de habitantes
1851	49
1854	8.000
1872	21.692
1900	45.316

Fonte: NUNES, Odilon. A mudança da capital: Teresina e seu desenvolvimento no Império. In: *Pesquisas para a História do Piauí*. v. 4. 3. ed. Teresina: FUNDAPI/FCMC, 2007; QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011; Recenseamento Geral do Império de 1872. Disponível em: <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/Recenseamento do Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf)>. Acesso em: 15 de maio de 2016.⁴²⁷

Com o surgimento de Teresina, uma cidade planejada, foram tecidas novas relações sociais, estas, sem planejamento, surgidas espontaneamente, no cotidiano cidadão. Porquanto ainda não estavam consolidadas a economia, a sociedade e a cultura da nova cidade-capital, o

Teresinha. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí*: 1900-1920. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

⁴²⁵ QUEIROZ, 2011, p. 20.

⁴²⁶ QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República*: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011. p. 18.

⁴²⁷ A população do Piauí em 1872 era de 202.222 habitantes e em 1890 era de 267.609 habitantes. QUEIROZ, 2011, p. 20.

que só se formaria, com o passar do tempo, em que seriam configurados os elementos que poderiam dar as características de uma possível identidade teresinense.

Para o processo de formação da sociedade teresinense, 5 grupos foram marcantes: 1) a população da Vila Velha do Poty, que teve papel fundamental na construção de casas em Teresina; 2) a burocracia política e administrativa provincial vinda de Oeiras. A burocracia provincial trouxe para Teresina uma teia de relações sociais já existentes na antiga capital e integrou-a ao convívio com a população local e os novos habitantes que chegavam; 3) os migrantes, vindos de outras partes do Piauí, vislumbrando novas oportunidades na capital nascente e uma melhoria de vida, e ainda os retirantes das secas, vindos também de outras províncias, como o Ceará; 4) a população escrava, que tivera suma importância nas obras da cidade e na sua vida urbana, apesar da exclusão social. 5) pessoas do leste maranhense.⁴²⁸

As primeiras pessoas que vieram morar na nova capital foi uma parcela dos antigos moradores da Vila Velha do Poty – hoje o bairro Poti Velho. Tais pessoas desenvolviam atividades várias: “pequenos comerciantes, pequenos agricultores e fazendeiros da vizinhança, além das pessoas vindas de Oeiras, sobretudo funcionários públicos, militares e representantes da Igreja”.⁴²⁹ Para construção dos edifícios da nova cidade, vieram os negros escravos das fazendas nacionais. Além disso, a cidade-capital que estava brotando na Chapada do Corisco foi um polo de atração para vários grupos familiares de distintos pontos do Piauí:

[...] vieram os Marques, de Oeiras, para aliar-se a um Silva Monteiro, português, em um ramo que atuaria na edificação da cidade e na navegação do rio Parnaíba. Do Campo Maior veio um Gonçalves Dias, em aliança com uma Bonna, principiar uma vida nova que, por declínio da posse das terras e fazendas de gado, vinha colocar-se a serviço do governo provincial; do vale do Berengas viria uma viúva envolvida num tumultuado segundo casamento, contrariando a vontade senhorial dos Arêa Leão, para aliar-se a um jovem Monteiro; da União, chegava um rapaz pobre, fruto da aliança de Amado e Figueiredo, sentar praça no Corpo de Polícia para prover o sustento da mãe e avó, e criar a sua própria família, com uma Gonçalves Dias.⁴³⁰

A sociedade teresinense se constituiu das interações entre pessoas de grupos sociais distintos e com origens variadas. Com isto, através do crescimento vegetativo da cidade, as gerações vindouras absorveram heranças sociais, políticas, culturais e econômicas das anteriores. Assim começava a se configurar a identidade teresinense. Além disso, as festividades religiosas e populares, que foram durante muito tempo as formas de lazer e

⁴²⁸ SANTIAGO JÚNIOR. A formação da sociedade teresinense. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002b. p. 22.

⁴²⁹ NUNES; ABREU, 1995, p. 96.

⁴³⁰ MONTEIRO, 2015, p. 57.

sociabilidades do viver em Teresina, tiveram grande relevância na construção das relações sociais da nova cidade-capital.

As discussões políticas foram de suma importância nesse processo de relações sociais que caracterizaram Teresina, bem como os envolvimento com a imprensa, já existentes em Oeiras, onde circularam jornais, como *O Piauiense*⁴³¹, *O Telégrafo*⁴³², *O Liberal Piauiense*⁴³³, *O Echo Liberal*. Após a transferência da capital para Teresina começou a circular na nova capital, em 19 de fevereiro de 1853, o periódico *A Ordem*, que tinha como redator José Martins Pereira de Alencastre, “homem de confiança” de José Antônio Saraiva.⁴³⁴ Este era um periódico conservador vinculado ao governo provincial e tinha como foco as notícias de cunho político e social e também artigos doutrinários. Além do mais, “os jornais de Teresina, por ser esta a capital do Piauí, refletiam disputas em nível provincial e nacional”.⁴³⁵ Em dissertação de mestrado que estuda a cultura política nos jornais piauienses de 1868 a 1875, Vinícius Leão Araújo sinaliza que “Na segunda metade do século XIX, no Piauí, a escrita dos jornalistas destacava-se como um lugar recorrente de prática política, pois através dela se veiculavam ideais, anseios e eram “publicizados” os debates políticos”.⁴³⁶

Quanto aos partidos atuantes no Império, José Murilo de Carvalho mostra que “os conservadores defendiam o fortalecimento do poder central e controle centralizado da magistratura e da polícia, o fortalecimento do poder moderador”.⁴³⁷ Já os liberais queriam “a eleição direta nas cidades maiores (mas não o voto universal)”.⁴³⁸ E desejavam também: Senado temporário, abolição da Guarda Nacional, liberdade de educação, consciência e

⁴³¹ Conforme aventa Pereira da Costa (1974, p. 388) este foi o primeiro jornal do Piauí, começou a circular em 1832. De acordo com Ana Regina Rêgo (2001, p. 50), esse periódico tinha ligação com a edição do primeiro jornal de Sergipe, o Recopilador Sergipano.

⁴³² Este periódico patrocinado pelo então presidente da Província, Manoel de Sousa Martins, foi lançado em Oeiras no dia 21 de novembro de 1839. Sua impressão era feita na Tipografia Provincial, com circulação às segundas e quintas-feiras, circulou até 1841. COSTA, Francisco Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. v. 2. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

⁴³³ Esse periódico surgiu após a queda do visconde da Parnaíba. Seu redator era Lívio Lopes Castello Branco. Foi redator também de *Aucapura* e *O Argos Piauiense*, ambos em Oeiras. Com a transferência da capital, Lívio Lopes mudou-se para Teresina e trabalhou nos jornais *Patuléia* e *O Conciliador Piauiense*. RÊGO, 2001, p. 51.

⁴³⁴ O jornal era impresso na Tipografia Constitucional, de José da Silva Leite, o impressor era Antônio da Costa Neves. RÊGO, 2001, p. 52.

⁴³⁵ SANTIAGO JÚNIOR. O surgimento da imprensa de Teresina. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002c. p. 25.

⁴³⁶ ARAÚJO, 2013, p. 13.

⁴³⁷ CARVALHO, 2003, p. 206.

⁴³⁸ CARVALHO, 2003, p. 207.

comércio e a abolição gradual da escravatura. E os Republicanos, surgidos na década de 1870, defendiam, por exemplo, o fim da Monarquia, o federalismo, o voto universal.

De acordo com Ana Regina Rêgo, *O Conciliador Piauiense*, ligado aos liberais, teve a participação de Lívio Lopes como redator, juntamente com Deolindo Mendes da Silva Moura. Este, alguns anos depois, deixou *O Conciliador Piauiense* para atuar em *O Propagador*. Abandonou a atividade jornalística por alguns anos. E retornou em 1862, com seu próprio jornal *Liga e Progresso*. Neste periódico David Moreira Caldas trabalhou ao lado de Deolindo Mendes da Silva Moura que, no cargo de deputado pelo Partido Liberal, lançou *A Imprensa*, agente informativo do Partido Liberal, periódico que teve atuação até o nascedouro da República.⁴³⁹

A 3 de maio de 1867, foi lançado em Teresina o periódico *O Piauí*, era conservador, o redator responsável era Antônio Coelho Rodrigues. Segundo Clodoaldo Freitas, através do periódico, seu redator trazia à tona disputas pessoais:

Não era a bandeira de um partido que o Dr. Coelho Rodrigues erguia: era a bandeira de uma luta pessoal, era a campanha de aniquilamento contra o inclíto Marquês de Paranaguá, campanha que ainda hoje faz o grande ex-senador republicano e jurisconsulto premiado perder noites de sono, pois o maior tormento seu era ver, no país, um piauiense ocupando, com tamanha distinção, os mais altos cargos públicos. Na sua feroz *paraguanofóba*, o ilustre redator do *Piauí* jurava, apontando para o retrato do seu eterno duende, que ainda iria á Corte, *traspassar-lhe a cabeça com uma bala!* Felizmente, o Dr. Coelho Rodrigues foi à Corte e o Marquês de Paranaguá ainda não recebeu os tiros prometidos.⁴⁴⁰

No ano de 1868, o professor e jornalista David Moreira Caldas⁴⁴¹, após romper com Partido Liberal, criou *O Amigo do Povo*⁴⁴² um periódico político, que não visava a lucros. Posteriormente, em fevereiro de 1873, recebeu o nome *Oitenta e Nove* e circulou até 1875.

⁴³⁹ RÊGO, 2001, p. 52.

⁴⁴⁰ FREITAS, Clodoaldo. *Vultos piauienses: apontamentos biográficos*. 2. ed. Teresina: FCMC, 1998. p. 35.

⁴⁴¹ Iniciou sua carreira em *O Arrebol*, no ano de 1859, posteriormente trabalhou com Deolindo Moura. Foi redator de periódicos como: *O Propagador*, até o seu último número, veiculado a 29 de dezembro de 1860, posteriormente, *Liga e Progresso* e por fim, de *A Imprensa*.

⁴⁴² Este jornal publicar-se-á duas vezes por mês: distribui-se gratuitamente às pessoas que souberem ler e quiserem recebê-lo na tipografia onde é impresso. Aceita-se assinaturas (que fica a arbítrio quanto à importância, não excedendo de 2\$000 réis por trimestre). *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 1, n. 1, 28 jul. 1868.

David Caldas lançou também outros jornais entre 1860 e início da década de 1870, a exemplo de *O Bom Menino* e *O Ferro em Braza*.⁴⁴³

Em 8 de abril de 1878, entrava em cena um novo jornal do Partido Conservador *A Época*, em substituição ao jornal *A Moderação*. O periódico combateu os liberais e suas ideias abolicionistas. Seus redatores eram Teodoro Alves Pacheco, Raimundo Arêa Leão, Antônio Coelho Rodrigues e Simplício Coelho de Resende. O jornal *O Telefone*, consolidou-se como liberal e circulou entre 1883 e 1889 e tinha como colaboradores Hermínio Castello Branco, Luísa Amélia de Queirós e Licurgo Paiva.

O jornal *A Reforma* começou a circular em 1887, pertencia a Marianno Gil Castello Branco, era de cunho abolicionista e liberal e tendência republicana. Entre seus redatores estavam Clodoaldo Freitas e Antônio Rubim. Outro jornal foi *O Reator*, maçom e anticlerical, iniciou sua circulação em 5 de setembro de 1884, sob a responsabilidade do redator-chefe Clodoaldo Freitas. Dentre os colaboradores estavam: Higino Cunha, Miguel Rosa, João Pinheiro, Domingos Monteiro e Abdias Neves. No ano de 1889, Simplício Coelho de Resende lançava *A Phalange*, periódico vinculado aos interesses do Partido Conservador.⁴⁴⁴ Surgiu também *O Papyro*, um exemplo dos jornais literários que circularam em Teresina, no século XIX, continha “desde textos sobre literatura a publicações de poemas de poetas locais ou conhecidos internacionalmente como Victor Hugo.”⁴⁴⁵

Os jornalistas, durante o século XIX, exerceram atividades variadas, tendo em vista que sobreviver apenas da atividade jornalística poderia trazer muitas dificuldades financeiras. Vinícius Araújo mostra que isso também se verificou em Teresina: [...] Alguns chegaram a ser deputados provinciais, como Deolindo Moura e David Caldas, também foram empregados de órgãos do governo, por tempo provisório. Muitos eram bacharéis em Direito formados em Recife, caso dos fundadores do jornal *A Imprensa*, José Manuel de Freitas e Deolindo Mendes da Silva Moura e também o fundador do jornal *O Piauí*, Antônio Coelho Rodrigues, Antônio Gentil de Sousa Mendes e Agislau Pereira da Silva, fundadores do jornal *A Pátria*, também eram bacharéis em Direito.⁴⁴⁶ De acordo com Paulo Gutemberg de Carvalho Souza, “Era comum, por exemplo, um leitor ilustrado ocupar-se das atividades de professor, de jornalista,

⁴⁴³ O jornal *Ferro em Braza*, segundo Ana Regina Rêgo (2001, p. 53) teve “[...] o intuito único de exprobar o fato denunciado na Câmara Federal pelo Deputado Cesário Alvim de que o Ministro da Fazenda, Barão de Cotegipe, fazia parte da firma comercial Gustavo Massei & Cia., reputada contrabandista”. Sobre a atuação de David Caldas nos jornais *O Amigo do Povo*, *Oitenta e Nove* e *Ferro em Braza*. ARAÚJO, Vinícius Leão. *David Caldas: história e memória de suas lutas republicanas*. 2010. Monografia – Licenciatura Plena em História. Teresina: UFPI, 2010.

⁴⁴⁴ RÊGO, 2001, p. 53-54.

⁴⁴⁵ SANTIAGO JÚNIOR, 2002c, p. 25.

⁴⁴⁶ ARAÚJO, 2010, p. 32.

de funcionário público e de literato (geralmente utilizado para redigir discursos, artigos, conferências e relatórios governamentais)”.⁴⁴⁷

Através da imprensa, os envolvidos com a prática jornalística podiam expressar suas inquietações com a política, bem como os valores dos quais eles eram partidários. Portanto, através desse meio de comunicação os jornalistas travavam debates com os seus adversários. A maior parte dos jornais que circulou em Teresina, estava vinculada aos partidos políticos do Império. A imprensa era um meio de veicular as opiniões políticas tanto dos jornalistas quanto dos partidos a que eles estavam vinculados. O periódico *O Amigo do Povo* não enunciava essa ligação a partidos políticos, não obstante David Caldas:

[...] fosse deputado provincial pelo Partido Liberal e um dos redatores principais de A Imprensa, órgão do Partido Liberal na Província do Piauí. David Moreira Caldas quando escrevia no jornal *O Amigo do Povo*, apresentava seus anseios políticos, deixando de lado qualquer aliança com o Partido Liberal, posição que se fortaleceu com a eclosão do movimento republicano no início da década de 1870.⁴⁴⁸

Assim, as interrelações tecidas por convivências distintas que se cruzaram no cotidiano da Teresina da segunda metade do século XIX, possibilitaram encontros múltiplos e com isso, os traços singulares da nova capital piauiense.

4.3 Entre a Norma e a Transgressão: as tentativas de disciplinar o viver na cidade

Na cidade a força do imaginário se faz presente e se relaciona com o real e é através desse poder das imaginações que os homens tecem olhares e narrativas múltiplas sobre o espaço citadino, a partir de seus “lugares” sociais e de seus interesses. Estes trazem em si “estratégias e táticas”⁴⁴⁹ variadas. Assim, vem à tona a Teresina Oitocentista, através dos modos diversos como ela era praticada pelos munícipes que nela habitavam e circulavam por suas ruas de chão batido. Na cidade:

[...] as imagens plenas e as representações racionais se esgarçam e deixam entrever território, que podem ser espaços, meios geográficos, mas podem também levantar o véu racional que encobre as fugidias subjetividades.

⁴⁴⁷ SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e Identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUFPI, 2010. p. 60.

⁴⁴⁸ ARAÚJO, 2013, p. 43.

⁴⁴⁹ CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. v. 1. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

Podem ser espaços onde as múltiplas redes de sociabilidade se repetem, diferenciam-se, modificam-se em filamentos imponderáveis.⁴⁵⁰

Teresina na segunda metade do século XIX não foi somente um pequeno e rústico labirinto de casas, mas também e, principalmente, um espaço complexo e diversificado em que foram construídas relações variadas. Desse modo, a urbe é uma “projeção de heranças históricas” e resulta:

[...] dos esforços econômicos, administrativos, arquitetônicos e de hábitos e aspirações quotidianas. Elas fundam-se numa mistura de funções e nunca nos aproximamos mais de seus segredos do que quando nos ocupamos das condições que geram suas diversidades. As suas realidades, as formas de ocupação, as origens dos seus habitantes e suas ligações com as mudanças e expansão do espaço.⁴⁵¹

Ao tratar das tentativas de ordenar o viver em Teresina na segunda metade do século XIX, surgem questionamentos: Qual o significado da implantação de Códigos de Postura para a cidade? Como as imposições disciplinares eram recebidas pelos cidadãos? A tentativa de implantar a disciplina urbanística em Teresina se apresentou desde o seu nascedouro, através do seu projeto urbanístico geométrico. Nos momentos seguintes à criação da cidade – em 185, viriam os Códigos de Postura.⁴⁵² É perceptível, pois, que a cidade foi imaginada estrategicamente por seus dirigentes, para um exercício da disciplina de transeuntes no espaço urbano. E ainda as táticas dos seus habitantes para vivenciá-la e burlar as normas estabelecidas pelos dirigentes através de medidas disciplinares, como os Códigos de Postura. As medidas para disciplinar o viver na cidade vão desde as tentativas de controlar as vestimentas adequadas para o tráfego pelas ruas do perímetro urbano, a proibição de comercializarem-se alimentos pelas ruas, até as festas, como os batuques.

A análise dos Códigos de Postura e dos jornais do período, *A Imprensa* e *O Semanário*, baliza a compreensão dos fluxos de vários sujeitos pela cidade de Teresina na segunda metade do século XIX, em que se vê a clara preocupação da administração pública municipal em garantir boa conduta no espaço urbano. Tendo em vista que havia a preocupação em manter os bons comportamentos na urbe e também o desejo de controlar os seus habitantes, que forjaram táticas várias para descumprir as imposições do poder público.

⁴⁵⁰ BRESCIANI, 1991, p. 13.

⁴⁵¹ GANDARA, 2010, p. 23.

⁴⁵² APEPI. Código das Leis Piauienses. Resolução n° 391 publicada em 18 de setembro de 1854. A partir de 1834, estabeleceu-se a criação de Assembleia Legislativa em cada província. Este órgão tinha a responsabilidade de aprovar a criação de Posturas. Tais órgãos foram instalados em 1835.

O viver em Teresina na segunda metade do século XIX foi alvo do olhar disciplinador do poder público, o qual buscou estratégias disciplinadoras para reprimir as condutas desviantes no espaço citadino. Mas também de táticas dos habitantes da cidade-capital a essas tentativas do poder público de disciplinar seus direitos individuais, as quais se revelam nos jornais.

Sobre os Códigos de Postura, Ademir Gebara⁴⁵³ aventa que o uso dos mesmos como mecanismo de controle social indica inúmeras transformações relevantes durante o século XIX. As posturas trazem muitas questões concernentes à administração municipal e são fontes excelentes para o estudo da história local, na medida em que revelam aspectos vários do dia a dia, com os costumes e problemas vividos pela comunidade.⁴⁵⁴ As Posturas mostram a estratégia dos representantes do poder público para tentar disciplinar o viver na cidade. Entretanto, a forma como a população recebia tais normas se evidenciam em documentos como os jornais do período, os quais mostram os limites entre a cidade dos desejos e a cidade real, praticada pelos seus moradores. Haja vista que há uma dualidade entre as estratégias normatizadoras e as condições materiais de Teresina, pobre e com condições precárias de organização e funcionamento.

Com isso, é notório que a cidade real se distancia bastante da imaginada e desejada pelos representantes públicos para ser civilizada e disciplinada. Tendo em vista que os limites entre os desejos de governantes e suas imposições, através da tentativa de disciplinar o andar, o vestir, o morrer, as atividades comerciais no espaço urbano teresinense vêm à tona na documentação analisada. A pesquisa demonstrou, pois, um espaço urbano com sérias limitações financeiras, de saneamento básico, habitações, iluminação e traços marcantes de ruralidade, características que perduraram até o século XX.

Os modos de olhar e atuar sobre a cidade vêm carregados de estratégias e táticas as quais trazem possibilidades de decodificação do viver na cidade. Nesse sentido, percebem-se tentativas dos representantes do poder público de disciplinar os corpos e os sentidos, portanto o mau cheiro, os gritos pelas ruas da cidade, as práticas de sociabilidades, consideradas incivilizadas e indisciplinadas foram alvos de medidas disciplinares por parte dos representantes do poder público. Com relação às disciplinas, Michel Foucault sinaliza que elas:

[...] têm seu discurso. Elas são criadoras de aparelhos de saber e de múltiplos domínios de conhecimento. As disciplinas são portadoras de um discurso

⁴⁵³ GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 168.

⁴⁵⁴ GEBARA, 1986, p. 101.

que não pode ser o do direito; o discurso da disciplina é alheio ao da lei e da regra enquanto efeito da vontade soberana. As disciplinas veicularão um discurso que será o da regra, não o da regra jurídica derivada da soberania, mas o da regra “natural”, quer dizer, da norma ; definirão um código que não será o da lei, mas o da normalização[...] ⁴⁵⁵

A cidade que se revela nos Códigos de Postura evidencia a busca dos dirigentes públicos por romper com os comportamentos, atitudes e expressões ligadas ao mundo tradicional. Assim, as práticas ligadas a esse contexto deveriam ser disciplinadas e ajustadas à nova ordem de habitar em uma cidade. Sobre isso, Ângela D’Incao enfatiza que “muitas pessoas tiveram que mudar não só o local da residência, mas também as formas de diversão de raízes populares e grupais”.⁴⁵⁶ A normatização do espaço urbano preocupou a administração pública municipal. Deste modo, uma das estratégias tomadas foram os Códigos de Postura, com intuito de conter as práticas destoantes no espaço citadino a exemplo de crimes, vadiagem, embriaguez e ainda os “maus costumes” da população. Aliás, logo após a transferência da capital, Antônio Saraiva mostrou claras preocupações com a normatização de Teresina e isso pode ser percebido na promulgação de um código de medidas disciplinadoras que reprimiam práticas delituosas e “ajuntamentos negros” pelas ruas da cidade fora do horário permitido para esse tráfego.

Os Códigos de Postura podem ser compreendidos, portanto, como tentativas do poder público de regular, normatizar e controlar o viver na urbe teresinense. As posturas municipais do século XIX, nesse sentido, são retratos da cidade de Teresina naquele momento. Eles trazem à tona o afinco dos administradores municipais, para soerguê-la a um plano mais civilizado, em consonância com os parâmetros de ordem e higiene dos espaços da cidade. Contudo, a realidade encontrada na urbe teresinense estava distante do previsto nas posturas, era marcada pela indisciplina: ruas sujas, mendigos, prostituição, roubos, alimentos vendidos sem os preceitos básicos de higiene.

Era necessária uma transformação de costumes e hábitos da população, que deveria desvincular-se de hábitos ligados à vida rural – que muitas pessoas tentavam manter na capital, e aderir a costumes consoantes com a vida urbana. No afã de enquadrar, de construir uma nova ordem no espaço urbano teresinense, o poder público desejava colocar a nova capital em harmonia com os moldes do mundo moderno e civilizado. Isso é notório ao analisarem-se aspectos marcantes da cidade no século XIX, o plano urbanístico em formato

⁴⁵⁵ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2009. p. 189.

⁴⁵⁶ D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 226.

de tabuleiro de xadrez, o qual tornava mais visível a circulação das pessoas pelo espaço citadino, e em si próprio continha mecanismo de controle;⁴⁵⁷ a instalação do relógio público e várias iniciativas: medidas policiais, posturas, saneamento e higiene, apoio institucional – Colégio dos Educandos, Santa Casa de Misericórdia e Asilo dos Alienados.⁴⁵⁸ A finalidade dessas ações era afastar as “classes perigosas” do convívio citadino. Por conseguinte, a análise de tais códigos, possibilita a compreensão da dinamicidade da vida cotidiana em Teresina no século XIX, em seus múltiplos aspectos, desde o aforamento dos terrenos, os tipos de casas, até as vestimentas para o tráfego pelas ruas. E ainda a relação que se tinha entre o público e o privado.

As posturas de 1867 foram sancionadas a 11 de abril daquele ano, momento em que o presidente, Antônio de Luna Freire, pautado nas atribuições do artigo 2º da Resolução de 25 de outubro de 1831, aprovou provisoriamente as posturas da Câmara Municipal de Teresina. Em 1870, foi posto em vigor, com o aval do presidente da Província, um novo Código de Posturas para Teresina, juntamente com as cidades de Parnaíba e Valença. Através da resolução n. 727, de 6 de setembro daquele ano. Alguns dos pontos tratados nessas posturas são: na distribuição de terras dentro da décima urbana, estabeleceu-se o imposto de 200 réis, por braça, de frente, anuais (dentro do perímetro urbano) e de 100 réis (fora da décima urbana); uso de águas e da higiene públicas, era proibido lavar roupa, pessoas e animais, na décima urbana, durante o dia. Já em junho e novembro era proibido lavar roupa nos poços públicos da Praça da Constituição e largo da Misericórdia. Isso mostra que, possivelmente fosse uma prática comum o hábito de lavar roupas nos espaços supramencionados, que eram públicos. Aqui, percebe-se a maneira que as pessoas tinham de se relacionarem com a cidade, a indistinção entre o público e o privado. Era também proibido manter pólvora nas casas localizadas na décima urbana, o infrator estava sujeito à prisão e perda do material, uma parte do mesmo ficaria com a Câmara.

Os sepultamentos no cemitério público também passaram a ser normatizados.⁴⁵⁹ Para ter o direito de enterrar seus entes queridos, os teresinenses tinham que desembolsar 13\$000 (treze mil réis), a quantia era a mesma tanto para crianças como para adultos. A manutenção

⁴⁵⁷ Foucault ressalta que na sociedade moderna as tecnologias de disciplinarização dos corpos simbolizam a vontade de padronização comportamental com vistas a uma racionalização do espaço. As estratégias pensadas para a organização do espaço urbano eram lançadas por sujeitos localizados em um lugar de poder e saber, a exemplo de profissionais como médicos, engenheiros e arquitetos, os quais disseminam um conjunto de ações e também de discursos, a fim de normatizar a cidade de acordo com os padrões de civilidade exigidos pela sociedade burguesa. ARAÚJO, 2001, p. 236.

⁴⁵⁸ ARAÚJO, 2001, p. 236.

⁴⁵⁹ Naquele momento ainda não havia carro funerário. Era comum o defunto ser conduzido para o cemitério por amigos a pé. Atrás do caixão iam os familiares e conhecidos e admiradores.

anual variava entre 2\$000 e 10\$000 réis, em caso de catacumba temporária, que posteriormente seria vendida à outra pessoa. Em caso de sepulturas e catacumbas permanentes, os custos eram de 30\$000 (trinta mil réis) e 300\$000 (trezentos mil réis). Na verdade, esses valores estavam muito além das condições financeiras da maioria da população. Este, certamente é o motivo, por que a maioria dos túmulos do cemitério durante o século XIX eram ocupados pelos membros das famílias abastadas.⁴⁶⁰ Essa proibição emergiu também nas Posturas de 1880 e inclusive era passível de punição aos infratores: multa, prisão e exumação dos cadáveres. O artigo 7º determinava “Ficam expressamente proibidos, n’esta cidade e terras do patrimônio municipal, os enterramentos fora do cemitério público ou lugar para esse fim designado pela câmara”.⁴⁶¹ Para os contraventores as penas seriam aplicadas conforme a sua transgressão:

§1º Os que determinarem os enterramentos, a multa de 30:000 e prisão por 8 dias, assim como a exumação a sua custa dos restos do cadáver em tempo próprio para serem depositados em cemitério.

§2º Os que executarem os enterramentos, e os que tomarem parte ativa n’eles, as mesmas penas, exceto quanto à exumação do cadáver.⁴⁶²

Os artigos iniciais do Código de Postura de 1870 tratavam da concessão dos terrenos por aforamento na décima urbana. Esses deveriam ser cedidos dentro da quadra da décima urbana a 100 réis por cada braça de frente, anualmente; fora da quadra a 50 réis. Os terrenos concedidos na décima urbana tinham o prazo de dois anos para serem construídos. Após este período, o proprietário teria de pagar os foros duplamente por mais um ano. Caso a construção não tivesse sido terminada, ao fim deste prazo, seria colocada em praça, pela Câmara Municipal, para arrematação.

Quanto às construções erguidas no perímetro urbano, considerava-se obra concluída, após a finalização completa de seu exterior, com calçada de seis palmos de frente, e dos lados, no caso dos terrenos de esquina. A finalidade da arrematação seria liquidar as despesas e o valor restante seria entregue ao dono do terreno. Em seguida, o terreno seria cedido, novamente para requerimento. Os terrenos cedidos e não construídos deveriam ser limpos, mensalmente, do dia 27 ao último dia do mês, pelos respectivos proprietários. Caso contrário,

⁴⁶⁰ ANDRADE, Andreia Rodrigues de. A estruturação urbana de Teresina e seus primeiros prédios públicos. *XII Encontro Nacional de História Oral: política, ética e conhecimento*. v. 1. n. 1. Teresina: UFPI, 2014. p. 5.

⁴⁶¹ Resolução 1.024, publicada em 21 de junho de 1880. Aprova as posturas confeccionadas pela Câmara Municipal de Teresina em 26 de abril de 1880. *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 650, 7 ago. 1880, p. 1.

⁴⁶² *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 650, 7 ago. 1880, p. 1.

eles seriam penalizados com uma multa de 2\$000 (dois mil réis), imposta no dia 1º do mês seguinte e cobrada instantaneamente por via executiva. Se esta determinação não fosse cumprida, por quatro vezes, resultaria na perda do terreno.

Relativamente à limpeza das ruas, de acordo com o artigo 21, elas deveriam ser limpas todos os sábados, até às 8h da manhã. A limpeza ficava a cargo dos próprios habitantes e dos donos dos terrenos não construídos. Em caso de descumprimento, a multa seria de 500 réis, por vez, sendo que na quarta, o proprietário perderia o terreno, caso este não fosse edificado. Além disso, segundo o artigo 24, o lixo deveria ser jogado em um local apropriado e designado pelos fiscais, publicados em editais pela imprensa e apregoados em todas as partes da cidade. Quem descumprisse, pagaria multa de 1\$000, ou dois dias de prisão, caso o infrator fosse escravo, seria preso se seu proprietário não pagasse a multa. Entretanto, a população, descumpria essa norma, pois os jornais denunciavam a sujeira das ruas e a falta de higiene: “se sairmos a percorrer as ruas desta capital ficamos envergonhados, causam-nos nojo as grandes imundícies que ali se encontram”.⁴⁶³

As casas deveriam ser caiadas exteriormente por seus proprietários, anualmente, no mês de junho. O descumprimento implicava multa de 3\$000, em caso de reincidência, o valor era o dobro. Além disso, a Câmara estava encarregada de plantar árvores frutíferas, nas terras de seu patrimônio.⁴⁶⁴ Os proprietários de escravos estavam proibidos de torturar seus cativos. Outro fator que incomodava os governantes e as elites eram as casas de palha – proibidas de ser construídas no centro.⁴⁶⁵ Davam um aspecto de feiura à capital, além de ser incômodas para os governantes e para a elite teresinense.

A despeito disso, o crescimento urbano nem sempre esteve nos moldes de civilidade da elite e dos governantes, de modo que as casas simples erguidas nos arredores de Teresina eram o oposto do que se estabelecia nos Códigos de Postura e nos padrões de embelezamento e higiene. Tais residências eram:

⁴⁶³ JOAQUIM, João. Os costumes. *O Democrata*. Teresina, n. 173, 22 ago. 1894, p. 3.

⁴⁶⁴ As árvores plantadas deveriam ser principalmente, mangueira, tamarindeiro, jaqueira, pequi e bacuri, e deveriam ser plantadas, sobretudo do cemitério ao extremo do campo de Marte; em todas as praças e quadros dos limites da décima urbana; em todos os portos e passagens públicas e nas proximidades das casas de passagens; e ainda no matadouro público, em derredor do curral, e pelo menos 4 arruamentos de 12 árvores cada um na frente do matadouro.

⁴⁶⁵ No ano de 1868, surgiu um projeto do deputado David Caldas para que o governo substituísse gradualmente as casas de palha por outros telheiros e lhes desse o valor referente à quinta parte da casa nova, cerca de 500\$000 (quinhentos mil réis). No entanto, o projeto foi considerado inexecutável pelos outros membros da Assembleia Legislativa.

[...] sem alinhamento, construídas de taipa e cobertas de palha, localizadas em ruas tortuosas, tornando confusa a disposição do espaço ambiente, o que trazia à população, riscos de doenças causadas pela falta de higiene, de ar puro, de luz, bem como pelo amontoamento e promiscuidade, a que eram submetidas aquelas pessoas.⁴⁶⁶

As construções supracitadas desafiavam a disciplina urbana que se desejava construir na nova capital piauiense, uma cidade planejada por discursos de especialistas que prezavam por critérios de estética, racionalidade dos espaços, higiene e moral, discursos vigentes naquele período. Tais casas contrastavam com o centro comercial da cidade, a parte que recebia mais atenção do poder público, porque lá estavam as ruas do comércio teresinense, a exemplo da Paissandu, a Rua Bela e Imperatriz. Esta era um “local de casas comerciais de produtos finos usados pela elite teresinense seguindo a moda de Paris, tais como sedas, veludo, perfumarias, ceroulas de linho, escarradeiras para residências e queijo flamengo”.⁴⁶⁷ Esses produtos estavam bem distantes das possibilidades de consumo da maioria da população.

As ideias dos governantes eram por em prática o que prescreviam os Códigos de Postura, mesmo que para a implantação de tais normas fossem necessárias punições como multas ou até mesmo prisões dos munícipes que as descumprissem. Não obstante, através da análise dessa documentação, observa-se que havia penalidades que talvez não tenham sido exequíveis, em razão da discrepância entre a multa que seria cobrada pelo eventual descumprimento da norma ou a prisão irrisória de quem não tivesse como pagar as multas por seu comportamento indisciplinado.

Para explicitar a discordância entre multa/prisão, convém enfatizar que ela se verifica no artigo 84 do Código de Posturas de 1867 que regulamenta as vestimentas a ser usadas pelas ruas da cidade. Percebe-se a tentativa do poder público de punir os costumes não aprováveis para os habitantes da nova capital, quanto aos seus trajes. O referido artigo proibia o uso de ceroulas às pessoas que circulassem pelas ruas da cidade. A roupa que deveriam usar era calças e camisa por dentro. Os escravos também não deveriam usar “farrapos” pelas ruas da capital. Já a multa para quem descumprisse era de 1\$000 por cada vez que fossem pegos em flagrante, pagos imediatamente, ou 1 dia de prisão. Caso o infrator fosse um menor, a partir de oito anos de idade, seus pais ou responsáveis estavam sujeitos à penalidade.

⁴⁶⁶ ARAÚJO, 2001, p. 239.

⁴⁶⁷ ARAÚJO, 2001, p. 239.

As vestes femininas foram também alvos das tentativas de disciplinar os comportamentos dentro do espaço urbano. O periódico *A Imprensa* veiculava que as roupas do belo sexo demonstravam as “tendências de mulheres”:

O vestido, as mais das vestes, denuncia as tendências das mulheres, escreve um periódico: - As que usam o apertado; são avarentas, largo fanfarronas; muito curto, apaixonadas pelos bailes, comprido e asseadíssimo, elegância e riqueza; curto e despregado ou roto, desmazeladas; despregado, preguiçosas; com nódoas, porcas e imundas; sempre novo, temíveis; sempre velho, renunciaram ao mundo, ao amor; de cores claras muito alegres; escuras, liberadas e judiciadas; afogado, modestas; muito decotado, pouco pudor (não servem para ninguém muito comprido, varrendo o chão, quando chove, destas mulheres libera nos, *Domine*.⁴⁶⁸ (Grifo do autor)

As estratégias da administração municipal de controlar, dar ordem, embelezar e tornar civilizada a urbe teresinense era na verdade, restrições ao viver urbano das camadas populares que nela habitavam, como muitos migrantes vindos de outras províncias, fugindo das constantes secas. Segundo Mafalda Araújo, nos anos 1877/1880 “Dezenas dessas pessoas se deslocavam, no seu cotidiano, pelas ruas do Barroão, Estrada Nova, trazendo para a vida cotidiana, cenas de um espetáculo lamentável. Fixava-se nas ruas debaixo de árvores, nas praças, à beira do rio Parnaíba e nos subúrbios”.⁴⁶⁹ Aliás, havia nas ruas da cidade um grande contingente de mendigos e desempregados e, conseqüentemente, um crescimento da criminalidade. O crescimento populacional não foi acompanhado das oportunidades de emprego.⁴⁷⁰ Na verdade, houve em Teresina, um inchaço populacional e, com isso, o controle mais acentuado do viver na cidade. Uma medida tomada pelo poder público era a criação de obras de rampas, nos cemitérios, calçamentos de ruas para ocupar esse contingente populacional. Isso, segundo Araújo, eram:

[...] as implicações do fenômeno da seca nordestina, a crise financeira, a desigualdade entre o crescimento das atividades produtivas no Piauí e o aumento do número de migrantes que afluíam para a Província caracterizaram fatores responsáveis pelas condições miseráveis, como também pela alta incidência de criminalidade em Teresina.⁴⁷¹

⁴⁶⁸ MACHADO, Manuel da Cunha. As mulheres e os vestidos. *A imprensa*. Teresina, ano 18, n. 695, 3 ago. 1881, p. 4.

⁴⁶⁹ ARAÚJO, 1995, p. 16. Odilon Nunes apontou que durante aquele período, a cidade recebeu uma parcela muito grande de migrantes nordestinos e foi o lugar principal de convergência de flagelados, dentre os quais estavam também migrantes piauienses, buscando condições melhores para sobreviver; NUNES, Odilon. *Depoimentos Históricos*. Teresina: COMEPI, 1981. p. 30.

⁴⁷⁰ ARAÚJO, 1995, p. 21.

⁴⁷¹ ARAÚJO, 2010, p. 76

Assim, as relações e as práticas cotidianas tecidas no espaço citadino teresinense tiveram que lidar com a visão fiscalizadora do poder público tentando controlá-las e discipliná-las, através de variadas estratégias. Para a compreensão dessa categoria conceitual, recorreu-se a Michel de Certeau, tendo em vista que, para ele:

As estratégias são ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem.⁴⁷²

Os olhares normatizadores dos representantes do poder público são perceptíveis nos Códigos de Postura da cidade durante aquele período. Através de estratégias várias para disciplinar o viver na cidade. Todavia, muitas das medidas disciplinadoras prescritas em tais códigos foram burladas pelas táticas do povo de se “enquadrar” a seu modo, ao viver na cidade, ou seja, vivenciar a cidade a sua maneira e a partir de suas experiências de vida, a exemplo das festas. Pois o conceito de tática, para Michel de Certeau:

Não tem lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria; a tática é um movimento “dentro do campo de visão do inimigo” [...] Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar, aumentar a propriedade e prever saídas. Em suma, a tática é a arte do fraco [...] As táticas apontam para uma hábil utilização do tempo, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder. Ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida, nem por isso é menos certo que apostas feitas no lugar ou no tempo distinguem as maneiras de agir.⁴⁷³

Nesse sentido, o tipo de vida que os governantes tentavam implantar através de estratégias de controle e disciplina, possivelmente, era o oposto do que a maioria daquelas pessoas vivenciava no seu dia a dia. Porquanto, seu tempo de trabalhar e vivenciar o cotidiano da cidade, ainda era marcado por uma temporalidade tradicional, por um modo de se guiar através da natureza. As medidas tomadas pelos governantes podem ser compreendidas, portanto, como tentativas de disciplinar os comportamentos e os costumes dos habitantes de Teresina, e sorguê-los a um viver urbano e civilizado, torná-los “corpos dóceis e

⁴⁷² CERTEAU, 1994, p. 102.

⁴⁷³ CERTEAU, 1994, p. 100-102

disciplinados”, que pudessem ser submetidos, utilizados, transformados e aperfeiçoados.⁴⁷⁴

Porquanto, cabe ressaltar também, no tocante às disciplinas que elas são:

[...] métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade [...]. Muitos processos disciplinares existiam há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil e, inversamente. Forma-se então uma política de coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos.⁴⁷⁵

Tentou-se implantar a disciplina na distribuição dos indivíduos no espaço teresinense. Tendo em vista que os aparelhos disciplinares instaurados em Teresina atuaram de forma a “trabalhar o espaço de maneira muito mais flexível e fina”. De modo que, a disciplina ordena um espaço analítico, o qual é “é sempre fundo e celular” “[...] segundo o princípio da localização imediata ou do *quadriculamento*. Cada indivíduo no seu lugar; e em cada lugar um indivíduo”.⁴⁷⁶

No intuito de controlar o tráfego noturno pelas ruas de Teresina, impuseram o horário de fechamento para os estabelecimentos comerciais nas ruas do centro de Teresina, a exemplo de lojas, bares e quitandas. Isso se mostra como uma estratégia para conter os comportamentos “impróprios” no espaço citadino, algo que se verifica também em relação à população escrava que pertencia aos proprietários de estabelecimentos comerciais, para que os mesmos não deixassem seus escravos trafegarem pelas ruas da cidade altas horas da noite. Por isso, de acordo com Mairton Celestino da Silva:

O toque de recolher funcionava nos limites da cidade onde ‘bataques cantoriais e danças de pretos’ imperavam, contudo ‘fora dos lugares, que pelas autoridades policiais forem marcados’ a vida poderia continuar. O inimigo a ser reprimido tinha nome e endereço na cidade. Mesmo sendo a rua o espaço do ‘incivilizado’, onde a vadiagem e a ‘bárbarie’ se

⁴⁷⁴ Assim, havia forte tendência a disciplinarizar os corpos e as mentes, uma influência que, segundo Michel Foucault, já tinha se consolidado desde o século XVIII. FOUCAULT, 2011, p. 132.

⁴⁷⁵ FOUCAULT, 2011, p. 133.

⁴⁷⁶ FOUCAULT, 2010, p.138. (Grifo do autor).

misturavam, havia, portanto espaços para a elite local, configurando, desta forma, uma nítida separação social do cotidiano da cidade.⁴⁷⁷

Nos lugares menos “vigiados” na cidade, a população pobre livre e também escrava, residente em Teresina encontrou táticas para subverter a norma imposta pelos administradores públicos e realizar suas festividades no perímetro urbano da capital. Um desses lugares estava no centro era a Rua Grande, situada no encontro da Rua da Glória, Boa Vista e Imperador. A Rua Grande ficou conhecida como Rua dos Negros, devido ao grande fluxo de população escrava e também liberta para sociabilidades noturnas. Segundo Mairton Celestino da Silva, diante da repressão policial existiam espaços para estratégias e acordos na própria tessitura dos eventos. Desse modo:

Era na ‘rua dos Negros’, na subida que dava ao Campo de Santana, Freguesia das Dores, que os negros da cidade praticavam suas folgas ao som do tambor. Mesmo correndo o risco da repressão policial e da punição dos seus senhores, a prática dos batuques/sambas se revelou como sendo uma das múltiplas expectativas forjadas pelos negros, livres e escravos, de Teresina na busca pela sua autonomia, seja para folgar, divertir-se ou recriar outras relações sociais.⁴⁷⁸

Essas diversões eram tidas pelas elites e pelo poder público como, incivilizadas, e de certo modo, eram práticas opostas ao que prescreviam as medidas normatizadoras para a urbe teresinense. Tais festividades eram consideradas insultos à civilidade e à moralidade pública. Isto se confirma na notícia divulgada pelo periódico *O Semanário*, que apresentava aquele lugar como um espaço de “devassidão”. Era, possivelmente, um local em que afluíam conversas regadas a álcool e danças sensuais, vistas pela sociedade como lascivas e obscenas:

[...] na Rua Grande, entre a Boa Vista e a do Imperador, existe um calogio ou coito de quantos escravos vadios há nesta cidade e que muito incomoda aos vizinhos, pelas imoralidades, desaforos e insultos que saem daquele centro de devassidão, que muito depõe contra os créditos de uma cidade que aspira aos foros de civilizada.⁴⁷⁹

⁴⁷⁷ SILVA, Mairton Celestino da. Burlar as normas, zombar da ordem: polícia, escravos e subversão urbana na Província do Piauí, 1870-1888. *Fênix*. Uberlândia, ano 5, v. 5, n. 3, p. 12, 2008.

⁴⁷⁸ SILVA, 2008, p. 12.

⁴⁷⁹ *O Semanário*. Teresina, n. 39, 28 out. 1877, p. 03.

Quanto às formas de sociabilidades da população pobre e dos escravos na capital,⁴⁸⁰ cabe mencionar que elas foram vistas pelos representantes do poder público como casos de polícia e eram inclusive proibidas, cabíveis de punição por perturbarem a ordem da “pequena cidade, mas já civilizada capital”.⁴⁸¹ Os moradores das adjacências onde se realizavam as sociabilidades de escravos, inclusive solicitavam a presença policial para coibir “o barulho dos tambores dos negros”:

Alguns dos moradores da Rua Augusta e suas imediações pedem-nos que chamemos a atenção da polícia para o folguedo dos negros, denominado tambor, que todos os domingos se faz naquela rua. Achamos-lhe razão porque semelhante brincadeira se torna insuportável pelo barulho que provoca. É justo que cada um procure distrair-se; mas de forma que a distração de uns não se torne prejudicial a outras. Podem os negros divertir-se, mas que o façam em lugares próprios. Satisfazendo o pedido dessas pessoas, contamos que o Sr. Dr. Chefe de polícia tomará o caso em condenação.⁴⁸²

A presença da polícia é demonstrativa dessa preocupação em manter a ordem e a disciplina no espaço urbano teresinense, a partir da vigilância preventiva dos espaços públicos, entretanto, a presença policial pelas ruas da cidade representou, muitas vezes, ações truculentas e abuso de poder.

Os comportamentos da maioria da população pobre e negra eram vistos pelos governantes como incivilizados e incoerentes com o viver cidadão, incomodavam as elites e colocavam em xeque a disciplina que se pretendia implantar na cidade-capital piauiense: progresso e civilidade, embora eles estivessem distantes da Teresina daquele momento. Desse modo, certos ajustes disciplinares faziam-se necessários tanto para a urbe quanto para seus habitantes aos novos moldes sociais, voltados para a valorização do trabalho e do capital, de modo que:

[...] O grau e a forma de inserção de cada cidade aos novos modelos de vida urbana estavam diretamente vinculados a seu plano de integração com o

⁴⁸⁰ A população pobre da cidade, as prostitutas, os mendigos, os escravos e também os migrantes eram vistos como uma ameaça à ordem urbana, eles compunham as chamadas “classes perigosas”. CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemia na corte imperial*. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996; E quanto à cidade de Teresina, ver: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2010; SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na Rua dos Negros: Cultura e Polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. 2008. Dissertação – Mestrado em História Social. Salvador: UFBA, 2008.

⁴⁸¹ *O Semanário*. Teresina, n. 39, 28 out. 1877, p. 03.

⁴⁸² SILVA, 2008, p. 16.

mundo de relações capitalistas, à capacidade de fazer investimentos vultosos na adequação da infra-estrutura, e no consumo de bens e serviços, que estavam vinculados diretamente a novos padrões de sociabilidade presentes nas áreas centrais do capitalismo. Essas imposições fizeram com que o progresso chegasse a muitos lugares como conquistador, ditando normas, costumes, solapando e ordenando formas de viver e pensar tradicionais. Seduzindo de forma mágica os mais deslumbrados com as suas possibilidades e colocando os recalcitrantes na posição de anacrônicos.⁴⁸³

As pessoas foram cobradas pelo modelo desejado pelos representantes do poder público municipal e pelas elites, e isso ocorreu através das tentativas de disciplinar seus trajés, comportamentos e suas festividades. E em vários outros âmbitos, como comprar carnes e demais gêneros alimentícios em um Mercado Público e não em bancas espalhadas pela cidade, que sujavam e traziam problemas de higiene e riscos de contaminação para o espaço público. A despeito disso, no final do século XIX, sujeira e falta de higiene eram constantes pelas ruas da cidade e nos estabelecimentos comerciais, como os açougues que eram “verdadeiros depósitos de porcária, a carne verde é cortada brutalmente a machado em bancos de madeira que nunca se lavam”.⁴⁸⁴

É importante ressaltar ainda que durante o século XIX, a legitimação do discurso médico fez com que ele se fizesse presente nos mais diversos âmbitos da vida urbana, desde os hábitos alimentares, indumentárias, costumes e buscaram disciplinar as pessoas para o uso dos lugares públicos.⁴⁸⁵ Por conseguinte, “Procurava-se, dessa forma, mudar hábitos e valores tradicionais, transformando a cidade a partir de conhecimentos e práticas médicas”⁴⁸⁶. Esse um mecanismo de controlar, por exemplo, doenças no espaço urbano, como a sífilis “as causas de sua disseminação tinham causas várias: estação invernososa de Teresina, a qual espalhava dejetos animais e vegetais pelas ruas, a falta de prevenção nas relações sexuais da população pobre e escrava e falta de higiene na cidade”.⁴⁸⁷

No século XIX, a cidade de Teresina, criada para ser a nova cidade-capital do Piauí e soerguê-lo a um futuro promissor, dava os seus primeiros passos em rumo a esse projeto. A sua estruturação urbana ocorria a “passos trôpegos”, com algumas melhorias urbanas. Estava, pois, a urbe mergulhada no mundo rural, porquanto, não havia muita distinção entre urbano e

⁴⁸³ CASTELO BRANCO, 2002, p. 299.

⁴⁸⁴ JOAQUIM, João. Os costumes. *O Democrata*. Teresina, n. 173, 22 ago. 1894, p. 3. (Grifo nosso).

⁴⁸⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. Entre homens de ciência. In: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 207.

⁴⁸⁶ ARAÚJO, 2010, p. 140.

⁴⁸⁷ SILVA, 2012, p. 5.

rural, eles se confundiam na dinâmica da cidade. Mas desde os anos iniciais da nova cidade-capital, as medidas disciplinadoras se fizeram presentes nela.

5 LAZER E EDUCAÇÃO NA TERESINA DO SÉCULO XIX

Este capítulo pauta-se na análise do lazer e da educação na Teresina do século XIX. Entende-se que a compreensão da cidade no referido momento, perpassa também pela diversão de seus habitantes, tendo em vista que as sociabilidades tiveram papel de destaque no cenário teresinense durante o período em estudo. Em seguida, examina-se a educação, constituída pelas seguintes modalidades: ensino primário, escolas particulares, escolas noturnas, ensino secundário, Estabelecimento dos Educandos e Artífices e Escola Normal. Na tessitura desta parte foram utilizadas as seguintes fontes: jornais *A Imprensa* e *O Amigo do Povo*, Códigos de Leis, Relatórios de presidentes de província e obras de cunho historiográfico.

5.1 Entre Rezas, Danças e Canções: lazer e sociabilidades na Teresina Oitocentista

Mas a cidade, na sua compreensão, é também sociabilidade, ela comporta atores, relações sociais, personagens, grupos, classes, práticas e interação e de oposição, ritos e festas, comportamentos e hábitos.

(Sandra Jatahy Pesavento)

Durante a segunda metade do século XIX, momento em que Teresina estava se constituindo como cidade-sede do Piauí, as sociabilidades foram marcantes na vida sociocultural dos teresinenses, apesar de ainda ser poucas as opções de lazer na cidade. Dentre as festividades daquele momento estavam as festas do culto católico, o carnaval, festejos juninos, o sereno, bailes, almoços e jantares, sambas, batuques, forrós e beleques. De acordo com Monsenhor Chaves, na década de 1860, os teresinenses já celebravam regularmente suas festividades, as quais ele divide em 3 grupos: as festas celebradas na nova capital piauiense: “religiosas, cívico-patrióticas e populares propriamente ditas.”⁴⁸⁸

A religiosidade permeia a vida dos sujeitos, assim na Teresina da segunda metade do século XIX, as celebrações religiosas tinham papel central na vida dos habitantes da nova cidade-capital. Elas abrangiam as festividades “do culto público, celebradas na Matriz, e algumas novenas rezadas, às vezes em casas particulares, para cumprimento de promessas”.⁴⁸⁹ As festas do culto católico preferidas pela população teresinense, segundo Monsenhor

⁴⁸⁸ CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. Festas no passado. *Teresina: subsídios para a História do Piauí*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994. p. 27.

⁴⁸⁹ CHAVES, 1994, p. 27.

Chaves, eram: a Semana Santa, a festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora do Amparo e a de Nossa Senhora da Imaculada Conceição. Aliás, cabe enfatizar que a religião católica, conforme destaca Mafalda Araújo:

[...] Era o centro da vida citadina, pois além de reguladora do pensamento e da ação dos habitantes, contribuía para a sociabilidade.

Pelo imaginário religioso, manifestavam-se as festividades pertencentes ao catolicismo oficial, denominadas pelos articulistas de “solenes”, “brilhantes”, “pomposas” e “grandiosas”. Possivelmente, as grandes festas traduziam o poderio religioso da Igreja, seu prestígio social, bem como as contradições e desigualdades sociais no tocante à extrema pobreza na qual vivia um significativo número de migrantes e trabalhadores temporários.⁴⁹⁰

A celebração da Semana Santa era organizada pela Irmandade do Santíssimo Sacramento. Os seus preparativos começavam, segundo Monsenhor Chaves, muitos dias antes do Domingo de Ramos, pois os irmãos de opa, que angariavam donativos e combinavam as funções “[...] com o ar cipreste vigário Mamede Antônio de Lima, e nos dias da comemoração da Morte e Ressurreição do Senhor tudo se fazia dentro das possibilidades de uma cidade que ainda não era sede do bispado”.⁴⁹¹

A festa de Nossa Senhora do Amparo era aberta para o povo, sua duração era das 7 h às 9 h. Este anúncio denominado “Festa do mês de Maria”, divulgado através do jornal *A Imprensa* mostra a participação de uma senhora da sociedade teresinense nos festejos da padroeira, o que evidencia a doação de recursos para os festejos por parte dos fiéis “A que houve na Igreja de N. S. do Amparo, às expensas da Exm.^a Sr.^a D. Regina, digna consorte do nosso prezado amigo Dr. Jesuíno Freitas, terminou no dia 1^o do corrente, havendo n’esse dia missa cantada e procissão”.⁴⁹²

Ao se reportar às festas de Nossa Senhora do Amparo, Abdias Neves, em *Um Manicaca* apontou “[...] Jamais se vira uma animação maior nas festas do Amparo. A concorrência crescia todas as noites. Não sabia por que tamanho entusiasmo”.⁴⁹³ As festividades do Amparo e a demais festas religiosas uniam o sagrado – missas, novenas e procissões e o profano – onde se vendiam bolos e bebidas. E a presença da banda de música da polícia também era um componente importante para animar os festejos. Durante as comemorações, os participantes aproveitavam para ir a bares e botequins, próximos aos

⁴⁹⁰ ARAÚJO, 2001, p. 245.

⁴⁹¹ CHAVES, 1994, p. 27.

⁴⁹² FESTA do mês de Maria. *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 687, 4 jun. 1881, p. 4.

⁴⁹³ NEVES, 2012, p. 3.

templos, onde eram vendidos: café, chocolate, bebidas alcoólicas e onde era possível conversar sobre assuntos variados.

A leste e a sul a igreja de São Benedito e a das Dores erguiam as torres escuras e silenciosas, como velhas ameias abandonadas de fortalezas em ruína. Ao poente, a matriz zumbia fortemente iluminada como para uma festa pagã de vinhos e mulheres.

Aqui e ali estavam as lojas abertas e caixeiros derreados nos balcões, sem fazer nada, à espera do toque libertador das nove horas. Poderiam, então, ir tomar parte, também, nas festas. Não nas do culto, que terminavam a essa hora, com a retirada da banda da Polícia, mas nas festas profanas dos botequins, onde a graça das prostitutas em moda cintilava até o amanhecer, na desenvoltura e nos entusiasmos de uma embriaguez sem fim.⁴⁹⁴

Já a festa de Nossa Senhora da Conceição⁴⁹⁵ – comemorada em 8 de dezembro, segundo Chaves, era a festa do exército:

O Batalhão de linha solenizava o novenário de sua padroeira. Havia mordomos. O ponto culminante da festa era a procissão, que se fazia no dia oito de dezembro, ao cair da tarde. As forças militares em rígida formatura, ao som de salvas de artilharia e infantaria, prestavam continência à imagem na porta da igreja. Todo este aparato militar impressionava vivamente a multidão.⁴⁹⁶

Já as festas cívico-patrióticas, Monsenhor Chaves destaca, que três delas – o aniversário da Constituição do Império, a festa da Independência e o aniversário do Imperador “gozavam das preferências do público”⁴⁹⁷. O aniversário da Constituição do Império era comemorado no dia 25 de março. Nesta data:

Desde cedo se ouviam as salvas de artilharia no Quartel de Linha, acordando o povo para a festa. Nas primeiras horas da manhã tinha lugar o desfile militar pelas ruas ao som de fanfarras. Depois da parada o povo fazia cortejo em palácio diante da effigie de Sua Majestade o Imperador. À noite havia baile na presidência.⁴⁹⁸

A celebração da Independência do Brasil, comemorada dia 7 de setembro, era um grande espetáculo, no qual estavam presentes os diferentes grupos sociais existentes na cidade. Tal festividade contava com parada militar no turno da manhã, passeata cívica à noite,

⁴⁹⁴ NEVES, 2012, p. 4 e 5.

⁴⁹⁵ No ano de 1858, na festa de Nossa Senhora da Conceição, Teresina teve o seu primeiro leilão.

⁴⁹⁶ CHAVES, 1994, p. 27.

⁴⁹⁷ CHAVES, 1994, p. 28.

⁴⁹⁸ CHAVES, 1994, p. 28.

que percorria quase todas as ruas de Teresina “[...] nela se faziam representar todas as classes sociais. O povo, precedido da banda dos educandos, marchava em colunas, ao espocar de foguetes e vivas ao Brasil, a S.M. o Imperador e o Brasil”.⁴⁹⁹ A terceira celebração e, segundo Chaves, a mais importante para a população mais simples de Teresina, era o aniversário do Imperador do Brasil, D. Pedro II. Na festa realizada a de 2 de dezembro de 1858:

[...] A cidade acordou ao troar das salvas da artilharia. Desde cedo o povo convergiu para a Igreja do Amparo, onde seria entoado solene Te-Deum de Ação de Graças. À hora aprazada chegou o Presidente da Província, acompanhado de seu secretariado e demais autoridades. Fazia-se preceder de um piquete de cavalaria da polícia provincial, autêntica novidade naquele ano. Acabada a função religiosa, o povo formou a passeata até o palácio. Ali, autoridades e povo com grande vibração assistiram ao desfile das tropas. À noite houve representação no Teatro Sta. Teresa. Ponto alto na representação foi o aparecimento em cena da efígie imperial, saudada com o hino nacional. Do seu camarote, o presidente prorrompeu em vivas a S. M. o Imperador e ao povo piauiense, no que foi secundado por todos os presentes com grande entusiasmo.⁵⁰⁰

Na composição desse cenário teresinense durante o século XIX, emergiam as barracas dos festejos da Igreja de São Benedito, as festas da Rua Bela, dos Cajueiros, os saraus da Rua Palmeirinha – em que aos sábados, conforme mostra Jônatas Batista⁵⁰¹ ocorriam cinco ou mesmo oito saraus. As festas do mês mariano, realizadas na Igreja das Dores contavam com missas cantadas, procissão à tarde, por várias ruas de Teresina, leilões aos domingos.

Os bailes e banquetes tiveram grande destaque entre as sociabilidades da Teresina oitocentista. De acordo com Teresinha Queiroz, os bailes foram o lazer mais propagado na nova cidade-capital, foram imprescindíveis para as relações sociais na cidade, sobretudo entre os jovens. Eles ocorriam ainda que não houvesse grandes justificativas para a sua realização, pois a música, as danças, os contatos com outras pessoas eram prazerosos, assim “[...] Eram motivos para bailes os batizados, os aniversários, os casamentos, as formaturas, as datas religiosas, as datas cívicas, as visitas de políticos e de correligionários, as vitórias políticas e inúmeros outros.⁵⁰² No ano de 1881, o jornal *A Imprensa* divulgava um baile político ocorrido na casa do chefe do partido liberal em Teresina, um exemplo, a presença de pessoas da elite, políticos, bem como o uso da música – através da orquestra, para animar os participantes:

⁴⁹⁹ CHAVES, 1994, p. 28.

⁵⁰⁰ CHAVES, 1994, p. 28.

⁵⁰¹ BATISTA, Jônatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. p. 176.

⁵⁰² QUEIROZ, 2008, p. 80.

Pelo nosso estimável amigo capitão Fernando da Costa Freire foi oferecido em casa de sua residência no dia 7 d'este mês [novembro] ao seu prezado irmão, major Antônio de Holanda Costa Freire, um esplêndido jantar, que esteve bastante concorrido e foi bem servido.

N'esse dia completou o mesmo nosso amigo 61 anos de idade, circunstância esta que concorreu para que a reunião se tornasse muito animada.

Por esta ocasião levantaram-se vários brindes a diversos cavalheiros presentes e ausentes, havendo-se concluído tudo na maior harmonia e satisfação.⁵⁰³

As comidas e bebidas servidas nos bailes eram variadas e havia muitos brindes. Bolos, doces, compotas, biscoitos e frutas, chás, cafés, vinhos, licores e champanhes faziam parte do cardápio. Teresinha Queiroz aponta que as bebidas alcoólicas só seriam mais comuns no século XX, em que “referências à cerveja, por exemplo, são mais amiúdes”. Nos bailes havia a possibilidade de maior contato entre moças – que saíam um pouco do espaço doméstico, e rapazes. Assim, namoros poderiam emergir nessas sociabilidades, “Os bailes eram, pois lugar de liberação, mas ao mesmo tempo, sob a vigilância dos pais, lugar de controle, sobretudo das mulheres”.⁵⁰⁴

Outra diversão da população teresinense, conforme mostra Pedro Vilarinho Castelo Branco, eram as festas surpresas, que na verdade, consistiam em invasões à casa de algum aniversariante do dia, improvisadas e, muitas vezes, contrariavam o desejo do proprietário da residência. Na ocasião os “invasores” levavam bebidas, comidas e uma pequena orquestra para animar a festividade.⁵⁰⁵

Os passeios a cavalo também fizeram parte do lazer dos teresinenses durante o século XIX. Nas tardes de domingo e feriados cavaleiros percorriam as ruas “fazendo cavalos braiar, riscar, para gáudio de donzelas namoradeiras que se debruçavam às janelas, à passagem das animadas cavalgadas de rua”.⁵⁰⁶ Havia domadores de cavalos que sobreviviam da atividade e divulgavam suas funções na imprensa. Um desses foi:

O Sr. Silveira Carneiro do Nascimento, anunciava que, achando-se perfeitamente habilitado a ensinar cavalos e burros, oferecia os seus serviços ao público e garantia adestrar os animais em cursos intensivos que duravam apenas um mês; seus preços apregoava, não podiam ser mais razoáveis;

⁵⁰³ JANTAR. *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 663, 13 nov. 1880, p. 4.

⁵⁰⁴ QUEIROZ, 2008, p. 81.

⁵⁰⁵ CASTELO BRANCO, 1994, p. 27.

⁵⁰⁶ CHAVES, 2013, p. 56.

devia ser procurado na Rua Bela, em casa do Sr. capitão Félix Alves Pacheco.⁵⁰⁷

Surgiram em Teresina sociedades esportivas, como a Sport Club. Esta teve sua primeira apresentação pública na tarde de 29 de janeiro de 1889, no Alto da Moderação. Naquele dia “aconteceram três páreos de corridas, dois de bicicletas e um de corrida a pé. As bicicletas tinham acabado de chegar a Teresina e logo se tornaram objeto de lazer das camadas mais ricas”.⁵⁰⁸

Ao estudar o incremento de novas formas de lazer para a sociedade teresinense, Teresinha Queiroz⁵⁰⁹ aventa que as mesmas atingiram principalmente as elites, pois para a maioria dos teresinenses as diversões modernas eram meros relatos veiculados nos jornais. Nesse sentido, o lazer criou distinções sociais. A arte circense tornou-se mais frequente na cidade após 1880. Conforme aponta A. Tito Filho, “Em 1885, Teresina recebeu o Circo Americano. No ano seguinte – o Grande Circo Pavilhão, com trapezistas, palhaço e homem-voador”.⁵¹⁰ A música, o teatro e o carnaval foram ressignificados. Na segunda metade do século XIX, em Teresina, as atividades musicais ligavam-se a bandas policiais, militares e estudantis, os instrumentos eram, principalmente os de sopro. Conforme mostra Teresinha Queiroz, o gosto pela música era um elemento de refinamento cultural, uma distinção para as pessoas cultas:

Era vista como diretamente relacionada às sociabilidades emergentes impostas pela nova ordem do progresso e da civilização. Fazer e amar a música significava distinguir-se enquanto humano e civilizado. Associada essencialmente à delicadeza de sentimentos, a música foi relacionada fatalmente à mulher, também ela é vista como elemento civilizador e de atuação decisiva sobre os homens, sobretudo maridos e filhos.⁵¹¹

Ressalta-se ainda que intelectuais teresinenses, como Higinio Cunha realçavam a importância e a necessidade das atividades musicais para a cidade-capital, como um lazer ligado aos novos elementos que começavam a se apresentar no cenário teresinense.

⁵⁰⁷ CHAVES, 2013, p. 56.

⁵⁰⁸ CASTELO BRANCO, 1994, p. 28.

⁵⁰⁹ QUEIROZ, Teresinha. *As diversões civilizadas em Teresina (188-1930)*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

⁵¹⁰ TITO FILHO, Arimathéa. *Praça Aquidabã, sem número*. Rio de Janeiro: Artanova, [1985].p. 28.

⁵¹¹ QUEIROZ, 2008, p. 68.

5.1.1 Sociabilidades Populares

Nas cenas socioculturais que teceram a Teresina oitocentista, as festas populares também foram marcantes, dentre as quais estão o sereno, os batuques, os beleques, os festejos juninos e o carnaval.

As pessoas com menos poder aquisitivo também queriam participar de diversões como os bailes, jantares, recepções de políticos, teatro e cinema, ainda que fosse do lado de fora, assim elas praticavam o sereno, que conforme mostra Monsenhor Chaves era praticamente uma instituição na Teresina do século XIX.⁵¹² O que era, então, o sereno? Quem eram os seus participantes? Bernardo Sá Filho explicita em que consistia essa prática:

O “Sereno”, na realidade era a concentração de pessoas em frente ou nos arredores onde se realizavam os bailes. Eram pessoas, geralmente de baixo poder aquisitivo, que, uma vez impossibilitados de ter acesso àquelas festas, não continham sua curiosidade e ficavam a espiar os frequentadores dos bailes, quem estava com quem, como se vestiam, como dançavam etc. Costumavam dizer que, muitas vezes, o “Sereno” era mais animado do que o próprio baile [...]⁵¹³

Assim, havia o sereno dos bailes, dos casamentos, dos aniversários e do teatro. Ao estudar o lazer e as sociabilidades em Teresina entre 1880-1930, Teresinha Queiroz mostra, que “[...] via de regra as comemorações eram realizadas com as portas do local devidamente abertas para propiciar visão para os que participavam de fora. Diversão interior, com o seu recorte social, porém integrada pela participação interessada e visual dos de fora”.⁵¹⁴

O romance *Um Manicaca*, de Abdias Neves, embora seja do início do século XX, retrata bem o cotidiano de Teresina em fins do século XIX, bem como as sociabilidades da capital, que possivelmente faziam parte do cotidiano dos teresinenses no Oitocentos. Os namoricos, as festas de aniversário feitas em casa emergem no romance, como práticas de lazer. Nessas, os amigos chegavam à casa do aniversariante sem sequer avisar e a festa começava, com bebidas, conversas e mexericos sobre a vida de outrem, era nessas ocasiões que ocorria o sereno. Esta prática foi bastante comum na urbe teresinense, sobretudo entre as camadas populares, caracterizada como um costume de assistir às festas do lado fora e observar os convidados, uma forma de entretenimento.

⁵¹² CHAVES, 2013, p. 56.

⁵¹³ SÁ FILHO, Bernardo Pereira de. O carnaval em Teresina. In: EUGÊNIO, João Kennedy. *Histórias de vário feitio e circunstância*. Teresina: IDB, 2001. p. 84-85.

⁵¹⁴ QUEIROZ, 2008. p.73.

A sociabilidade popular de assistir do lado de fora os eventos da elite, revela o gosto da população pelos acontecimentos sociais. “[...] quanto maior o sereno, maior o sucesso da atividade em questão”.⁵¹⁵ Aliás, a comemoração das festas ocorria duplamente: interna – sociabilidade da elite e externa aos salões – diversão popular. Haja vista que na parte interior, havia menos intimidade e mais representação de novos modos de vestir, de sentar, de olhar. Já na parte externa, havia comercialização de bebidas e comidas como: água, doces, bolos, café e chá.⁵¹⁶ A imprensa noticiava em 1899, a opinião de um cronista acerca do sereno de um baile realizado na capital naquele momento, de acordo com ele, os adeptos do sereno causavam transtornos aos bailes por falarem palavrões e usarem roupas inadequadas para a ocasião:

Há entre nós um costume revoltante que já vai se transformando em fato digno de severa repreensão. Queremos nos referir ao chamado sereno dos bailes...

Palavrões indecentes que chegam às vezes aos ouvidos das senhoras[...] tudo ali se vê e ouve. Em um destes últimos bailes a que assistimos, um dos apreciadores do sereno lá compareceu de chambre, apesar do frio excessivo que fazia e da chuva que caía na ocasião. Outros estavam de roupa às avessas e assim mesmo tinham o desplante de chamar as senhoras do baile para pedirem cognac.⁵¹⁷

Os batuques, segundo Monsenhor Chaves, ocorriam geralmente aos sábados e eram realizados por escravos residentes em Teresina. Aliás, as sociabilidades da população escrava eram tidas como: “atividades mágico-religiosas dos negros velhos, libertos ou ainda escravos, dos especialistas em magia, dos mandigueiros”.⁵¹⁸ Já os beleques, eram as festividades de subúrbio, como sambas, danças de São Gonçalo e forrós, pagode, dobrados, com pandeiro, tambor, viola e sanfonas, bem como outras celebrações realizadas naqueles lugares.

Em junho, mês de Santo Antônio, São João e São Pedro, os festejos juninos faziam a alegria dos cidadãos. A cidade se transformava durante essas festividades, dentre as diversões estavam o brinquedo do boi, os balões, os busca-pés, adivinhações e experiências. As ruas eram enfeitadas, fogueiras eram acesas, as pessoas “[...] divertiam-se passando fogo e tornando-se padrinhos e afilhados ou mesmo parentes de fogueira”.⁵¹⁹ As comidas servidas eram “aluá, batatas, abóboras e milho assado na fogueira”.⁵²⁰ Conforme mostra Abdias Neves,

⁵¹⁵ QUEIROZ, 2008. p. 73.

⁵¹⁶ QUEIROZ, 2008, p. 73.

⁵¹⁷ CASTELO BRANCO, 1994, p. 28.

⁵¹⁸ CHAVES, 2013, p. 202.

⁵¹⁹ CASTELO BRANCO, 1994, p. 26.

⁵²⁰ ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. Festas Juninas. In: MENDES, Maria Cecília (org.). *145 anos: Teresina cidade futuro*. Teresina: FCMC, 1997. p. 85.

Véspera do dia. Linha extensa de patis e crepitantes fogueiras dividiam as ruas ao meio. Abriam-se todas as casas numa festiva e gárrula movimentação interna. Vez em quando, sombras imensas agitavam-se e clarões verdes, azuis, vermelhos, amarelos dos fogos-de-bengala irrompiam pelas janelas, diluindo-se fora. Busca-pés estrondeavam na rua. Espadas subiam traçando no céu enluzado tênues faixas de ouro cintilante.⁵²¹

Os participantes dos festejos de São João dançavam e cantavam o bumba-meu-boi ou “brincadeira do boi”, dança que se tornou uma marca da identidade piauiense:

O meu boi morreu,
Que será de mim?
- manda buscar outro,
Ó maninha,
Lá no Piauí⁵²².

O bumba-meu-boi era um momento importante da festa de São João, a dança tinha início com uma encenação e sempre culminava pelas ruas na morte do boi. Na segunda parte, o boi saía pela rua perseguindo as pessoas, que entoavam cantigas⁵²³, como a seguinte:

Levanta o pé,
Levanta o pé,
Não tenhas medo
do busca-pé!
De repente apareceu.⁵²⁴

Ao explicitar sua opinião sobre essa diversão, Abdias Neves aventa que:

Era um quadro pavoroso, uma evocação de diabos em fúria. Levado aos ombros de quatro negros passantes surgia dentro de nuvem de fogo. Bombas estrondeavam pelo chão. Busca-pés coleavam como serpentes, rabeando por entre os caboclos, ameaçando-os com a sua cauda inflamada. Os caboclos vestidos de escarlata, sacudindo os grandes penachos da cabeça e da cintura, movendo o arco improvisado, se agitavam, fugiam, defendiam-se aos saltos, dos busca-pés, das espadas e das bombas, pulando sempre e sempre, cantando sempre.⁵²⁵

⁵²¹ NEVES, 2012, p. 49.

⁵²² ARAÚJO, 1997, p. 85.

⁵²³ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Teresina no tempo dos lampiões de querosene: final do século XIX. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano 8, n. 18, p. 26-27, 1994.

⁵²⁴ NEVES, 2012, p. 52.

⁵²⁵ NEVES, 2012, p. 52.

O boi entrava pelas ruas e após as brincadeiras, seguia seu trajeto desfilando, seguia seu trajeto e o povo continuava cantando:

Brinca, brinca, boi de fama
 E o coro:
 Ou mandi ça rá!
 E a voz:
 Este boi é bicho bom!
 E o coro:
 Ou mandi ça rá.⁵²⁶

Nos momentos de lazer, as pessoas pobres de Teresina tinham a possibilidade de sair da árdua rotina de trabalho, pois durante a diversão, a vida cansativa ficava suspensa e os ânimos de sobrevivência eram reavidos.⁵²⁷ Assim, nas festas religiosas de São João, São Pedro, Santo Antônio, São Sebastião e de Nossa Senhora do Amparo eram as possibilidades de o “homem pobre, fatigado com a sua situação de miséria, libertar-se por alguns momentos do cansaço e de suas tensões cotidianas. Era o momento de cantar, rezar e dançar”.⁵²⁸ No tocante às homenagens a São Sebastião, elas ocorriam através de uma procissão com velas e a canção:

Soldado valente
 Guerreiro varão
 Livrai-nos da peste
 São Sebastião
 Mártir de Cristo
 Meu Santo varão
 Livrai-nos da seca
 São Sebastião.⁵²⁹

Para muitos dos trabalhadores sem emprego fixo e sem um vínculo empregatício direto com um patrão, conforme aventa Mafalda Araújo, havia a possibilidade de organizar o cotidiano e, particularmente seu lazer, desse modo, trabalho e diversão se interligavam:

Dado o tipo de trabalho flutuante que exerciam, a diversão estava associada ao seu ritmo diário de sobrevivência. Ficavam por exemplo, os carregadores d' água, de lenha, próximos ao rio Parnaíba e ao Mercado Público, nas principais ruas onde o movimento era maior. Mas às vezes o tempo sem

⁵²⁶ NEVES, 2012, p. 53.

⁵²⁷ ARAÚJO, 1997, p. 85.

⁵²⁸ ARAÚJO, 2010, p. 62-63.

⁵²⁹ OLIVEIRA, Noé Mendes. *Folclore no Piauí*. Teresina: SEDUC, 1988. p. 7 apud ARAÚJO, 2010, p. 61.

ocupação remunerada era abundante e as conversas entre eles tornavam-se momentos de lazer. Proseavam uns com os outros; comentavam sobre as carestias, e contavam anedotas e lendas. Era nestes momentos que trocavam entre si convites para beber pinga nas “quitandas” e “botecos”.⁵³⁰

Havia também muitos desempregados, os quais se juntavam aos trabalhadores sem emprego fixo nas praças da capital e ficavam à espera de uma ocupação, fumando cachimbo de barro ou de imburana, soltando baforadas. Submetiam-se a tarefas que lhes possibilitassem satisfazer apenas suas necessidades imediatas, como um prato de comida. As mulheres das camadas populares, muitas delas doceiras, costureiras e artesãs, que intercalavam o trabalho para fora com as suas obrigações domésticas, sabiam, assim, levar a labuta entremeada pela baforada de um cachimbo de barro, pelas conversas com as vizinhas ou pelo cantarolar.⁵³¹ Os banhos nos rios Poty e Parnaíba também faziam parte do lazer popular. Entretanto, muitas vezes, ocorriam afogamentos. Conforme mostra Mafalda Araújo, “O relatório do chefe de Polícia, Dr. Jesuíno José Freitas, do ano de 1879, indica morte por afogamento no rio Parnaíba, no porto denominado Quartel de Romão Francisco Viana e de Catarina”.⁵³²

Desta maneira, o lazer das classes populares ocorria no cotidiano, através de bate-papos, no espaço de tempo entre uma atividade e outra, em “brechas de ganho”. Eram múltiplas as formas de lazer que surgiam dos contatos entre os trabalhadores, como convite para beber um trago de pinga, tomar um banho no rio Parnaíba e, ainda encher vasilhas de barro, cabaças e ancoretas no rio Parnaíba. Esses eram momentos para conversar, contar histórias, adivinhações, compartilhar mezinhas e crendices.⁵³³

Outra festividade de destaque na nova capital do Piauí é o carnaval. Esta festa tão esperada e desejada pelos moradores de Teresina constituía uma possibilidade de liberação dos desejos, que durante o restante do ano, muitas vezes, eram reprimidos, além disso, no carnaval, havia uma maior tolerância por parte dos mecanismos públicos de controle da população.

Bernardo Sá Filho enfatiza que, no momento da fundação de Teresina, o carnaval brasileiro estava passando por sua primeira grande transformação, por que: “o entrudo ou carnaval lusitano começa a ser substituído pelo grande carnaval ou carnaval burguês, caracterizado basicamente pelo luxo e ostentação dos bailes e prestígios que ocorriam no

⁵³⁰ ARAÚJO, 2001, p. 243 e 244.

⁵³¹ ARAÚJO, 2001, p. 244.

⁵³² ARAÚJO, 2010, p. 65.

⁵³³ ARAÚJO, 2001, p. 244 e 245.

centro da “Cidade Maravilhosa”.⁵³⁴ Monsenhor Chaves destaca, que até 1859, o carnaval em Teresina “era muito modesto e consistia quase que exclusivamente no entrudo.”⁵³⁵ Entretanto, a folia de Momo de 1859 foi diferente:

[...] a coisa mudou de feição. Logo em janeiro apareceu na imprensa o seguinte anúncio: “Carnaval – José Gregório Perco, constando-lhe que haverá divertimento de carnaval este ano, à moda das grandes cidades do Império, oferece-se às pessoas que quiserem mandar fazer roupas para máscaras de qualquer gosto, ou épocas, as quais prontificará com bom gosto e com segredo, que é devido em tal regozijo”.⁵³⁶

Desde as suas primeiras décadas, Teresina comemora os dias gordos. Quanto à formação da identidade do carnaval teresinense, ela foi influenciada pelo carnaval carioca:

[...] o entrudo, o baile de máscaras, corso, blocos de sujo e sociedade e as escolas de samba. Tal observação, no entanto, nega, pelo menos neste aspecto, a assertiva da influência cultural que a capital do Piauí recebe de Recife, através da proximidade e do grande número de jovens, sobretudo das classes abastadas, que se deslocam até aquela capital para cursar a faculdade de Direito, durante as três primeiras décadas do século XX.⁵³⁷

Nas décadas seguintes à fundação de Teresina, a sua população incorporou a festa de Momo ao seu calendário festivo, sendo essa uma das sociabilidades marcantes para os teresinenses desde o século XIX:

Algumas pessoas já saíam mascaradas pelas ruas, a cavalo ou a pé, protagonizando o reinado de Momo, e exercitando a alegria que lhe é peculiar. Teresina, apesar de ter sido uma cidade planejada, ainda era uma cidade muito pequena, rústica e carente de infra-estrutura de entretenimento e espaços de sociabilidades. Não possuía clubes recreativos. Por esta razão, os grandes bailes eram realizados nas residências das famílias mais tradicionais, no Teatro Santa Teresa ou na Câmara dos Deputados. Ainda nessa época, começam a surgir as primeiras sociedades carnavalescas, ao estilo das agremiações cariocas, como por exemplo: o Clube dos Fenianos, fundado em 1894 e a Sociedade União em 1870.⁵³⁸

Quanto ao carnaval de rua, Sá Filho destaca que não eram somente as camadas populares que dele participavam, pois a elite teresinense também se fazia presente. Entretanto, sua maior participação se dava nos bailes, em que seus representantes apareciam ricamente

⁵³⁴ SÁ FILHO, 2001, p. 83.

⁵³⁵ CHAVES, 1994, p. 29.

⁵³⁶ CHAVES, 1994, p. 29.

⁵³⁷ SÁ FILHO, 2001, p. 83.

⁵³⁸ SÁ FILHO, 2001, p. 83.

fantasiados. Pedro Vilarinho Castelo Branco, ao tratar do carnaval sinaliza que bailes à fantasia ocorriam em clubes carnavalescos, a exemplo do Clube dos Fenianos. E ainda na Câmara dos Deputados.⁵³⁹ Teresinha Queiroz, mostra que os primeiros carnavais organizados em clubes ocorreram em 1892, com o patrocínio do Fênix Clube, que teve atuação nas folias de Momo posteriores.⁵⁴⁰

5.1.2 O teatro em Teresina: do Santa Teresa ao 4 de Setembro

O teatro foi um espaço da cultura, mas também de diversão na Teresina Oitocentista. Durante o século XIX, a nova cidade-capital piauiense teve, ainda que, com condições precárias de funcionamento, espaços próprios para os espetáculos, o Santa Teresa foi o primeiro ensaio de um teatro na nova cidade-capital piauiense. Posteriormente viria o Concórdia e em fins dos Oitocentos o 4 de Setembro. Houve também grupos amadores de teatro, dentre os quais o 7 de Setembro, o “Teatro 23 de Janeiro”, O Clube Dramático Familiar, o Clube Dramático Teresinense e o Clube Dramático União 4 de Setembro.⁵⁴¹ Assim, a urbe teve várias apresentações teatrais inclusive com artistas de renome internacional, como a atriz portuguesa Helena Balsemão.

Seis anos após a criação de Teresina, foi fundado o Santa Teresa. João José de Oliveira Junqueira comprou por procuração, uma casa situada na Praça da Constituição, pertencente ao mestre de obras João Isidoro da França para as apresentações teatrais na capital, o valor foi 2:500\$000 reis.⁵⁴² Na verdade, o objetivo era torná-la um teatro público “[...] o qual, ainda que mal, por falta de preparos indispensáveis, servia para algumas representações teatrais de uma companhia particular”.⁵⁴³ João José Oliveira Junqueira ressaltou a importância da aquisição “[...] o teatro é o primeiro e mais útil divertimento dos povos civilizados”.⁵⁴⁴ Mas quem tinha acesso a essa diversão? O teatro contava com a presença maior da camada mais abastada de Teresina, pois para frequentá-lo era necessário ter poder aquisitivo para comprar ingressos e vestimentas apropriadas. Segundo Monsenhor

⁵³⁹ CASTELO BRANCO, 1994, p. 27.

⁵⁴⁰ QUEIROZ, 2008, p. 82.

⁵⁴¹ CHAVES, 2013, p. 50.

⁵⁴² FREITAS, 1988, p. 148.

⁵⁴³ Relatório Presidencial de 1858.

⁵⁴⁴ PIAUÍ, 1858.

Chaves, as sessões de festas cívico-patrióticas ocorriam no teatro.⁵⁴⁵ Ele sinaliza ainda que a população teresinense tinha apreço pela sociabilidade:

Apesar de relativamente alto o preço dos ingressos, as noitadas do ‘Sta. Teresa’ e, depois, do ‘Concórdia’, eram muito frequentadas. Era de ver a animação que reinava nas adjacências do teatro nas noites de espetáculo: música, muita luz, grupos indo e vindo em palestras animadas pelo leito da rua. Na praça [da Constituição] centenas de tabuleiros de doces e bolos, com a clássica lamparina de alumiar a mercadoria, constituíam um longo e agradável derivativo para os espectadores nos longos intervalos das cenas. Até água se vendia na porta do teatro, e cara. [...] Lucas exige nessas noites 80 réis por copo de água.⁵⁴⁶

As condições do prédio, assim como a maioria dos outros que existiam em Teresina, eram precárias. Em 1859, o então presidente Antônio Corrêa do Couto tratou da precariedade do teatro Santa Teresa, ele mostrava que as representações pouco deixavam além de gastos. A estrutura do prédio necessitava de novos cômodos, os artistas, de acordo com ele, deveriam receber premiações e os que fossem reconhecidamente pobres, uma ajuda mensal. Quanto à simbologia do Santa Teresa para a nova cidade-capital piauiense, Santiago Júnior destaca que “[...] era sofrível e rudimentar, mas foi lá iniciada a tradição de casas de espetáculos em Teresina que um dia culminaria na construção, ainda no século XIX, do Teatro 4 de setembro”.⁵⁴⁷ No ano de 1864, Franklin Dória também mencionou a dificuldade de funcionamento do teatro, pois para o funcionamento eficaz das atividades teatrais eram essenciais liberdade dos cofres provinciais e proteção do governo:

Eu desejara pudésseis autorizar-me a subvencionar uma companhia que aqui viesse desenvolver o gosto pelos espetáculos dramáticos e incutir no ânimo popular o deleite e as úteis lições que dele emanam. Conspira, porém, contra meus desejos a preferência que devem merecer-vos necessidades mais urgentes. Entretanto, não perderei de vistas o único teatro que há no Piauí, certo da vigilância que lhe devo como administrador e convencido, como sempre estive, de que o teatro ensina como uma escola e fala como uma tribuna.⁵⁴⁸

⁵⁴⁵ CHAVES, 2013, p. 47.

⁵⁴⁶ CHAVES, 2013, p. 48.

⁵⁴⁷ SANTIAGO JÚNIOR. Fundação da Santa Teresa: o primeiro teatro. In: SANTOS NETO, Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002d. p. 27.

⁵⁴⁸ PROVÍNCIA DO PIAUHY. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí, no dia 1º de julho de 1864 pelo presidente da Província Franklin Américo de Menezes Doria*. São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1864. p. 21.

Para a pintura do Santa Teresa e concertos foram gastos em 1867, pelo presidente Luna Freire, 540\$000. Em 1870, o presidente Espíndola Júnior apontava que a casa em que funcionava o teatro – sem arquitetura e os cômodos necessários, deveria ser vendida para a compra de outra mais apropriada para recebê-lo. No ano de 1874, no mandato de Adolfo Lamenha Lins⁵⁴⁹ a casa foi transformada em duas escolas públicas e uma biblioteca, que seria criada pela Sociedade Propagadora da Instrução Popular, a fim de poupar gastos para os cofres públicos, e foi reconstruído, segundo Lamenha Lins, com recursos privados.

Clodoaldo Freitas sinaliza que após a extinção do Santa Teresa foi criado um pequeno teatro particular nas meias-águas de uma casa localizada na Praça Uruguaiana. “[...] Depois com o nome de Teatro da Concórdia, foi instalado [em 1879] um outro teatrinho nas meias-águas do quartel de polícia. Houve um outro teatrinho particular na Rua Desembargador Freitas [...]”⁵⁵⁰ No prédio em que foi instalado o Teatro da Concórdia não havia conforto, ele não atendia à procura do público teresinense, um pouco maior no momento da criação do teatro. Este era pequeno, mas eram realizadas atividades variadas, como encenações artísticas, manifestações políticas, shows de ilusionismo.⁵⁵¹

Na década de 1880, conforme aponta Teresinha Queiroz, houve apresentações em casas particulares e estavam funcionando o Teatro 24 de Janeiro e o Teatro da Concórdia. A sociedade teresinense reclamava a construção de um teatro público, que, possivelmente, foi divulgada na imprensa e incitada pelas visitas da Companhia Dramática em 1887, que tinha a atriz portuguesa Helena Balsemão como atração principal, e em 1889, a visita da Companhia Lírica Afonso Vilela, com a atriz Beatriz Rosália.⁵⁵² O Jornal *A Imprensa* anunciava espetáculos realizados nos Teatro da Concórdia:

Continua a companhia “Atheneu dramático” a dar espetáculos no teatro Concórdia da sociedade 24 de janeiro. Quer na noite de 28 do mês próximo findo, aniversário da independência do Maranhão, quer na noite de 31 do mesmo mês, a referida companhia houve-se de tal modo – que os atores foram entusiasticamente aplaudidos. **A companhia tem satisfeito a expectativa pública e, a prova disso está na grande concorrência que tem havido.** No domingo (7) levará ela à cena o importante drama em 5 atos de costumes marítimos pelo grande Alexandre Dumas, intitulado “O Pirata ou a Escrava do Guadalupe”.⁵⁵³ (Grifo nosso).

⁵⁴⁹ Presidiu a província do Piauí de 27 de abril de 1873 a 27 de novembro de 1874.

⁵⁵⁰ FREITAS, 1988, p.149.

⁵⁵¹ SANTIAGO JÚNIOR. Teatro Concórdia: o (mau) substituto da Santa Teresa. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Ed. Júnior, 2002e. p. 56.

⁵⁵² QUEIROZ, 2008, p. 20.

⁵⁵³ THEATRO. *A Imprensa*. Teresina, ano 18, n. 695, 3 ago. 1881, p. 4.

A sociedade e as autoridades teresinenses eram atentas aos espetáculos exibidos, no que se refere à sua moralidade das apresentações teatrais. Apesar de sua importância para o lazer em Teresina, a situação era de carência e ainda em organização, bem como outros setores de uma capital que ainda estava se constituindo enquanto tal, o teatro da Concórdia, por dificuldades para funcionar, fechou suas portas, em 1890.

No anoitecer do século XIX, com o Teatro 4 de Setembro, seria criado um “um símbolo identitário da cidade e cria um espaço institucional de cultura”.⁵⁵⁴ Haja vista que após o fim do Teatro da Concórdia, a imprensa teresinense já solicitava uma nova casa teatral na cidade. Contudo, só com a reivindicação de um grupo de senhoras da elite teresinense, em 4 de setembro de 1889, a ideia de um novo teatro realmente vingaria. Essas senhoras saíram às 7 h da noite da casa de dona Lavínia Fonseca ao Palácio do Governo à procura do então presidente da Província, Theóphilo Santos⁵⁵⁵, para reclamar a construção de uma casa de espetáculos digna de uma capital, segundo Clodoaldo Freitas, os donativos seriam da verba de socorros públicos. Francisco Sousa Martins, em nome do presidente da província, recebeu a comissão.

Foi destinada a quantia de 30:000\$000, o nome do novo teatro seria 4 de Setembro para homenagear esse dia. Naquela noite houve festa e dança até 1h da madrugada. Para agradecer, as senhoras ofereceram um baile a 14 de setembro a Theóphilo Santos. Foi nomeada a comissão para dirigir as obras do teatro.⁵⁵⁶ A 21 de setembro de 1889, foi lançada a pedra fundamental do 4 de Setembro e começaram as obras. O local escolhido foi a Praça Aquidabã (atualmente Praça Pedro II). Entretanto, a imprensa teresinense, através do jornal *A Phalange*, posicionou-se contra o local escolhido para receber o teatro, queria que fosse construído no terreno vazio ao lado direito da igreja do Amparo.⁵⁵⁷ Tal discussão não vingou, pois já havia sido decidido o lugar que receberia o teatro, onde já se encontravam: 1.395 carradas de pedras, 6.200 tijolos de alvenaria, 1.325 quartas de cal, 1 dúzias de tábuas, 275 lajes e 106 linhas de pau-d’arco.⁵⁵⁸

⁵⁵⁴ SANTIAGO JÚNIOR. O ‘Theatro 4 de setembro’ e a institucionalização da cultura teresinense. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). Teresina 150 anos. Teresina: Júnior, 2002f. p. 78.

⁵⁵⁵ Presidiu o Piauí de 23 de julho de 1889 a 10 de julho de 1889.

⁵⁵⁶ A primeira comissão foi composta por: João da Cruz e Santos – presidente, recebeu 30:000\$000 réis, Gabriel Luís Ferreira, Cândido Holanda Costa Ferreira, Francisco de Sousa Martins e Collect Fonseca. A segunda comissão foi designada por portaria de 7 de junho de 1890: João da Cruz e Santos (barão de Uruçuí), Simplicio de Sousa Mendes, Augusto Colin da Silva Rios, Manuel Raimundo da Paz e Salomão Baumann. Eles deveriam receber os materiais comprados, que estavam sob a responsabilidade do capitão Francisco Ferreira de Carvalho. TITO FILHO, 1985, p. 41 e 42.

⁵⁵⁷ FREITAS, 1988, p. 149-151.

⁵⁵⁸ TITO FILHO, 1985, p. 42.

O periódico *A Democracia* criticou a planta da obra, elaborada na administração de Gregório Taumaturgo de Azevedo⁵⁵⁹ que tinha sido feita por “dois mascates de engenheiros e um pintor”. Uma planta foi feita pelo engenheiro civil Alfredo Modrak, uma doação das senhoras Hermelinda Teixeira de Holanda e Lavina Fonseca ao então presidente Taumaturgo de Azevedo. A arquitetura do 4 de Setembro seguiu o estilo eclético, em alta naquele momento, com traços do neogótico e do neoclássico. A construção do teatro foi lenta e polêmica. Foram gastos 63:968\$570 com a obra, incluindo 2:813\$850 que o administrador das obras Manuel Raimundo da Paz afirmou ter gastado do próprio bolso, de modo que sua inauguração ocorreu em 21 de abril de 1894, na ocasião:

Manuel Raimundo da Paz fez entrega do Teatro ao governador Coriolano de Carvalho e Silva. Muita gente marcou presença. Banda de música. E do meio-dia às 18 horas o Teatro esteve entregue à visitação pública. Foi inaugurado sem cenários, camarins, guarda-roupa, mobília e decoração.⁵⁶⁰

Segundo Santiago Júnior, havia casos em que expectadores precisavam levar cadeiras para assistir às apresentações teatrais. Somente na reforma de 1897 isso mudaria um pouco, pois houve complementação feita sob o governo de Raimundo Artur de Vasconcelos.⁵⁶¹ Aliás, a casa de espetáculos passaria por várias melhorias, após sua inauguração, a exemplo de “ampliações e complementações feitas, ao longo das décadas seguintes”.⁵⁶²

Para um melhor funcionamento do Teatro 4 de Setembro foi importante a participação da elite teresinense que angariou recursos para equipar o teatro com a estrutura essencial ao seu funcionamento. A decoração, a exemplo das cortinas, foram doadas por pessoas abastadas. A plateia ficou organizada em 4 categorias, discriminadas pelo bilhete: cadeiras centrais, laterais, frisas e camarotes.⁵⁶³ Os preços dos ingressos eram: 10\$000 para os camarotes, 2\$000 para as cadeiras de primeira e 1\$000 para as cadeiras de segunda e para a geral.⁵⁶⁴ As apresentações feitas no Teatro não eram somente as peças, mas também “festas artísticas, declamação de poemas e outras atividades.”⁵⁶⁵

Um teatro novo em Teresina, artistas vindos de fora, não obstante o comportamento dos teresinenses não mudara, tendo em vista que os maus hábitos da plateia permaneciam –

⁵⁵⁹ Governou o Piauí de 26 de dezembro de 1889 a 04 de junho de 1890.

⁵⁶⁰ TITO FILHO, 1985, p. 45.

⁵⁶¹ SANTIAGO JÚNIOR, 2002e, p. 78.

⁵⁶² SANTIAGO JÚNIOR, 2002e, p. 78.

⁵⁶³ SANTIAGO JÚNIOR, 2002e, p. 78.

⁵⁶⁴ QUEIROZ, 2008, p. 36.

⁵⁶⁵ CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. O teatro. In: MENDES, Maria Cecília (org.). *145 anos: Teresina Cidade Futuro*. Teresina: FCMC, 1997. p. 95.

gritos, grosserias, pilhérias e insultos, eram constantes nas apresentações, alguns atreviam-se a entrar no teatro sem pagar pelos ingressos. Além disso, havia o sereno do teatro, em que a tietagem às graciosas artistas era constante. Os fãs dividiam-se e formavam grupos que se enfrentavam através da imprensa, chegavam a discutir no teatro para ter um segundo de proximidade com as suas eleitas, pois ali estava a possibilidade de demonstrar o carinho às famosas atrizes. Beijos, poemas, palmas, flores, brindes, pedidos de bis, arremessos de chapéus, declarações nos jornais, distribuição de boletins, acompanhamento a casa com banda de música.⁵⁶⁶

5.2 Entre Avanços e Recuos: educação em Teresina no século XIX

Ensinar o homem, ensinar ao maior número, ensinar todos os homens, devia ser o dístico de todas as bandeiras.

É um dos sacerdócios mais nobre e sublime, que tem alguma cousa de divino, como todos os sacerdócios.

(David Moreira Caldas)

O texto acima escrito pelo jornalista e professor David Caldas, intitulado de A escola, foi publicado a 2 de dezembro de 1870 em *O Amigo do Povo*.⁵⁶⁷ As palavras do intelectual piauiense ajudam a visualizar o cenário educacional do Brasil Império, na medida em que resumem o que muito se discutia em várias províncias naquele momento: generalização do ensino primário e a questão da arte de ensinar como um sacerdócio “nobre e sublime”, argumento, que infelizmente, muitos administradores públicos usariam para justificar os baixos salários pagos aos docentes.

A educação se transforma conforme a época e os aspectos socioculturais, desse modo, em cada organização social existem “subsistemas educacionais” de acordo com os estratos que ela comporte. Assim, ao pensar em educação no século XIX, faz-se necessária a observação de que o ensino ocorria consoante com os valores morais, sociais e políticos vigentes naquela época. Tinha-se uma sociedade patriarcal, escravista e elitista, desta forma, a educação ocorria em consonância com tais parâmetros, portanto o acesso ao ensino formal era reduzido, ou seja, a maioria da população – constituída por pessoas pobres e pelos escravos, estes vistos como “coisas”, estava excluída do ensino.

⁵⁶⁶ QUEIROZ, 2008, p. 21.

⁵⁶⁷ A ESCOLA. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 3, n. 47, 2 dez. 1870, p. 2.

O analfabetismo eram um mal que grassava no Brasil Império, um momento de extensa legislação educacional, com pouca eficácia, pois muitas reformas nem chegaram a ter exequibilidade. Além disso, a organização da educação ocorria de acordo com o gênero. Aos homens era dada uma educação mais complexa, seriam os provedores da família e, possivelmente, iriam ocupar cargos da burocracia pública nas áreas: administração, política, econômica, eclesiástica. Tendo em vista que “[...] em geral, só aos meninos era permitido dar continuidade aos estudos”.⁵⁶⁸ Já para as mulheres, o ensino voltado para os trabalhos de agulha – costurar, bordar, pois ao belo sexo cabia as funções domésticas de mãe, esposa e educadora dos filhos.

Antes de entrar efetivamente nos aspectos referentes à educação em Teresina, entende-se ser importante traçar um breve panorama da educação no Piauí oitocentista. Desta maneira para a compreensão das práticas educacionais do século XIX, devem-se levar em consideração as influências que as relações sociais e os espaços receberam do ambiente rural em que a província estava mergulhada. Haja vista que a educação formal, exercida em escolas mantidas pelo governo imperial ou de iniciativa particular conviveu no Piauí do século XIX com a educação informal, aquela realizada em escolas familiares ou pelos mestres ambulantes também conhecidos como mestres-escolas.⁵⁶⁹ Quanto às escolas familiares, elas em geral, estiveram ligadas à ação de clérigos e um exemplo de destaque foi o padre Marcos de Araújo de Costa.⁵⁷⁰ De acordo com Marcelo Sousa Neto, “Padre Marcos e sua Boa Esperança encontram-se estreitamente ligados à instrução das famílias de elite e à formação dos corpos dirigentes da administração pública piauiense da primeira metade do século XIX”.⁵⁷¹ A Boa Esperança é tida como a experiência educacional de maior destaque durante a primeira metade do século XIX – funcionou de 1820 a 1850, quando da morte do padre

⁵⁶⁸ COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: FCMC, 2006. p. 72.

⁵⁶⁹ A lei de 15 de outubro de 1827, em seu artigo 1º, dizia que “em todas as cidades, vilas, e lugares mais populosos haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias”. No momento da sanção desta lei estava havendo uma tentativa de construção da nação brasileira e do Estado nacional. Contudo, na prática o que se deu foi uma atuação tímida e pulverizada do Governo Imperial neste e nos outros níveis de ensino, a presença estatal se deu de forma paulatina na educação, com o fito de asseverar a importância da escola para a formação das pessoas. ANDRADE, Andreia Rodrigues de; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Do lar ao social: educação e gênero no Piauí Império. Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver-Sentir-Narrar*. Teresina: UFPI, 2012. p. 3.

⁵⁷⁰ No tocante às manifestações educacionais em Boa Esperança, Sousa Neto chama atenção para o fato de que são anteriores ao Pe. Marcos, pois seu pai já ensinava as Primeiras Letras a alguns alunos antes de 1820. SOUSA NETO, 2013, p. 35.

⁵⁷¹ SOUSA NETO, 2013, p. 123.

Marcos. A atuação de padre Marcos⁵⁷² foi marcante para o ensino piauiense no século XIX, em sua fazenda ele oferecia ensino primário, secundário e moral gratuitamente aos alunos, com um funcionamento em regime de internato. Amparo Ferro considera que esta escola foi “a primeira a existir de fato e o padre Marcos é considerado por muitos dos seus coestaduanos como o primeiro mestre-escola do Piauí”.⁵⁷³

O livro de memórias *Velhas Escolas-Grandes Mestres*⁵⁷⁴, de Antônio Sampaio, é uma rica fonte para o entendimento dessa educação informal no Piauí. Tendo em vista que o próprio autor foi “desasnado” por um mestre-escola e foi um desses mestres, assim nas memórias do livro, que fez emergir a sua história de vida e a história de sua educação que servem para ilustrar a influência da tradição e da ruralidade na educação piauiense.

Antônio Sampaio explana a vida e os métodos didáticos dos mestres-escolas, os quais eram encarregados pelo ensino das primeiras letras no interior das terras piauienses.⁵⁷⁵ O autor explora as minúcias das personalidades e dos métodos dos primeiros alfabetizadores no antigo Retiro da Boa Esperança, atualmente o município de Esperantina. Suas observações podem servir também para a compreensão da educação no restante da província do Piauí, na qual predominou pelo menos durante o século XIX, a instrução primária feita por membros da família ou pelos mestres-escolas.⁵⁷⁶ Alcebíades Costa Filho, em *A escola do Sertão*, demonstra que isso ocorreu em face do baixo nível de desenvolvimento da material e das condições sociais, econômicas e demográficas do Piauí. O sistema oficial de ensino e os colégios particulares localizados na zona urbana, não contemplaram a população do sertão, restando a esta o sistema de ensino dos mestres ambulantes.

Antônio Sampaio confere aos mestres-escolas no processo evolutivo do Brasil e do Piauí, como trabalhadores dos fundamentos da estrutura cultural brasileira com o exercício

⁵⁷² Houve também outros religiosos que mobilizaram esforços em prol da educação no Piauí no século XIX, como o Pe. Joaquim Damasceno Rodrigues, em Jaicós, o qual em 1856 passou a lecionar Latim, Francês e Filosofia para 31 alunos; o Pe. Francisco Domingos de Freitas e Silva em sua fazenda Piripiri a partir de 1855; o padre Sebastião Ribeiro Lima, em São Raimundo Nonato. SOUSA NETO, 2009, p. 183.

⁵⁷³ FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e sociedade no Piauí Republicano*. Teresina: FCMC, 1996. p. 63.

⁵⁷⁴ SAMPAIO, Antônio. *Velhas escolas, grandes mestres*. Teresina: COMEPI, 1996.

⁵⁷⁵ Tais “mestres de varanda” recorriam muitas vezes ao uso de castigos físicos para disciplinar seus alunos, sobretudo os mais displicentes, entre as punições estavam joelhar-se em cima de grãos de milho, vendar os olhos com “óculos de caco de cabaça”, dentre outros como a palmatória.

⁵⁷⁶ Sampaio destaca vários mestres-escolas a exemplo de mestre Luiz Aleijado, “um grande disarador de minino”, com a fama de ser “carrasco” e o mestre Berlamino Bola de Ouro um “grande pedagogo”, “brilhantes educadores”, na opinião do autor, que cita ainda vários outros mestres dentre os quais, Mestre Lásaro, que preencheu a vacância deixada pela morte de mestre Belarmino; Mestre João Paulo; Mestre Levi Saavedra; Mestre Félix e Mestra Janota, “pioneira em adotar cantar o hino nacional, ao abrir e encerrar cada aula”.

das primeiras letras. Eles nem sempre recebem o devido reconhecimento pela função que exerceram de “disarnar minino” em um tempo em que se tinha a escassez de professores, sobretudo nos locais mais afastados da província aonde tais mestres iam, a fim de levar o conhecimento da escrita, de fazer contas e da leitura. De acordo com Marcelo Sousa Neto, no século XIX houve uma maior preocupação por parte do governo em relação às Aulas Públicas, não obstante:

As ações desses governantes, no entanto, ficaram restritas aos discursos que às ações, frequentemente suplicando escolas em suas falas, mas não oferecendo solução ao problema. As cadeiras de Instrução, quando criadas não providas ou, se providas, muitas vezes não funcionavam, resultado do modelo adotado para a Instrução Pública inadequado aos interesses da maioria da população, tendo se desenvolvido ‘de modo lento, insuficiente para o atendimento da população e permeada e extinções de escolas, devido à própria organização da produção e do trabalho e ao modo como esse vai se povoando’⁵⁷⁷.

Voltando a tratar da educação em Teresina, cabe frisar que na segunda metade do século XIX, momento em que ela estava se constituindo como a nova cidade-capital do Piauí, a instrução em muitas províncias brasileiras sofria mudanças, através de uma maior valorização dos “conhecimentos escolarizados”, ou seja, “um aumento significativo daqueles conhecimentos, que esperava-se a escola deveria ensinar aos alunos”.⁵⁷⁸ O setor educacional teve papel importante na mentalidade e nos discursos dos governantes piauienses como um elemento de transformação social, capaz de atenuar o grave problema do analfabetismo, aliás, essa foi uma discussão com contornos nacionais. Naquele momento, em muitas Províncias do Império os debates em torno do ensino passaram a considerar cada vez mais a noção de que a educação deveria ser regida por leis gerais que deveriam nortear o fenômeno educativo.⁵⁷⁹ Na segunda metade do século XIX, a educação passava a ser idealizada como tendo por base:

[...] leis gerais, em harmonia com as ‘modernas’ formas de se pensar o fenômeno educativo. Observa-se, nesse momento, em várias províncias, um vertiginoso crescimento dos ‘conhecimentos escolarizados’, ou seja, há um

⁵⁷⁷ SOUSA NETO, 2013, p. 121.

⁵⁷⁸ FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA Cynthia Greive (org.). 500 anos de educação no Brasil. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 139.

⁵⁷⁹ ANDRADE, Andreia Rodrigues de. O cenário educacional teresinense na segunda metade do século XIX. *XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares de historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis: ANPUH, 2015. p. 1.

aumento significativo daqueles conhecimentos, que esperava-se a escola deveria ensinar aos alunos.⁵⁸⁰

Os anos que se seguiram à mudança da capital marcaram as tentativas de estabelecimento dos órgãos públicos transferidos de Oeiras para a nova sede do Governo piauiense. Juntamente, com tal aparelhamento, encontrava-se a organização do precário sistema educacional da Província na nova capital. Esse sistema era composto pelo Estabelecimento dos Educandos Artífices – transferido para auxiliar nas construções da cidade, pelo Liceu Piauiense e pelas Escolas de Primeiras Letras. Já na nova cidade-capital, teve-se a criação de colégios particulares, aulas avulsas e da escola normal – voltada para a formação de docentes.

Não obstante, a educação ainda permaneceu com uma posição secundária no orçamento da província, a título de exemplo, no código de Leis Piauienses de 1857, a quantia de réis para os anos de 1857 e 1858 era de: 217:658\$100, e destes valores, a quantia recebida pelo Liceu deveria ser de 400\$000 réis.⁵⁸¹ Outro ponto a se enfatizar é a recorrência de licenças para os professores da capital e do restante da província, para atividades como atualização seus conhecimentos em outras províncias, fazer outros cursos superiores, como foi o caso do professor David Moreira Caldas, que recebeu o benefício por meio da Resolução n. 479, “Concede ao professor de Geographia e História do Lyceu desta capital, David Moreira Caldas, sete anos de licença para estudar Ciências Sociais e Jurídicas em qualquer das faculdades do Império”.⁵⁸²

5.2.1 Ensino Primário e Escolas Noturnas

Com a transferência da capital, foram criadas algumas escolas de primeiras letras em Teresina. A título de exemplo, a Resolução n.372, de 16 de agosto de 1854, autorizava a criação de mais uma cadeira de primeiras letras em Teresina, para o sexo feminino: “Creando nesta Capital mais uma cadeira de primeiras letras para o sexo feminino, com o mesmo ordenado e mais vantagens que ora percebe a actual Professora”.⁵⁸³ No ano de 1868, por exemplo, a frequência das escolas públicas primárias era de 50 alunos. Mas na verdade, o que

⁵⁸⁰ FARIA FILHO, 2010, p. 139.

⁵⁸¹ PIAUÍ. Código das Leis Piauienses. *Lei n. 427*. Publicada em 7 de julho de 1857. Teresina: Typ. Do Piauhy. Tomo 17. Parte 1^a. 1857. p. 14-15.

⁵⁸² PIAUÍ. Código das Leis Piauienses. *Resolução n. 479*. Publicada a 19 de setembro de 1859. Teresina: Tipografia do Piauí. Tomo 19. Parte 1^a. Seção 12. 1859. p. 56.

⁵⁸³ MARANHÃO. Código das Leis Piauienses. *Resolução n. 372*. Publicada a 17 de agosto de 1854. Maranhão: Tipografia do Observador. Tomo 15. Parte 1^a. 1854. p. 42.

predominou nesse nível educacional foram as aulas particulares, o mesmo se deu no que tange ao ensino secundário. Teresinha Queiroz reitera que tais aulas:

[...] foram uma constante no panorama educacional do Piauí desde a primeira metade do século XIX. Elas existiram em grande número em Teresina, bem como nas vilas e nas próprias fazendas, pois a instrução pública no interior era ainda mais deficiente do que na capital.⁵⁸⁴

As escolas eram organizadas de acordo com o sexo dos educandos, normalmente as turmas eram separadas pelo gênero dos discentes, ou seja, turmas de meninos e turmas de meninas. Além disso, nos currículos também existia as distinções de gênero.

Tabela 5: Currículo do ensino primário na Província do Piauí (1873)

ENSINO PRIMÁRIO – 1º GRAU (vilas e freguesias)	ENSINO PRIMÁRIO – 2º GRAU (cidades)
SEXO MASCULINO	SEXO MASCULINO
Moral e Religião, Leitura, Caligrafia, Elementos de gramática portuguesa, As quatro operações fundamentais de Aritmética e sistema métrico decimal.	Além das matérias do 1º grau mais elementos de Geografia e História Universal, Sacra e do Brasil, As quatro operações fundamentais de Aritmética sobre números inteiros, quebrados e proporções com aplicação à regra de juros.
SEXO FEMININO	SEXO FEMININO
Todas as matérias supramencionadas mais os trabalhos de agulha.	NO TEXTO DA LEI, NÃO HÁ ESPECIFICAÇÃO.

Fonte: Regulamento n.80, 20.10.1873, Coleção Leis e Decretos do Piauí, APPI. COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: FCMC, 2006. p. 92.

A partir desse currículo, percebe-se a distinção entre a educação masculina e a feminina – voltada para as funções do lar e de esposa, estes eram os lugares sociais reservados à mulher.⁵⁸⁵ E ainda quanto ao lugar em que as mesmas seriam ministradas – vilas e freguesias ou nas cidades.

⁵⁸⁴ QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí*. Imperatriz: Ética, 2008. p. 45.

⁵⁸⁵ Pedro Vilarinho Castelo Branco, ao estudar a condição feminina em Teresina na Primeira República, evidencia aspectos que se referem à educação feminina em fins do século XIX, em que a mesma destinava-se aos afazeres domésticos. As meninas aprendiam, muitas vezes, com suas mães a cozinhar, cuidar de casa, dos filhos, costurar, bordar. As mulheres pertencentes a famílias mais abastadas tinham acesso aos rudimentos do ensino, como ler e escrever. De acordo com Castelo Branco, mulheres se dedicavam a ensinar as primeiras letras para suas congêneres que tivessem interesse em aprender ler e escrever, anunciavam suas aulas na imprensa teresinense. Um exemplo foi a Sra. Corina Rosa da Paz, que com autorização de seu pai, o Capitão Manoel Raimundo da Paz, ensinava as primeiras letras e também trabalhos de agulha, em sua casa, a meninas e mulheres.

O ensino primário na segunda metade do século XIX, foi marcado por duas reformas, a de 1850 e a de 1864. Com a de 1864, o Ensino Primário Piauiense foi dividido em instrução elementar (escolas de 1º grau) e instrução primária superior (escolas de 2º grau). Em 1866, “o presidente da Província, Franklin Américo de Meneses Dória, decretou que as aulas públicas nas vilas e freguesias eram de instrução elementar e nas cidades de Oeiras, Parnaíba e Teresina de instrução primária superior”.⁵⁸⁶ Ao tratar da educação primária durante o século XIX, Luciano Mendes aventa que:

[...] os recentes estudos acerca da educação brasileira no século XIX, particularmente no período imperial, demonstram que havia em várias províncias, uma intensa discussão sobre a necessidade de escolarização da população, sobretudo das “camadas inferiores da sociedade”. Questões como a necessidade e a pertinência ou não da instrução dos negros (livres, libertos ou escravos), índios e mulheres eram amplamente debatidas e foi impetuosa a atividade legislativa das Assembleias Provinciais em busca do ordenamento legal da educação escolar.⁵⁸⁷

Cabe ressaltar também que se fortaleceu na segunda metade do século XIX, em diversas províncias, a ideia de generalização do ensino primário, defendida por vários intelectuais, a exemplo de Rui Barbosa. Acreditava-se que o ensino primário salvaria a nação, a ideia principal era generalizar os rudimentos do saber ler e escrever para a maioria da população, o que, segundo muitos segmentos da elite, era o bastante para as camadas populares. A instrução primária era a que recebia mais atenção dos presidentes de província, a qual enfocava o ler, o escrever e o contar e tinha duração de quatro anos. Sobre a mesma podemos:

perceber por um lado, que se queria generalizar os rudimentos do saber *ler, escrever e contar*, não se imaginando, por outro lado, uma relação muito estreita dessa escola com outros níveis de instrução: o secundário e o superior. Assim, pode-se afirmar como muitos faziam à época, que, para a elite brasileira, a escola para os pobres, mesmo em se tratando de brancos e livres não deveria ultrapassar o aprendizado das primeiras letras.⁵⁸⁸

Teresinha Queiroz mostra que tal pensamento se torna mais complexo, quando se trata da criação de escolas noturnas para a população adulta pobre, bem como ao se tratar da

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: a condição feminina em Teresina na primeira república*. Teresina: FCMC, 1996. p. 59-60.

⁵⁸⁶ COSTA FILHO, 2006. p. 92.

⁵⁸⁷ FARIA FILHO, 2010, p. 135.

⁵⁸⁸ FARIA FILHO, 2010, p. 136.

legislação sobre a obrigatoriedade do ensino. Este tema aparece, portanto, não somente na inauguração de escolas, mas também na documentação daquele período, a exemplo dos relatórios dos presidentes de Província.⁵⁸⁹

Segundo o então presidente da Província do Piauí, Sancho Barros de Pimentel, em 1878, a situação da instrução primária piauiense era o ramo do serviço público com maior atraso e o que necessitava de maior atenção dos dirigentes.⁵⁹⁰ Os recursos gastos eram poucos: 34:260\$000 réis. Era necessário envidar esforços melhorar a qualidade do ensino:

Já é uma verdade banal, à força de ser repetida, que não há povo livre sem a consciência de seus direitos, a qual só a instrução lhe pode dar; nem é possível que sem ela floresçam as instituições que nos regem, cujo ideal é o governo de todos por todos.⁵⁹¹

Ademais, Barros de Pimentel, teceu críticas quanto ao funcionamento da instrução pública, pois existiam mapas, regulamentos, orçamentos, mas na prática, a realidade era precária. A questão do ensino público trazia no seu bojo vários problemas: instrução gratuita e obrigatória, ensino livre, inspeção das escolas, co-educação dos sexos. Tais infortúnios deveriam estar presentes na legislação do ensino primário.⁵⁹²

Cabe destacar que na segunda metade do século XIX, no Brasil, a ideia que se tinha era a de que os conhecimentos escolarizados seriam o meio pelo qual o progresso da nação seria possível. Assim, era necessário, um sistema escolar bem estruturado e não somente com escolas isoladas, nesse momento, foram criados em Teresina vários colégios particulares. No ano de 1878, existiam na Província escolas particulares, por exemplo, o Colégio Nossa Senhora do Amparo o qual funcionava em Teresina, sob a direção de D. Philomena Meirelles Tavares Pedreira, exclusivo para meninas, tinha 26 alunas. E o Colégio São Vicente de Paula, em Oeiras, dirigido pelo Dr. Manoel Rodrigues de Carvalho, destinado exclusivamente a meninos, contava com 26 estudantes. Nas duas instituições eram ensinadas disciplinas do ensino primário e secundário.⁵⁹³ Colégio Nossa Senhora das Dores (1882), o Colégio Jugurtiano (1886) e o Colégio São Vicente de Paula (1888), que era de ensino primário.

⁵⁸⁹ QUEIROZ, 2008, p. 11.

⁵⁹⁰ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 1º de junho de 1878 pelo presidente da Província Dr. Sancho de Barros Pimentel*. Maranhão: Tipografia do País, 1878. p. 15.

⁵⁹¹ PIAUÍ, 1878, p. 15 e 16.

⁵⁹² PIAUÍ, 1878, p. 16.

⁵⁹³ PIAUÍ, 1878, p. 21.

A primeira biblioteca pública da Província do Piauí foi fundada em 11 de agosto de 1874, pela Sociedade Promotora da Instrução Popular, instalada no antigo prédio em que funcionou o teatro Santa Teresa. David Caldas foi um de seus fundadores. Passou alguns períodos fechada. Além disso, a Sociedade Promotora foi extinta e só seria reaberta em 1883. No Almanaque piauiense para o ano de 1880, Miguel Borges aventava que a biblioteca funcionava na Rua da Palma (atual Coelho Rodrigues) e tinha 2 funcionários: Jeremias José da Silva e Melo e o porteiro Manoel José Cantanhedes.⁵⁹⁴ Ficava aberta ao público das 17h às 20 h. Possuía 1306 volumes, dos quais 575 eram encadernados e 715 em brochura⁵⁹⁵.

Quanto às escolas noturnas em Teresina, Pereira da Costa noticia que a primeira instalação de uma escola funcionando, nesse turno na capital, foi em 1871, através da Lei Provincial n° 753. A escola teria sido instalada em 18 de setembro daquele ano, sob a direção do professor Juvêncio Tavares Sarmento e Silva. Costa aponta que, no fim daquele ano, a frequência era de 50 alunos.⁵⁹⁶ Esta escola, bem como outras criadas em várias vilas e cidades do Piauí foram extintas pela Lei n° 822, de 19 de agosto de 1873.

Monsenhor Chaves mostra, no entanto, que, em 1869, houve por parte de homens ilustrados da cidade de Teresina, como Deolindo Moura, David Caldas, Jesuíno José de Freitas, Juvêncio Tavares, Sarmento e Silva, Cândido Alves de Noronha e Dionísio da Costa Romeu, uma iniciativa para a educação de adultos. Desse modo,

[...] aos doze de novembro daquele ano, às sete horas da noite, em casa do Sr. Deolindo Mendes da Silva Moura, à Rua Barroso, inaugurou-se uma aula noturna para rapazes e homens feitos. A simpatia popular pelo empreendimento foi tão intensa que de todos os lados choveram auxílios em livros, cartilhas, cadernos, papel, tinta e até querosene para as lamparinas da escola. O curso era gratuito e seus alunos se distribuíram em três classes: a 1ª dos alfabetizando, a 2ª dos que já possuíam alguns rudimentos de leitura e a 3ª dos mais adiantados, aos quais se ensinava os rudimentos fundamentais da aritmética.⁵⁹⁷

A finalidade de tais escolas era educar as pessoas adultas para uma postura social mais civilizada, tendo em vista que, desse modo, se teria uma maior valorização político-social e moral da população. Geralmente, as pessoas atendidas por essa oferta de ensino trabalhavam durante o dia. Foram criadas outras escolas noturnas, por exemplo, a iniciativa em 1880 do farmacêutico piauiense Eugênio Marques de Holanda, domiciliado no Rio de Janeiro:

⁵⁹⁴ SOUZA, 2010, p. 62.

⁵⁹⁵ PIAUÍ, 1878, p. 21.

⁵⁹⁶ COSTA, 1974, p. 395.

⁵⁹⁷ CHAVES, 1994, p. 33. O autor não fornece informações sobre o período de duração desta escola.

[...] Fundou-se em Teresina escola masculina noturna de primeiras letras, para cujo empreendimento o governo provincial pôs à disposição edifício situado na Praça Saraiva, onde funcionava escola masculina diurna. A aula foi inaugurada em 17 de agosto e nela matricularam-se 56 alunos. No ano seguinte, a matrícula já era de apenas 27 alunos. A 26 de janeiro de 1882, em ofício ao Diretor Geral interino da Instrução Pública, Dr. Newton César Burlamaque, o corpo docente formado por Gentil Independente Ribeiro Cavalcante, José de Castro Lima, Antônio Marques da Costa e João Augusto Rosa – comunicava o fechamento da escola “por falta de alunos”.⁵⁹⁸

Quando do fechamento dessa escola, Pereira da Costa, apontou que $\frac{3}{4}$ da população teresinense não sabia ler e nem escrever.⁵⁹⁹

5.2.2 Ensino Secundário

A primeira iniciativa oficial relacionada ao ensino secundário, na província do Piauí ocorreu com a criação das cadeiras de Latim em Oeiras e Parnaíba, em 1827. Em 1832, foram criadas as cadeiras de Filosofia Racional, Moral, Retórica, Geografia e Francês em Oeiras. Mas o início oficial dessa modalidade de ensino no Piauí só ocorreria “[...] em 04 de outubro de 1845, através da lei n.º 198, no Governo de Zacarias de Góes e Vasconcelos, a qual determinava a criação do Liceu Provincial em Oeiras, mas, efetivamente, suas aulas só começaram a funcionar em 1848”.⁶⁰⁰

No ano que se seguiu à transferência da sede político-administrativa piauiense, o Liceu⁶⁰¹ – criado pela Lei n.º 198 de 4 de outubro de 1845 – principal escola de instrução secundária – não funcionou. Em 1853, um ano após a transferência da capital, havia irregularidade no funcionamento do Liceu, haja vista que:

Com a mudança da capital os Lentes não têm podido funcionar com a precisa regularidade, já porque na nova Cidade desde logo não achou-se edifício próprio para o estabelecimento, e já porque alguns deles lecionam na Teresina, e outros o tem feito em Oeiras, donde já expediram-se ordens para vir. O Liceu está melhor do que outrora, porém ainda não satisfaz os fins de sua instituição, como fora a desejar, visto a despesa, que com ele faz a

⁵⁹⁸ QUEIROZ, 2008, p. 75.

⁵⁹⁹ COSTA, 1974, p. 539.

⁶⁰⁰ FERRO, 1996, p. 67.

⁶⁰¹ Brito mostra que o ano de 1845 findou um ciclo histórico do ensino no Piauí o do “Período de Implantação” e deu início a um novo período, “com o advento da Lei n.º 198 de 4 de outubro de 1845, no qual se esboça a estrutura básica de um sistema de ensino”. BRITO, Itamar Sousa. *História da Educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996. p. 26

Província: Para prestar à instrução pública o serviço que o foi destinado, carece de outra organização.⁶⁰²

Em 1854 “por falta de edifício as aulas eram dadas nas casas dos professores. Seu primeiro regimento é de 1855”.⁶⁰³ O funcionamento do Liceu em Teresina, desde seu início, se deu de forma precária, de modo que ele foi extinto pela Resolução n° 511, de 1° de agosto de 1861 e só foi restaurado pela Lei n° 599 de 09 de outubro de 1867. Esta lei fixou a duração do curso e estabeleceu a seguinte grade curricular: Língua Nacional, Latim, Francês, Inglês, Aritmética, Álgebra e Geometria, Geografia e História, Filosofia e Retórica. O seu funcionamento era em casa alugada ou na casa de professores, cabe destacar que, só no início do século XX, já no período republicano, foram erguidas as primeiras construções públicas⁶⁰⁴ próprias para a realização do ensino, os chamados *grupos escolares*, passaram a ser considerados como verdadeiros templos do saber.

A afirmação do presidente Franklin de Menezes Dória, no ano de 1864, explicita a dificuldade em que se encontrava o Liceu pela falta de recursos da Província para mantê-lo: “[...] um Liceu, cuja extinção há poucos anos foi determinada menos pela pressão de uma crise financeira, do que pelo doloroso reconhecimento da prematuridade de semelhante instituição”. Havia, na verdade:

A inadequação entre as estruturas legais, propostas para o ensino e a realidade do meio é uma constante neste período que denominamos de “estruturação” por nele se verificarem as primeiras tentativas no sentido de estruturar o ensino ainda não em um “sistema”, [...] mas em um aglomerado de instituições reunidas sob a coordenação, inicialmente, de diretores regionais – os juízes de direito – e posteriormente, sob o comando de um Diretor Geral.⁶⁰⁵

O funcionamento do Liceu era precário, com uma frequência irregular dos alunos. Em 1869 foi criada a cadeira de Filosofia Racional e separada a cadeira de Geografia e História, não obstante, no ano seguinte a medida seria revogada. O acesso ao secundário se dava após a aprovação em exames e não através da conclusão do primário. No tocante ao ensino secundário, durante o Império vigoraram dois sistemas: o regular seriado e o irregular

⁶⁰² PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo Exm° Senhor, vice-presidente da Província Luiz Carlos de Paiva Teixeira na sessão aberta em 1° de julho de 1853*. Teresina: Tipografia Constitucional, 1853. p. 10-11.

⁶⁰³ QUEIROZ, 2008, p. 16.

⁶⁰⁴ Primeiramente em São Paulo e, depois em outros Estados brasileiros.

⁶⁰⁵ BRITO, 1996, p. 26

inorgânico. No Piauí, como nas outras províncias, predominou o curso irregular, ou seja, com matérias avulsas. Dessa forma:

[...] os alunos poderiam cursar matérias isoladas no município do seu domicílio, no espaço doméstico, com familiares ou professores particulares e, ao sentirem-se aptos, poderiam requisitar ser examinados pela escola oficial e receber o certificado de conclusão do secundário. Nessas condições, a escola oficial não tinha a função de examinar e legalizar a situação do aprendiz.⁶⁰⁶

Quanto aos anúncios de aulas particulares na imprensa, um desses reclames foi divulgado em *O Amigo do Povo*, em 1871 e tratava de aulas de música, lecionadas pelo professor Joaquim Raimundo Ferreira Chaves:

O abaixo assinado, mediante ajuste prévio, dá lições música na casa de sua residência a Rua Bella n. das 6 às 8 horas da manhã de todos os dias úteis; e bem assim propõe-se a ensinar música às pessoas em suas casas todos os dias úteis das 4 horas da tarde por diante.

As pessoas pois, que se quiserem utilizar do oferecimento do abaixo assinado, deverão com ele se entender para o respectivo ajuste.⁶⁰⁷

N. 5

Mapa demonstrativo das aulas do Lyceu desta capital, com declaração do numero de cadeiras e nomes dos respectivos lentes.

Coluna	AULAS.	NOMES DOS LENTES.	N. de alunos matriculados.	OBSERVAÇÕES.
1.	1.ª Aula — Lingua nacional e pedagogia	Dr. Polydoro Cesar Burlamaque	13	Acha-se vaga esta cadeira, estando preenchida interinamente pelo bacharel Augusto Colin da Silva Rios.
2.	2.ª " " " " " "	Dr. Lourenço Valente de Figueiredo	3	
3.	3.ª " " " " " "	Tenente coronel Jose Joaquim Avellino	9	
4.	4.ª " " " " " "	Dr. Newton Cesar Burlamaque	6	
5.	5.ª " " " " " "	Dr. Constantino Luiz da Silva Moura	7	
6.	6.ª " " " " " "	Dr. Augusto Colin da Silva Rios	1	
7.	7.ª " " " " " "		30	

Secretaria da instrução publica em Therezina, 13 de maio de 1878.

O secretario,
CANDIDO DE MORAES REGO.

Frequencia dos alumnos do Lyceu nos annos de 1876 e 1877.

Coluna	AULAS.	N. de alunos matriculados.	Coluna	AULAS.	N. de alunos matriculados.
1.	1.ª Aula — Lingua nacional e pedagogia	30	1.	1.ª Aula — Lingua nacional e pedagogia	26
2.	2.ª " " " " " "	21	2.	2.ª " " " " " "	15
3.	3.ª " " " " " "	33	3.	3.ª " " " " " "	15
4.	4.ª " " " " " "	12	4.	4.ª " " " " " "	7
5.	5.ª " " " " " "	11	5.	5.ª " " " " " "	12
6.	6.ª " " " " " "	13	6.	6.ª " " " " " "	13
7.	7.ª " " " " " "	4	7.	7.ª " " " " " "	3
		133			91

Figura 5: Mapa das aulas do Liceu. PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 1º de junho de 1878 pelo presidente da Província Dr. Sancho de Barros Pimentel.* Maranhão: Tipografia do País, 1878.

A mudança de nível de ensino dos discentes ocorria através de exame. Portanto, não era obrigatório apresentar certificado de conclusão do nível já cursado. Nesse sentido,

⁶⁰⁶ COSTA FILHO, 2006, p. 119.

⁶⁰⁷ ENSINO de música. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 3, n. 59, 16 jun. 1871, p. 8.

“Durante o Império, o caráter propedêutico e a desarticulação entre um nível e outro do sistema de ensino contribuíram para o fraco desenvolvimento do mesmo”.⁶⁰⁸ O ingresso no ensino superior – a ser cursado em outras províncias, pois só chegaria ao Piauí no século XX, era através de Exames.

Teresinha Queiroz sinaliza que a lei que “[...] regulamentava a entrada nos cursos superiores do Império passou a permitir a realização dos exames preparatórios em todas as capitais de província, perante delegados do Inspetor de Instrução e bancas examinadoras indicadas pelos respectivos presidentes provinciais”.⁶⁰⁹ Em 1880 a lei autorizou a aplicação de exames duas vezes por ano, o que teve efeito positivo tanto para os cursos preparatórios como para os exames, a exemplo de Clodoaldo Freitas. De 1875 a 1880, a realização dos exames foi irregular no Piauí, por isso estudantes como Higino Cunha, foram para São Luís do Maranhão e outras capitais. O aviso de 27 de março de 1877 suspendeu os gerais, que só foram restabelecidos, por aviso de 19 de dezembro. Os preparatórios se tornaram mais comuns em Teresina a partir de 1880 e tiveram continuidade nas décadas seguintes.⁶¹⁰ Eles divulgavam seus reclames na imprensa, um exemplo desses foi noticiado no jornal *A Imprensa*, sobre o início no dia 15 de novembro de 1880, dos exames gerais de preparatórios para os cursos superiores do Império.⁶¹¹

Em consequência de ter S. o Presidente da província, por ato ontem datado, designado para terem lugar, no Liceu desta capital, os exames gerais de preparatórios, exigidos para os cursos superiores do Império, e designado nove mesas dos mesmos exames, estabelecidas no art. 2º do Reg. de 7 de dezembro de 1874, acham-se abertas, de conformidade com o 1º da portaria do ministério do império de 23 de julho 1877, as inscrições dos alunos do Liceu e dos Colégios que, perante as comissões criadas pelo decreto nº 5429 de 2 de outubro de 1874, pretenderem submeter-se a tais exames; devendo as referidas inscrições ser encerradas no dia 30 também do corrente.⁶¹²

No ano de 1881, a única instituição do Piauí a funcionar na modalidade de ensino secundário fora o Liceu, em residência alugada, tendo em vista que o prédio em que funcionava estava em reforma. O currículo era composto por 6 cadeiras, em que eram ensinadas 10 matérias, frequentadas por 34 alunos. Alguns professores acumulavam disciplinas, isso foi criticado pelo presidente Sinval Odorico de Moura, que em sua opinião,

⁶⁰⁸ COSTA FILHO, 2006, p. 82.

⁶⁰⁹ QUEIROZ, 2008, p. 16.

⁶¹⁰ QUEIROZ, 2008, p. 17.

⁶¹¹ EXAMES gerais. *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 662, 6 nov. 1880, p. 4.

⁶¹² EXAMES gerais de preparatórios. *A Imprensa*. Teresina, ano 17, n. 705, 29 out. 1881, p. 4.

era um prejuízo ao desempenho do corpo docente. Quanto aos professores do Liceu, a partir da década de 1880, era formado por bacharéis em Direito, médicos, engenheiros e farmacêuticos, muitos eram jornalistas e literatos. Em 1882, o Dr. Newton César Burlamaqui substituiu, na disciplina de matemática o Dr. José Faustino da Silva (engenheiro militar). Quando este foi dispensado, assumiu o capitão José de Castro Lima. No ano de 1886, foi nomeado interinamente o capitão Francisco Pedro de Sampaio para a cadeira de Geografia e História.⁶¹³

Tabela 6: Quadro docente do Liceu (1888 e 1889)

Nome dos professores	Área de formação
1888	
José Avelino Joaquim de Moraes	
Antônio de Souza Rubim	Bacharel em Direito
Polidoro César Burlamaque	Bacharel em Direito
Leôncio do Rêgo Monteiro	
José Pereira Lopes	Farmacêutico
1889	
Gabriel Luís Ferreira	Bacharel em Direito
Tibério Soares Burlamaque	Bacharel em Direito
Antônio de Souza Rubim	Bacharel em Direito
Benjamin de Souza Rubim	
José Pereira Lopes	Farmacêutico

Fonte: QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí*. Imperatriz: Ética, 2008. p. 18

O Liceu – principal instituição oficial de ensino da Província teve seu funcionamento interrompido em diversos momentos. A partir de 1882, a concorrência foi intensificada pelo advento de escolas, a exemplo do Colégio Nossa Senhora das Dores (1882) e Colégio Karnak (1890). O colégio Nossa Senhora das Dores pertencia a Miguel Borges Leal Castelo Branco, ministrava instrução primária e secundária, para meninos e meninas, funcionava em regime de internato, semi-internato e externato. Para o regime de internato, a mensalidade era 25\$000

⁶¹³ QUEIROZ, 2008, p. 17.

réis e estava inclusa comida, roupa lavada, e passada e apoio médico, para doenças que durassem até uma semana. Para os discentes do sexo masculino, a idade era de 8 a 18 anos. Para o sexo feminino, de 8 a 12 anos e as estudantes ficavam sob a responsabilidade da mulher do diretor e de sua filha, Maria Emília Castelo Branco – que já lecionava as primeiras letras para o belo sexo, antes da criação do colégio. Já para os alunos semi-internos, a mensalidade era de 15\$000 réis, a qual dava acesso às aulas da escola, almoço e jantar. Os estudantes em regime de externato, só tinham direito às aulas, pagavam 3\$000 por cada disciplina em que estivessem matriculados. Os colégios criados em Teresina nas décadas posteriores, seguiram o exemplo desse estabelecimento.⁶¹⁴

5.2.3 Estabelecimento dos Educandos e Artífices

O Estabelecimento dos Educandos Artífices criado pela Lei n° 220 de 24 de setembro de 1847, só foi instalado em dezembro de 1849, em Oeiras, pelo presidente Anselmo Francisco Peretti.⁶¹⁵ Contava, inicialmente, com 15 alunos órfãos, aos quais oferecia instrução primária e oficinas, como carpintaria, ourivesaria, alfaiataria e sapataria, bem como os ofícios de ferreiro, tanoeiro⁶¹⁶, funileiro e o ensino de tipografia. Foi criado pela Lei n° 220 de 24 de setembro de 1847. O Estabelecimento de Educandos Artífices, que só foi instalado em dezembro de 1849, pelo presidente Anselmo Francisco Peretti e tinha inicialmente 15 alunos órfãos. De acordo com o relatório presidencial de 1847 o estabelecimento deveria de acordo com as circunstâncias da Província, servir para os meninos se recolherem e receberem instrução nas Primeiras Letras e aprender diversos ofícios. Para Itamar Brito esse estabelecimento:

[...] assinala o início do ensino profissionalizante e, pelas estruturas sociais vigentes, também o início do dualismo do ensino primário e médio, com um ramo destinado às classes dominantes e um ramo destinado às classes menos favorecidas, aquele de caráter propedêutico aos cursos subsequentes e este de caráter terminal.⁶¹⁷

⁶¹⁴ QUEIROZ, 2011, p. 85-86.

⁶¹⁵ Governou de 11 de julho de 1848 a 25 de dezembro de 1849.

⁶¹⁶ Essa oficina era uma das mais proveitosas e rentáveis para o Estabelecimento dos Educandos, foi extinta em 1871, por um novo regulamento da instituição. ESTABELECIMENTO de Educandos. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 3, n. 56, 30 abr. 1871, p. 8.

⁶¹⁷ BRITO, 1996, p. 36.

Com a transferência da capital para Teresina, o Estabelecimento foi uma das primeiras instituições vindas de Oeiras para a nova capital, com o fito de que os educandos ajudassem nas obras da nova capital. Essa instituição funcionou regularmente até 1873, quando foi extinta pelo presidente Adolfo Lamenha Lins, através da Lei nº 808, de 4 de agosto de 1873, com a justificativa de que o estabelecimento tinha um funcionamento precário.

Com a sua extinção, o presidente autorizava por meio da Resolução nº 804, de 19 de agosto de 1873, “a fundação de um internato para os meninos órfãos da Província, sob a responsabilidade de João do Rego Monteiro, futuro Barão de Gurguéia, igualmente extinto em 1875, pela Lei nº 895 de 16 de junho”.⁶¹⁸

5.2.4 Escola Normal

A educação na Província do Piauí só apresentou reflexos mais significativos na segunda metade do século XIX, e isso se deu principalmente na nova capital, Teresina, onde foram tomadas, pela primeira vez na Província, medidas para a formação de professores da instrução primária, a partir da criação da Escola Normal, em 1864. No Brasil, quando surgiu a discussão sobre formação de docentes? A primeira preocupação com a formação de professores no Brasil, segundo Demerval Saviani, surgiu na lei das Escolas de Primeiras Letras, promulgada a 15 de outubro de 1827. Esta lei determinava que tais escolas aplicariam o método de ensino mútuo, no artigo 4º que os professores deverão ser treinados nesse método, às próprias custas, nas capitais das respectivas províncias. Assim, era exigido o preparo didático, embora não houvesse menção explícita a caráter pedagógico. Com o Ato Adicional de 1834, que colocou a educação primária a cargo das províncias, estas tenderam a adotar um para a formação de professores, que já vinha sendo realizada na Europa: a criação das Escolas Normais.⁶¹⁹

O movimento de criação de Escolas Normais no Brasil Imperial teve proporções nacionais, segundo Dermeval Saviani, as primeiras Escolas Normais do país foram a de Niterói (1835), de Minas Gerais (1835) e da Bahia (1836). Posteriormente, foram criadas em outras províncias: São Paulo (1846), Piauí (1864), Rio Grande do Sul (1869), Paraná e Sergipe (1870), Espírito Santo e Rio Grande do Norte (1873), Maranhão (1890), Ceará

⁶¹⁸ QUEIROZ, 2008, p. 37.

⁶¹⁹ SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 40, p. 144, jan./abr. 2009.

(1885), Paraíba (1879), na corte - Rio de Janeiro e em Santa Catarina (1880), Goiás (1884) e Ceará (1885).⁶²⁰

De acordo com Norma Patricya Soares, em dissertação de mestrado que aborda a Escola Normal em Teresina, a criação dessas instituições no Brasil sofreu influência da França que criou a Escola Normal durante a Revolução Francesa, desempenhou função relevante para difundir a educação popular “embasada em conceitos leigos e estatizantes, como pressupostos da democracia e, que se disseminaram rapidamente pelo Velho e Novo Mundo como estabelecimentos de ensino secundário”.⁶²¹

A finalidade de tais instituições era tentar resolver o grave problema da falta de qualificação do corpo docente. Esse processo de criação de Escolas Normais é essencial para compreender o processo de institucionalização da profissão docente no Brasil, com a intervenção estatal e sua tentativa de substituir os mestres-escolas, sem formação superior, pelas normalistas providas de conhecimentos específicos. Vê-se, portanto, que esse problema não era exclusividade do Piauí, mas também de outras províncias.

A pertinência da Escola Normal ligava-se “à necessidade de ampliar e qualificar o quadro dos professores primários”⁶²², visto que: “Os professores eram geralmente tidos, pelos presidentes da província do Piauí, como incompetentes, negligentes, desesperançados e acomodados ao humilde trabalho de docentes de primeiras letras”.⁶²³ Cabe ressaltar que a mulher atuou nesse campo da educação, haja vista que com a criação da Escola Normal, houve a lenta substituição de homens no magistério primário, pelas mulheres. Esse processo ocorreu em várias províncias e as razões eram várias: defendia-se a ideia de que o magistério era primário era uma extensão da maternidade, a desigualdade salarial era outro fator, pois os salários pagos às professoras eram mais baixos.

A Escola Normal no Piauí foi criada pela Lei nº 565, de 5 de agosto de 1864, o presidente da Província Franklin Dória foi incumbido de tomar as medidas necessárias para sua instalação. No seu relatório de 1865, o presidente Franklin Dória proferiu um belo e otimista discurso sobre o futuro promissor que a Escola Normal poderia trazer para o mundo das letras no Piauí.

⁶²⁰ SAVIANI, 2009, p. 144.

⁶²¹ SOARES, Norma Patricya Lopes. *Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstituindo uma memória da formação de professores*. Dissertação – Mestrado em Educação. Teresina: UFPI, 2004. p. 32.

⁶²² COSTA FILHO, 2006, p.122.

⁶²³ LOPES, Antônio de P. Carvalho. *Beneméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense*. Dissertação – Mestrado em História. Fortaleza: UFC, 1996. p. 130.

Abre-se mais uma válvula ao progresso do Piauí. Penso com V. Cousin que o futuro da educação popular depende das escolas normais. Inda bem que elas vão se propagando entre nós. [...] Compenetrando-se das vantagens dessa instituição, ultimamente algumas outras províncias a tem adotado. Para glória nossa, o Piauí pertence ao número delas. Resignada às modestas proporções que a atualidade aconselha, a escola normal hoje fundada acolherá as estudiosas que se destinarem à profissão do magistério primário; esse magistério que, por todo o elogio, basta dizer foi exercido por Gerson, o grande mestre da escola de Lion. Na escola normal de Teresina essas jovens ajuntarão o cabedal de conhecimentos especiais de que precisa o professor de 1^{as} letras e se tornarão versados na pedagogia ou na arte de ensinar. Fortificando-se na sublime doutrina da religião católica e familiarizando-se com os preceitos da moral, adquirirão, com o hábito do estudo, que engrandece, e do trabalho, que alegra, o hábito das virtudes peculiares ao emprego. Quando soar a hora, com a inteligência polida da verdade, com o coração moldado pelo bem, irão eles mundo em fora exercer o seu nobre apostolado. Em todo caso, a sociedade ganhará com eles, porque, além de mestres idôneos, terá cidadãos honrados e prestantes. Tal é o ideal que formo da escola normal de Teresina. Espero não me enganar, confiado nos ilustrados professores que coloquei à testa dela. Preza a Deus que ela prospere! Pois seus frutos farão uma das delícias da geração nascente.⁶²⁴

No dia 6 de setembro de 1866, fora publicado o regulamento que determinou o funcionamento da Escola Normal em Teresina, em regime de externato, com duração de 2 anos e era misto – ou seja, para homens e mulheres. O corpo docente era formado por três professores, o Dr. Constantino Moura, que ocupava também o cargo de diretor, Dr. Newton Burlamaqui e o capitão Joaquim de Lima Castro. De acordo com o relatório do presidente, a escola funcionava com bons móveis e outros equipamentos. Contava também com uma pequena biblioteca, que continha livros trazidos da Corte.

Os estudantes pagavam uma taxa anual de 80\$000 (oitenta mil réis), esta quantia era dividida em quatro prestações de 20\$000 (vinte mil réis). A instalação da Escola Normal só aconteceu em três de fevereiro de 1866, com 23 alunos matriculados. No ano seguinte a instituição foi extinta pela Lei Provincial n° 599 – a mesma lei que reativou o Liceu – no governo de Luna Freire, em virtude da falta de matrículas.

A Escola Normal foi reaberta pela Lei Provincial n° 753 de 29 de agosto de 1871, anexada ao Liceu. “[...] alterada pelo Regulamento n° 80, de 20 de outubro de 1878. Seu curso foi dividido em três anos, constando de três cadeiras, todas do sexo masculino. Estas tentativas não parecem ter alcançado resultados na prática”.⁶²⁵ Barros Pimentel, repreendeu a

⁶²⁴ PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 12 de julho de 1865 pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria*. Teresina: Tipografia de B. de Mattos, 1865. p. 22.

⁶²⁵ QUEIROZ, 2008, p. 27.

falta de atenção dos legisladores quanto à formação de professores, haja vista que as leis em torno da instrução primária tratavam de outros detalhes pedagógicos, como métodos de ensino a ser empregados, mas não atentavam para formar docentes. Ou seja, a “formação do espírito do professor” tanto no aspecto intelectual quanto moral, pois o caráter do mestre estaria refletido em cada um de seus alunos, “como fragmentos de um espelho quebrado”⁶²⁶. Destarte, as Escolas Normais exerciam papel fundamental na formação docente:

[...] um ponto somente escapou-lhes: - foi formar o professor. Mas o bom professor é a base, a condição primária, a síntese das instituições dessa espécie; é ele, como já o disseram, o fato principal em torno do qual se grupam todos os fatos. Pois é justamente o professor, isto é, tudo o que falta à instrução primária, e ele não existe por duas razões das quais somente uma bastaria para que não o tivéssemos: - a falta de uma escola normal e a exiguidade dos vencimentos. Para o magistério, mais talvez do que para qualquer outra carreira, é preciso além de qualidades naturais que não se adquirem e que formam a vocação, um longo preparo do espírito, o estudo de uma ciência própria, a ciência de ensinar. Vale menos saber muito do que conhecer os meios de transmitir à tenra inteligência dos meninos aquilo que se sabe. Eis porque toda reforma na instrução primária que não assente na criação de escolas normais será uma reforma improfícua, condenada a produzir efeitos negativos. Assim o tem compreendido todos os que têm empreendido e realizado melhoramentos nesse ramo.⁶²⁷

Outro ponto que surge na documentação analisada refere-se aos baixos salários pagos aos professores. A docência era vista como um sacerdócio, que teria como maior recompensa a satisfação íntima e de consciência. O salário dos professores das escolas primárias era de 50\$000 e 70\$000 réis mensais. Além disso, existiam outros óbices, a exemplo da falta de qualificação docente e as consequências das secas recorrentes.

A infração constante da lei; não se apresentando aos concursos candidatos habilitados, regulam-se os examinadores antes pela capacidade relativa de cada um dos que pelas exigências legais, e semelhantemente vê-se a administração obrigada a escolher para as escolas indivíduos de cuja proficiência é a primeira a descrever.

Abandonadas algumas povoações por efeito da seca, as escolas ficam quase desertas, e é justamente quando os víveres sobem a um preço que o professor vê aqueles diminutos vencimentos serem abatidos, em virtude do regulamento que os diminui de um terço sempre que os alunos frequentes não atinjam um certo número.⁶²⁸

⁶²⁶ PIAUHY, 1878, p. 17.

⁶²⁷ PIAUHY, 1878, p. 16.

⁶²⁸ PIAUHY, 1878, p. 17.

Segundo Teresinha Queiroz, só seriam obtidos resultados positivos na terceira tentativa de Escola Normal, durante o mandato de Miguel Joaquim de Almeida e Castro,⁶²⁹ criada pela Resolução Provincial n° 1.062, publicada a 15 de junho de 1888, a qual determinava:

Art. 1° Sob a direção imediata do diretor geral da instrução pública, haverá na capital da província uma escola normal, destinada a formar professores para o ensino primário.

Art. 2° A escola normal será mista e funcionará na casa que serve de Lyceu.⁶³⁰

Conforme o especificado no art. 3° o curso de dois anos e era composto pelas seguintes disciplinas:

§1° Instrução religiosa, doutrina e história sagrada, novo e velho testamento.

§2° Língua nacional, gramática, análise gramatical, lógica e etimológica, recitação e composição.

§3° Aritmética, metrologia, geometria elementar, limitada a noções gerais e problemas simples, estudos das formas geométricas, desenho linear.

§4° Geografia elementar, geografia do Brasil, e especialmente da Província do Piauí, história do Brasil e fatos principais da história do Piauí.

§5° Pedagogia e metodologia teórica e prática.

§6° Costura usual, trabalhos de agulha, cortes de roupa branca, bordados brancos, de lã, seda e frêcos.⁶³¹

O art. 9° determinava: “O ensino será gratuito, quer no Lyceu quer na escola normal”.⁶³² A Escola Normal funcionava no mesmo prédio do Liceu. Para serem admitidos no estabelecimento, de acordo com Teresinha Queiroz, os candidatos deveriam preencher alguns requisitos.

Domínio das matérias da instrução primária; idade mínima de 18 anos para os homens e de 16 para mulheres; boa conduta moral, civil e religiosa e

⁶²⁹ Presidiu a Província do Piauí de 12 de maio de 1882 a 05 de abril de 1883.

⁶³⁰ *A Imprensa*. Teresina, ano 18, n. 747, 1 out. 1882, p. 3.

⁶³¹ Resolução n° 1062. Publicada em 15 de junho de 1882; *A Imprensa*. Teresina, ano 18, n. 747, 1 out. 1882, p. 3; O art. 4° determinava que as matérias dos §§ 1°, 2°, 3°, 4° e 5° seriam lecionadas por 3 professores nomeados pelo presidente da Província, com ordenado anual de 1:000\$000 (um conto de réis); as do § 6° seriam ministradas por 1 professora, o salário era de 720\$000 (setecentos e vinte mil réis). As primeiras nomeações ficariam a cargo do presidente, as seguintes, seriam por concurso. O cargo tornava-se vitalício após 3 anos de exercício. É perceptível a diferença salarial entre docentes, de acordo com as disciplinas, a exemplo dos trabalhos de agulha, a serem ministradas e os salários pagos. Os docentes do Liceu e as professoras da capital, poderiam acumular as cadeiras da escola normal, a gratificação anual seria de 600\$000 (seiscentos mil réis anuais)

⁶³² *A Imprensa*. Teresina, ano 18, n. 747, 1 out. 1882, p. 3.

atestado médico indicando que o candidato não era portador de moléstia contagiosa. A boa conduta civil deveria ser ‘provada por folha corrida, e a conduta moral e religiosa por atestado do pároco da freguesia em que nos dois últimos anos houver residido o matriculando’.⁶³³

De acordo com o art. 13 da resolução supramencionada, três anos após a instalação da Escola Normal, seria exigido o diploma de habilitação passado pelo estabelecimento para a nomeação dos professores públicos do ensino primário. A Escola Normal foi extinta em 1888. As outras tentativas de instalar a instituição só viriam no início do século XX, em 1908, quando a mesma se firmou no Piauí. A sua reativação se deu pela Sociedade Auxiliadora da Instrução, que fundou a Escola Normal Livre, sob a liderança de homens notáveis da cultura e política piauienses, a exemplo de Matias Olímpio, Antonino Freire e Miguel Rosa, voltada exclusivamente para mulheres.

No momento em que Teresina se constituía como capital, o lazer foi marcante em sua vida social. As festas religiosas tinham papel de destaque em que o sagrado e o profano uniam-se constantemente. As diversões populares, muitas vezes se confundiam com trabalho, em outras eram percebidas como casos de polícia. Assim, entre o teatro, bailes e jantares, forrós, sambas, batuques e outras diversões, os moradores da nova cidade-capital se divertiam. Muitas vezes, olhar de relance a diversão dos outros era também um momento de alegria e de festa, isso era o sereno – um costume marcante da Teresina do século XIX. Por conseguinte, a diversão ocorria de múltiplas formas. Relativamente ao sistema educacional, que se formava juntamente com os demais setores institucionais, na dinâmica da nova cidade-capital, começava a funcionar como um ímã e atraía estudantes do interior da província. Ali, a imagem de Teresina como um polo educacional dava seus passos iniciais.

⁶³³ QUEIROZ, 2008, p. 28 e 29.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

São dois rios lindos com as águas claras
 Desse Parnaíba que não volta mais
 Apenas olho minha Teresina
 Como quem delira na beira do cais
 Ai troca quem troca destroca
 Minha Teresina não troco jamais.

(Aurélio Melo)

Ao perfazer o caminho de trabalho desta pesquisa, inicialmente, foi a transferência da capital e a cidade de Teresina na segunda metade do século XIX, que causaram um deslumbramento e um interesse de investigação. Todavia, não se sabia onde estava o ponto de partida. Na verdade, ele se encontrava guardado em documentos amarelados, desgastados pela ação do tempo, espalhados por lugares distintos, alguns distantes do Piauí. A mudança da capital e a Teresina Oitocentista compunham um cosmos, que se revelou lentamente, nesta viagem dissertativa, trazendo vitalidade e levando ao deslizamento nesse complexo quebra-cabeça do qual só se tinha uma peça: mudança da capital e Teresina no século XIX. Assim, as questões foram se revelando e modificando a forma de estruturar a tessitura do trabalho. Suas “peças” estavam espalhadas em períodos distintos da história do Piauí: da Colônia ao Império. A missão deste trabalho: encontrá-las e dar forma à escrita.

No século XVIII foi iniciada a urbanização no Piauí, com a criação dos primeiros núcleos urbanos, juntamente com a primeira capital, Oeiras. Para aquele momento histórico a capital, localizada no sertão, atendia às necessidades do governo português, estava no centro do território piauiense. Contudo, à medida que o tempo foi passando, perceberam-se as dificuldades de transportes e o abastecimento de mercadorias e gêneros alimentícios para a capital e a condição de isolamento a que Oeiras colocava o Piauí.

No bojo deste cenário enigmático estava o desejo de transformar a situação econômica, social, política e cultural do Piauí. Cenas tecidas por sujeitos com interesses vários que, muitas vezes, opuseram-se à mudança no afã de manter as regalias do poder, advindas da capital no centro do território piauiense.

Mudar não é fácil. Imagine-se quando se trata de mudar uma cidade-capital. Haja vista que jogos de interesse da elite estavam presentes. Esse era o caso existente em Oeiras, o que compôs um enclave à transferência da capital. Os grupos da elite política debateram e se opuseram energicamente à mudança até se esgotarem as possibilidades de se manter a cidade-capital do Piauí nos sertões agrestes. As terras piauienses enquadraram essa majestosa

questão: Onde deveria estar a sede do governo piauiense? Logo emergiram os espaços dispostos a recebê-la, São Gonçalo (atual Regeneração), Parnaíba ou a Vila Nova do Poty. Assim, os anos se passaram e os debates envolvendo esse problema ressurgiam na política piauiense, como a condição *sine qua non* para o desenvolvimento do Piauí. Não obstante, os infortúnios, como os poucos recursos dos cofres públicos e oposição dos grupos políticos procrastinaram a transferência.

Seria necessário um líder político sagaz e articulista, parafraseando Zacarias de Góis, “um homem de gênio”, para tomar a iniciativa nessa árdua e longa empreitada: a mudança da cidade-capital. Esse homem seria José Antônio Saraiva, que em sua administração iniciada em setembro de 1850, efetivaria essa questão central da política piauiense. Para Antônio Saraiva não foi fácil, pois enfrentou oposições diversas: Assembleia Legislativa Provincial, elite oeirense, poucos recursos financeiros, críticas da imprensa, através do periódico *O Echo Liberal*. Foi considerado por muitos dos habitantes de Oeiras, como um louco, um desordeiro e até mesmo bajulador pela escolha do Theresina, em homenagem à esposa de D. Pedro II, Imperatriz Teresa Cristina.

Nesse contexto, nascia na Chapada do Corisco, a nova cidade-capital piauiense. O seu principal propósito era alavancar o progresso do Piauí. Nascera, pois, de empenhos de vários sujeitos, a exemplo do padre Mamede, políticos mudancistas, moradores da Vila do Poti, escravos, educandos artífices e homens abastados como, Jacob Almendra e João do Rego Monteiro. Muitos desses personagens tiveram nomes esquecidos. A partir de esforços múltiplos, transferia-se a cidade-capital para as margens do rio Parnaíba, isso tornava possível a navegação fluvial. Esta traria a autonomia em relação ao comércio do Maranhão e de Caxias, e ainda o contato maior com os outros centros do Império. Todavia, durante a pesquisa percebeu-se que em fins do século XIX, a dependência em relação às atividades comerciais maranhenses ainda perduravam e prejudicavam o comércio teresinense.

A formação da sociedade teresinense, as sociabilidades e a educação também surgiram nesta escrita como aspectos marcantes para o estudo da nova cidade-capital piauiense. Aliás, o sistema educacional da Teresina do século XIX, apesar dos problemas como falta de qualificação dos professores e os baixos salários, altos índices de analfabetismo, teve avanços marcantes na história da educação no Piauí. Escolas de primeiras letras, escolas noturnas – para educação de jovens e adultos, aulas avulsas, Liceu, Estabelecimento dos Educandos Artífices, cursos preparatórios. Surgiram também vários colégios particulares, inclusive em regime de internato. A Escola Normal representava na província a primeira iniciativa de

formação de professores, ou seja, a qualificação dos docentes que atuariam no ensino primário. Seus resultados só viriam no século XX, a partir da década de 1910.

Ressalta-se também que na Teresina Oitocentista, os discursos dos dirigentes públicos buscaram manter a boa conduta no espaço urbano. Contudo, a cidade real estava distante das ideias de normatização: ruas sujas, alimentos comercializados sem higienização alguma. Através da pesquisa percebeu-se que os dirigentes públicos buscavam adequar a nova cidade-capital aos interesses da elite, através de medidas disciplinadoras, os Códigos de Postura. Na realidade, havia na Teresina Oitocentista a urbe dos desejos – prescrita na legislação, com sujeitos e comportamentos moldados. E a urbe real – inserida na ruralidade, que emergia através dos costumes tradicionais da população. Estes se evidenciavam em maus comportamentos, como gritos no teatro, ruas sujas e com lamacentas, poeira, casas de palha, assoladas por incêndios, criação de animais no quintal de casa e soltos pelas ruas da jovem cidade-capital. As festividades religiosas eram o centro da diversão popular. E ainda, forró, sambas, batuques, diversões observadas às vezes como caso de polícia.

No anoitecer do oitocentos a urbe teresinense ainda era quase “um arraial”. De acordo com Teresinha Queiroz, as novidades da modernidade e do progresso eram apenas relatos que chegavam à cidade-capital com os bacharéis em Direito, médicos, farmacêuticos, uns poucos engenheiros e a imprensa. Estes sonhavam “com salões, com boa música, com o modo de viver das grandes capitais do Brasil e do mundo.” A música – elemento de erudição e refinamento tornava-se marcante na vida social teresinense, animava os bailes. O belo sexo aprendia a tocar instrumentos como piano, bandolim e violino. A Avenida Frei Serafim – antiga Estrada Real conquistava aos poucos seu espaço, quiosques vendiam bebida e foguetes eram estourados. Bicicletas – meios de transporte e lazer burgueses, faziam a diversão, dos poucos que podiam ter acesso a elas, através de corridas, que incluíam ingresso pago e prêmios de velocidade.⁶³⁴ Água canalizada e a iluminação elétrica? Eram apenas sonhos até o fim do século XIX que se tornariam realidade no século XX.

Encerra-se, portanto, esta viagem dissertativa tecida nos mistérios e aventuras do ofício de historiador. Ao tempo em que as novidades modernas começavam timidamente a se apresentarem no cenário teresinense e causavam espanto, deixavam boquiabertos muitos de seus moradores. Dentre os quais estavam homens letrados, a exemplo de Elias Martins e Jônatas Batista. Este em sua obra *Poesia e prosa* explicita a sua descrença com o

⁶³⁴ QUEIROZ, 2008, p. 13.

desconhecido “senhor progresso” e suas inovações, que poderiam trazer em si inúmeras ciladas para a pacata vida da Teresina provinciana:

O progresso nem sempre é um bem e as mais das vezes é um mal. E ninguém veja nisto um paradoxo injustificável – o progresso nem sempre é um bem.

Que importa que não tenhamos estradas de ferro, bondes, luz elétrica e muitos outros melhoramentos de que temos notícia, nos outros Estados, nas suas capitais? Se não contamos com os imensos benefícios que esses melhoramentos trazem, em compensação, não temos também os grandes males que eles nos poderiam trazer.

Não temos automóveis, é uma verdade; mas em troca não presenciamos os esmagamentos que se dão todos os dias, nas cidades onde o fonfon (31) é tão conhecido e tão habitual ao povo. Assim, tudo o mais.

Ainda há poucos dias, conversando eu com um amigo, avesso a tudo que cheira a reforma, disse-me ele com a mais ingênua sinceridade:

– “A água canalizada é um adiantamento, não padece dúvida; mas quem nos diz não podemos morrer ou sofrer uma inundação?!”

[...] sou, hoje o mais, o mais intransigente inimigo do “senhor progresso”. Vamos vivendo com nosso atraso, e só assim poderemos viver tranquilos, em perfeita calma, no mais absoluto sossego.⁶³⁵

Fechavam-se as cortinas do século XIX e em alguns instantes, o século XX mostraria sua face à menina Teresina. Com o advento do Novecentos abrir-se-iam novamente o cortinado do “palco” teresinense para as novas emoções e transformações que ele traria, eis que os primeiros signos do mundo moderno surgiriam na cidade-capital e trariam novas e distintas emoções dentre elas, espanto, repúdio, críticas e elogios.

⁶³⁵ BATISTA, 1985, p. 119.

REFERÊNCIAS

1. Fontes Oficiais

Leis e Resoluções

PIAUÍ. Resolução n. 315, de 21 de julho de 1852. *Código das Leis Piauienses*. Teresina: Tipografia Constitucional de João da Silva Leite, 1852. Tomo 13. Parte 1.

PIAUÍ. Decreto n. 334, de 8 de julho de 1853.. Teresina: Biblioteca de Apoio/APEPI, 1853.

PIAUÍ. Resolução n. 391, de 18 de setembro de 1854. *Código das Leis Piauienses*. Teresina: Tipografia _____, 1854.

PIAUÍ. Lei n. 427, de 7 de julho de 1857. *Código das Leis Piauienses*. Teresina: Tipografia do Piauí, 1857. Tomo 17. Parte 1.

PIAUÍ. Resolução n. 479, de 19 de setembro de 1859. *Código das Leis Piauienses*. Tipografia do Piauí, 1859. Tomo 19. Parte 1. Seção 12.

PIAUÍ. Código das Leis Piauienses. Teresina: Tipografia _____, 1867. Tomo 25. Parte 1.

PIAUÍ. Resolução n. 727, de 6 de setembro de 1870. *Código das Leis Piauienses*. Parte 1. Teresina: Tipografia _____, 1870. Tomo 28.

Projeto de Lei n. 44, datada de 27 de junho de 1885. Documento pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB. Lata 311, Doc. 82.

MARANHÃO. Código das Leis Piauíenses. Resolução n. 372 – Publicada a 17 de agosto de 1854. Maranhão: Tipografia do Observador, de F. M. Almeida. Tomo 15. Parte 1^a. 1854.

Resolução 1.024, publicada em 21 de junho de 1880. Aprova as posturas confeccionadas pela Câmara Municipal de Theresina em 26 de abril de 1880. *A Imprensa*. n. 650. ano XVI. p. 1. Teresina: 7 de agosto de 1880.

Resolução n. 1062. Publicada em 15 de junho de 1882. *A Imprensa*. ano XVIII. n. 747. Teresina: 1 de outubro de 1882.

Ofícios

Ofício ao Ilm^o. e Exm^o. Conselheiro do Estado Visconde de Monte Alegre, Ministro de Secretário de Estado dos Negócios, em de 20 de dezembro de 1850. Livro de Registro de Ofício n. 221 – 1850-1854 –. Arquivo Público do Piauí – APEPI. “Casa Anísio Brito”.

Ofício do Barão de Campo Maior ao Presidente da Província, n. 93, 7 abr. 1877.

Livro de ofícios diversos 1848 -1855. COD 180. Sala do Poder Executivo. Arquivo Público do Estado do Piauí (APEPI).

Hemerográficas

A MUDANÇA da capital. *O Echo Liberal*, Oeiras, n. 91, p. 1, 12 jun. 1851.

A MUDANÇA da capital. *O Echo Liberal*. Oeiras, n. 97, p. 1, 24 jul. 1851.

JUÍZO de Piauíense auzente sobre a administração do Sr. Saraiva. *O Echo Liberal*. n. 133, p. 2. Oeiras: 3 de abril de 1852.

A ASSEMBLEIA Mudista. *O Echo Liberal*. Oeiras, n. 147, p. 2, 15 jul. 1852.

A ESCOLA. *O Amigo do Povo*. Teresina, ano 3, n. 47, p. 2, 2 de dezembro de 1870.

A Pátria. Teresina, ano 1, n. 40, p. 4, 14 jan. 1871.

A NOSSA capital. *A Pátria*. Teresina. n. 53, p3, 15 abr. 1871.

FAZENDAS finas. *O Amigo do Povo*. Teresina, n. 71, ano 4, p. 8, 16 dez. 1871.

LAMPEÕES. *A pátria*. Teresina, n. 54. ano 1, p. 3, 22 abr. 1871.

ILUMINAÇÃO pública. *A pátria*. Teresina, n. 54, ano 1, p. 4, 22 abr. 1871.

ILUMINAÇÃO. *A Pátria*. Teresina, n. 55, p. 3, 26 abr. 1871.

LUZ, Luz! *A Pátria*. Teresina, n. 56, p. 3, 29 abr.1871.

ILUMINAÇÃO. *O Amigo do Povo*. Teresina, n. 56, ano 3, 30 abr. 1871.

ESTABELECIMENTO de Educandos. *O Amigo do Povo*. Teresina, n. 56, ano 3, 30 abr. 1871.

ENSINO de música. *O Amigo do Povo*. Teresina, p. 8, ano 3. n. 59, 16 jun. 1871.

LIMPEZA da cidade. *A Pátria*. Teresina, n. 57, p. 3, 06 maio 1871.

COMÉRCIO e navegação. *A Pátria*. Teresina, ano 2, n. 100, p. 1, 11 maio 1872.

O Semanário. Teresina, n. 39, p. 03, 28 out. 1877.

O Semanário. Teresina, n. 79, p. 04, 17 out. 1878.

PARA os velhos que desejam ficar moços. *O Amigo do Povo*. Teresina, n. 72, ano 4, p. 8, 31 dez. 1871.

EXAMES gerais. *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 662, p. 4, 6 nov. 1880.

EXAMES gerais de preparatórios. *A Imprensa*. Teresina, ano 17, n. 705, p. 4, 29 out. 1881.

FESTA do mês de Maria. *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 687, p. 4, 4 de junho de 1881.

JANTAR. *A Imprensa*. Teresina, ano 16, n. 663, p. 4, 13 nov. 1880.

MACHADO, Manuel da Cunha. As mulheres e os vestidos. *A imprensa*. Teresina, ano 18, n. 695, p. 4, 3 ago. 1881.

THEATRO. *A Imprensa*. Teresina, ano 18. n. 695, p. 4, 3 ago. 1881.

A Imprensa. Teresina, 1 out. 1882, ano 18, n. 747.

JOAQUIM, João. Os costumes. *O Democrata*. Teresina, n. 173, 22 ago. 1894 p. 3.

Manuscritos

Carta enviada por Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Camara a Antônio Saraiva a 25 de outubro de 1851. Documentação pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

Carta enviada por Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Camara a Antônio Saraiva a 18 de fevereiro de 1852. Documentação pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

Carta enviada por Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Camara a Antônio Saraiva a 11 de abril de 1852. Documentação pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB.

Mensagens Governamentais

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala com que o Ex.^{mo} Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. José Ildefonso de Sousa Ramos a Assembleia Legislativa Provincial no dia 7 de julho de 1844*. Oeiras: Tipografia Provincial, 1844.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do Presidente da Província do Piauí Zacarias de Gois e Vasconcelos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de agosto de 1845*. Oeiras: Tipografia da Província, 1845.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do Presidente da Província do Piauí Zacarias de Gois e Vasconcelos na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 11 de julho de 1846*. Oeiras: Tipografia Provincial, 1846.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório que dirigiu o Exm.^o Presidente da Província do Piauí Zacarias de Goes e Vasconcelos a Assembleia Legislativa Provincial aos 6 de julho de 1847.* Oeiras: Tipografia Provincial, 1847.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do Vice-presidente da Província do Piauí Francisco Xavier Cerqueira na Abertura da Sessão da Assembleia Legislativa Provincial no dia 7 de julho de 1848.* Oeiras: Tipografia Provincial, 1848.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala que o Presidente da Província do Piauí Dr. José Antônio Saraiva dirigiu a Assembleia Legislativa Provincial no ato de abertura de sua sessão ordinária em 3 de julho de 1851.* Oeiras: Tipografia Saquarema, 1851.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo Exm.^o Senhor, vice-presidente da Província Luiz Carlos de Paiva Teixeira na sessão aberta em 1^o de julho de 1853.* Teresina: Tipografia Constitucional de J. da S. Leite, 1853.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Fala com que o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Presidente da Província do Piauí Dr. Antônio Francisco Pereira de Carvalho abriu a Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1^o de julho de 1854.* Maranhão: Tipografia do Observador de F. M. de Almeida, 1854.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório do Presidente da Província do Piauí o Comendador Frederico D' Almeida e Albuquerque, apresentado à Respectiva Assembleia Legislativa Provincial na Sessão Ordinária de 1856.* São Luiz: Tipografia do Progresso, 1856.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. Relatório Presidencial de 1858.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Exm. Sr. presidente da Província do Piauí passou a administração da mesma ao Exm. Sr. 3^o Vice-presidente coronel Ernesto José Baptista no dia 16 de maio de 1860.* Teresina: Tipografia Constitucional, 1860.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí na sessão extraordinária de 1864 pelo 2^o Vice-presidente o Dr. Antônio de Sampaio Almendra.* Teresina: Tipografia Progressista, 1864.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 12 de julho de 1865 pelo Presidente da Província, o Exm. Sr. Dr. Franklin Américo de Menezes Doria.* Teresina: Tipografia de B. de Mattos, 1865.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Dr. Franklin A. de Meneses Doria entregou a Administração ao Excelentíssimo 2^o Vice-presidente Dr. José Manoel de Freitas no dia 3 de agosto de 1866.* São Luís: Tipografia de B. de Mattos, 1866.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. Relatório Presidencial de 1867.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí no dia 1^o de junho de 1878 pelo presidente da Província Dr. Sancho de Barros Pimentel.* Maranhão: Tipografia do Paiz, 1878.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório com que o Presidente da Província Exm. Sr. Dr. Miguel Joaquim de Almeida e Castro abriu a sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Piauí no dia 1 de junho de 1882*. Teresina: Tipografia da Imprensa, 1882.

PROVÍNCIA DO PIAUÍ. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Piauí pelo Presidente da Província, o Exmo. Snr. Dr. Emíldio Adolpho Victorio da Costa ao instalar a 1ª Sessão da 25ª Legislatura em 7 de julho de 1884*. Teresina: Tipografia do Telefone, 1884.

1. Bibliografia

ABREU, João Capistrano de. Os caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil. In: *Capítulos de História Colonial: 1500-1800*. 5 ed. Brasília: UNB, 1963.

ADRIÃO NETO. A Transferência da Capital. In: *Geografia e história do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade*. 4 ed. Teresina: Edições Geração 70, 2006.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí*. 4. ed. Teresina: APL, 2015.

ANDRADE, Andreia Rodrigues de; CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Do lar ao social: educação e gênero no Piauí Império. *Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural Escritas da História: Ver-Sentir-Narrar*. Teresina: UFPI, 2012.

ANDRADE, Andreia Rodrigues de. A estruturação urbana de Teresina e seus primeiros prédios públicos. *XII Encontro Nacional de História Oral: política, ética e conhecimento*. v. 1. n. 1. Teresina: UFPI, 2014.

ANDRADE, Andreia Rodrigues de. O cenário educacional teresinense na segunda metade do século XIX. *XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares de historiadores: velhos e novos desafios*. Florianópolis: ANPUH, 2015.

ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “Sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto vista da ciência geográfica). *Ciência Geográfica*, v. 15, p. 84, jan./dez. 2011.

ARAÚJO, Emanuel. O cenário urbano. In: *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1993.

ARAÚJO, Maria Mafalda de. *Imagens de Teresina no século XX*. Teresina: APeCH/UFPI, 1995.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. *Imagens de Teresina no século XIX*. Teresina: APeCH/UFPI, 1995.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. Festas Juninas. In: MENDES, Maria Cecília (org.). *145 anos: Teresina cidade futuro*. Teresina: FCMC, 1997.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2010

- ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BATISTA, Jônatas. *Poesia e prosa*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BONFIM, Washington Luís de; SANTOS JÚNIOR, Raimundo Batista. Formação Política. In: SANTANA, R. N. Monteiro (org.). *Piauí: Formação. Desenvolvimento. Perspectivas*. Teresina: Halley, 1995.
- BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colônia piauiense: família e poder*. Teresina: FCMC, 1995.
- BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. *Espaço & Debates*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, ano 11, n. 34, 1991.
- BRITO, Itamar Sousa. *História da Educação no Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1996.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Genimar Machado Resende de. *Construtores e aprendizes: cativos da nação e educandos artífices nas obras públicas da construção de Teresina (1850-1873)*. Porto Alegre: FCM, 2013.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Teresina no tempo dos lampiões de querosene (final do século XIX). In: *Cadernos de Teresina: Revista Informativa e Cultural Monsenhor Chaves*. Teresina: ano 8, n. 18, 1994.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres Plurais: a condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: FCMC, 1996.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. O teatro. In: MENDES, Maria Cecília (org.). *145 anos: Teresina cidade futuro*. Teresina: FCMC, 1997.
- CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. Desejos, tramas e impasses da modernização (Teresina 1900-1930). *Scientia et Spes: Revista do Instituto Camilo Filho, Teresina*, v. 1, n. 2, 2002.
- CASTELO BRANCO, Miguel de S. Borges Leal. *Apontamentos biográficos: de alguns piauienses ilustres e de outras pessoas notáveis que ocuparam cargos importantes na província do Piauí*. 2. ed. Teresina/Brasília: APL/Senado Federal, 2012. (Coleção Centenário 3).
- CERTEAU, Michel de. *Operação historiográfica*. In: *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense, 1982.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. v. 1. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. p. 17.

CHAVES, Joaquim (Mo.). *Teresina: subsídios para a História do Piauí*. Teresina: FCMC, 1994.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Teresina: subsídios para a história do Piauí*. Teresina: FCMC, 2013.

CHAVES, Joaquim (Mo.). *Cadernos históricos*. Teresina: FCMC, 1993.

CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira. *Apontamentos Biográficos e Outros*. 2. ed. Teresina: FCMC. Chaves, 2013.

COSTA, Francisco Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. v. 1. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

COSTA, Francisco Pereira da. *Cronologia histórica do Estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. v. 2. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

COSTA FILHO, Alcebíades. *A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889*. Teresina: FCMC, 2006.

D'INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del.(org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

D'INCAO, Maria Ângela. *Sentimentos modernos e família*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

EISEMBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro/ Campinas: Paz e Terra/Campinas: Unicamp, 1977.

ENNES, Ernesto. *As guerras dos Palmares*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1938.

EUGÊNIO, João Kennedy. *Histórias de vários feitio e circunstância*. Teresina: IDB, 2001.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA Cynthia Greive (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERRO, Maria do Amparo Borges. *Educação e sociedade no Piauí Republicano*. Teresina: FCMC, 1996.

FIGUEIREDO, Diva Maria Freire. Arquitetura e urbanismo no Piauí: formação e identidade. In: ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de; EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *Gente de longe: história e memórias*. Teresina: Halley, 2006.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. A rede urbana brasileira setecentista: a afirmação da vila regular. In: TEIXEIRA, Manuel C. (org.). *A construção da cidade brasileira Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2009.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: FCMC, 1988.

FREITAS, Clodoaldo. *Vultos Piauienses: apontamentos biográficos*. 2. ed. Teresina: FCMC, 1998.

GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba...cidades-beira (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GONDRA, José G. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira et al. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

HOBBSBAWN, Eric. *A Era do Capital: 1848-1875*. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KOHLSDORF, Maria Elaine. *A Apreensão da Forma da Cidade*. Brasília: UMB, 1996.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 5. ed. Campinas: UNICAMP, 2003.

MARX, Murilo. *A Cidade Brasileira*. São Paulo: USP, 1980.

MELO, Cláudio. *Os primórdios de nossa história*. Teresina: [s.n.], 1983.

MELO, Cláudio. *A prioridade do Norte no povoamento do Piauí*. Teresina: [Gráfica Mendes], 1985.

MENDES, Maria Cecília (org.). *145 anos: Teresina cidade futuro*. Teresina: FCMC, 1997.

MENDES, Felipe. *Economia e desenvolvimento do Piauí*. Teresina: FCMC, 2003.

- MIRANDA, Agenor Augusto de. *Estudos Piauienses*. São Paulo: Nacional, 1938.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Tempo de Balaio*. Florianópolis: UFSC/CFH/GCN, 2008.
- MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. *Rua da Glória: rumo à cidade nascente (1850-1896)*. v. 1. Teresina: EDUFPI, 2015.
- MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. 2. ed. Teresina: APL/FUNDAC/DETRAN, 2010.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina*. 2. ed. Teresina: EDUFPI, 2009.
- NEVES, Abdias. *Um manicaca*. Teresina: Quixote, 2012.
- NUNES, Odilon. *Súmula da História do Piauí*. Teresina: Cultura, PI, 1963.
- NUNES, Odilon. *Economia e finanças: Piauí Colonial*. Teresina: COMEPI, [1972].
- NUNES, Odilon. *Depoimentos Históricos*. Teresina: COMEPI, 1981.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. v. 1. Teresina: Imprensa Oficial, 1996.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. v. 1. 3. ed. Teresina: FUNDAPI/FCMC, 2007.
- NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. v. 4. 3. ed. Teresina: FUNDAPI/FCMC, 2007.
- NUNES, Odilon. *Estudos de História do Piauí*. 2. ed. Teresina: APL, 2014. (Coleção Centenário 7).
- PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. Considerações sobre a ação urbanística do período pombalino. *Ágora*. Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 79, mar. 1995.
- SAMPAIO, Antônio. *Velhas escolas, grandes mestres*. Teresina: COMEPI, 1996.
- PESAVENTO, Sandra Jathay. Lugares malditos: cidade do “outro” no Sul brasileiro (Porto Alegre, passagem do século XIX ao século XX). *Revista brasileira de História*. São Paulo, v. 19, n. 37, 1999. 16 f.
- PINHEIRO, Celso. *História da Imprensa no Piauí*. Teresina: COMEPI, 1972.
- QUEIROZ, Teresinha. *Os literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.
- QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí: 1900-1920*. 2. ed. Teresina: FUNDAPI, 2006.

QUEIROZ, Teresinha. *As diversões civilizadas em Teresina (188-1930)*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

QUEIROZ, Teresinha. *Educação no Piauí*. Imperatriz: Ética, 2008.

RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. *Imprensa piauiense: atuação política no século XIX*. Teresina: FCMC, 2001.

REGO, Junia Motta Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba – Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2013.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil (1520-1720)*. São Paulo: EDUSP, 1969.

REIS FILHO, Nestor Goulart. As principais cidades e vilas do Brasil: Importância da vida urbana colonial. *Revista Oceanos: A construção do Brasil Urbano*. Lisboa, n. 41, p. 61-67, jan./mar. 2000.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

REIS, Amada de Cássia Campos. *História e Memória da Educação em Oeiras-Piauí: de meados do século XVIII à primeira metade do século XX*. Teresina: Expansão/EDUFPI, 2009.

REZENDE, Antônio Paulo. *Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

ROLNIK, Raquel. *O que é cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SANTANA, R. N. Monteiro de. *Perspectiva Histórica do Piauí*. Teresina: Cultura, 1965.

SANTANA, R. N. Monteiro de (org.). *Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas*. Teresina: FUNDAPI, 1995.

SANTANA, R. N. Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos*. Teresina: FUNDAPI, 2008.

SANTIAGO JÚNIOR. A formação da sociedade teresinense. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002a.

SANTIAGO JÚNIOR. O surgimento da imprensa de Teresina. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002b.

SANTIAGO JÚNIOR. Fundação do Santa Teresa: o primeiro teatro. In: SANTOS NETO, Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002c.

SANTIAGO JÚNIOR. Teatro Concórdia: o (mau) substituto da Santa Teresa. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002d.

SANTIAGO JÚNIOR. O 'Theatro 4 de setembro' e a institucionalização da cultura teresinense. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (Coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002e.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Nasce o Arraial da Barra do Poti. In: SANTOS NETO, Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002a.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Barões e comendadores: máxima do poder econômico. In: SANTOS NETO, Fonseca dos (coord.) *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002b.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. Padre Mamede Antônio de Lima. In: SANTOS NETO, Fonseca dos. (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002c.

SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos. De Frei Serafim a frei Benedito. In: SANTOS NETO, Fonseca dos. (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002d.

SAVIANI, Dermeval. Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14. n. 40, p. 144, jan./abr. 2009.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Entre homens de ciência. In: *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVA, Júlio Romão da. *Memória sobre a transferência da capital do Piauí*. 3. ed. Teresina: APL, 1994.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. v. 1. Belo Horizonte: [s.n.], 2007.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. v. 2. Belo Horizonte: [s.n.], 2007.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. *Carnaúba, pedra e barro na Capitania de São José do Piauí*. v. 3. Belo Horizonte: [s.n.], 2007.

SILVA, Mairton Celestino da. Burlar as normas, zombar da ordem: polícia, escravos e subversão urbana na Província do Piauí, 1870-1888. *Fênix*. Uberlândia, ano 5, v. 5, n. 3, 2008.

SOUZA, Paulo Gutemberg de Carvalho. *História e Identidade: as narrativas da piauiensidade*. Teresina: EDUFPI, 2010.

SOUSA NETO, Marcelo de. *Entre vaqueiros e fidalgos: sociedade, política e educação n Piauí (1820-1850)*. Teresina: FCMC, 2013.

TAVARES, Elisângela. Saraiva, o 'rapazola' que transferiu a capital. In: SANTOS NETO, Antônio Fonseca dos (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Júnior, 2002.

TEIXEIRA, Manuel C; VALLA, Margarida. *O urbanismo português: séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

TITO FILHO, Arimathéa. *Praça Aquidabã, sem número*. Rio de Janeiro: Artanova, [1985].

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Internet

SARAIVA morou em Teresina e Nadja percorre os passos do conselheiro. Disponível em: <http://cidadeverde.com/noticias/110551/saraiva-timon-e-nadja-percorre-os-passos-do-conselheiro>. Acesso em: 6 de junho de 2016.

CIDADE de amarante:
<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=220050&search=%7Camarant>.
Acesso em: 8 de maio de 2016.

RECENSEAMENTO Geral do Império de 1872. Disponível em: Recenseamento Geral do Império de 1872. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20%20RJ/Recenseamento_d_o_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf. Acesso em: 15 de maio de 2016.

Monografias, Dissertações e Teses

ARAÚJO, Vinícius Leão. *David Caldas: história e memória de suas lutas republicanas*. 2010. Monografia – Licenciatura Plena em História. Teresina: UFPI, 2010.

ARAÚJO, Vinícius Leão. *História e imprensa: a cultura política em jornais piauienses de 1868 a 1875*. 2013. Dissertação – Mestrado em História do Brasil. Teresina: UFPI/PPGHB, 2013.

COSTA, Ozael de Moura. *A ordem no Piauí: policiamento e Instituição Pública nos tempos do Barão da Parnaíba*. 2012. Dissertação – Mestrado em História do Brasil. Teresina: UFPI/PPGHB, 2012.

LIMA, Josilene dos Santos. *Pelas almas do purgatório: religiosidade e atitudes diante da morte no Piauí Oitocentista*. 2013. Dissertação – Mestrado em História do Brasil. Teresina: UFPI/PPGHB, 2013.

LOPES, Antônio de P. Carvalho. *Beneméritos da instrução: a feminização do magistério primário piauiense*. Dissertação – Mestrado em História. Fortaleza: UFC, 1996.

SILVA, Mairton Celestino da. *Batuque na Rua dos Negros: Cultura e Polícia na Teresina da segunda metade do século XIX*. 2008. Dissertação – Mestrado em História Social. Salvador: UFBA, 2008.

SOARES, Norma Patricya Lopes. *Escola Normal em Teresina (1864-2003): reconstituindo uma memória da formação de professores*. Dissertação – Mestrado em Educação. Teresina: UFPI, 2004.

TRINDADE, Claudia Moraes. *Ser preso na Bahia no século XIX*. 2012. Tese – Doutorado em História. Salvador: UFBA, 2012.

ANEXOS



Figuras 1 e 2: Velha Matriz do Poti. Fonte: SANTOS NETO, Fonseca dos. (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Ed. Júnior, 2002. p. 10.



Figura 3: José Antônio Saraiva. Fonte: Desenho: Ary Lopes. In: ADRIÃO NETO. *Geografia e história do Piauí para estudantes: da pré-história à atualidade*. 4. ed. Teresina: Edições Geração 70, 2006. p. 226.



Figura 4: Igreja do Amparo. Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI.



Figura 5: Igreja das Dores. Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI.



Figura 6: Igreja de São Benedito. Fonte: SANTOS NETO, Fonseca dos. (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Ed. Júnior, 2002. p. 60



Figura 7: Memorial ao Conselheiro Saraiva. Fonte: <http://www.guiadeteresina.com>.



Figura 8: Casa de João do Rego Monteiro (Barão de Gurgueia). Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI.



Figura 9: Mercado Público. Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI.



Figura 10: Croqui da residência do Capitão Lugdero, feito através das memórias de infância Carlos Augusto Monteiro, esta casa situada na Rua da Glória resistiu até 1934. Fonte: MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. *Rua da Glória 1: rumo à cidade nascente (1850-1896)*. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 113.



Figura 11: Prédio construído no fim do século XIX para sediar a Delegacia Fiscal. Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI.



Figura 12: Praça da Constituição. Foto de 1910. Autor desconhecido. Fonte: SILVA FILHO, Olavo P. Carnaúba, Pedra e Barco na capitania de São José do Piauí. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2007. p. 105.



Figura 13: Exemplo de tumba das mais antigas do cemitério São José, com mármore importado. Fonte: SANTOS NETO, Fonseca dos. (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Ed. Júnior, 2002. p. 65.



Figura 14: Jazigo dos mais antigos do Cemitério São José. Fonte: SANTOS NETO, Fonseca dos. (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Ed. Júnior, 2002. p. 65.

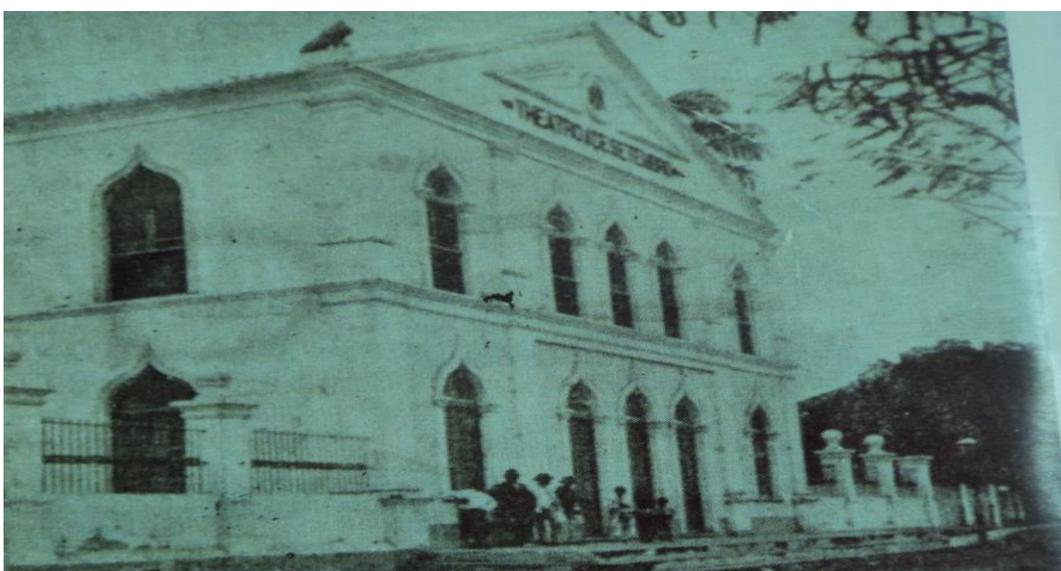


Figura 15: Teatro 4 de Setembro. Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí.



Figura 16: Antigo Quartel de Polícia, onde atualmente está instalada a Central de Artesanato, local teria funcionado o Teatro Concórdia. Fonte: SANTOS NETO, Fonseca dos. (coord.). *Te 150 anos*. Teresina: Ed. Júnior, 2002. p. 56.

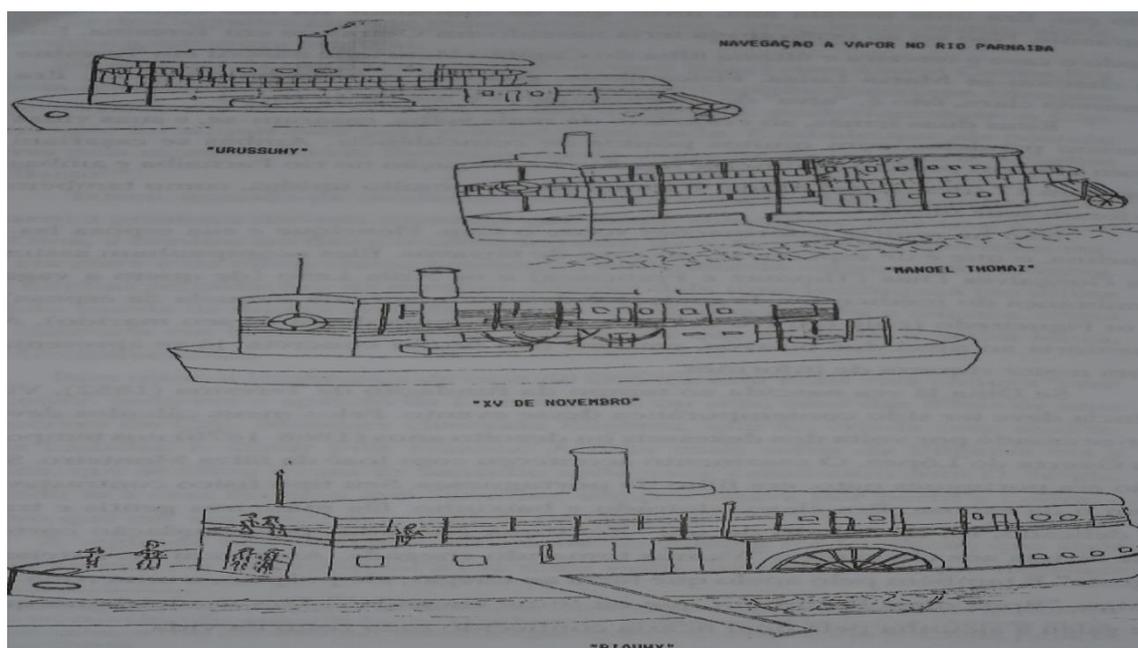


Figura 17: Croquis do vapores que navegaram pelo rio Parnaíba. Autor: Carlos Augusto Monteiro. Fonte: MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. *Rua da Glória 1: rumo à cidade nascente (1850-1896)*. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 314.

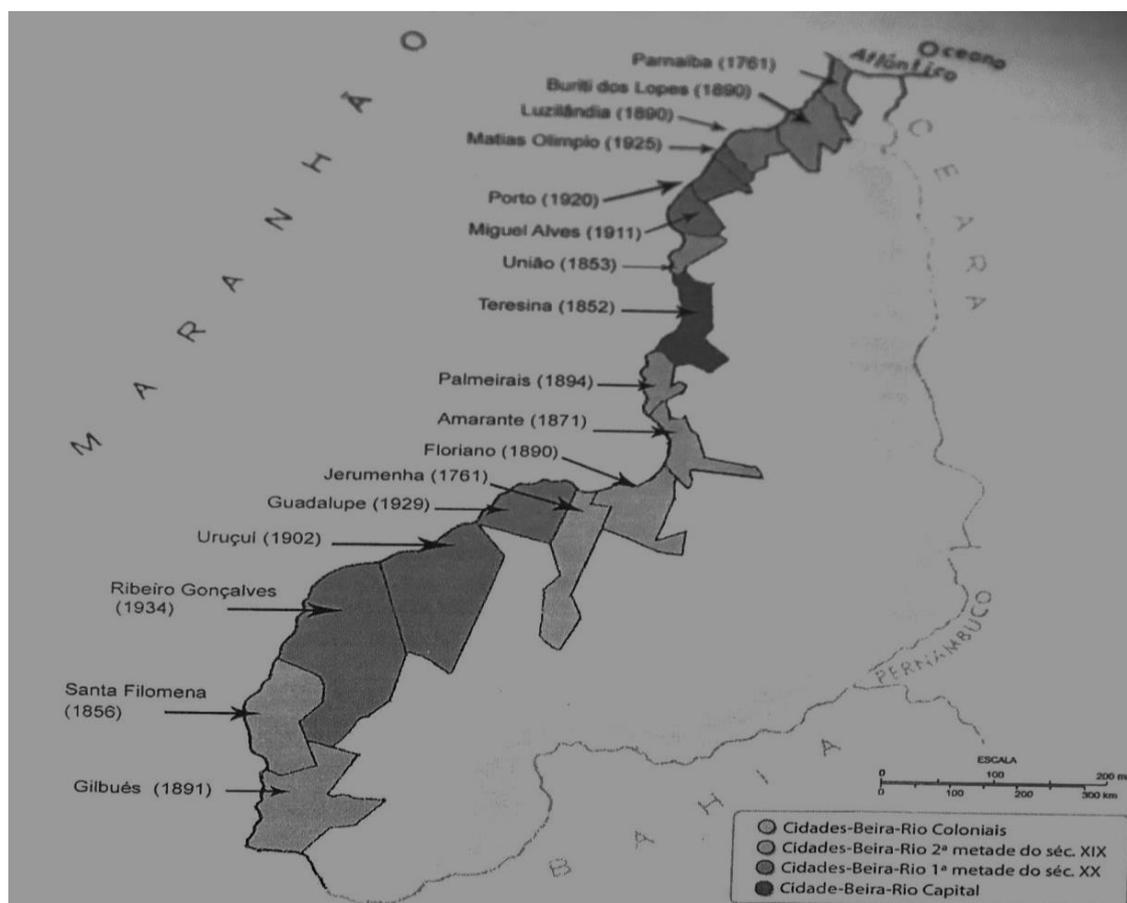


Figura 18: As cidades-beira criadas ao longo do rio Parnaíba. Fonte: GANDARA, Gercinair Silvério. *Rio Parnaíba – Cidades-beiras (1850-1950)*. Teresina: EDUFPI, 2010. p. 234.



Figura 19: Barco ligando o cais de Teresina a Timon. Fonte: SANTOS NETO, Fonseca dos. (c) *Teresina 150 anos*. Teresina: Ed. Júnior, 2002. p. 30.

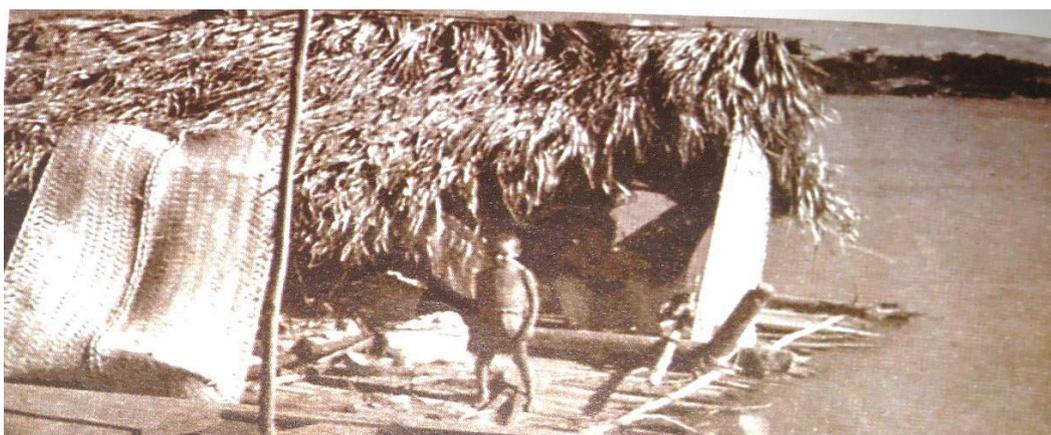


Figura 20: Balsas e balseiros, personagens típicos do rio Parnaíba. Fonte: SANTOS NETO, Fonseca dos. (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Ed. Júnior, 2002. p. 28.

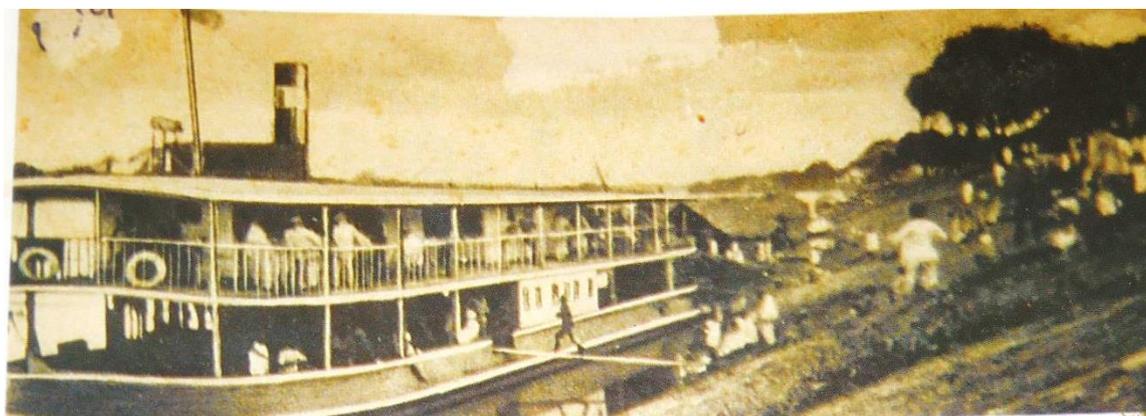


Figura 21: Balsas e balseiros, personagens típicos do rio Parnaíba. Fonte: SANTOS NETO, Fonseca dos. (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Ed. Júnior, 2002. p. 29.

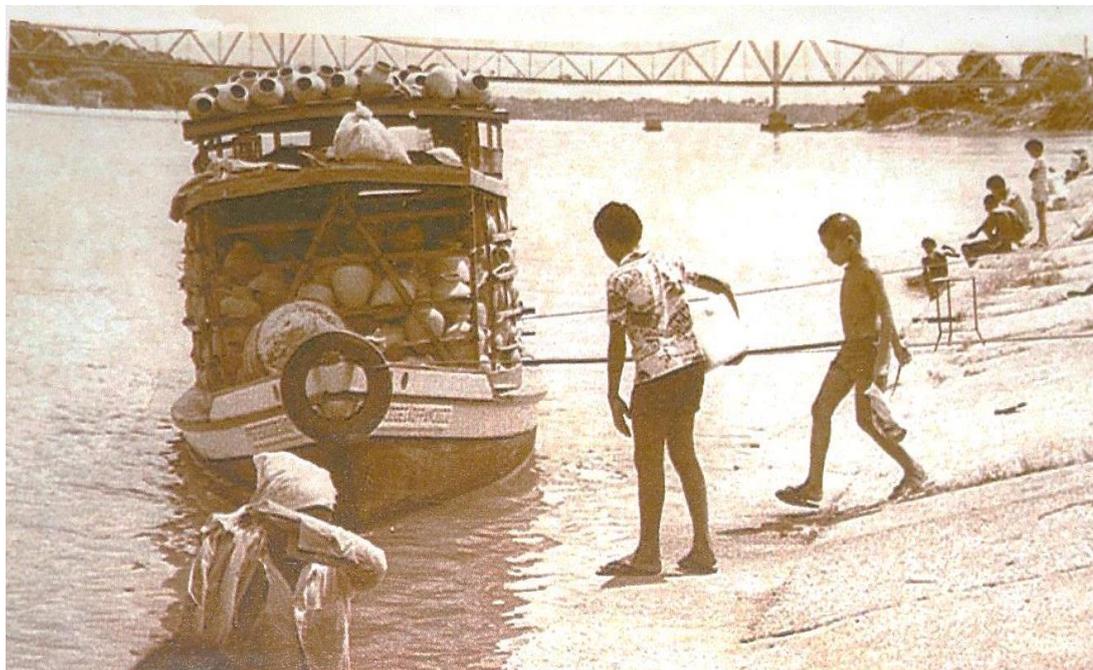


Figura 22: Vapor carregando produtos cerâmicos. Fonte: SANTOS NETO, Fonseca dos. (coord.). *Teresina 150 anos*. Teresina: Ed. Júnior, 2002. p. 30.